

Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

ISSN 18078834



Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2007

Obra publicada pelo



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente

Roberto Smith

Diretores

Luiz Carlos Ewerton de Farias

Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva

Oswaldo Serrano de Oliveira

Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

Pedro Rafael Lapa

Victor Samuel Cavalcante da Ponte

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos
do Nordeste - ETENE**

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Coordenadoria de Estudos de Indústria e
Serviços - CEIS - Coordenação Geral)

Maria Odete Alves
(Coordenadoria de Estudos Rurais e
Agroindustriais - COERG - Produção Agropecuária)

Equipe Responsável

Autores: Ádila Maria Barbosa Pinto, Adriano
Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de
Norões Vidal, Assuéro Ferreira, Carlos Alberto
Figueiredo Junior, Carlos Américo Leite Moreira,
Francisco Diniz Bezerra, Francisco Raimundo
Evangelista, Inez Sílvia Batista Castro, Laura
Lúcia Ramos Freire, Luciano Carvalho Vivas,
Marcos Falcão Gonçalves, Otávio Augusto Sousa
Miranda e Wendell Márcio Araújo Carneiro.

Estagiários: Deborah Régis de Almeida,
Francisco Joelândio de Souza Rodrigues
e Roberto Alves Gomes.

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

José Ribamar Mesquita (Reg. 122 DRT/CE).

Revisão Vernacular

Hermano José Pinho (Bibliotecário - CRB3/392)

Normalização Bibliográfica

Rousianne da Silva Virgulino (Bibliotecária-
CRB3/921)

Diagramação

Acesso - Assessoria Documental

BNB/ETENE

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Passaré
60.743-902 - Fortaleza, Ceará - Brasil
conjuntura@bnb.gov.br

*Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem
necessariamente o ponto de vista do BNB.*

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 14 (julho - setembro 2007) - . - Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2007 -
n. il.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia - Brasil - Nordeste - Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE, n. 14

Julho-Setembro 2007

SUMÁRIO

05	1. AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS
05	1.1. A Crise do Setor Imobiliário Norte-Americano
07	1.2. Condição Atual e Perspectivas da Carcinicultura Nordestina
15	2. SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
21	3. NÍVEL DE ATIVIDADE
21	3.1. PIB - Produto Interno Bruto
28	3.2. Produção Industrial
33	3.2.1. Produção Industrial do Nordeste
38	3.3. Nível de Utilização da Capacidade Instalada
41	3.4. Produtividade da Indústria
44	3.5. Comércio
44	3.5.1. Desempenho do Comércio no Brasil
46	3.5.2. Desempenho do Comércio no Nordeste
50	3.6. Produção Agropecuária
51	3.6.1. Agricultura
60	3.6.2. Pecuária
61	3.6.3. Agronegócio
61	3.6.3.1. Desempenho do PIB e do Faturamento
67	3.6.3.2. Balança Comercial do Agronegócio
69	4. EMPREGO E RENDIMENTO
69	4.1. Emprego
75	4.2. Rendimento
77	4.3. Considerações Adicionais sobre Emprego Formal
81	5. SETOR EXTERNO
81	5.1. Balança Comercial Brasileira

82	5.1.1. Exportações
86	5.1.2. Importações
88	5.2. Balança Comercial Nordestina
90	5.2.1. Exportações
99	5.2.2. Importações
100	5.3. Balanço de Pagamentos
107	6. FINANÇAS PÚBLICAS
107	6.1. Governo Federal
107	6.1.1. Resultado Fiscal do Governo Central
109	6.1.2. Dívida Pública Federal
110	6.1.3. Necessidade de Financiamento do Setor Público
110	6.2. Estados e Municípios do Nordeste
110	6.2.1. Transferências Constitucionais
112	6.2.2. Transferências Voluntárias
113	6.2.3. Arrecadação de ICMS
117	7. REFERÊNCIAS

1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

1.1 - A Crise do Setor Imobiliário Norte-Americano

Inez Sílvia Batista Castro

Economista, Doutora em Economia, Pesquisadora do ETENE

O ano de 2007 iniciou com promessas de continuidade do ciclo de crescimento econômico e estabilidade de preços por que tem passado a economia mundial no período recente. Em julho, porém, os cenários para este ano e para o próximo tornaram-se menos claros com a realização de perda dos mercados financeiros em virtude do crescimento da inadimplência nas operações de créditos hipotecários subprime.¹

Crises são fatos comuns na literatura econômica. A raiz da atual está na recente expansão do investimento em imóveis residenciais nos Estados Unidos. Em 2003, por exemplo, esses investimentos (BEA, 2007) cresceram 8,4%, comparativamente ao ano anterior. Em 2004, o aumento foi ainda maior, cerca de 10% e, em 2005, chegou a 6,6% sobre uma base já elevada. Também em 2005, os investimentos residenciais atingiram seu auge como proporção do PIB, 6,2%, a maior participação desde 1950. Somente em 2006 constatou-se uma reversão nesta tendência de crescimento, quando se observou declínio de 4,6%, relativamente a 2005.

A compra de novos imóveis veio acompanhada de trajetória de crescimento de preços que, entre 2000 e 2006, aumentaram, em termos reais, 60%, ao mesmo tempo em que o custo de produção subiu apenas 6% (SCHILLER, 2007). O *boom* de compras, a aceleração dos preços, o aumento dos empréstimos, a subida da taxa de juros e a consequente incapacidade de pagamento dos devedores de hipotecas são sinais da eclosão de uma bolha no mercado imobiliário norte-americano e de um forte descompasso entre a evolução dos lados real e financeiro da economia.

O custo dessa crise começa a ser dimensionado. Há pelo menos três implicações diretas do declínio de preço dos imóveis residenciais nos Estados Unidos. Inicialmente, constata-se um efeito-riqueza. As famílias tornam-se mais pobres, pela redução do preço de suas casas, contraindo, portanto, o consumo. Ademais nos Estados Unidos, a legislação permite a aquisição de empréstimos voltados para o consumo a partir de uma segunda hipoteca – aspecto em que a legislação brasileira é bem mais restritiva. São os denomi-

¹ Os empréstimos *subprime* também denominados *second chance* ou *near prime* referem-se à qualidade do devedor. Este não é qualificado para obter empréstimos na melhor taxa do mercado em virtude de sua história de crédito.

nados home equity loans – empréstimos sobre a diferença entre o preço do imóvel e quanto o proprietário obteve de financiamento na primeira hipoteca. Desta forma, o tomador pode realizar gastos em reformas, educação ou outras despesas. A queda do preço do imóvel reduz o acesso a esta modalidade de empréstimo atuando assim, como um outro canal para a diminuição do consumo.

Há ainda o declínio do investimento residencial. A redução dos preços acelera a oferta de imóveis à venda e retarda a ação dos compradores potenciais (na expectativa de declínio futuro). Desta maneira, elevam-se os estoques involuntários de imóveis não vendidos, desfavorecendo a atividade de construção. Na visão de Feldstein (2007) a construção de imóveis residenciais nos EUA atingiu o menor nível da última década.

Finalmente, há o problema de liquidez. A insolvência no mercado subprime expôs a dificuldade de se mensurar o risco em virtude, inclusive, do processo de securitização. Para o investidor final, nem sempre são conhecidas as parcelas dos fundos que estão alicerçadas em empréstimos subprime. No início de agosto, a agência de classificação de risco Fitch realizou uma reavaliação em 170 fundos globais alavancados em hipotecas subprime e cerca de 10% dos ativos tiveram seus riscos avaliados como maiores. Na medida em que há dificuldade para mensurar os riscos, crescem os *spreads* e congelam-se ativos, como foi o caso do banco francês Paribas que congelou cerca de 2 bilhões de euros em fundos entre 09 e 28 de agosto (BNP, 2007)².

A crise de liquidez nos mercados financeiros tem causado mudanças na política monetária tanto nos EUA como na Europa. Estas mudanças tentam suavizar uma possível recessão. Nas dez últimas recessões norte-americanas, oito foram

antecedidas por queda da atividade de construção residencial (LEAMER, 2007). Assim, em uma intervenção anticíclica, em 17 de agosto, o Federal Reserve Board aprovou a redução temporária das taxas de redesconto primárias (para 5,75% a.a.) e em setembro, diminuiu em 50 pontos a taxa de juros para os fundos federais, alcançando 4,75% a.a.

Na Europa, para expandir a liquidez, cuja retração gerou subida da taxa de juros no mercado interbancário, o Banco Central Europeu (BCE) realizou intervenções com injeções de mais de 155 bilhões de euros, cerca de US\$ 212 bilhões. Trata-se da primeira grande intervenção desde os atentados terroristas de 11 de setembro. E, mesmo em face da baixa taxa de desemprego (6,9% na Zona do Euro), que denota aquecimento da demanda doméstica, o BCE manteve a taxa de juros de curto prazo em 4% a.a., para conter a turbulência dos mercados.

A dimensão da crise no mercado subprime hipotecário americano é mundial, quer pelos tamanhos das economias norte-americana (cerca de um terço do PIB mundial) e européia, quer pelos diversos fundos que apresentam parte de seus títulos alicerçados naquele mercado, atingindo a esfera real e financeira da economia.

Os desdobramentos da crise devem seguir nos próximos meses. Um aspecto a ser considerado para avaliar sua profundidade é a velocidade do reajuste dos preços dos imóveis para baixo e a celeridade da atuação das autoridades monetárias mundiais em suas funções de emprestadoras de última instância. Se o reajuste de preços dos ativos se der lentamente e os problemas de liquidez forem sanados rapidamente, a extensão da crise será menor.

² O Paribas Investment Partners congelou três fundos de investimentos: o ABS Euribor, o ABS Eonia e o Parvest Dynamic ABS. Os dois primeiros foram suspensos entre 9 e 28 de agosto, o último até o dia 30 de agosto. Cerca de 30% dos ativos destes fundos estavam vinculados ao mercado subprime norte-americano.

Neste semestre, o FMI reavaliou a expectativa de crescimento das economias norte-americana e mundial. Sua nova estimativa reduz em 0,2 ponto percentuais a taxa de crescimento dos EUA projetando-a em 2% para 2007. Para a economia chinesa a previsão é de 11,2%, 2,6% para a europeia e 4,2% para o Brasil. A expectativa para o produto global é de expansão de 5,2%, menos que em 2006 (5,5%).

Constata-se que, até o momento, a economia brasileira não sofreu grandes impactos da crise. A boa resposta da economia nacional deu-se em virtude da melhoria de seus indicadores de vulnerabilidade externa que já vem neste ritmo nos últimos quatro anos. Observou-se o crescimento das reservas internacionais que alcançaram US\$ 162,9 bilhões em setembro de 2007 (somavam US\$ 37 bilhões em 2002), valor correspondente a 18 meses de importações. Ao mesmo tempo, em agosto de 2007, o prazo médio da dívida interna mobiliária do setor público atingiu 35 meses (era de 33 meses em dezembro de 2002). Houve ainda a redução expressiva da parcela da dívida públí-

ca mobiliária federal interna indexada ao câmbio, que em 2002 era de 22,3% e passou, em agosto de 2007, para apenas 0,99%, o que conferiu maior autonomia ao Banco Central na condução da política monetária. Desta maneira, a ligeira desvalorização do dólar não fragilizou o setor público. Estes bons números levaram o mercado financeiro nacional a estimar a expansão do PIB brasileiro em 4,7% neste ano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007d). Espera-se que a economia nordestina continue acompanhando o desempenho da economia nacional, como aconteceu até 2006, quando indicadores de comércio, indústria e de produção agrícola assinalavam um crescimento igual ou superior ao do PIB nacional.

Com relação ao efeito geral da crise das hipotecas americanas sobre o lado real das economias mundial e brasileira, pode-se afirmar que somente poderá ser dimensionado nos próximos meses, até porque as consequências das ações de política monetária ora implementadas só se farão sentir em sua maior efetividade dentro de alguns meses.

1.2 - Condição Atual e Perspectivas da Carcinicultura Nordestina³

Arthur Yamamoto

Engº. Agrônomo, Mestre em Sociologia, Pesquisador do ETENE

Carlos Alberto Figueiredo Júnior

Economista, Mestre em Economia Rural, Pesquisador do ETENE

A A carcinicultura brasileira, concentrada principalmente na região Nordeste, está passando por um momento de transição. É o que os estudiosos

da cadeia do camarão estão considerando como a sua quarta fase.

³ O conteúdo deste artigo tem como base levantamento de campo realizado nas principais regiões produtoras de camarão nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, em julho de 2007, com o objetivo de diagnosticar a situação do setor. O levantamento foi realizado conjuntamente pelos autores e os técnicos de campo Carlos Antonio Sousa Maia (CENOP-FOR) e Francisco Alves Maciel (CENOP-RN). Contribuíram com informações e críticas ao texto final os colegas Carlos Antonio Sousa Maia (CENOP-FOR), Rita Ayres Feitosa (Área de Políticas) e José Maria Marques de Carvalho (ETENE).

A primeira fase corresponde ao início da carcinicultura de cativeiro, com utilização de espécies nativas, criadas em baixa densidade de cultivo e com pouca importância econômica; a segunda fase se caracterizou pela introdução, no início dos anos de 1990, da espécie exótica *L. vannamei* e o desenvolvimento de tecnologias específicas, particularmente em relação aos sistemas de criação, produção de ração de elevada eficiência e pós-larvas de qualidade.

A terceira fase, cujo ápice ocorreu em 2003, caracterizou-se pela produção em alta densidade, voltada para o mercado externo, com grande impacto na pauta de exportações e na economia regional. Nessa fase, até 2004, a valorização do dólar em relação ao real tornava o camarão nacional altamente competitivo no mercado externo e com elevada rentabilidade. Isso levou ao boom de crescimento do setor ocorrido no início da presente década, tanto em termos de ampliação do número de empreendimentos quanto em relação aos níveis de exploração praticados nos mesmos. Por conta disto, a densidade de povoamento chegou a elevados níveis, havendo casos de fazendas que utilizavam 130 larvas por metro quadrado de espelho d'água, bem distante dos níveis atualmente praticados, que raramente ultrapassam 30 camarões por metro quadrado.

Nesse contexto, muitos empreendedores buscaram apoio financeiro para custear os investimentos necessários à construção dos viveiros e aquisição de equipamentos, com a perspectiva de quitar seus compromissos em até dois ciclos de produção. Entretanto, a carcinicultura sofreu dois sucessivos reveses de forte impacto em sua sustentabilidade: a ocorrência de doenças em larga escala, especialmente a miónecrose infecciosa – que acarretou a redução drástica nos índices de sobrevivência dos criatórios da região como um todo e, principalmente, a valorização do real em relação ao dólar – que praticamente inviabilizou

a colocação do produto nacional no mercado externo face aos preços praticados pelos principais concorrentes (inclusive o Equador, que voltava a participar como exportador após superar os problemas sanitários de anos anteriores).

Diante deste cenário, muitas fazendas encerraram suas atividades, deixando em seu rastro um passivo financeiro e ambiental. Dentre aquelas que resistiram, a maioria teve que redirecionar sua produção para o mercado interno, cujas condições de pagamento e volume de compras são visivelmente inferiores às anteriormente oferecidas pelos importadores europeus e americanos. Além disso, fala-se, entre os produtores, de um corte de 12 mil empregos diretos apenas nos três últimos anos (RUIVO, 2007), nesta que é uma das poucas opções economicamente viáveis para geração de emprego no semi-árido nordestino. Essa, em síntese, é a configuração da fase atual ou “quarta fase” da carcinicultura.

A despeito desse cenário adverso observado no Brasil, o ritmo de crescimento das importações mundiais de camarão continuou acelerado, o que pode ser constatado pelo seu incremento de quase 200% no período compreendido entre os anos de 1996 e 2005, de acordo com dados da FAO (FAO, 2007). As importações apresentaram um crescimento consistente, a um ritmo médio de 7,39% nos últimos sete anos (de 2000 a 2006). Em 2006, destacaram-se como principais importadores os países da União Européia, Estados Unidos e Japão (Tabela 1), que conjuntamente compraram 79% de todo o volume de camarão destinado ao mercado externo pelos países produtores, o que representou um gasto de US\$ 12,3 bilhões no ano.

De acordo com a mesma fonte, os quatro maiores exportadores asiáticos (Tailândia, China, Indonésia e Vietnã) aumentaram em 67,7% suas exportações para o mercado americano nos últi-

mos cinco anos (de 2001 a 2006). A Indonésia foi o destaque deste grupo, exportando em 2006, quase quatro vezes mais camarão (58,7 mil toneladas), se comparado ao volume exportado em 2001 (15,9 mil toneladas). Na América Latina, o Equador retomou, de maneira vigorosa, o posto de maior exportador para o mercado estadunidense, com um ritmo de crescimento das exportações nos últimos cinco anos, de 17,5%, enquanto, no mesmo período, o Brasil reduzia o volume de suas exportações a uma taxa média de 20,3% ao ano. No mercado europeu também são percebidos o avanço do Equador e o retrocesso do Brasil: enquanto o primeiro experimentou um crescimento médio de 44%, de 2002 a 2006, o segundo, depois de atingir o ápice de volume exportado em 2004 com 43,02 mil toneladas, recuou nos anos seguintes. Em 2006 foram exportadas apenas 32,55 mil toneladas pelo Brasil, o que representa uma queda de 25% em relação ao volume exportado em 2004.

O Sistema de Produção

Independentemente do porte do empreendimento, a principal mudança no sistema de produção do camarão implementada no Nordeste refere-se à redução na densidade de criação. Quase

todos estão adotando densidades que raramente ultrapassam 35 pós-larvas/m², com consequente diminuição no nível de incidência de doenças e melhora nos níveis de sobrevivência.

Sendo a ração o item mais caro de todo o ciclo produtivo do camarão, observa-se um maior controle por parte dos produtores mais experientes e cuidadosos quanto ao manejo alimentar colocado em prática. Com manejo mais cuidadoso e adoção de rigoroso monitoramento, os índices técnicos obtidos pelos produtores da região revelam bons resultados, com Fator de Conversão Alimentar (FCA) que em algumas fazendas chegam a 1,2⁴.

A observação do comportamento dos crustáceos durante seu desenvolvimento (troca de capa, fases da lua, temperatura da água etc), tem resultado na adoção de diferentes rotinas de fornecimento de ração, dentre as quais destacam-se:

- Aproveitamento de alimento natural na fase inicial da criação (trinta primeiros dias) sem fornecimento de ração, desde que a água se mostre rica em poliquetas, com coloração marrom, com aferição atenta dos índices biométricos;

Tabela 01 – Principais Países Importadores de Camarão em 2006

PAÍS	VOLUME IMPORTADO (t)
Estados Unidos	590.299
Japão	301.078
Espanha	178.115
Dinamarca	133.268
França	104.871
Reino Unido	89.097
China	73.500
Itália	72.679
Bélgica	70.607
Canadá	53.208
Holanda	50.152
Outros	443.656
Total	2.160.530

Fonte: (ROCHA, 2007).

⁴ Alguns produtores optaram por adquirir rações de menor preço ou produzir sua própria ração a partir de insumos disponíveis local ou regionalmente (tal como o “cuim” de arroz) sem muito critério, resultando em queda de produtividade na criação, ocasionada principalmente pelo baixo teor protéico desses suprimentos.

- Monitoramento do nível de consumo de ração através de bandejas-controle, localizadas nas bordas dos viveiros, o que permite determinar a quantidade de ração total a ser fornecida, a lanço, sem utilização de bandejas no restante do viveiro.

De um modo geral, os produtores estão realizando despesa do camarão quando este atinge 12 gramas, atendendo à preferência do consumidor interno, o que leva à prática de 2,5 ciclos por ano. Alguns poucos comercializam camarão de 8 a 10 gramas, voltados principalmente para restaurantes. Nessa gramatura, é possível a realização de até quatro ciclos por ano.

Em relação às pós-larvas, a escolha tem recaído sobre empresas que oferecem melhores condições de entrega e de preços. Os produtores reconhecem que a maioria implementou avanços significativos em qualidade e melhoria genética das larvas, contornando a limitação causada pelo esgotamento genético, que exercia impacto negativo no desempenho do cultivo.

Mercado

Conhecido mundialmente pelo baixo consumo per capita de frutos do mar, o Brasil experimenta atualmente uma reviravolta na comercialização interna de camarão. Observa-se hoje no setor uma situação oposta à ocorrida durante o período de expansão da atividade, quando a imensa maioria dos produtores destinava sua produção para o mercado externo. Nos últimos anos, os consumidores têm percebido uma oferta maior do crustáceo, acompanhada pela queda contínua de preços, o que tem mudado o perfil de consumo nacional, que até o ano de 2003 não passava de 250 gramas por habitante. Este fato é consequência, principalmente, da valorização do real em relação

ao dólar, aliada ao aumento da oferta mundial de camarão e da competitividade internacional. É ilustrativo o aumento das vendas de camarão cultivado observado na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) – atualmente o maior mercado de alimentos do Brasil –, cerca de 180% em 2006 relativamente ao ano anterior (CARVALHO, 2007), enquanto no mesmo período, as exportações caíam 25%.

O mercado interno brasileiro, portanto, deixou de ser mero coadjuvante, absorvendo o crustáceo apenas nos momentos de excesso de oferta no mercado externo, e passou a desempenhar papel fundamental na colocação do produto e na sustentação econômica dos carcinicultores nortdestinos.

Porém, mudanças de mercados em qualquer produto requerem uma série de investimentos prévios em infra-estrutura e logística, e com o mercado de camarão não é diferente. Falta ainda a organização dos produtores para a criação de centrais de vendas e pontos de apoio para distribuição nos Estados da região Sul e Sudeste, que abrigam o maior mercado consumidor do País. A consequência disto se vê na oferta de um produto sem regularidade e sem condições adequadas de conservação, o que leva à prática de preços insuficientes para compensar os produtores.

Com volumes de comercialização significativos, adquiridos por intermediadores mais estruturados, o destino de maior importância no mercado interno é o Rio de Janeiro, seguido de São Paulo. De um modo geral, o mercado está dando preferência ao camarão de 12 gramas. Alguns compradores preferem o camarão de 7 a 8 gramas, especialmente os restaurantes⁵. Poucos são os produtores que estão produzindo camarão com gramatura maior (18 g), devido ao custo mais elevado de produção, ciclo

⁵ Os restaurantes que servem o camarão em porções teriam preferência pela menor gramatura visto que a porção é padronizada por unidades servidas – camarão maior significaria custo maior por porção. Pratos típicos como acarajé também requerem camarão de menor gramatura, assim como os pratos da culinária japonesa (sushi).

mais longo, maiores riscos de ocorrência de doenças, além da preferência do mercado nacional por camarão de gramatura menor. Em geral, a demanda tem se mostrado maior do que a oferta, possibilitando a obtenção de preços melhores por parte de alguns produtores.

A desorganização do setor produtivo é apontada como um dos principais problemas atuais de comercialização. Dois aspectos principais podem ser destacados no sentido de se valorizar a organização do setor:

- Determinação de preços: a pulverização e desorganização dos produtores levam ao aviltamento de preços na comercialização do camarão. Isso se dá especialmente pela fragilidade dos pequenos produtores quando em situação de despesa iminente e necessitando recompor seu capital de giro. Nessas condições acabam negociando sua produção precipitadamente para o primeiro comprador que se dispõe a fechar negócio com pagamento à vista, a preços reduzidos, minando a capacidade de negociação dos demais produtores. Soma-se a isto a assimetria de informações de mercado, que leva os intermediários à prática de ações oportunistas⁶.
- Agregação de valor: o congelamento e empacotamento, retirada de cabeça e casca, pré-cozimento ou preparo de pratos congelados prontos para consumo, bem como a logística de distribuição para colocação do camarão processado no mercado são apontados como os principais fatores de agregação de valor do camarão. No entanto, para que os preços desses produtos processados sejam compensadores ao produtor e competitivos face a outras

alternativas de carnes e produtos alimentícios pré-processados, são necessários volume de produção, investimentos em equipamentos, mão-de-obra e estrutura operacional e comercial, incluindo ações de marketing, que um produtor isolado dificilmente poderá fazer.

Situação dos Empreendimentos

Diante dos fatores observados e relatados, os empreendimentos podem ser classificados em três categorias quanto ao porte e sistema de gestão: grandes empreendimentos empresariais, médios empreendimentos patronais e pequenos empreendimentos familiares, e se apresentam conforme sistematizado a seguir:

- a) Condição econômica - os empreendimentos que não se ajustaram ao cenário atual, reduzindo seus custos de produção e aprimorando os sistemas de manejo, ou ainda que foram vítimas de "calotes" dos compradores, sofreram muito com a perda de receitas. Apesar de estarem em atividade, as perspectivas desses empreendimentos não são nada animadoras, especialmente em relação aos compromissos financeiros assumidos com os bancos e fornecedores de insumos.
- b) Já os empreendimentos que conseguiram preservar seu capital de giro, ou que se instalaram em meio à crise (a partir de 2004/05) e se (re)estruturaram em conformidade com o novo cenário de baixa do dólar, restrição ao mercado norte-americano e baixos índices de sobrevivência, mostram-se bastante promissores. Com produção voltada predominantemente para o mercado interno, utilizando baixas densidades de cultivo e com baixos custos, esses produtores estão obtendo lucro e, ao contrário dos decadentes, estão expandindo suas áreas de produção mediante

⁶ É essa situação que possibilita a algumas redes de supermercados comercializarem camarão a menos de R\$ 6,00 o quilo – significa que o produtor deve estar recebendo, no máximo, R\$ 3,00 pelo quilo do produto. Mas é exatamente este mercado que permite ao produtor menos estruturado prosseguir na atividade e concluir o ciclo de produção para despesa de camarão com gramatura (e remuneração) maior no restante dos seus viveiros.

recursos próprios ou financiados, ou ainda arrendando de terceiros que desistiram da atividade.

c) Mão-de-obra – associada à diminuição na densidade de produção houve uma drástica redução de mão-de-obra contratada, com cortes que variam de 20% a 100% do pessoal contratado na época do auge da atividade⁷. Em média, os empreendimentos estão operando numa relação de 2 ha/funcionário, variando de 1,5 ha/funcionário a 3,6 ha/funcionário.

d) Licenciamento e fiscalização - em relação aos aspectos ambientais, verifica-se um arrefecimento por parte dos agentes responsáveis pela fiscalização ambiental (órgãos estaduais e IBAMA), ao mesmo tempo em que se observam preocupações relativas a meio ambiente por parte dos empreendedores (preservação das áreas de mangue, medidas de tratamento de efluentes, manutenção das licenças ambientais atualizadas etc.). Isso não significa ausência de problemas de ordem ambiental. Particularmente, os empreendimentos de pequeno porte alegam dificuldades para cumprir com todas as exigências requeridas para obtenção do licenciamento. Ademais, os custos para obtenção das licenças são demasiadamente elevados para os produtores de menor porte, com a consequente situação de irregularidade da maioria desses empreendimentos.

A fiscalização efetuada pelo Ministério do Trabalho, por outro lado, vem sendo intensificada, e alguns empresários estão sendo autuados por contratar mão-de-obra sem o devido registro em carteira, por permitir a realização de serviços sem a utilização de EPI (Equipamentos de Proteção Individual), ou apresentar irregularidades nos recolhimentos previdenciários.

Perspectivas da Carcinicultura Nordestina

Diante do quadro observado, percebe-se que os carcinicultores, nesta que se convencionou de-

nominar de quarta fase, podem ser classificados em três grupos distintos:

- O primeiro grupo congrega os empreendimentos que se estruturaram de forma mais enxuta e com administração mais eficiente de recursos (financeiros, humanos e tecnológicos) e conseguem não apenas se manter no negócio, mas também ampliar a capacidade produtiva com recursos próprios ou de terceiros.
- O segundo grupo se caracteriza pelos empreendimentos que não se ajustaram a tempo às novas condições de produção e de mercado. Via de regra, estes empreendimentos mantiveram altas densidades de povoamento, demandando muita mão-de-obra e incorrendo em elevados custos de produção. Como consequência, observou-se forte incidência de doenças nos cãmarões que, somada à baixa remuneração das exportações, rapidamente conduziu à descapitalização dos empreendimentos.
- O terceiro grupo de produtores posiciona-se no meio dos dois primeiros. É composto em sua maioria por pequenos e microprodutores que, por não apresentarem custos fixos muito elevados, não realizarem investimentos requeridos pela legislação ambiental (portanto, economizando com os custos do licenciamento, mas permanecendo na ilegalidade) e por contarem quase que exclusivamente com mão-de-obra familiar (sem custos com salários e encargos trabalhistas), mantêm-se na atividade com relativa rentabilidade.

No geral, a constatação de que a demanda por pós-larvas e ração está crescendo na Região, e que empresas como a Netuno voltam a comprar

⁷ Há casos de produtores que demitiram todos os funcionários e mantêm o empreendimento com mão-de-obra exclusivamente familiar.

camarão – inclusive para comercialização direcionada ao mercado externo – são indicativos de que a carcinicultura está superando a crise, novamente apresentando rentabilidade.

Para o primeiro grupo evidencia-se, portanto, a questão da organização do setor produtivo como a mais premente. Tanto a configuração de preços mais vantajosos na comercialização do produto in natura como o processamento para agregação de valor e consequente conquista de novos mercados passam necessariamente pela organização dos produtores.

Para o segundo grupo, a perspectiva imediata é de rigoroso processo de adequação, permeado por reorganização administrativa e tecnológica (redução de custos, capacitação e otimização da mão-de-obra e manejo mais eficiente dos insu-

mos e energia) para recuperação da capacidade de geração de receitas. A diversificação da produção pode ser uma interessante alternativa para encurtar esse processo. Todavia, em alguns casos, o encerramento das atividades parece inevitável.

Para o terceiro grupo, o cenário é dúvida: permanecendo a tendência de crescimento do mercado interno, e não havendo maiores pressões dos órgãos de fiscalização ambiental, esses produtores podem vir a se capitalizar e crescer, no rastro do primeiro grupo; no entanto, caso o mercado interno passe a exigir maior qualidade e as fiscalizações sanitária e ambiental recrudesçam sua atuação sobre o setor, o grupo tende a se inviabilizar economicamente, pois apresenta reduzida capacidade de geração de receitas para fazer frente aos custos dos investimentos requeridos.

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

A instabilidade financeira mundial no mês de agosto, em função da crise no setor imobiliário americano, não afetou, significativamente, a economia brasileira. Os dados do balanço de pagamentos revelam, por exemplo, que a conta de transações correntes passou de um déficit de US\$ 717 milhões em julho para um superávit de US\$ 1,3 bilhão em agosto.

Esse resultado decorreu, principalmente, da queda de US\$ 2,1 bilhões na remessa de lucros e dividendos, o que diminui o déficit da conta serviços e rendas. Outro fator que contribuiu para esse desempenho foi o crescimento do superávit na balança comercial em agosto em relação a julho, a despeito do processo de valorização cambial. O comportamento das exportações pode ser explicado pela alta de preços, principalmente de *commodities*, favorecida pelo crescimento das principais economias emergentes.

Os efeitos negativos da crise foram sentidos, sobretudo, na conta capital e financeira, com o forte recuo dos investimentos de *portfolio* no país que passou de US\$ 6,5 bilhões positivos em julho para um resultado negativo de US\$ 50 milhões. Esse fato era esperado considerando que os investidores institucionais foram obrigados a se desfazer de ativos nos mercados emergentes para cobrir perdas em outros mercados.

No que se refere ao investimento direto estrangeiro, apesar do recuo de 41,7% em agosto (US\$ 2 bilhões) comparativamente a julho (US\$ 3,5 bilhões), o acumulado do ano já atinge US\$

26,4 bilhões contra US\$ 18,7 bilhões no mesmo período de 2006. Desta forma, o Banco Central mudou de US\$ 25 bilhões para US\$ 32 bilhões as expectativas de aportes de empresas multinacionais no país em 2007. No acumulado do ano, o saldo do balanço de pagamentos totalizou US\$ 73,1 bilhões, mais do que o dobro do superávit de todo o ano anterior (US\$ 30,5 bilhões).

As reservas internacionais também colaboraram para o saldo positivo do balanço de pagamentos. A aplicação das mesmas em títulos no exterior rendeu ao governo US\$ 3,4 bilhões no acumulado do ano. Apesar do recuo dos juros americanos, de 5,25% para 4,75%, a expectativa do Banco Central é arrecadar US\$ 6 bilhões em 2007 com os juros pagos pelos estrangeiros ao Brasil e US\$ 6,8 bilhões em 2008.

A evolução positiva do balanço de pagamentos engendrou resultados favoráveis nos indicadores de endividamento externo, atenuando o impacto da crise financeira na economia brasileira. O forte crescimento das reservas nos oito primeiros meses do ano contribuiu decisivamente para o aumento dos indicadores que relacionam o volume de reservas cambiais com o estoque e os serviços da dívida externa. Ademais, a redução do peso da dívida, tanto em termos do PIB como das exportações, contribuiu para a diminuição da vulnerabilidade externa.

No campo interno, a redução da taxa de juros *Selic* e a avaliação pelo mercado de que o governo seguirá com sua política de manutenção do ajuste

Tabela 02 - Perspectivas para a Economia Brasileira em 2007

Variáveis	Posição em Dezembro de 2007
Taxa Selic	11,00% a.a.
Taxa de Câmbio	R\$1,90/US\$
Taxa de Inflação (Acumulada no Ano)	4,1% a.a.

Fonte: Elaboração Própria. Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Dados sujeitos a revisão.

te fiscal, não obstante os movimentos de expansão dos gastos públicos, também repercutiram na melhor percepção de solvência do setor público. O principal indicador fiscal, a dívida pública como proporção do PIB, seguindo uma trajetória descendente, deverá atingir até o final de 2007 um patamar próximo a 43,5%.

Diante desses resultados, é realista supor que a economia brasileira continuará a expansão verificada no primeiro semestre de 2007, com forte crescimento da demanda, particularmente da formação bruta de capital fixo, que vem crescendo mais do que o Produto Interno Bruto (PIB) e o consumo das famílias. Desta forma, em virtude da trajetória favorável da economia nacional, a equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica revisou as taxas de crescimento dos PIBs brasileiro e nordestino (Tabela 03).

A continuidade dos investimentos privados parece também se confirmar no segundo semestre. Segundo a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a indústria de máquinas e equipamentos poderá terminar o ano de 2007 com o maior faturamento dos últimos vinte e três anos. Esse desempenho resulta da expansão substancial dos investimentos para modernização e ampliação do parque industrial.

Ou seja, o aumento dos gastos com investimento está associado a um forte processo de absorção doméstica.

De fato, os pedidos em carteira registraram um acréscimo de 11,6% no acumulado janeiro-agosto, o que garante a produção por 19,2 semanas contra 17,2 semanas em igual período do ano anterior. No acumulado janeiro-agosto, o faturamento das empresas do setor totalizou R\$ 39,7 bilhões – incremento de 11,7% em relação ao mesmo período de 2006. Confirmada a expectativa da Abimaq de um faturamento de R\$ 63 bilhões em 2007, esse valor será o maior, em termos reais, da série iniciada em 1985.

Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a previsão de crescimento dos investimentos da indústria no período 2007/10 é de 14% ao ano. Os setores líderes desse crescimento serão petróleo, mineração e insumos básicos, além de inversões em segmentos da infra-estrutura com problemas de estrangulamentos de oferta, como saneamento e energia elétrica. Na avaliação do BNDES, a manutenção de um ciclo de inversões vigoroso permitirá que a economia brasileira alcance uma taxa de investimento de 21% do PIB em 2009.

Tabela 03 - Perspectivas para a Economia Brasileira e Nordestina em 2007

Variáveis	Taxa de Crescimento em relação a 2006 (%)
PIB do Brasil	4,7
PIB do Nordeste	4,7
Produto Agropecuário do Brasil	4,5
Produção Física Industrial do Brasil	4,8
Produção Física Industrial do Nordeste	4,0

Fonte: Elaboração Própria. Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Dados sujeitos a revisão.

O desempenho dos investimentos explica os resultados positivos da indústria de transformação no indicador de produção mensal e no acumulado do ano. Ademais, observa-se incremento do pessoal ocupado assalariado em todas as bases de comparação. A expansão industrial provocou uma elevação do nível de utilização da capacidade instalada (NUCI). Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o índice alcançou 86,1% em setembro - o maior patamar desde janeiro de 1977 (87%). A expectativa é que os investimentos que estão sendo realizados pela indústria vão aliviar o NUCI.

Os reflexos dessa conjuntura favorável nas expectativas empresariais estão sendo positivos. De fato, o índice de confiança da indústria, divulgado pela FGV, apresentou um aumento de 1% em setembro comparativamente ao mês anterior, alcançando 123,1 - o maior nível desde o início da pesquisa em 1995⁸. Esse fato mostra que a crise financeira internacional não abalou a confiança dos empresários em relação à sustentabilidade do crescimento da economia brasileira.

Diante do dinamismo da demanda interna, sobretudo da formação bruta de capital, da expansão da indústria de transformação e das expectativas favoráveis dos empresários, as projeções da equipe de conjuntura do BNB são de um crescimento de 4,8% da produção física industrial em 2007 - índice superior à projeção realizada na Conjuntura anterior, de 4%. Já para a região Nordeste, as projeções atuais apontam para uma expansão de 4% -- inferior à média nacional.

A expansão da indústria em 2007 está relacionada, sobretudo, ao dinamismo do setor de bens de capital e bens de consumo duráveis. Esses segmentos não têm participação significativa na matriz industrial nordestina, o que justifica o menor crescimento da indústria na região Nordeste.

No que concerne ao comportamento do PIB agrícola, estima-se expansão de 4,5% este ano. Esta taxa decorre da recuperação do mercado de *commodities* (no qual se enquadram a soja, o milho e o algodão), após o setor ter passado por crises em algumas atividades nos últimos anos. O mercado internacional encontra-se favorável aos produtos brasileiros por conta da maior demanda externa e previsão de redução de produção no principal país concorrente do Brasil, os Estados Unidos. Previsões de problemas climáticos, como geadas e chuvas fora de época podem prejudicar as lavouras norte-americanas. Com isso, a oferta mundial tende a reduzir, pressionando os preços para cima. Com a safra brasileira atingindo patamares recordes, os produtores nacionais terão opções de escoamento dessa produção, não apenas no mercado interno, de preços geralmente mais baixos que os praticados no exterior. As principais bolsas internacionais de *commodities* têm apresentado evolução positiva nos preços dos contratos futuros, o que evidencia tendência favorável às condições de comercialização dos produtos agrícolas.

O bom desempenho dos produtos exportados acabou afetando a produção de grãos e outros produtos voltados para o mercado interno como o feijão que, em virtude da preferência dos produtores por culturas mais rentáveis, teve uma redução da área destinada ao plantio. Cumpre ressaltar que os preços permaneceram elevados, apesar do aumento da produção (explicado pelo incremento de produtividade), dada a retenção da oferta pelos produtores, que esperavam, com a elevação de seus estoques, pressionar os preços para cima. No caso do arroz, a queda na produção (tanto em nível nacional quanto regional), resultado das condições desfavoráveis ao plantio, elevou o preço interno do produto. Por sua vez, o mercado da mandioca registrou uma elevação de

⁸ Esse índice varia de 0 a 200, sendo que valores acima de 100 indicam maior otimismo dos empresários.

preço, em virtude da entressafra, apesar do aumento de área e produções nacional e regional.

Dado o nível tecnológico inferior às demais regiões produtoras do Brasil, o Nordeste brasileiro tem a sua safra extremamente dependente das condições climáticas, as quais influenciaram negativamente a safra 2006/07, principalmente para os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Para a safra nordestina de 2007/08, espera-se incremento de produção e produtividade em relação à safra anterior.

Por outro lado, a análise do desempenho do setor de serviços da economia nacional confere especial destaque à intermediação financeira. No segundo trimestre de 2007, comparativamente ao igual período do ano anterior, foram expressivas as taxas de crescimento tanto da intermediação financeira, previdência complementar e serviços relacionados (9,6%), como do comércio (8,1%) e dos serviços de informação (7,5%). De fato, o dinamismo do consumo das famílias reflete a evolução positiva dos mercados de crédito e de trabalho associado aos programas governamentais de transferência de renda.

Essa expansão está associada à redução de 10 pontos percentuais, de 46,1% ao ano para 35,9% ao ano, das taxas médias de juros para créditos livres em pouco mais de doze meses. Ademais, o prazo médio dos empréstimos aumentou de 266 para 331 dias corridos – incremento de 24,4%. Entre dezembro de 2005 e julho de 2007, as modalidades vinculadas às famílias registraram o maior incremento, com elevação de 27,2% ao ano para o crédito a pessoas físicas e 24,1% ao ano para o crédito habitacional.

A relação crédito/PIB vem se expandindo e, para o setor industrial, elevou-se de 6,5% para 7,4% (agosto de 2006, comparado a agosto de

2007). Em agosto de 2007, as operações de crédito para pessoa física totalizaram 11,3% do PIB e o total das operações de crédito passou a representar 33,1%, em agosto de 2007, ante 29,4% no mesmo período do ano anterior.

Outros dados do Banco Central demonstram que a qualidade do crédito concedido vem se mantendo, apesar da expressiva elevação do volume concedido dos últimos meses⁹. Os percentuais de recursos mensais provisionados para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa, de janeiro a agosto, mantiveram-se em patamares menores que os apresentados nos mesmos meses do ano passado.

Os percentuais mensais de cheques devolvidos por insuficiência de fundos, até agosto, têm se mantido estáveis ao longo de 2007, em comparação a 2006, considerando o volume de documentos trocados ou o valor destes.

Para o período 2007/09, espera-se que a participação do crédito no PIB passará de 32,4% do PIB, em julho de 2007 para 40,7%, em dezembro de 2009. Os créditos ligados às pessoas físicas em relação ao PIB devem evoluir de 11% para 15% nesse mesmo período¹⁰ (BNDES, 2007).

Em função do crescimento da economia, determinado pela agricultura, indústria e serviços e o aquecimento da demanda doméstica, a arrecadação dos impostos aumenta continuamente. Com relação aos estados e municípios isto se reflete no ICMS e nas Transferências Constitucionais, principalmente FPM e FPE, que têm como base o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O FPM será acrescido, a partir de 2008, em mais um ponto percentual (22,5% para 23,5% do IR e IPI) (BRASIL, 2007a). Ainda neste ano, se-

9 Comparação entre o volume de crédito total das operações no mês e recursos provisionados para créditos de liquidação duvidosa.

10 Para a construção desses cenários foi utilizado um modelo econômico baseado em projeções do PIB, juros e inflação.

rão acrescidos aos cofres municipais cerca de R\$ 560 milhões (FOLHA ONLINE, 2007). Isto deve representar R\$ 2 bilhões a mais para os municípios, sendo R\$ 700 milhões para os municípios do Nordeste.

Este acréscimo de um ponto percentual das transferências aos municípios será particularmente relevante para aquelas unidades administrativas onde, em virtude de declínio populacional apontado pelo Censo (2007 - IBGE), serão reduzidos os coeficientes de participação nas receitas de transferências.

O bom desempenho da economia também tem se refletido sobre o mercado de trabalho. Nos últimos doze meses, até junho, os indicadores de massa salarial (que somou R\$ 22,8 bilhões), população ocupada, rendimento e tempo de procura de emprego têm apresentado comportamento favorável, consoante os dados obtidos nas seis regiões metropolitanas abrangidas na Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE).

Constata-se o crescimento anual (até junho) de 3,2% da população ocupada, acompanhado tanto pela expansão da massa salarial em 4,1%, como do rendimento médio em 2,7%, ao mesmo

tempo em que há redução do percentual da população que tem procurado emprego há mais de 30 dias.

No Nordeste, em junho, persistiam os mais altos níveis de taxa de desocupação, estimadas em 12,6% e 14,6% para Recife e Salvador, respectivamente. No que concerne à expansão da população ocupada constata-se que Salvador (6,2%) apresentou uma taxa duas vezes maior que a do Brasil, enquanto este mesmo indicador manteve-se estável em Recife. Já o rendimento médio que se elevou em 7,3% em Salvador atingindo R\$ 866,00 e se reduziu em 4,1% em Recife (R\$ 779,80), ainda se apresenta em patamares inferiores ao rendimento médio nacional que atingiu R\$ 1.119,20.

As perspectivas para o mercado de trabalho nas áreas pesquisadas pelo IBGE são positivas. No caso de Salvador, a tendência de aumento da população ocupada a taxas superiores às nacionais favorece esta projeção. Com relação a Recife, espera-se que grandes projetos em Pernambuco, como a refinaria de petróleo, os novos investimentos no Porto de Suape e o pólo de poliéster dinamizem a geração de novos empregos.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 - PIB - Produto Interno Bruto

A economia brasileira registrou crescimento da atividade de 0,8% no segundo trimestre em relação ao trimestre anterior, após variação positiva de 0,9% no primeiro semestre em similar comparação.

A análise do segundo trimestre de 2007 relativamente ao mesmo período de 2006 revela expansão de 5,4% - a vigésima segunda alta consecutiva do PIB nessa base de comparação. Esse crescimento decorreu do incremento de 4,9% do valor adicionado a preços básicos e da elevação de 8,6% nos impostos sobre produtos. Vale destacar que o aumento do imposto sobre produtos está vinculado, principalmente, ao dinamismo

das importações que tem engendrado uma elevação no volume do imposto de importação. Esse desempenho consolida o mais longo ciclo de expansão da economia brasileira desde o início dos anos noventa (Gráfico 01).

O primeiro semestre assinala um crescimento de 4,9% do PIB, bem superior ao resultado do mesmo período de 2006 quando o aumento foi de 2,7%. Nos últimos onze anos, esse resultado somente é superado pelo segundo semestre de 2004 (6,4%). Com esse desempenho, a produção de riquezas no país atingiu R\$ 1,22 trilhão a preços de mercado no período janeiro-junho.

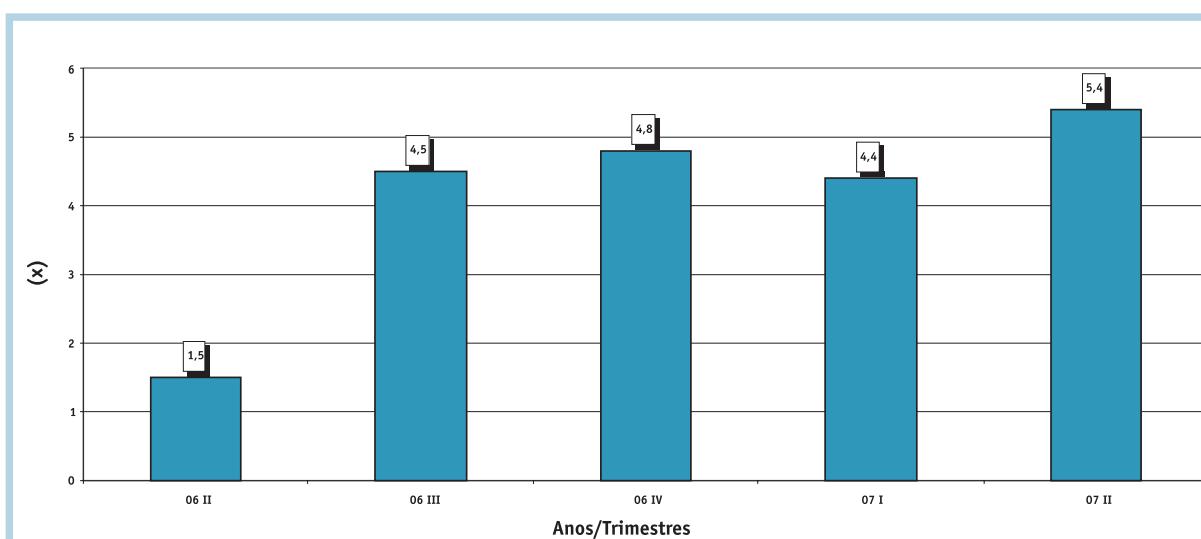


Gráfico 01 - Brasil. Variação do PIB - Trimestre Mesmo Trimestre do Ano Anterior
Fonte: (IBGE, 2007a).

Analizando pela ótica da demanda, os números apontam para uma trajetória de crescimento sem pressões inflacionárias. Isto em razão dos fatores que impulsionam a oferta – Formação Bruta de Capital Fixo e importações – assinalarem, no segundo trimestre, taxas de crescimento bem superiores ao consumo das famílias.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentou forte incremento de 13,8% no segundo trimestre sobre o mesmo período do ano anterior – o décimo quarto aumento seguido nesta base de comparação, em relação ao PIB – a FBCF alcançou 17,7%, a maior taxa para um segundo trimestre desde 2000, quando o indicador começou a ser calculado. Já no acumulado do ano, a FBCF registra expansão de 10,6%. Essa boa performance do investimento dá continuidade ao forte ritmo observado em 2006, quando a FBCF assinalou acréscimo de 8,7%.

O crescimento acelerado da FBCF resultou, principalmente, do aumento das importações e da produção local de máquinas e equipamentos

destinada à ampliação da capacidade produtiva, o que é crucial para evitar desequilíbrios entre a oferta e a demanda. A contribuição do segmento de máquinas no total do investimento vem sendo também beneficiada pela retração das suas exportações, o que propicia maior absorção local de bens de capital direcionados para incrementar a produção doméstica.

O outro componente da FBCF, a construção civil, teve acréscimo de 6,3% no segundo trimestre e de 4,3% no acumulado do ano. O aumento dos investimentos na construção civil vem acompanhado da ampliação do crédito imobiliário e do aumento dos prazos das linhas de financiamento. Diante da alta liquidez, os bancos têm concedido crédito não somente para financiar a construção, mas também para capital de giro e compra de terrenos. Dados da Câmara Brasileira de Construção (CBIC), reproduzidos pelo jornal Valor Econômico, revelam que o número de unidades construídas no Brasil cresceu 28% nos últimos doze meses (CRESCE, 2007).

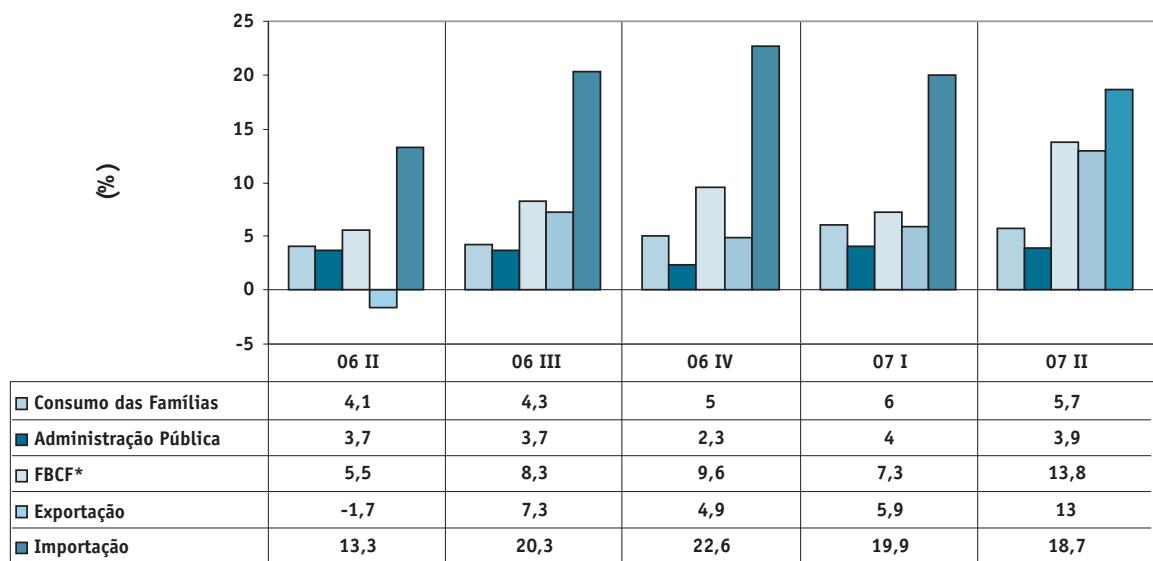


Gráfico 02 - Variação do PIB em Volume, por Componente da Demanda (Trimestre/ Mesmo Trimestre do Ano Anterior)

Fonte: (IBGE, 2007a).

(*) FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo.

O consumo das famílias cresceu 5,7% no segundo trimestre na comparação com o mesmo período do ano anterior - o décimo quinto trimestre consecutivo de alta nessa base de comparação. No acumulado janeiro-junho, o aumento atinge 5,9%. O incremento do consumo das famílias decorre em grande medida das expansões do crédito, da massa salarial e dos benefícios do programas de transferência de renda.

Segundo o Banco Central (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007j), o estoque total de crédito do sistema financeiro totalizou R\$ 813,4 bilhões em julho – expansão de 1,7% no mês e de 21,5% em doze meses. Esse resultado mantém a trajetória de crescimento da relação desse agregado com o PIB, que alcançou 32,7% em julho, contra 32,3% no mês anterior e 29,5% em julho de 2006.

Grande parte da expansão do crédito esteve vinculada ao desempenho das carteiras contratadas com recursos livres, que somaram R\$ 569 milhões em julho – incremento de 25,1% em doze meses. Vale destacar que a participação dessa modalidade de empréstimo no estoque total de crédito do sistema financeiro atingiu 70% em julho.

Somente as operações de crédito referencial para taxa de juros com recursos livres para pessoas físicas totalizaram R\$ 222,1 bilhões em julho, com aumento de 23,1% em doze meses. Os destaques ficaram por conta do crédito pessoal e da aquisição de veículos que assinalaram elevação de, respectivamente, 2,4% e 1,6%.

O aumento do crédito pessoal foi beneficiado pela continuidade da trajetória de expansão do crédito consignado em folha de pagamento que registrou acréscimo de 2,5% no mês e de 39,7% em doze meses. Os empréstimos consignados já representam 56,3% do total da carteira de crédito pessoal. Na mesma linha, as operações de arrendamento mercantil vêm mostrando uma pro-

gressão significativa, saldo de R\$ 46 bilhões, com variação de 68,1% em doze meses.

Já os recursos de crédito envolvendo pessoas jurídicas alcançaram R\$ 240,3 bilhões em julho, com ênfase para o crescimento mensal de 5,2% das carteiras com recursos externos. Esse desempenho esteve associado, sobretudo, à expansão dos repasses externos e dos adiantamentos sobre contratos de câmbio que assinalaram elevações respectivas de 6,9% e 4,2%.

Com relação à distribuição setorial, os financiamentos realizados pelo setor financeiro ao setor privado totalizaram R\$ 795,1 bilhões – aumento de 1,8% no mês. O destaque ficou por conta das operações com o segmento industrial que cresceram 2,5% no mês, seguindo-se as efetuadas com outros serviços (2,3%) e com o comércio (0,8%).

Outro fator determinante para o crescimento do consumo das famílias está vinculado ao desempenho positivo do mercado de trabalho nos últimos quatro anos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2007aa), os trabalhadores com carteira assinada no setor privado somaram 30,1 milhões em 2006 – crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior. Isto representa um aumento de 1,3 milhão de pessoas no mercado formal.

Esse desempenho aumentou a participação dos “com carteira” na população ocupada de 33,1%, em 2005, para 33,8%, em 2006. Já os “sem carteira” teve um incremento de apenas 1,8% em 2006 ante 2005, o que manteve estável a participação desse grupo na população ocupada.

No que se refere ao rendimento, os trabalhadores registraram um acréscimo de 7,2% nos seus rendimentos em 2006 frente a 2005 – a maior elevação nessa base de comparação desde 1995. Assim, o rendimento médio ficou em R\$ 883,00. Entretanto, essa variação positiva não foi suficiente

te para compensar as perdas ocorridas a partir de 1996, quando a renda média era de R\$ 975,00.

Vale salientar que o incremento da remuneração foi mais expressivo entre os 50% dos ocupados com as menores remunerações. Nesse segmento, a renda média conseguiu recuperar as perdas dos últimos dez anos, passando de R\$ 267,00 em 1996 para R\$ 293,00 em 2006. O aumento real de 13,1% no salário mínimo foi determinante para essa performance.

No recorte regional, os maiores ganhos de rendimento foram observados na região Nordeste (12,1%), seguida pelas regiões Norte (7,1%), Sudeste (6,6%), Sul (5,5%) e Centro-Oeste (4,9%). O levantamento também constatou uma queda na concentração de renda, com o Índice de Gini passando de 0,543, em 2005, para 0,540, em 2006 – o menor resultado desde 1981. Apesar das reduções seguidas nos últimos anos, a região Nordeste continua apresentando uma concentração de renda (0,565) acima da média nacional.

As informações das seis regiões obtidas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) revelam que o mercado de trabalho segue registrando trajetória

de expansão da ocupação e do rendimento médio dos trabalhadores em 2007. De fato, o contingente de pessoas ocupadas apresentou incremento de 3% em relação a julho de 2006, o que significa cerca de 603 mil pessoas a mais. Regionalmente, Salvador e Recife assinalaram incrementos acima da média nacional.

Com relação às ocupações, segundo os diferentes vínculos de trabalho, constata-se um aumento de 4,5% dos empregados com carteira em julho em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado janeiro-julho, já foram incorporados à população ocupada mil trabalhadores com carteira. Por outro lado, o contingente dos “sem carteira” sofreu uma queda de 4,4% no indicador mensal.

No país como um todo, a expansão do emprego formal está também presente nas regiões metropolitanas nordestinas investigadas pelo IBGE. Recife (13,5%) e Salvador (9,7%) registraram em julho taxas de crescimento superiores à média do total das áreas cobertas pelo IBGE.

A expansão dos empregos formais tem ocasionado desdobramentos favoráveis sobre o nível de rendimento real e da massa salarial. O rendimen-

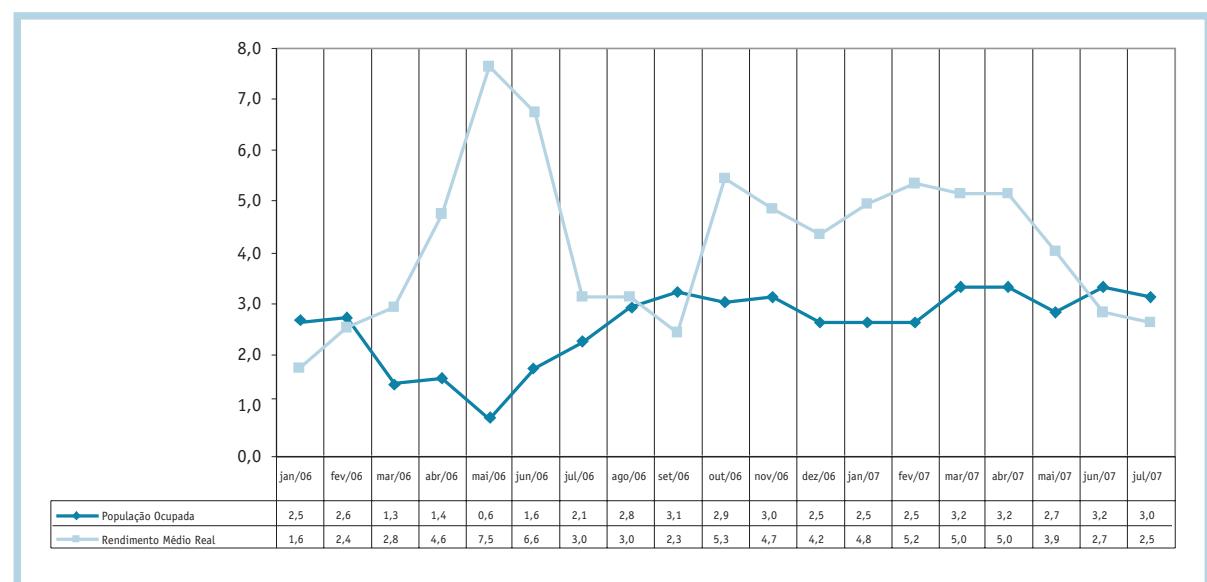


Gráfico 03 - População Ocupada e Rendimento Médio Real - Variação (%) com Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: (IBGE, 2007b).

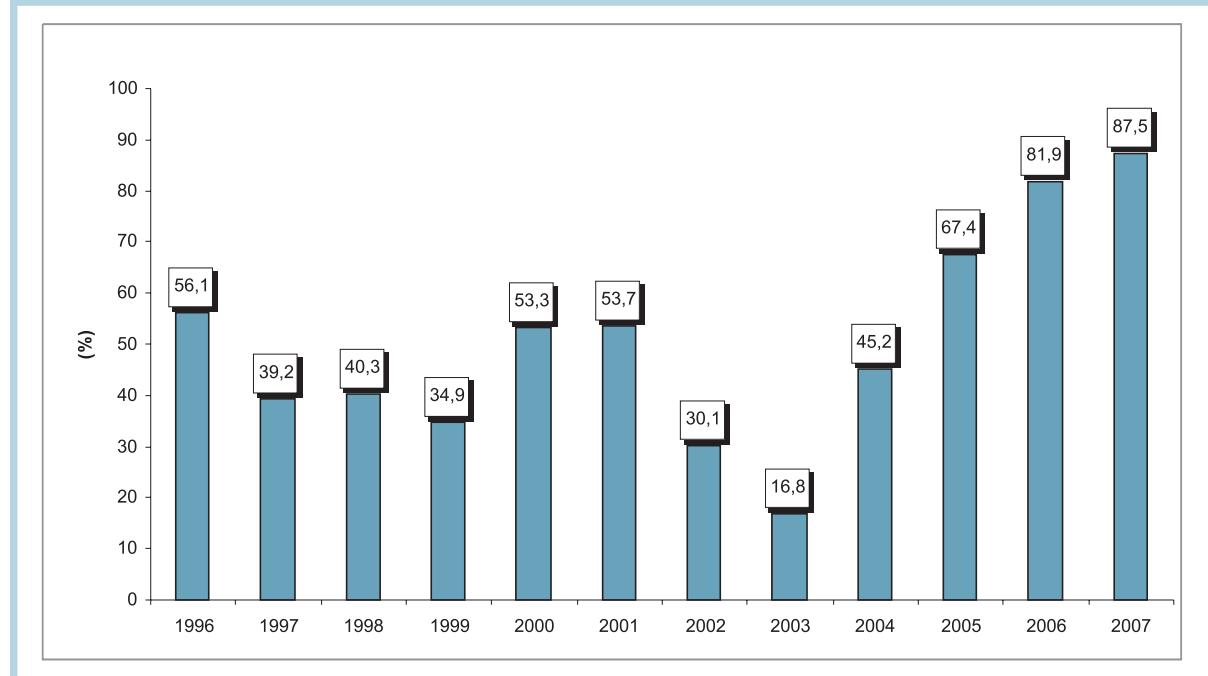


Gráfico 04 - Brasil. Distribuição dos Reajustes Salariais Superiores ao INPC-IBGE - (Janeiro a Junho de Cada Ano)

Fonte: (DIEESE, 2007a).

to médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores foi estimado nos sete primeiros meses do ano em R\$ 1.117,7 – incremento de 4,2% em relação ao mesmo período de 2006. Esse desempenho do emprego e do rendimento dos trabalhadores tem permitido uma elevação significativa da massa salarial (Gráfico 03).

O crescimento dos rendimentos dos trabalhadores reflete o balanço positivo de negociações de reajustes salariais no primeiro semestre do ano. De acordo com o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (FUNCEX, 2007b), praticamente o conjunto (97%) das 280 negociações registradas no primei-

ro semestre do ano permitiu a recomposição das perdas salariais desde a última data-base. Desse total, 87,5% obtiveram ganhos reais, enquanto 9,6% registraram reajuste igual à inflação. Apesar de 2,9% dos acordos significaram perdas reais para os trabalhadores (Gráfico 04).

Do ponto de vista setorial, observa-se que os trabalhadores da indústria (92,8%) foram os principais beneficiados pelos reajustes acima da inflação, seguido pelos de serviços (84,8%) e do comércio (81,8%). No recorte regional, o Nordeste teve um bom desempenho, com 89,1% dos reajustes acima da inflação (Tabela 04).

Tabela 04 - Brasil. Distribuição dos Reajustes Salariais Superiores ao INPC_IBGE - Janeiro a Junho de 2007 (%)

	Acima ¹	Igual ²	Abaixo ³
Norte	91,3	8,7	0,0
Nordeste	89,1	7,8	3,1
Centro-Oeste	88,0	12,0	0,0
Sudeste	82,4	12,1	5,5
Sul	90,7	8,0	1,3

Fonte: (DIEESE, 2007a).

(1) Acima do INPC-IBGE

(2) Igual ao INPC-IBGE

(3) Abaixo do INPC-IBGE

No âmbito do setor externo, as exportações registraram um acréscimo de 13% no segundo trimestre na comparação com o mesmo período do ano anterior. Já as importações assinalaram uma taxa de crescimento bem mais significativa no indicador trimestral – aumento de 18,7%. Nessa base de comparação, o ritmo de crescimento das importações supera o das exportações desde o primeiro trimestre de 2006.

Dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) mostram que o superávit da balança comercial de R\$ 24 bilhões no acumulado janeiro-julho foi 4,1% inferior ao registrado em igual intervalo do ano anterior. As vendas internacionais totalizaram US\$ 87,6 bilhões, com aumento de 17,3% e as compras internacionais atingiram US\$ 63,4 bilhões.

No mês de julho, a maior expansão das importações (34,8%) em relação às exportações (3,7%) provocou uma retração de 40,5% do superávit comercial comparativamente ao mesmo mês do ano anterior. Se por um lado, o crescimento das importações tem reduzido os superávits da balança comercial, por outro lado, esse processo tem evitado um descompasso entre oferta e demanda em alguns setores da indústria e, portanto, uma retomada do processo inflacionário.

É o caso do setor de bens de capital, no qual a forte demanda doméstica tem beneficiado tanto a produção local quanto as importações. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (IBGE, 2007l), a produção nesse segmento teve aumento de 17% nos primeiros sete meses do ano em relação ao mesmo intervalo de 2006. Já as importações registraram acréscimo de 30,3% no período janeiro-julho.

Dados da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) para o primeiro semestre confirmam essa complementaridade entre produção local e importação. A in-

dústria de máquinas e equipamentos terminou os primeiros seis meses do ano com faturamento de R\$ 28,8 bilhões – incremento de 10,1% frente a igual período de 2006 (GLOBAL 21, 2007d).

O grande destaque ficou por conta do segmento de máquinas agrícolas, com taxa de crescimento de 32,6%, impulsionado pela recuperação do setor agropecuário. Ademais, vale destacar o aumento de 74,3% da produção de máquinas para madeiras em função, sobretudo, da elevação do número de casas populares, impulsionado pelo maior poder de compra da população de baixa renda. Outros segmentos que assinalaram expansão no faturamento foram bens de capital sob encomenda (14,6%), equipamentos hidráulicos e pneumáticos (14%) e bombas e motobombas (15,8%). Por outro lado, 42,5% das máquinas adquiridas no mercado interno no primeiro semestre foram importadas. No mesmo período de 2006, esse índice era de 39,3%.

Quadro semelhante é observado no setor de bens de consumo duráveis. O crescimento da produção desse setor nos sete primeiros meses do ano foi de 5,9% - acima da média nacional (5,1%). Porém, as importações crescem a um ritmo acelerado – de janeiro a julho, o incremento foi de 46,1%. No segmento de veículos automotores, por exemplo, o forte crescimento do mercado interno, em função da expansão do crédito, com juros em queda e prazos longos, tem impulsionado tanto a produção doméstica quanto as importações.

Já a categoria de bens de consumo semi e não duráveis acumula alta de apenas 3% nos sete primeiros meses do ano, enquanto as importações tiveram aumento de 20%. Esses resultados refletem, sobretudo, o desempenho dos setores intensivos em mão-de-obra (têxteis, vestuário e calçados), em que as importações estão substituindo a produção interna.

No ramo de calçados, constatou-se uma retração da produção de 3,6% no primeiro semestre na comparação com o mesmo período do ano anterior. Em contrapartida, a quantidade de itens importados subiu 33,2% no primeiro semestre. Na indústria têxtil, o incremento na produção foi de apenas 2,7%, inferior à média da indústria de transformação. Por outro lado, as importações avançaram 40% no período janeiro-junho (Tabela 05).

Apesar do baixo desempenho, constata-se nos últimos meses sinais de recuperação desses ramos, impulsionados pelo forte crescimento do mercado interno. De fato, nos últimos vinte e seis meses, a produção de calçados, por exemplo, registrou somente quatro resultados positivos no indicador mês/mesmo mês do ano anterior, sendo que dois deles ocorreram nos meses de junho e julho de 2007.

Portanto, o maior ritmo de crescimento das importações ocorre num contexto de recuperação da produção industrial, o que faz predominar processos de complementaridade entre produção e compras internacionais. Ademais, o incremento das importações de bens de capital e bens intermediários contribui para aumentar a expansão da capacidade produtiva – fundamental nesse contexto de forte dinamismo da demanda interna.

Em suma, o dinamismo da economia brasileira no primeiro semestre esteve associado essencialmente ao aquecimento da demanda interna, sobretudo à realização de investimentos para expansão da capacidade instalada da produção. Outra particularidade desse momento é a ma-

nutenção de superávits na balança comercial, apesar da valorização cambial imprimir um ritmo de crescimento das importações superior às exportações. Essa expansão das importações tem permitido manter o equilíbrio entre demanda e oferta, evitando, dessa forma, maiores pressões inflacionárias. Vale destacar também a recuperação da produção industrial no primeiro semestre. De fato, dentre as atividades econômicas, a indústria assinalou o melhor desempenho no período janeiro-junho, com incremento de 4,9%, relativamente ao mesmo período de 2006. Vale mencionar a excelente performance da indústria de transformação que cresceu 5,1% nessa base de comparação.

Para o segundo semestre, as expectativas permanecem otimistas, apesar da desaceleração do ritmo de corte nos juros básicos da economia. A decisão do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central, no início de setembro, de reduzir em apenas 0,25% a Selic, que diminuiu de 11,50% para 11,25%, decorreu, sobretudo, do aumento das projeções inflacionárias em função do incremento dos preços dos alimentos.

A expansão da demanda interna continuará em função da manutenção do crescimento da massa salarial e do crédito e, principalmente, da política fiscal expansionista colocada em prática pelo governo com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Diante desse dinamismo da demanda, o prosseguimento dos planos de investimentos visando à ampliação da capacidade produtiva tornam-se decisivos para evitar eventuais gargalos de ofertas.

Tabela 05 - Brasil. Importação e Produção por Categoria de Uso - Acumulado do Ano

	Importação ¹	Produção ²
Bens de Capital	30,3	17,0
Bens Intermediários	21,5	4,2
Bens de Consumo Duráveis	46,1	5,9
Bens de Consumo Não Duráveis	20,0	2,4

Fonte: (FUNCEX, 2007d; IBGE, 2007ac).

(1) Acumulado do Ano. Base: Média 1996 = 100.

(2) Índice Acumulado. Base: Igual Período do Ano Anterior.

3.2 - Produção Industrial

NNa série livre de influências sazonais, a produção física industrial de junho apresentou crescimento de 1,2% em relação ao mês anterior, conforme a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do IBGE. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior, ocorreu um incremento de 6,6% da atividade industrial, melhor desempenho desde dezembro de 2004.

Esses resultados no mês foram decisivos para a expansão de 4,8% na primeira metade do ano. Em doze meses, o incremento da atividade industrial foi de 3,9%, registrando aceleração frente a maio (3,3%). Vale destacar que o setor industrial acumula uma expansão de 6,8% entre setembro de 2006 e junho de 2007. O bom desempenho dos indicadores confirma o ciclo virtuoso de crescimento da atividade industrial iniciado em setembro de 2006.

Com a queda da taxa básica de juros (Selic), a expansão da oferta de crédito e o aumento da massa salarial, observa-se uma elevação do consumo interno que tem sido decisivo para o dinamismo da atividade industrial.

Todos os setores apresentaram expansão em junho na comparação com o mesmo período do

ano anterior, com destaque para o segmento de bens de capital que assinalou incremento de 17,4%. Esse resultado está relacionado, sobretudo, à performance do setor de bens de capital agrícolas (79,1%) e para fins industriais (25,2%). A liderança do setor de bens de capital torna-se crucial para expandir a capacidade produtiva necessária para evitar gargalos de oferta e, consequentemente, pressões inflacionárias (Tabela 06).

Vale destacar também o acréscimo de 7,7% do setor de bens de consumo duráveis, bem acima da média nacional, refletindo a expansão do crédito e o crescimento da massa salarial. Já o aumento de 5,3% do setor de bens intermediários foi o melhor desempenho desde dezembro de 2004, quando atingiu 7,5%.

Nessa base de comparação, vinte e dois dos vinte e sete ramos investigados apresentaram expansão da produção. As atividades que mais contribuíram para o aumento da produção industrial foram veículos automotores (12,9%), outros produtos químicos (10,8%), extrativa (8,5%) e metalurgia básica (7,6%).

Tabela 06 - Brasil. Produção Física: Índices Especiais de Bens de Capital

Segmentos	Variação (%)		
	Mensal	Acumulada	
		Jun.07	No Ano
Bens de Capital para Fins Industriais	25,2	20,8	16,7
Bens de Capital para Fins Industriais Seriados	26,8	22,2	17,7
Bens de Capital para Fins Industriais Não-Seriados	13,6	11,7	10,4
Bens de Capital Agrícolas	79,1	31,0	7,5
Bens de Capital Peças Agrícolas	185,2	80,7	3,9
Bens de Capital para Construção	20,2	13,4	6,9
Bens de Capital para o Setor de Energia Elétrica	13,1	15,9	13,4
Bens de Capital Equipamentos de Transporte	16,8	12,2	5,6
Bens de Capital de Uso Misto	9,2	15,8	14,3

Fonte: (IBGE, 2007d).

Em relação à indústria automobilística, as informações da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA, 2007) revelam que as montadoras fabricaram 268,2 mil unidades em julho – incremento de 20,6% comparativamente ao mesmo período do ano anterior. O bom desempenho da indústria automobilística foi impulsionado pela expansão de 27,8% das vendas internas e de 18,3% das exportações.

No acumulado do ano, a produção totalizou 1,6 milhão de veículos – aumento de 8,4% em relação a igual período de 2006. Esse resultado está vinculado, sobretudo, ao bom desempenho das vendas internas que cresceram 21,5% na comparação com janeiro a julho de 2006, já que as exportações registraram um recuo de 3,1%.

A expansão da indústria automobilística no Brasil vem sendo beneficiada também pela participação de empresários nacionais na fabricação de veículos de marcas já conhecidas como Mitsubishi, Hyundai e Mahindra. **O acordo prevê o fornecimento** pelas multinacionais de tecnologia e as peças para a produção inicial, que chegam ao país em CKD (desmontadas) (GLOBAL 21, 2007a).

No caso da Mahindra, foram investidos aproximadamente R\$ 40 milhões na construção da montadora que produz três modelos de picapes e utilitários com capacidade para até 7 mil unidades/ano. Uma segunda unidade de produção já está sendo construída para a ampliação da linha de produtos. Ademais, novos investimentos estão previstos para a compra de equipamentos e nacionalização das peças.

Já a participação de veículos importados no total de licenciamento vem crescendo substancialmente, alcançando 9,5% em julho de 2007 contra 7,2% no mesmo período do ano anterior. O acréscimo das importações, impulsionado pelo processo de valorização cambial, responde ao dinamismo das vendas internas.

No acumulado do ano (até junho), a partir dos índices de categorias de uso, todos os segmentos também assinalaram crescimento. Nessa base de comparação, o setor de bens de capital foi também o grande destaque com aumento de 16,7%. Vale mencionar que esse setor vem apresentando expansão a dois dígitos desde o inicio de 2007. Já os demais segmentos assinalaram aumento inferior à média da indústria geral (Gráfico 05).

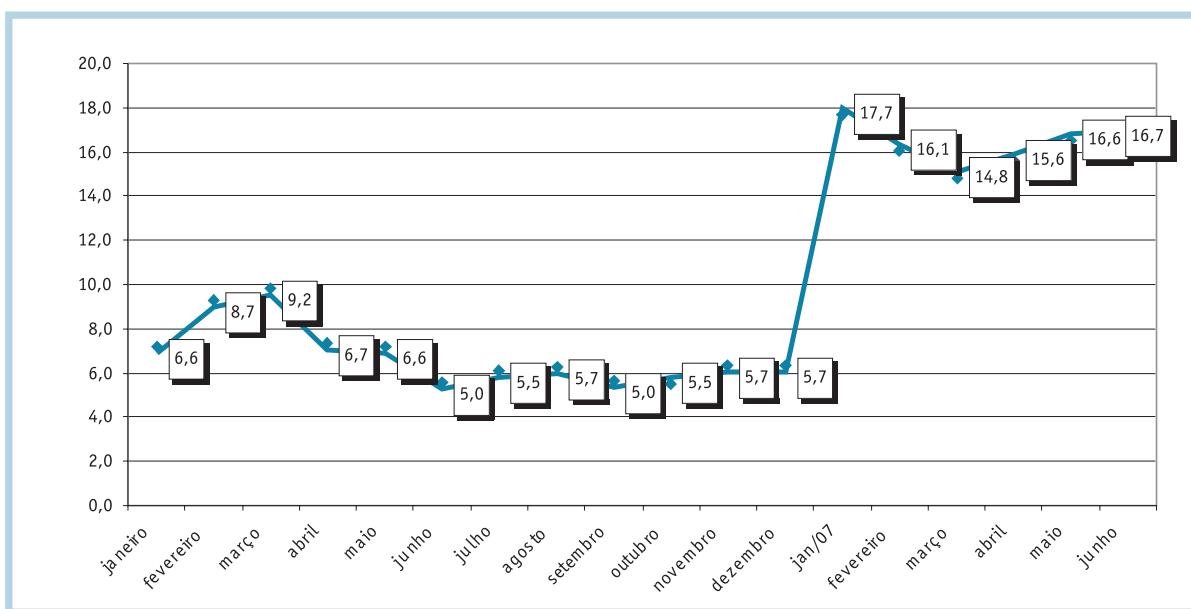


Gráfico 05 - Produção de Bens de Capital - Crescimento Acumulado no Ano (Jan. 2006 a Jun. 2007)

Fonte: (IBGE, 2007k). Dados colhidos do SIDRA/IBGE.

Vinte e um dos vinte e sete setores investigados contribuíram para o incremento da produção industrial no acumulado do primeiro semestre de 2007. Isto significa que o aumento da atividade industrial atinge um número representativo de setores, contribuindo para a sustentabilidade do crescimento. Assinalaram acréscimos significativos a fabricação de veículos automotores (8,9%) e máquinas para escritórios e equipamentos de informática e metalurgia básica (8,2%). Em sentido contrário, os segmentos de material eletrônico e equipamentos de comunicações (-9,2%), edição e gráfica (-2,9%) e calçados (-3,7%) (Gráfico 06).

Um aspecto importante que deve ser destacado está relacionado com a maior expansão da atividade industrial no segundo trimestre de 2007 (5,8%) em relação ao primeiro trimestre (3,8%), ambas as comparações contra igual período do ano anterior. Nesse processo de aceleração, vale mencionar a recuperação do setor de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis que, apesar de registrar taxa de crescimento inferior à média global da indústria no primeiro semestre

(2,9% contra 4,9%), teve desempenho de 1,3% e 4,5%, respectivamente, no primeiro e segundo trimestre, respectivamente.

Esse resultado decorre, em parte, do desempenho do setor de alimentos que vem sendo amplamente beneficiado pelo dinamismo do mercado interno e, de certos segmentos, pela conjuntura internacional favorável. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia), o faturamento nominal da indústria brasileira de alimentação teve um incremento de 8,1% no período janeiro-junho de 2007, refletindo um aumento de 4,5% nas vendas reais. Já o crescimento do volume de produção no primeiro semestre atingiu 5,8% e nos últimos doze meses chegou a 4,6%.

Somente as exportações de alimentos industrializados alcançaram no seis primeiros meses do ano US\$ 12,1 bilhões – aumento de 31,3% comparativamente a igual período de 2006. Esse desempenho reflete, sobretudo, a retomada das vendas externas de carne, após dificuldades enfrentadas no ano anterior relacionadas com os embargos sanitários em vários países. Para 2007,

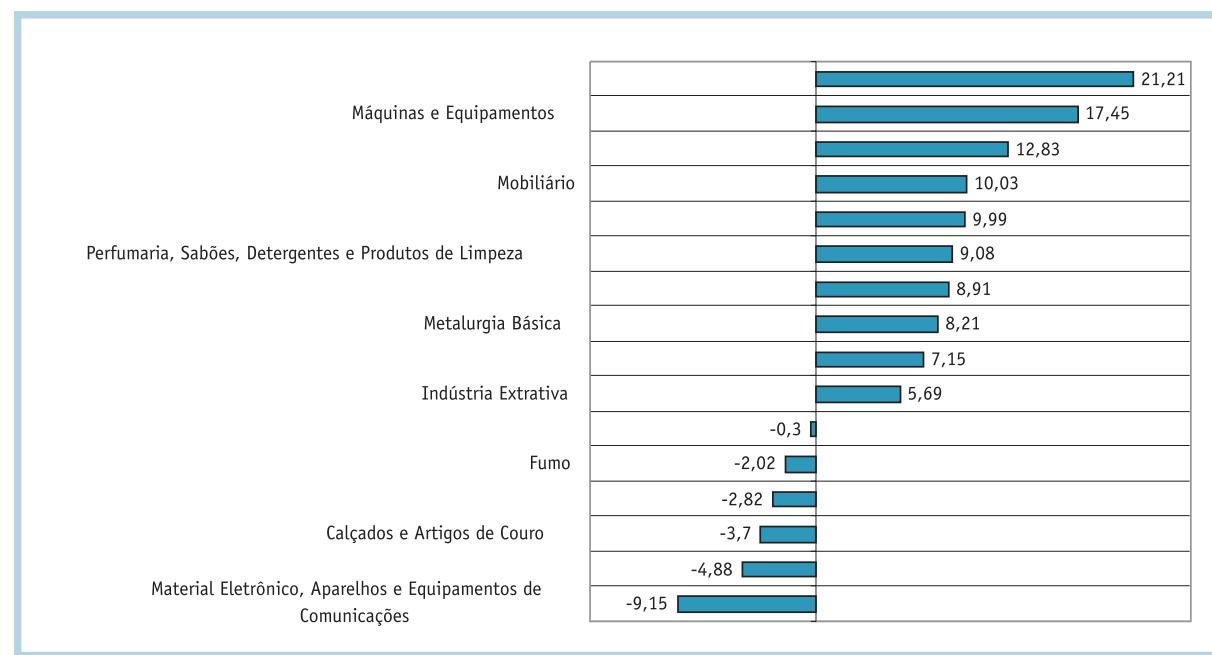


Gráfico 06 - Classes e Gêneros Selecionados da Indústria de Transformação. (Jan./Jun.07). Variação Acumulada no Ano (%)

Fonte: (IBGE, 2007j). Elaboração: Equipe BNB / ETENE Conjuntura Econômica.

as projeções da Abia para o crescimento do volume de produção e das vendas reais do setor de alimentação ficam em torno de 5% (GLOBAL 21, 2007b).

Adicionalmente, a reação dos segmentos intensivos em mão-de-obra (vestuário, calçados e têxtil) foi crucial para o bom desempenho do setor de bens semiduráveis e não-duráveis no segundo trimestre. O câmbio apreciado e a forte concorrência da China, que produz em grande escala a custo muito mais baixo, vinham desencadeando um processo de substituição da produção local por importações e prejudicando as exportações desses produtos. O redirecionamento da produção para o mercado interno, a modernização tecnológica e a atuação em nichos de maior valor agregado estão entre as estratégias adotadas por esses setores para enfrentar essas restrições. Ademais, o conjunto de medidas de apoio do governo federal visando ao fortalecimento desses ramos começam a surtir efeito.

Os bens semiduráveis afetados pela concorrência externa registraram expansão de 3,7% no segundo trimestre. Vale mencionar que a categoria teve queda de 4,6% no primeiro trimestre. O segmento de vestuário, por exemplo, registrou uma variação de 8,1% no período abril-junho. Já o ramo de calçados teve um desempenho bem mais modesto no segundo trimestre (0,2%).

Com relação ao setor de calçados, os produtores continuam transferindo parte da produção para outros países com maiores vantagens competitivas. É o caso da empresa brasileira Vulcabrás que anunciou um investimento de US\$ 60 milhões numa planta industrial na Argentina com previsão de geração de 2.300 novos postos de trabalho. A empresa brasileira, que adquiriu uma fábrica do grupo argentino Indular, pretende produzir para o mercado local e também exportar para o Brasil (GLOBAL 21, 2007e).

Esse deslocamento da produção para outros países tem contribuído para a elevação das exportações de componentes para couro, calçados e acessórios. Dados da Assistencial revelam que esse setor apresentou expansão de 6,8% nas exportações no primeiro semestre, com crescimento de nove das doze áreas que compõem o setor. Entre os produtos com maior incremento nas vendas para o exterior, destaque para o segmento de cabedais que cresceu 44,2%, seguido por palmilhas e termoconformados (40,1%) e acessórios (27,3%). Em contrapartida, os ramos de sintéticos (-22,3%), produtos químicos para calçados (-19,8%) e ferramentaria (-3,7%) apresentaram variações negativas (ASSISTENCIAL, 2007b).

Já os exportadores de calçados estão sendo beneficiados pelo aumento em 10% da cota de entrada de calçados no território argentino. O limite de 15 milhões de pares por ano que vigorou até 30 de junho deste ano passou para 16,5 milhões. Ademais, o governo argentino pretende solucionar as licenças não automáticas, que permitem as alfândegas da Argentina reter lotes de produtos vendidos ao país (ASSISTENCIAL, 2007a).

As operações de fusões/aquisições também fazem parte do processo de reestruturação no setor de calçados. Diante do acirramento da concorrência externa, essas operações acabam por beneficiar os grupos adquirentes à medida que eles se apropriam de uma parte ou da totalidade do mercado das firmas que são objetos de aquisição.

Com esse propósito, a Vulcabrás – fabricante da Reebok no Brasil - anunciou em julho a compra da Calçados Azaléia, adquirindo 99,7% das ações ordinárias (ON) com direito a voto da companhia gaúcha. Vale destacar que as duas empresas empregam atualmente 26,5 mil trabalhadores, além de 800 na Argentina (GLOBAL, 2007c).

Com relação ao setor de vestuário, apesar da recuperação no segundo trimestre, o setor fechou

o primeiro semestre com um déficit comercial de US\$ 403 milhões – volume quase sete vezes superior ao resultado negativo observado em 2006. Face ao aumento do déficit, o governo solicitou aos demais países que compõem o Mercosul a elevação da tarifa de importações de 20% para 35%. Diante da recusa do Uruguai, alegando já ter concedido um conjunto de medidas de incentivo ao setor, o governo pretende adotar uma “waiver”, que significa uma licença para o Brasil implementar uma tarifa de importação distinta dos demais parceiros do bloco (ABIT, 2007).

Os resultados da atividade industrial no primeiro semestre revelam a liderança do setor de bens de capital no crescimento industrial brasileiro, com consequências em termos de capacidade produtiva adicional. Ademais, esse desempenho do setor de bens de capital tem contribuído para a evolução dos setores de maior intensidade tecnológica. De fato, estudo do IEDI (IEDI, 2007) relacionando o crescimento industrial e a inten-

sidade tecnológica mostra que o incremento de 6,5% da indústria de transformação no mês de junho, na comparação com mesmo período do ano anterior deveu-se, principalmente, ao dinamismo do setor de média-alta tecnologia que teve uma expansão de 13,9%. Os destaques do setor foram máquinas e equipamentos mecânicos, equipamentos para ferrovia e veículos automotores.

A faixa de média-baixa tecnologia teve um acréscimo de 6,6% em função dos bons resultados da indústria naval e de produtos metálicos. Já o setor de alta tecnologia (4,6%) cresceu abaixo da indústria de transformação, em função do desempenho dos segmentos aeronáutico (17,2%) e farmacêutico (10%), compensando o recuo de 4% na indústria de material eletrônico e de comunicações que tem sido afetada pelo forte aumento das importações. O pior resultado ficou com a faixa de baixa-tecnologia, apesar da recuperação dos ramos intensivos em mão-de-obra (têxtil, couro e calçados) (Tabela 07).

Tabela 07 - Indicadores Conjunturais da Indústria Geral e da Indústria de Transformação por Intensidade Tecnológica - Junho de 2007

Classes de Indústria e Indústria de Transformação por Intensidade Tecnológica	Variação (%)		
	Mês Igual Mês Ano Anterior	Acumulado no Ano	Acumulado em 12 Meses
Indústria Geral	6,6	4,8	3,9
Indústria Extrativa	8,5	5,7	6,1
Indústria de Transformação	6,5	4,8	3,8
Alta	4,6	1,6	4,1
Aeronáutica e Aeroespacial	17,2	10,0	4,2
Farmacêutica	10,0	0,6	1,6
Material de Escritório e Informática	3,7	21,2	32,6
Equipamentos de Rádio, TV e Comunicação	-4,0	-9,2	-6,0
Instrumentos Médicos de Ótica e Precisão	2,0	0,6	5,4
Média - Alta	13,9	10,3	6,6
Máquinas e Equipamentos Elétricos	9,4	10,0	7,0
Veículos Automotores, Reboques e Semi-Reboques	12,9	8,9	5,0
Produtos Químicos, Exclusive Farmacêuticos	11,2	6,1	3,7
Equipamentos para Ferrovia e Material de Transporte	17,0	18,6	13,4
Máquinas e Equipamentos Mecânicos	20,6	17,5	12,3
Média - Baixa	6,6	3,9	2,8
Construção e Reparação Naval	11,8	-2,4	-12,7
Borracha e Produtos Plásticos	5,6	2,5	2,3
Produtos de Petróleo Refinado e Outros Combustíveis	3,7	0,0	-0,8
Outros Produtos Minerais Não Metálicos	8,0	5,5	4,6
Produtos Metálicos	8,9	7,1	5,3
Baixa	1,0	1,7	2,0
Produtos Manufaturados e Bens Reciclados	-3,6	-0,3	-1,7
Madeira e seus Produtos, Papel e Celulose	2,6	0,9	1,8
Alimentos, Bebidas e Tabaco	-0,5	3,6	3,6
Têxteis, Couro e Calçados	6,9	1,0	0,2

Fonte: (IBGE, 2007r).

No acumulado janeiro-junho, a liderança continua com o setor de média-alta tecnologia, com incremento de 10,3%, enquanto os demais se-

tores assinalam crescimento inferior à média da indústria de transformação.

3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste

O A produção industrial brasileira expandiu-se 6,6% em junho/07 em relação a igual mês do ano precedente, atingindo 4,8% no primeiro semestre de 2007. Todas as quatorze regiões pesquisadas pelo IBGE (IBGE, 2007n) apresentaram expansão no primeiro semestre do ano em curso, em comparação a igual período de 2006, destacando-se, em termos da magnitude da taxa, os estados do Rio Grande do Sul (8,5%), Minas Gerais (7,9%), Paraná (7%) e Pernambuco (6,4%) (Tabela 08).

A produção industrial do Nordeste expandiu-se 4,2% em junho/07, em relação ao mesmo mês de 2006, e 2,2% no primeiro semestre deste ano, em comparação com igual período do ano anterior. No segundo trimestre de 2007 manteve-se praticamente igual ao semestre precedente (crescimento de 0,1%). Referindo-se à taxa anu-

alizada, o indicador acumulado nos últimos 12 meses (jul./06-jun./07) registrou uma expansão de 2,8% para o Nordeste, enquanto o país atingiu um crescimento de 3,9%. Observe-se que dos três estados do Nordeste pesquisados – Ceará (0,5%), Bahia (0,3%) e Pernambuco (6,4%) – apenas este último teve uma produção industrial superior à nordestina (2,2%) no primeiro semestre de 2007 (Tabela 08).

Considerando apenas o indicador mensal (4,2%) das onze atividades pesquisadas, a produção da indústria nordestina apresentou expansão em nove, tendo os melhores resultados advindo dos seguintes setores: calçados e artigos de couro (16,2%), vestuário e acessórios (13,8%), minerais não-metálicos (11,3%) e alimentos e bebidas (9%). Apenas os setores da indústria ex-

Tabela 08 - Variação da Produção Industrial (em %)

Região	Jun. 07 / Jun. 06 (*)	Jun. 07 / Mai. 07	2º Trim. 07 / 1º Trim. 06 (*)	1º Sem. 07 / 1º Sem. 06	Jul. 06 - Jun. 07 / Jul. 05 - Jun. 06
Amazonas	7,1	3	-3,7	0,2	-0,8
Pará	-0,6	-1,1	-1	3,5	9,1
Região Nordeste	4,2	0,6	0,1	2,2	2,8
Ceará	2,9	0,5	1,8	0,5	4,9
Pernambuco	5,2	-0,5	2,6	6,4	5,6
Bahia	2,8	-0,3	-1,9	0,3	0,5
Minas Gerais	11,3	1	3,3	7,9	6,2
Espírito Santo	2,2	2,3	-0,5	4,3	7,3
Rio de Janeiro	2,5	-1,1	1,6	2,3	1,4
São Paulo	6,8	2	3,1	4,1	3,5
Paraná	4,1	1,4	1,9	7	3,6
Santa Catarina	5,3	-0,6	2,8	4,8	3,1
Rio Grande do Sul	7	-1,3	2,6	8,5	4,2
Goiás	-4,5	-5,1	-3,6	1,6	2,5
Brasil	6,6	1,2	2,5	4,8	3,9

Fonte: (IBGE, 2007o).

* Ajustado sazonalmente.

Tabela 09 - Brasil e Nordeste: Indicadores Mensais de Produção Física Industrial (Base: Mesmo Mês do Ano Anterior)

Atividades industriais	jan/07		fev/07		mar/07		abr/07		mai/07		jun/07	
	BR	NE	BR	NE	BR	NE	BR	NE	BR	NE	BR	NE
Indústria Geral	4,44	4,65	3,72	3,90	3,78	2,80	5,94	-2,17	4,86	2,89	6,58	4,15
Indústria Extrativa	5,10	-3,61	5,65	-4,10	5,64	-3,90	5,60	-3,01	3,27	-5,42	8,52	-0,56
Indústria de Transformação	4,39	5,25	3,61	4,49	3,67	3,31	5,96	-2,11	4,96	3,55	6,46	4,53
Têxtil	-0,89	-7,78	-0,20	-6,50	0,53	-6,00	3,80	-4,42	3,74	4,78	5,81	5,62
Vestuário e Acessórios	-5,44	-6,84	-3,20	-4,40	-3,10	-8,50	-0,18	8,11	9,59	9,31	14,71	13,76
Calçados e Artigos de Couro	-11,10	-15,50	-6,50	-4,90	-7,10	-2,30	1,83	4,26	-3,48	4,19	1,63	16,21
Celulose, Papel e Produtos de Papel	1,28	3,51	0,98	1,20	0,48	0,56	-1,83	-21,66	-2,90	-9,58	3,76	1,26
Refino de Petróleo e Álcool	-5,53	-0,46	-3,40	1,27	-1,20	0,67	-0,19	-16,85	-0,24	-1,23	3,69	2,24
Minerais Não Metálicos	-0,16	4,94	2,16	5,42	3,71	6,52	9,59	10,92	4,14	5,71	8,04	11,29
Metalurgia Básica	7,69	10,45	8,39	4,71	9,13	2,29	7,19	3,16	7,22	4,65	7,59	1,43
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	10,67	8,20	8,00	3,87	7,22	-2,80	14,49	-16,20	14,45	-15,24	9,43	-10,53

Fonte: (IBGE, 2007n).

Nota: PIM-PF Regional: ajuste sazonal somente para a Indústria Geral; PIM-PF Brasil: ajuste sazonal para todos as atividades.

trativa (-0,6%) e de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-10,5%) apresentaram resultados negativos em relação ao mês de junho do ano anterior. No histórico semestral, observa-se uma grande oscilação no indicador mensal de produção física para a indústria regional como um todo, variando entre -2,2% em abril e 4,7% em janeiro, demonstrando não haver neste período uma tendência constante de expansão ou de retração. Houve desaceleração no ritmo de expansão no primeiro trimestre e persistente aumento das taxas de crescimento mensal no segundo trimestre do ano (Tabela 09).

No acumulado do ano, correspondente ao primeiro semestre de 2007, o Nordeste apresentou uma expansão de 2,2% na sua produção industrial, enquanto o Brasil evoluiu 4,8%. Nesta base de comparação, apenas os setores de alimentos e bebidas¹¹ (10,2%), minerais não metálicos (7,8%) e de calçados e artigos de couro (2,4%) apresentaram performance melhor do que a nacional (Gráfico 07).

Dos estados nordestinos pesquisados pelo IBGE, o destaque no primeiro semestre ficou com Pernambuco (6,4%), que apresentou taxa de expansão da produção industrial superior à brasi-

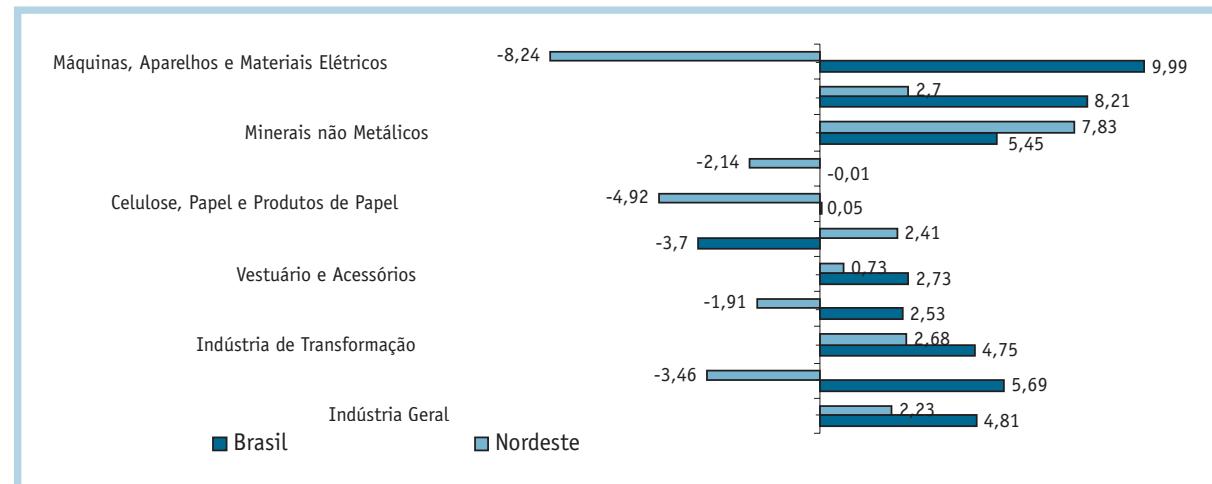


Gráfico 07 – Brasil e Nordeste: Produção Física Acumulada – Jan. a Jun. 2007

Fonte: (IBGE, 2007m).

11 Na pesquisa com corte regional, alimentos e bebidas são agregados em um único segmento. Para o Brasil, são disponíveis estatísticas separadas para os dois segmentos: alimentos e bebidas.

leira (4,8%). Já os Estados do Ceará (0,5%) e da Bahia (0,3%) tiveram desempenho positivo no período, porém muito abaixo do índice nacional.

O baixo desempenho da indústria baiana decorre principalmente do comportamento da indústria automobilística. No semestre, na comparação com a mesma base do ano anterior, este segmento teve redução de 9,7%. Este comportamento reflete a queda das vendas externas do setor automobilístico que passaram de US\$ 395 milhões em 2006 para US\$ 338,2 milhões em 2007.

A indústria cearense, por sua vez, apresentou declínio em quatro das dez seções pesquisadas. O refino de petróleo e álcool, por exemplo, sofreu redução de 38,2%, relativamente à primeira metade de 2006. Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos (-32%) e máquinas aparelhos e materiais elétricos (-20,8%) também apresentaram menor produção no seis meses iniciais de 2007, comparativamente ao mesmo período de 2006. A indústria têxtil (-5,5%) e de vestuário e acessórios (-3,8%) tiveram comportamento descendente na mesma base de comparação. Para estas duas últimas seções, uma parte da explicação é o aumento da importação de produtos de origem chinesa, favorecidos pela desvalorização do dólar.

No indicador mensal, a produção industrial de Pernambuco avançou 5,2%. De acordo com o IBGE (IBGE, 2007c), “as principais contribuições positivas vieram de produtos químicos (22,4%), devido, sobretudo ao aumento na produção de tintas e vernizes para construção, e oxigênio; de alimentos e bebidas (6,5%), por conta da maior fabricação de refrigerantes e margarina; e de produtos de metal (11,8%), em virtude da maior produção de latas de alumínio”.

No Ceará, o indicador mensal cresceu 2,9%, sendo que o maior impacto positivo foi do setor de calçados e artigos de couro (31,5%), em vir-

tude da maior fabricação de calçados de plástico e de couro. Outras contribuições relevantes foram assinaladas por alimentos e bebidas (9,8%), favorecido pelo aumento na produção de amendoim e castanha de caju torrados além do de refrigerantes; e de produtos químicos (42,3%), em função dos itens tintas e vernizes para construção, e vacinas para veterinária (IBGE, 2007c).

Na Bahia, o indicador mensal da indústria evoluiu 2,8%, tendo a maior contribuição positiva vindo do setor de alimentos e bebidas (7,7%), influenciado pelo aumento na produção de cervejas e chope e leite em pó. Em seguida, veio o setor de metalurgia básica (4,6%), com destaque para fabricação de vergalhões de aço ao carbono, e barra, perfil e vergalhões de cobre; e o setor de refino de petróleo e produção de álcool (4,2%), em função da maior fabricação de gasolina e óleos lubrificantes (IBGE, 2007c).

Outra análise que se pode realizar sobre a *performance* industrial do Nordeste é através da utilização dos indicadores disponibilizados pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará – INDI, apresentados na Tabela 10. Trata-se de uma pesquisa de periodicidade mensal, que tem por objetivo acompanhar e interpretar as principais ocorrências para o total da indústria de transformação nordestina e seus principais gêneros, abrangendo os seguintes indicadores: variação das vendas; pessoal empregado; horas trabalhadas; salários líquidos pagos e grau de utilização da capacidade instalada. A pesquisa do INDI tem como base dados coletados apenas nos Estados do Ceará, Bahia e Pernambuco, sendo os seus indicadores representativos, por quanto se baseiam em uma amostra que contempla pelo menos 50% do pessoal ocupado ou 70% do Valor da Transformação Industrial (VTI) dos três estados mencionados, que juntos representam 70% do PIB industrial do Nordeste. A título de comparação, os indicadores do IBGE

da PIM-PF relativos à indústria de transformação contemplam 62,1% do valor de transformação da indústria geral nordestina e 55,5% do VTI da indústria de transformação da região. Os indicadores produzidos pelo IBGE baseiam-se na evolução das quantidades produzidas de uma série de produtos, tendo como referência o método de Laspeyeres. A idéia subjacente à PIM-PF é que o comportamento das quantidades de produtos selecionados reflete a evolução de curto prazo no valor adicionado da indústria.

Ressalte-se que, enquanto o IBGE adota uma metodologia focada na variação da produção industrial, a pesquisa INDI tem como foco principal a variação nas vendas industriais, deflacionadas pelo Índice de Preços no Atacado, conceito Oferta Global - IPA/OG, Indústria de Transformação, produzido pela Fundação Getúlio Vargas e pelo INPC para os custos da mão-de-obra.

De acordo com os dados do INDI, o Nordeste obteve desempenho positivo em todas as variáveis analisadas na comparação entre os cinco primeiros meses de 2007 e os de 2006, assim como entre maio/2007 e o mesmo mês do ano anterior. Já em relação ao mês precedente (abril/2007), apenas a variável relativa às exportações recuou 8,09%.

Segundo o levantamento do INDI, as vendas totais da indústria nordestina obtiveram em maio último um desempenho substancialmente maior frente a abril do corrente ano (6,51%), resultado positivo refletido também em comparação a maio/06 (1,42%) e entre os cinco primeiros meses de

2007 (1,32%) e 2006. Neste último caso, os melhores resultados de vendas deveram-se aos setores de minerais não metálicos (38,31%) e têxtil (14,67%), conforme destacado na Tabela 11.

Os salários líquidos obtiveram resultados positivos, tendo incremento de 5,61% de janeiro a maio deste ano em comparação a igual período de 2006. Performance similar ocorreu entre os meses de maio/07 e maio/06, atingindo uma expansão de 5,5%. Os melhores desempenhos na variável salário em maio/2007 ocorreram nos setores de vestuário, calçados e artigos de tecido (27,66%) e minerais não metálicos (14,33%), em relação a maio de 2006.

Observa-se também que as variações do pessoal empregado foram satisfatórias para a indústria nordestina. De fato, comparando maio de 2007 e de 2006, o pessoal empregado na indústria cresceu 4,95%, enquanto nos cinco primeiros meses expandiu 3,82% em relação a igual período do ano precedente. Nesta última base de comparação, apresentaram resultados mais expressivos quanto ao número de pessoas empregadas, os setores de produtos alimentares (17,33%) e de minerais não metálicos (10,09%). Já o número de horas trabalhadas evoluiu 0,70% em maio/07 frente a maio/06 e 0,36% nos cinco primeiros meses (Tabelas 10 e 11).

No acumulado de janeiro a junho deste ano, observou-se uma redução no ritmo de expansão tanto do número de pessoas ocupadas como do nível da produção industrial na Região Nordeste,

Tabela 10 - Nordeste: Indicadores Gerais da Indústria de Transformação (Variações Reais, em %)

Indicadores	Mai.07 / Abr.07	Mai.07 / Mai.06	Jan-Mai.07 / Jan-Mai.06
Vendas Totais da Indústria	6,51	1,42	1,32
Salários Líquidos	0,73	5,5	5,61
Pessoal Total Empregado	0,94	4,95	3,82
Horas Trabalhadas	2,89	0,7	0,36
Exportações Produtos Industrializados	-8,09	21,43	15,22
Utilização da Capacidade Instalada (nível %)	77,73(a)	72,47 (b)	76,96 (c)

Fonte: (FIEC/INDI, 2007a).

Notas: (a) em maio de 2007; (b) em abril de 2007; (c) em maio de 2006.

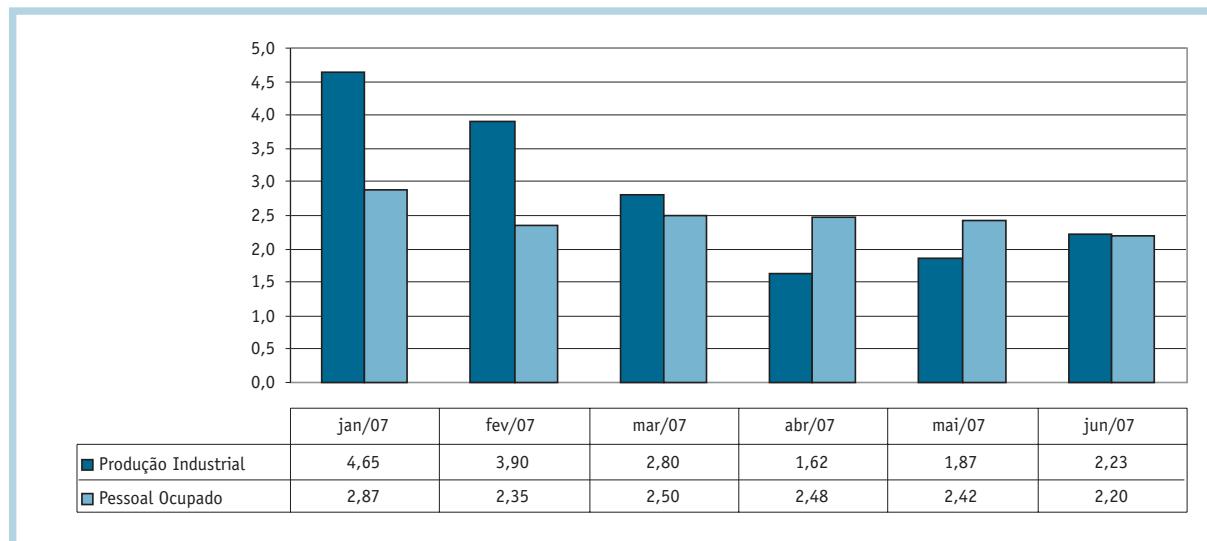


Gráfico 08 - Nordeste: Variação Percentual de Produção Industrial e Pessoal Ocupado (Índice Acumulado)

Fonte: (IBGE, 2007ad).

embora este último indicador tenha apresentado uma ligeira recuperação no segundo trimestre (Gráfico 08).

Analizando-se vendas e ocupação simultaneamente, os setores que apresentaram melhor desempenho foram: minerais não metálicos, respectivamente 38,31% e 10,09%, e produtos alimentares, com 11,49% para vendas e 17,33% no emprego (Tabela 11).

No que concerne às exportações, os resultados de janeiro a maio/07 (15,22%) e de maio/07 (21,43%) em relação a igual período de 2006 denotam um incremento substancial na performance exportadora da região, apesar do

decréscimo de 8,09% observado entre maio e abril deste ano.

Por fim, o nível de utilização da capacidade instalada da indústria regional atingiu 77,73% em maio de 2007, considerado o melhor resultado desde o início do ano.

De forma similar aos resultados do IBGE para a produção industrial, o Nordeste como um todo apresentou na pesquisa INDI uma *performance* de vendas positiva, porém inferior aos indicadores da indústria nacional. No Brasil, as variações de vendas de maio relativamente ao mês anterior chegaram a alcançar 7,14%. Quando se compara as vendas de maio/07 com a mesma base do ano

Tabela 11 - Nordeste: Indicadores Acumulados de Vendas e Pessoal Ocupado por Setores de Atividade. Variação Percentual

Setores Industriais	Jan. - Mai. 06 / Jan. - Mai. 05	
	Vendas	Pessoal Ocupado
Crescimento nas Vendas com Expansão no Pessoal Empregado		
Minerais não Metálicos	38,31	10,09
Produtos Alimentares	11,49	17,33
Crescimento nas Vendas com Declínio no Pessoal Empregado		
Metalúrgico	6,6	-2,96
Têxtil	14,67	-0,25
Vestuário, Calçados e Art. Tecidos	11,45	-13,76
Declínio nas Vendas com Expansão no Pessoal Empregado		
Químico	-0,94	9,29

Fonte: (FIEC/INDI, 2007a).

precedente, a expansão é de 5,4%. E, nos cinco meses iniciais de 2007, o desempenho nacional significativamente é superior ao Nordeste com crescimento de vendas de 4,7%.

Objetivando compreender a *performance* de alguns setores da indústria nordestina no primeiro semestre de 2007, ressaltam-se, a seguir, alguns fatores que contribuíram para os seus resultados.

O incremento substancial observado no consumo interno, conforme se depreende dos indicadores de crescimento das receitas do comércio varejista do setor de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo favoreceu a expansão nas vendas da indústria do setor de alimentos e bebidas. De fato, as receitas de vendas no varejo dos citados setores elevaram-se no primeiro semestre de 2007 nos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, respectivamente, em 12,8%, 12,4% e 10,8%. Ressalte-se também que, particularmente no segmento de alimentos, houve aumento no beneficiamento da amêndoa da castanha de caju no Ceará, em decorrência do processamento da safra de 2006. Essa indústria

processa a castanha colhida no ano anterior, que obteve em 2006 um recorde histórico, atingindo 130,5 mil toneladas.

De forma similar, os setores industriais de vestuário, calçados e artigos de tecidos devem sua expansão explicada, em parte, ao crescimento do mercado interno proporcionado pela melhoria da renda da população nordestina, principalmente se considerar que o Brasil elevou substancialmente o déficit na balança comercial dos setores têxtil e de confecções, que passou de US\$ 60 milhões no ano passado para US\$ 403,5 milhões no primeiro semestre de 2007. Com efeito, o comércio varejista de tecidos, vestuário e calçados elevaram suas receitas de vendas no primeiro semestre/07 nos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, respectivamente, em 21%, 9,1%, 22,7%.

Ainda sobre os setores de vestuário, calçados e artigos de tecidos, cabe ressaltar a possível influência da política anti-dumping anunciada pelo governo brasileiro, causando relutância junto aos importadores em realizar novos pedidos.

3.3 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada

O maior ritmo de crescimento da produção industrial no primeiro semestre de 2007 está se refletindo no nível de utilização da capacidade instalada (NUCI), sem ajuste sazonal, que alcançou 84,7% em junho – acima dos 84,4% no mês anterior e dos 82,4% de janeiro de 2007. Apesar desse ligeiro aumento, constata-se relativa margem para sustentar a aceleração no ritmo de produção industrial, sem estrangulamentos na oferta e ameaças à estabilidade de preços. Essa relativa folga resulta, principalmente, dos investimentos em ampliação da capacidade produtiva e do au-

mento da produtividade verificados em 2006 e no primeiro semestre de 2007 (Tabela 12).

A análise por categoria de uso de uso revela que essa expansão está em grande parte sendo influenciada pelo setor produtor de bens de capital, cujo NUCI médio, em maio, foi estimado em 85,4%, acima dos 84,8% do mês de maio. Considerando toda a série da Fundação Getulio Vargas (FGV) com início em 1995, esse valor somente é superado pelo NUCI de março que atingiu 85,5%.

Tabela 12 - Brasil. Utilização Média da Capacidade Instalada¹-2006/2007

	2006					2007					
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Indústria de Transformação	83,6	84,6	84,2	84,7	84,4	82,4	83,9	83,1	84,5	84,4	84,7
Bens de Consumo	80,3	81,7	80,8	80,9	80,9	78,8	79,8	79,3	81,6	82,3	81,7
Bens de Capital	80,8	82,8	83,5	84,0	84,8	84,5	85,2	85,5	85,2	84,8	85,5
Material de Construção	86,0	87,2	87,0	87,2	86,9	81,9	84,4	83,5	85,8	83,5	83,3
Bens Intermediários	87,6	88,3	87,9	88,3	87,5	86,0	88,2	87,4	88,3	87,8	88,1

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007g).

1/ Porcentagem da capacidade máxima operacional utilizada no mês. O complemento de 100 representa o nível médio de ociosidade. A partir de outubro de 2005 a série passou a ser divulgada com periodicidade mensal.

A consolidação dos investimentos é considerada crucial quando se leva em conta que todos os ramos de bens de capital estão com a produção aquecida e registrando incremento da carteira de pedidos. É o caso do segmento de bens de capital para fins industriais, cuja produção cresceu 20,8% no período janeiro-junho de 2007. Essa expansão reflete, sobretudo, um forte processo de absorção doméstica da produção de bens de capital.

Vale destacar também a recuperação dos setores produtores de bens de capital vinculados à produção agropecuária, a exemplo do segmento de peças agrícolas, que vinha apresentando variação negativa em 2006 e registra incremento de 80,7% no acumulado do primeiro semestre.

Já os fabricantes de bens de capital para fins industriais não-seriados assinalaram um aumento de 11,7% no período janeiro-junho, acima dos 11,3% de janeiro-maio e dos 9,6% de janeiro-abril. Essa progressão é um indicador importante de que o crescimento industrial está ocorrendo em bases sustentáveis, considerando que os bens de capital sob encomenda são máquinas de maior valor agregado e que refletem decisões de investimentos de médio e longo prazos.

No setor de bens intermediários, o NUCI de junho praticamente se manteve estável em relação a maio, passando de 87,8% para 88,1%. Entre os gêneros industriais, constatou-se que metalurgia (93,6%) e papel e papelão (91,4%) sofreram ligeira desaceleração em relação a maio de 2007.

Essa relativa estabilidade se explica pelo fato da expansão da produção de bens intermediários no primeiro semestre de 2006 se encontrar abaixo da média agregada nacional, evitando problemas de escassez de matérias-primas que poderiam provocar pressões de custos de produção no setor industrial. Ademais, a taxa de câmbio vigente favorece a importação de bens intermediários a preços competitivos, possibilitando uma relativa folga para aumentar a produção do setor e contribuindo para a diminuição da pressão por reajustes de preços.

Em contrapartida, o NUCI desse segmento permanece acima do nível de utilização da indústria de transformação, refletindo as condições ainda favoráveis dos preços das *commodities* metálicas no mercado internacional.

Já o setor de bens de consumo assinalou um NUCI em junho de 82,4%, bem superior ao nível observado em janeiro de 2007 (78,8%), influenciado pela expansão do crédito e do aumento do rendimento médio do trabalhador. Entretanto, a manutenção do NUCI desse segmento abaixo do patamar da indústria de transformação deve-se ao forte crescimento das importações, beneficiado pelo real valorizado.

A Sondagem Especial da Indústria de Transformação – Quesitos Especiais da FGV de maio de 2007 (FGV, 2007c), assinalou um incremento do número de empresas que pretendem expandir seus investimentos produtivos no segundo se-

Tabela 13 - Brasil. Previsão de Investimento em Capital Fixo - Percentuais

Discriminação	Período	Tendências			
		Aumento	Estabilidade	Redução	Saldo
Indústria de Transformação	Entre o 2º Semestre de 2006 e o 1º Semestre de 2007	34	45	21	13
	Entre o 1º Semestre de 2007 e o 2º Semestre de 2007	34	52	14	20
Bens de Consumo	Entre o 2º Semestre de 2006 e o 1º Semestre de 2007	39	45	16	23
	Entre o 1º Semestre de 2007 e o 2º Semestre de 2007	30	55	15	15
Bens de Capital	Entre o 2º Semestre de 2006 e o 1º Semestre de 2007	23	56	21	2
	Entre o 1º Semestre de 2007 e o 2º Semestre de 2007	37	50	13	24
Material de Construção	Entre o 2º Semestre de 2006 e o 1º Semestre de 2007	40	49	11	29
	Entre o 1º Semestre de 2007 e o 2º Semestre de 2007	33	56	11	22
Bens Intermediários	Entre o 2º Semestre de 2006 e o 1º Semestre de 2007	31	45	24	7
	Entre o 1º Semestre de 2007 e o 2º Semestre de 2007	38	49	13	25

Fonte: (FGV/IBRE, 2007a).

mestre do ano corrente. Comparativamente aos investimentos que vinham sendo realizados no primeiro semestre, 34% das empresas planejam ampliar seus investimentos e apenas 14% projetam recuo.

Por categoria de uso, a proporção de empresas do setor de bens de capital que programam aumentar os gastos com investimentos entre o primeiro e o segundo semestres de 2007 encontra-se em 37%, acima dos 23% que previam o mesmo entre o segundo semestre de 2006 e o primeiro semestre de 2007. Vale mencionar também que cresceu de 31% para 38%, a proporção das empresas projetando aumento dos investimentos no segmento de bens intermediários. Em contrapartida, ocorreu recuo das previsões de investimentos nos setores de bens de consumo e material de construção. Vale destacar que os setores com maior ímpeto de investimento no segundo semes-

tre de 2007 são justamente os que apresentam um maior nível de utilização da capacidade instalada (Tabela 13).

Para o Nordeste, os indicadores industriais divulgados pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial com base nos dados da Confederação Nacional da Indústria (FIEC/INDI, 2007b) revelam que o índice de utilização da capacidade instalada alcançou 74,1% em junho de 2007, inferior ao índice do mesmo período em 2006.

Esse percentual é também menor que a média nacional (82,5%). Trata-se de dado coerente com as informações do IBGE (IBGE, 2007p), segundo as quais no acumulado dos principais sete meses do ano, o país avançou 5,1% na produção industrial relativamente ao mesmo intervalo de 2006. Já a região Nordeste, na mesma base de comparação, expandiu apenas 2,6% (Tabela 14).

Tabela 14 - Nordeste e Brasil Nível de Utilização da Capacidade Instalada

	Junho 07	Maio 07	Junho 06
Nordeste	74,1	77,7	80,6
Brasil	82,5	83,2	82,7

Fonte: (FIEC/INDI, 2007b).

3.4 - Produtividade da Indústria

A expansão de 3,5% da produtividade industrial no primeiro semestre do ano ocorreu com aumento da produção (4,8%) e das horas pagas (1,6%). Vale mencionar que apenas no segundo trimestre, a produtividade assinalou um acréscimo de 4%, bem acima dos 2,9% do primeiro trimestre.

O crescimento da produtividade reflete uma expansão da produção em ritmo mais intenso do que o emprego industrial, beneficiada pela intensificação da maturação dos investimentos. No primeiro semestre, a produção de bens de capital registrou um incremento de 16,7% enquanto as importações de máquinas e equipamentos cresceram 30,7%.

Entre os motivos apontados pelos empresários para a realização de investimentos em 2007, a expansão da capacidade de produção foi mencio-

nada por 47% dos entrevistados - a terceira maior freqüência relativa da série iniciada em 1998. Em seguida, o aumento da eficiência produtiva foi apontado por 31% das empresas. Já a substituição de máquinas e equipamentos, mencionada por 16% dos entrevistados, foi o maior percentual da série histórica (FGV, 2007c) (Gráfico 09).

A combinação de elevação do nível de utilização da capacidade instalada (NUCI) e o maior dinamismo da demanda num contexto favorável de crescimento está estimulando a expansão dos investimentos. Como já destacamos na seção anterior, as inversões se localizam, sobretudo, nos segmentos de bens de capital e bens intermediários, que estão com maior NUCI.

Essa fase de expansão dos investimentos deve-se manter, dado que os empresários industriais continuam confiantes com relação à situação atual

Fonte: (IBGE, 2007ad).

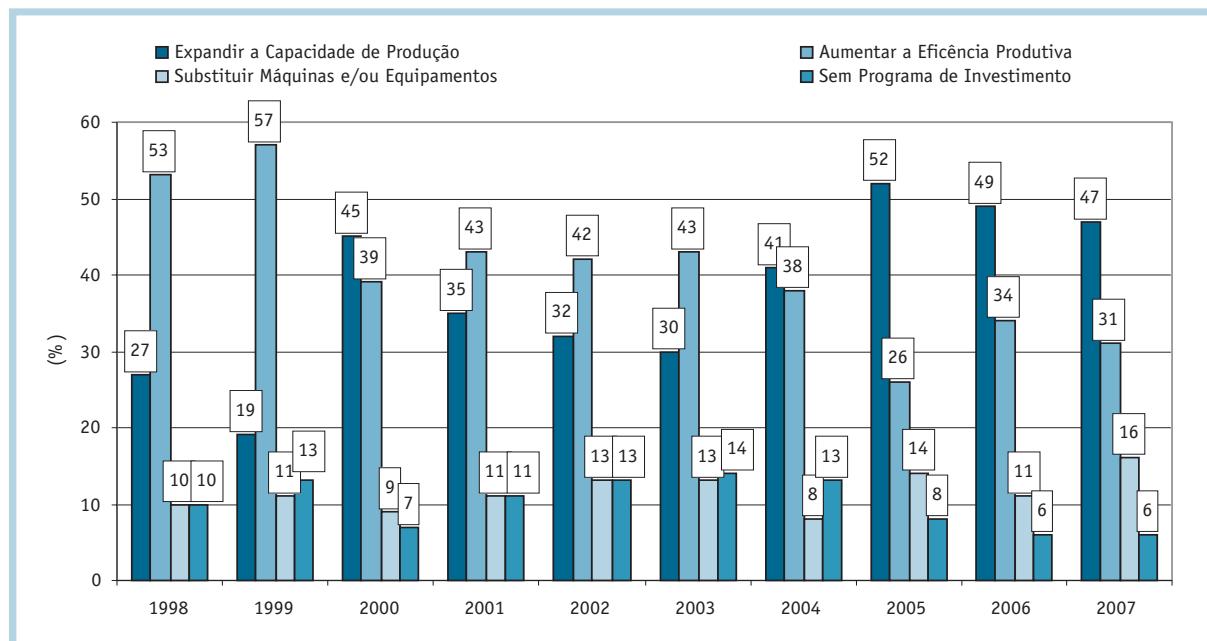


Gráfico 09 – Principais Motivações para a Realização de Investimentos - %

Fonte: (FGV/IBRE, 2007b).

e às expectativas para o futuro próximo da economia. O Índice de Confiança da Indústria (ICI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2007b), cuja estabilidade da atividade industrial referencia-se em 100 pontos, alcançou 121,7 pontos – o maior da série histórica iniciada em abril de 1995.

Dos quesitos que compõem o ICI, o Índice de Situação Atual (ISA) passou de 99,7 em julho de 2006 para 123,7 pontos em julho de 2007 – incremento de 24%. A progressão desse índice deve-se, sobretudo, à avaliação relacionada ao nível atual de demanda. Segundo a FGV, 27% das empresas entrevistadas avaliam o nível de demanda como forte em julho de 2007, contra apenas 11% em junho de 2006. Aqueles que avaliam o nível de demanda como fraco caiu de 22% para 8% (Tabela 15).

Já o aumento de 8,3% do índice de expectativas em julho de 2007 (119,7 pontos), comparativamente ao mesmo período do ano anterior (110,5), deve-se, principalmente, à confiança do setor industrial em relação à contratação de pessoal nos próximos meses. Do total de 1.018 empresas consultadas para a pesquisa, 32% prevêm incremento do número de trabalhadores nos próximos três meses e 7% retração. Em julho de 2006, as referidas proporções eram de 28% e 13%, respectivamente.

O avanço da produtividade está relacionado ao crescimento dos investimentos em inovação tec-

nológica da indústria brasileira. De acordo com a Pesquisa de Inovação Tecnológica do IBGE para o ano de 2005 (PinTec) (IBGE, 2007h), 32,8 mil empresas realizaram mudanças tecnológicas em produto ou processo, sendo 30,3 mil industriais e 2,4 mil de serviços de alta intensidade tecnológica (telecomunicações, informática e pesquisa e desenvolvimento), pela primeira vez investigadas pela PinTec. Ademais, as empresas industriais gastaram, em média, 2,8% do faturamento em inovação em 2005 contra 2,5% em 2003.

Já o número de empresas que apresentou alguma inovação, como o lançamento de um novo produto, a introdução de novas técnicas organizacionais, a introdução ou aprimoramento de processos, passou de 28 mil para 30 mil - incremento de 8,4%. Os investimentos em tecnologia proporcionaram um aumento de 23% na contratação de mão-de-obra qualificada.

Vale destacar que vinte e uma das trinta e três atividades industriais investigadas pelo IBGE sinalaram acréscimo na taxa de inovação em 2005 na comparação com 2003, com ênfase para veículos (71,1%), máquinas para escritórios e equipamentos de informática (69,2%) e equipamentos de instrumentação médico-hospitalar (68%).

A pesquisa ressalta o aumento significativo das parcerias entre as indústrias e as universida-

Tabela 15 - Índice de Confiança da Indústria

Discriminação	Índice de Confiança	Índice da Situação Atual	Índice de Expectativas	
			Sem Ajuste Sazonal	
Jun/06	103,8	100,2		107,3
Jul/06	106,1	99,7		110,5
Ago/06	106,7	105,9		107,5
Set/06	110,0	110,8		109,2
Out/06	107,6	110,9		104,3
Nov/06	107,2	116,2		98,2
Dez/06	106,3	115,8		96,8
Jan/07	104,6	110,5		98,7
Fev/07	110,6	118,0		103,2
Mar/07	116,2	121,5		110,8
Abr/07	120,4	124,4		116,5
Mai/07	118,2	122,6		113,7
Jun/07	118,3	122,9		113,7
Jul/07	121,7	123,7		119,7

Fonte: (FGV/IBRE, 2007c).

Tabela 16 - Número de Empresas Industriais que Implementaram Inovação - Participação Percentual

Faixas de Pessoal Ocupado	Número de Empresa do Âmbito		Número de Empresas Inovadoras		Taxa de Inovação	
	2001 - 2003	2003 - 2005	2001 - 2003	2003 - 2005	2001 - 2003	2003 - 2005
Total	84.262	91.055	28.036	30.377	33,3	33,4
De 10 a 49	67.165	72.300	20.894	20.923	31,1	28,9
De 50 a 99	9.157	10.036	3.200	4.076	34,9	40,6
De 100 a 249	4.881	5.338	2.140	2.962	43,8	55,5
De 250 a 499	1.695	1.843	813	1.201	48,0	65,2
Com 500 ou Mais	1.364	1.537	989	1.216	72,5	
79,1						

Fonte: (IBGE, 2007h).

des e institutos de pesquisa que passou de 8,4% em 2003 para 12% em 2005. Ademais, houve um acréscimo do número de empresas inovadoras – de 1 mil entre 2001 e 2003 para 2,2 mil entre 2003 – 2005, envolvidas em práticas cooperativas com outras organizações. Entretanto, as inovações continuam sendo realizadas, principalmente, na própria empresa (64,6%) ou em fornecedoras (63,8%).

Analizando por tamanho de empresa, a PinTec revelou que a atividade inovadora foi predominante nas empresas com mais de 500 empregados, com taxa de inovação (percentual de empresas que inovaram em relação ao número total) de 79,2% em 2005 – acima dos 33,4% do total da indústria. Em contrapartida, a taxa de inovação das pequenas empresas (10 a 49 empregados) ficou em 28%. Vale mencionar a grande expansão na criação de empresas de pequeno porte nesse período, o que contribuiu para a baixa taxa de inovação (Tabela 16).

Entre os principais obstáculos à inovação, o estudo destaca os custos elevados, os riscos eco-

nômicos excessivos e a escassez de financiamento. No setor industrial, os custos elevados com inovação aparecem como principal obstáculo (76,8%), seguido pelos riscos econômicos excessivos (74,7%) e a escassez de fontes de financiamento (58,6%).

No recorte regional, as empresas nordestinas que atuavam no setor industrial promoveram a implementação de inovações tecnológicas em maior percentual do que as do Brasil, no comparativo entre os períodos 2001/03 e 2003/05. Enquanto o Nordeste assinalou expansão de 15% no número de empresas que implementaram inovações, o Brasil registrou uma taxa de crescimento de 10%. Com relação às empresas que desenvolveram inovação de produto e processo, Nordeste e Brasil assinalaram incrementos de, respectivamente, 10% e 8% (Tabela 17).

A região Nordeste (20%) também superou o Brasil (2%) no crescimento do número de empresas industriais que realizaram gastos direcionados para atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (IBGE, 2007ab)¹² entre

Tabela 17- Nordeste e Brasil Evolução do Número de Empresas que Implementaram Inovações

Unidades Territoriais	2003	2005	(%)
Brasil	4.941	5.046	2,1
Nordeste	255	306	20,0

Fonte: (IBGE, 2005f).

¹² Compreende o trabalho criativo, empreendido de forma sistemática, com o objetivo de aumentar o acervo de conhecimento e o uso destes para desenvolver novas aplicações, tais como produtos ou processo novos ou tecnologicamente aprimorados. O desenho, a construção e o teste de protótipos e de instalações piloto constituem, muitas vezes, a fase mais importante das atividades de P&D. Inclui também o desenvolvimento de software, desde que esse envolva um avanço tecnológico ou científico.

2003 e 2005. Finalmente, constata-se que os dispêndios das empresas com P&D apresentaram

uma evolução maior na região Nordeste (57%) do que no Brasil (40%) (Tabela 18).

Tabela 18 - Evolução dos Dispêndios Realizados pelas Empresas em P&D

Unidades Territoriais	Valor dos Dispêndios Realizados pelas Empresas Inovadoras nas Atividades Internas de P&D (mil reais)		
	2003	2005	Variação
Brasil	5.098.811	7.112.928	40%
Nordeste	103.712	163.281	57%

Fonte: (IBGE, 2005g).

3.5 - Comércio

• •

3.5.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

O comércio varejista do País continua mantendo a tendência de crescimento conforme os resultados apresentados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referente a junho deste ano. Segundo o trabalho, o volume de vendas do varejo cresceu 0,4% e a receita nominal 0,8% em junho/07, comparativamente ao mês anterior com ajuste sazonal.

Na análise da série sem ajustamento, o volume de vendas e a receita nominal do comércio varejista ampliado¹³ assinalaram expansão de 17,4% e 18,7%, respectivamente, em junho em relação a igual mês do ano passado.

No acumulado do primeiro semestre deste ano, o comércio varejista ampliado registrou variação de 13,6% tanto no volume de vendas quanto na receita nominal. Já no acumulado dos últimos 12 meses, a taxa de variação do volume de vendas e

da receita nominal do setor foi de 10,9% e 11%, respectivamente.

Segundo o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV, 2007), dentre os fatores que impulsionaram a atividade varejista nos últimos meses, destacam-se a evolução do emprego e o crescimento do rendimento médio da população ocupada, bem como a ampliação do crédito às famílias com menor renda.

Todas as atividades que compõem o comércio varejista ampliado relacionadas na PMC apresentaram, em junho, crescimento real no volume de vendas relativamente a igual mês do ano anterior (Tabela 19). Ressalte-se que os segmentos que apresentaram crescimento em junho superior à taxa média do comércio varejista ampliado relativamente a igual mês do ano anterior foram veículos e motos, partes e peças, outros artigos de uso

¹³ O Comércio Varejista Ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10 da Tabela BRASIL: Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista, segundo Grupos de Atividade PMC – (jun/07).

Tabela 19- Brasil: Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista, segundo Grupos de Atividade PMC - (jun./07)

Atividades	Receita Nominal Taxas de Variação				Volume de Vendas Taxas de Variação			
	Indicador Mês/Mês*	Junho	Acumulado		Indicador Mês/Mês*	Junho	Acumulado	
			Jan.-Jun. /07	12 Meses			Jan.-Jun. /07	12 Meses
COMÉRCIO VAREJISTA	0,8	14,3	10,6	8,7	0,4	11,8	9,9	8,2
1. Combustíveis e Lubrificantes	1,7	4,3	2,1	2,1	0,1	5,9	5,5	-0,7
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	1,2	15,1	10,7	8,7	0,2	8,5	7,0	7,3
2.1. Super e Hipermercados	1,9	15,3	11,4	9,3	-0,3	8,7	7,7	7,9
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	-3,1	20,9	14,5	9,9	0,0	16,6	10,1	5,1
4. Móveis e Eletrodomésticos	1,1	12,6	12,0	9,2	1,2	16,2	16,5	13,7
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	-	12,2	10,2	9,2	-	11,0	7,1	5,1
6. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	-	6,8	5,7	6,6	-	24,3	22,3	22,5
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-	11,9	7,7	6,4	-	9,5	6,1	3,5
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	-	23,8	19,5	19,1	-	28,9	24,5	21,6
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	-	18,7	13,6	11,0	-	17,4	13,6	10,9
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	1,7	29,1	20,0	15,2	4,2	31,8	22,8	17,3
10. Material de Construção	-	15,0	13,3	13,4	-	11,5	9,7	9,8

Fonte: (IBGE, [2007]s). Elaboração BNB Conjuntura Econômica.

(*) Série com ajuste sazonal.

pessoal e doméstico e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação.

Por outro lado, os segmentos veículos e motos, partes e peças (51,1%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (16,1%), móveis e eletrodomésticos (9,2%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (7,5%) responderam por 84% da taxa global do varejo ampliado.

O bom resultado apresentado pela atividade veículos e motos, partes e peças deve-se, segundo a PMC (jun./07), à redução das taxas de juros e à ampliação dos prazos de financiamento. Em relação a junho de 2007, o setor cresceu 31,8%, enquanto que nos seis primeiros meses do ano e nos últimos doze meses apresentou 22,8% e 17,3%, respectivamente, de incremento nas vendas.

O segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo por sua vez, em junho de 2007, obteve expansão real de

8,5% no volume de vendas em relação a junho de 2006. No acumulado do semestre, o acréscimo registrado nas vendas foi de 7% e nos últimos doze meses, 7,3%. O aumento do poder de compra da população foi decorrente principalmente do crescimento real da massa salarial.

O segmento outros artigos de uso pessoal e doméstico, que compreende as lojas de departamento, ótica, joalheria, artigos esportivos, brinquedos etc. apresentou expressivo crescimento real no volume comercializado registrando taxas de 28,9% em junho/07 comparativamente a junho/06, 24,5% acumulado no semestre e 21,6% para os últimos 12 meses. Esse desempenho foi influenciado pela manutenção das condições favoráveis das variáveis macroeconômicas de crédito, rendimento real, emprego e preços (IBGE, 2007t).

O volume de vendas de móveis e eletrodomésticos, também sensível à oferta de crédito, cresceu 16,2% em junho comparativamente ao

mesmo período do ano passado. No acumulado dos seis primeiros meses do ano e nos últimos doze meses, apresentou 16,5% e 13,7%, respectivamente, de incremento nas vendas.

O segmento equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação também registrou aumento de 24,3% no volume de ven-

das sobre junho de 2006, de 22,3% no acumulado janeiro-junho do ano e de 22,5% no acumulado dos últimos 12 meses. Segundo o relatório da PMC (IBGE, 2007t), o aumento no volume comercializado do setor deve-se à redução de preços dos produtos de informática e de comunicação e à importância destes na cesta de consumo das famílias.

3.5.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste

A Pesquisa Mensal do Comércio elaborada pelo IBGE também fornece dados sobre o desempenho deste setor nos estados nordestinos.

Sete das nove unidades da Região apresentaram crescimento da receita nominal acima da média brasileira, na comparação entre o primeiro semestre de 2007 e igual período do ano anterior (IBGE, 2007t).

Alagoas (28,1%), Maranhão (23,7%) e Sergipe (19,9%) obtiveram as maiores expansões da receita nominal na Região - em relação ao primeiro semestre de 2006. Em termos nacionais, este desempenho conferiu a estes estados, respectivamente, a segunda, a terceira e a sexta maiores taxas de crescimento do Brasil (Tabela 20).

Considerando o último mês deste semestre, a receita nominal do comércio ampliou-se consideravelmente, na Região, tendo os estados de Alagoas, Sergipe e Maranhão novamente como destaques. Alagoas apresentou a maior expansão do Brasil (30,3%), Sergipe a terceira colocação nacional (23%) e o Maranhão a quarta melhor posição (22,9%).

Quanto ao volume de vendas - comparado ao mesmo período do ano anterior - Alagoas (27,5%) e Maranhão (24,2%) obtiveram, respectivamente, quinta e sexta mais expressivas taxas nacionais no primeiro semestre de 2007 (Tabela 21).

O desempenho de Alagoas condiz com a da percepção otimista dos consumidores da capital,

Tabela 20 - Variação da Receita Nominal de Vendas no Comércio Varejista Ampliado, por Unidade da Federação - (Jun./2007)

Unidade da Federação	Variações Percentuais	
	Jun.07/Jun.06	1o. Semestre 07 /1o. Semestre 06
BRASIL	18,7	13,6
Maranhão	22,9	23,7
Piauí	4,7	7,4
Ceará	18,7	18,2
Rio Grande do Norte	17,1	10,2
Paraíba	22,4	19,8
Pernambuco	22,2	15,4
Alagoas	30,3	28,1
Sergipe	23,0	19,9
Bahia	18,7	13,8

Fonte: (IBGE, [2007]s). Elaboração BNB Conjuntura Econômica.

(*) Inclui as atividades de veículos motos, partes e peças e de material de construção, além daquelas que compõem o comércio varejista.

Tabela 21 - Variação do Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado, por Unidade da Federação - (Jun./2007)

Unidade da Federação	Variações Percentuais	
	Jun.07/Jun.06	1o. Semestre 07 / 1o. Semestre 06
BRASIL	17,4	13,6
Maranhão	22,9	24,2
Piauí	4,5	7,5
Ceará	17,3	17,9
Rio Grande do Norte	17,1	10,9
Paraíba	20,3	17,9
Pernambuco	20,9	14,2
Alagoas	29,1	27,5
Sergipe	21,1	18,3
Bahia	18,3	12,9

Fonte: (IBGE, [2007]s). Elaboração BNB Conjuntura Econômica.

(*) Inclui as atividades de veículos motos, partes e peças e de material de construção, além daquelas que compõem o comércio varejista.

captada em pesquisa do mês de agosto realizada pelo Instituto Fecomércio de Estudos, Pesquisas e Desenvolvimento (IFEPD), localizado em Maceió.

Os consumidores da capital, ao avaliarem o momento quanto à conveniência de adquirir eletrodomésticos e eletroeletrônicos, responderam da seguinte forma: 79,22% consideraram-no bom e 8,26% ótimo. A mesma pesquisa apontou que 86,8% dos entrevistados consideravam a situação financeira da família, em comparação ao ano passado, melhor ou muito melhor.

Considerados o desempenho tanto semestral quanto do mês de junho, ambos em comparação a igual período do ano anterior, seis dos nove estados nordestinos obtiveram ampliação do volume de vendas acima da média brasileira. Dos três estados com maior peso no comércio regional (Bahia, Pernambuco e Ceará), apenas o Ceará – no mês de junho – apresentou desempenho ligeiramente inferior ao brasileiro.

Com relação à receita nominal, o resultado foi semelhante: desempenho regional, no semestre e no mês de junho, acima da média brasileira.

Desta forma, se mantido, ao longo do ano, o desempenho apresentado no primeiro semestre,

repetir-se-á a situação de 2006: crescimento do varejo nordestino acima da média brasileira.

Além da análise agregada, a PMC possibilita, ainda, ponderar sobre o desempenho dos diversos ramos do comércio, nos três estados de maior peso no varejo (Tabela 22).

A atividade outros artigos de uso pessoal e doméstico tem sido destaque ao longo de 2007. Suas elevadas taxas de expansão semestrais, tanto do volume de vendas quanto da receita nominal, nos três estados, traduzem a ampliação do poder de compra da população e consequente diversificação da cesta de produtos¹⁴.

Outra atividade que se sobressai é artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos que, na comparação do primeiro semestre de 2007 ao mesmo período do ano anterior, apresentou crescimento de 33,8% na receita nominal, em Pernambuco, 18,2% na Bahia e 15,2% no Ceará.

A atividade equipamentos e materiais para esportivo, informática e comunicação, no Estado do Ceará, também é exemplo de dinamismo da economia regional: ampliação de 53,7% do volume de vendas, na comparação semestral.

¹⁴ O IBGE considera, nesta classe, o comércio de bens variados: ótica, relojoaria e joalherias, "souveniers", plantas, flores naturais e artificiais e frutos ornamentais, caça, pesca, camping, armas e munições e objetos de arte, artigos para animais etc.

Tabela 22 - Variação de Volume de Vendas e Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, por Atividade nos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia (Jun./07)

Atividades	1o. Semestre 07 /1o. Semestre 06					
	Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	17,9	18,2	14,2	15,4	12,9	13,8
1. Combustíveis e Lubrificantes	9,0	6,6	-9,2	-10,2	5,4	7,2
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	10,0	12,8	10,2	12,4	8,2	10,8
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	16,7	21,0	4,5	9,1	19,0	22,7
4. Móveis e Eletrodomésticos	16,9	13,8	17,4	15,5	18,3	15,7
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	12,6	15,2	29,4	33,8	12,5	18,2
6. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	1,5	3,3	7,0	7,6	18,3	19,4
7. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	53,7	28,3	15,6	5,0	-7,9	-19,5
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	24,3	24,7	24,9	29,6	28,3	31,7
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	25,6	23,5	25,2	25,1	20,9	18,3
10. Materiais de Construção	23,8	32,7	2,3	8,5	3,4	10,0

Fonte: (IBGE, [2007]s). Elaboração BNB- Conjuntura Econômica.

A geração de emprego na região e os reajustes do salário mínimo aliados à política federal de transferência de renda têm atuado no sentido de ampliar a capacidade de compra entre as famílias mais pobres, dinamizando não somente atividades como hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo.

Em Pernambuco, por exemplo, nos últimos doze meses, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE) detectou a redução da taxa de desemprego total de 21,7% para 20,5% na região metropolitana de Recife - comparado junho de 2007 a igual período do ano anterior. Na comparação com maio de 2006, o DIEESE detectou, também, a ampliação dos rendimentos reais médios dos trabalhadores ocupados¹⁵ (5,9%) e assalariados (6,2%), o que possibilitou a ampliação do poder de compra nesta região.

Na região metropolitana de Salvador (que abarca a principal praça de comércio do Estado)

movimentos semelhantes, ampliação da massa salarial e elevação do salário real, levaram ao bom desempenho do comércio no Estado.

Pesquisa de iniciativa do Governo baiano (em parceria com o DIEESE) constata que nos últimos doze meses (até junho), o contingente de desempregados reduziu-se em 10 mil pessoas, o tempo médio despendido na procura de trabalho reduziu-se em duas semanas (em relação a junho do ano anterior) e, nos últimos doze meses, as massas de rendimentos reais acumularam ganhos de 16,8% entre os assalariados e 14,4% entre os ocupados.

No Ceará, a situação se repetiu. Segundo dados do Ministério do Trabalho, o Estado gerou, no mês de julho, 6.364 empregos formais, elevação de 138,6% com relação ao mesmo período do ano anterior.

Por outro lado, a política federal de isenção tributária, a melhoria das condições de crédito

¹⁵ O DIEESE considera em sua pesquisa trabalhadores ocupados os que possuem trabalho remunerado exercido regularmente, trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual, (excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerçam de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias) e as pessoas que possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie de benefício, sem procura de trabalho.

(diminuição de taxas de juros e ampliação de prazos) e a estabilidade de preços (influência dos insumos e produtos importados) concorrem para o bom desempenho da atividade equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, notadamente no Ceará.

Além dos bons indicadores conjunturais de emprego, renda e crédito, destaca-se que, a despeito da ampliação do consumo, o endividamento vem se dando de forma sustentável.

No caso da Bahia, por exemplo, levantamento do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) aponta que a inadimplência entre os consumidores¹⁶ era 6,6% em junho, índice 24% menor do que o apresentado no mesmo período do ano anterior.

Em relação a maio, foi detectada uma redução de 15% da inadimplência entre as pessoas físicas.

Maceió e Fortaleza, importantes praças comerciais, apesar das elevadas taxas de ampliação do volume de vendas e da receita nominal em seus estados, também têm apresentado bons indicadores de adimplência entre seus consumidores. Esta situação foi passível de detecção através de pesquisas realizadas por Institutos ligados às respectivas federações comerciais¹⁷ (Gráfico 10).

Nota-se manutenção ou mesmo redução dos índices que apuram o percentual da renda comprometido com dívidas ou da população que possui contas ou dívidas em atraso até agosto de 2007.

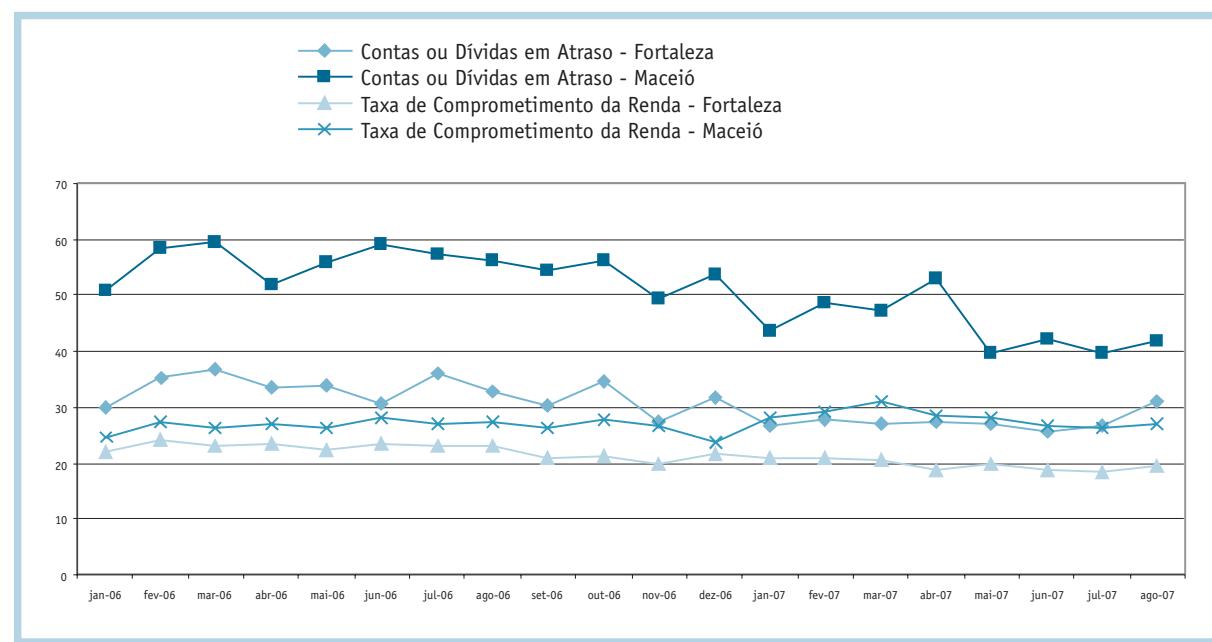


Gráfico 10 - Taxas de Consumidores com ou Dívidas em Atraso & Comprometimento da Renda dos Consumidores (percentuais em Fortaleza e Maceió) - Jan/06 a Ago/07

Fontes: (IPDC, 2007b; IPDC, 2007a; IFEPD, 2007b). Elaboração BNB Conjuntura Econômica.

16 O Indicador Serasa de Inadimplência Pessoa Física, por analisar eventos ocorridos em todo o Brasil, reflete o comportamento da inadimplência em âmbito nacional. O modelo estatístico de múltiplas variáveis considera as variações registradas no número de cheques sem fundos, títulos protestados, dívidas vencidas com instituições financeiras e cartões de crédito e financeiras.

17 As taxas de consumidores com contas ou dívidas em atraso referem-se ao número de consumidores que possuem contas ou dívidas em atraso com relação a cartões de crédito, cheques pré-datados, empréstimo pessoal, compra de imóvel, carnês de lojas, prestações de carro e de seguros. A taxa de comprometimento da renda do consumidor diz respeito à parcela da renda dos consumidores que está comprometida com o pagamento de cartões de crédito, cheques pré-datados, empréstimo pessoal, compra de imóvel, carnês de lojas, prestações de carro e de seguros. A pesquisa de Maceió é elaborada pelo IFEPD (Instituto Fecomércio de Estudos Pesquisas e Desenvolvimento) de Alagoas e a pesquisa de Fortaleza é realizada pelo IPDC (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio) do Ceará.

3.6 - Produção Agropecuária

3.6.1 - Agricultura

O décimo-primeiro Levantamento de Safra Agrícola, divulgado pela CONAB em agosto/07 (CONAB, 2007a) apresenta uma revisão para cima da safra de grãos brasileira 2005/06, motivada pela constatação de maior área plantada, e consequente maior produção, de arroz no Rio Grande

do Sul e soja no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com essa revisão, a safra 2005/06 de grãos no Brasil foi cultivada em 47,9 milhões de hectares, produzindo 122,5 milhões de toneladas de grãos (Tabela 23).

Tabela 23 - Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos(*) . Safras 2005/2006 e 2006/2007()**

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%
NORTE	1.714,70	1.610,80	(6,1)	2.068	2.095	1,3	3.546,30	3.374,30	(4,9)
RR	47,2	41	(13,1)	3.718	3.763	1,2	175,5	154,4	(12,0)
RO	387,2	360	(7,0)	1.940	2.132	9,9	751,3	767,5	2,2
AC	77	74,1	(3,8)	1.238	1.260	1,8	95,3	93,4	(2,0)
AM	32,6	39,8	22,1	1.639	1.769	7,9	53,4	70,4	31,8
AP	5,8	6,4	10,3	948	807	(14,9)	5,5	5,2	(5,5)
PA	641	549,3	(14,3)	2.022	1.649	(18,4)	1.296,20	905,7	(30,1)
TO	523,9	540,2	3,1	2.232	2.551	14,3	1.169,10	1.377,80	17,9
NORDESTE	7.961,70	8.125,90	2,1	1.323	1.219	(7,9)	9.805,50	9.906,60	1,0
MA	1.343,50	1.357	1,0	1.645	1.693	2,9	2.209,50	2.297,30	4,0
PI	942	931,5	(1,1)	1.168	933	(20,1)	1.100,40	868,7	(21,1)
CE	1.250	1.293,10	3,4	914	425	(53,5)	1.142,20	549	(51,9)
RN	192,8	190,4	(1,2)	640	538	(15,9)	123,30	102,5	(16,9)
PB	409,9	432,7	5,6	744	322	(56,7)	304,80	139,3	(54,3)
PE	623,3	641,6	2,9	659	458	(30,5)	414,60	293,5	(29,2)
AL	195,6	197,5	1,0	619	560	(9,5)	121,10	110,6	(8,7)
SE	203,1	204,4	0,6	1.227	1.379	12,4	249,10	281,7	13,1
BA	2.795,50	2.877,70	2,9	1.481	1.829	23,5	4.140,40	5.264	27,1
CENTRO-OESTE	14.807,70	14.120,80	(4,6)	22.779	3.051	(86,6)	41.147,80	43.079,90	4,7
MT	8.066,70	7.662,90	(5,0)	2.799	3.013	7,6	22.580,90	23.086,60	2,2
MS	2.869,50	2.792,40	(2,7)	2.545	2.934	15,3	7.303,10	8.192,40	12,2
GO	3.752	3.541,50	(5,6)	2.885	3.188	10,5	10.826,40	11.290,20	4,3
DF	119,50	124,00	3,8	3.660	4.118	12,5	437,30	510,70	16,8
SUDESTE	5.433,50	5.008,30	(7,8)	2.934	3.273	11,6	15.941,80	16.393	2,8
MG	3.113	2.959,50	(4,9)	2.826	3.336	18,0	8.798,10	9.872,20	12,2
ES	67,50	62,20	(7,9)	1.654	1.857	12,3	111,70	115,50	3,4
RJ	20,40	20,10	(1,5)	2.012	1.901	(5,5)	41,00	38,30	(6,6)
SP	2.232,60	1.966,40	(11,9)	3.131	3.238	3,4	6.991	6.366,90	(8,9)
SUL	17.950	17.297,60	(3,6)	2.902	3.376	16,3	52.089,40	58.397,70	12,1
PR	8.837	8.609,10	(2,6)	2.868	3.309	15,4	25.344,20	28.489,20	12,4
SC	1.502	1.457,60	(3,0)	3.616	4.419	22,2	5.431,90	6.440,80	18,6
RS	7.610,70	7.230,80	(5,0)	2.800	3.245	15,9	21.313,20	23.467,70	10,1
NORTE/NORDESTE	9.676,40	9.736,70	0,6	1.380	1.364	(1,2)	13.351,80	13.280,90	(0,5)
CENTRO-SUL	38.191,20	36.426,70	(4,6)	2.859	3.236	13,2	109.179	117.870,60	8,0
BRASIL	47.867,60	46.163,40	(3,6)	2.560	2.841	11,0	122.530,80	131.151,60	7,0

Fonte: (CONAB, 2007a). (*) Produtos Selecionados: caroço de algodão, amendoim (1^a e 2^a safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1^a, 2^a e 3^a safras), girassol, mamona, milho (1^a e 2^a safras), soja, sorgo, trigo e triticale. (**) Os dados para a safra 2006/2007 são previsões.

Em referência à safra 2006/07, há estimativa de plantio em 46,2 milhões de hectares, ou seja, área 3,6% inferior à safra anterior. Contrariando todas as demais regiões, o Nordeste brasileiro incorporará 164,2 mil hectares na atual safra, o que equivale a incremento de 2,1%. Destaque para a incorporação de 82,2 mil ha na Bahia (2,9%), 43,1 mil ha (3,4%) no Ceará e 22,8 mil ha (5,6%) na Paraíba.

Apesar da expectativa de redução da área plantada, a elevação da produtividade, decorrente das boas condições climáticas durante todo o ciclo das culturas e do retorno ao uso de defensivos agrícolas (com preços mais atrativos em virtude da valorização do Real), poderá conduzir a uma produção recorde de 131,2 milhões de toneladas de grãos, 7% superior à safra 2005/06.

A região nordestina, afetada pela estiagem que assolou principalmente o Cariri cearense e o Rio Grande do Norte, tende a ter um incremen-

to de apenas 1% em sua produção, totalizando 9,9 milhões de toneladas de grãos. Os estados citados terão uma redução de 51,9% e 16,9%, respectivamente, acompanhados pela redução também da Paraíba em 54,3%. Contribuindo para a melhoria dos números nordestinos aparecem a Bahia e o Maranhão, maiores produtores regionais, que deverão incrementar sua produção em 27,1% e 4%, respectivamente.

A área destinada ao cultivo do algodão é a que apresenta maior tendência de acréscimo: 27,8%, atingindo 1,1 milhão de hectares (Tabela 24). Esse aumento de área, aliado à melhoria da produtividade verificada na atual safra, tende a conduzir para uma produção de 3,9 milhões de toneladas de algodão em caroço, um aumento de 43,6%, sendo 1,5 milhão de toneladas de algodão em pluma (38,5%) e 2,4 milhões de toneladas de caroço de algodão (61,5%). Esses valores, se confirmados, tornam a safra 2006/2007 recorde na produção brasileira de algodão, consolidando o Brasil como

Tabela 24 - Algodão em Caroço. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2005/2006 e 2006/2007(*)

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%
NORTE	-	0,7	-	-	3.750	-	-	2,6	-
TO	-	0,7	-	-	3.750	-	-	2,6	-
NORDESTE	300,5	353	17,5	2.903	3.444	18,6	872,3	1.215,70	39,4
MA	7,3	7,3	0,0	2.850	3.555	24,7	20,8	26	25,0
PI	13,8	13,2	(4,3)	2.820	1.900	(32,6)	38,9	25,2	(35,2)
CE	9,7	7,3	(24,7)	825	500	(39,4)	8	3,6	(55,0)
RN	14,1	12,7	(9,9)	680	665	(2,2)	9,6	8,4	(12,5)
PB	8,5	5,1	(40,0)	810	370	(54,3)	6,9	1,9	(72,5)
PE	3,2	2,9	(9,4)	705	480	(31,9)	2,3	1,4	(39,1)
AL	10,2	11	7,8	405	405	0,0	4,1	4,5	9,8
BA	233,7	293,5	25,6	3.345	3.900	16,6	781,7	1.144,80	46,5
CENTRO-OESTE	465,6	659,9	41,7	3.497	3.726	6,5	1.628,20	2.458,90	51,0
MT	366	538	47,0	3.600	3.735	3,8	1.317,60	2.009,50	52,5
MS	30	45,6	52,0	3.600	3.930	9,2	108	179,2	65,9
GO	66,7	74,7	12,0	2.905	3.540	21,9	193,8	264,5	36,5
DF	2,9	1,6	(44,8)	3.030	3.600	18,8	8,8	5,8	(34,1)
SUDESTE	74,2	67,6	(8,9)	2.602	3.035	16,6	193,1	205,1	6,2
MG	30,4	32,5	6,9	2.850	3.105	8,9	86,6	101	16,6
SP	43,8	35	(20,1)	2.430	2.970	22,2	106,4	104,1	(2,2)
SUL	15,9	12,7	(20,1)	1.890	2.190	15,9	30,1	27,9	(7,3)
PR	15,9	12,7	(20,1)	1.890	2.190	15,9	30,1	27,9	(7,3)
NORTE/NORDESTE	300,5	353,7	17,7	2.903	3.444	18,6	872,3	1.218,30	39,7
CENTRO-SUL	555,7	740,2	33,2	3.331	3.637	9,2	1.851,30	2.691,80	45,4
BRASIL	856,20	1.093,90	27,8	3.181	3.574	12,4	2.723,60	3.910,20	43,6

Fonte: (CONAB, 2007a). (*) Os dados para a safra 2006/2007 são previsões.

quinto maior produtor mundial de pluma de algodão, atrás da China, EUA, Índia e Paquistão.

O Nordeste tende a acompanhar tal crescimento, aumentando para 353 mil hectares a área cultivada (17,5%) com algodão em caroço e para 1,2 milhão de toneladas a quantidade produzida (39,4%). Apesar das precipitações pluviométricas terem ficado abaixo da média na região, ocasionando redução na produtividade, o oeste baiano, área que possui o maior potencial produtivo, foi favorecido pelas condições climáticas. A produtividade baiana deve apresentar um acréscimo de 16,6% (3.900 kg/ha) e um aumento na área plantada de 25,6%, o que deverá conduzir a uma

produção de 1,1 milhão de toneladas de algodão em caroço, acréscimo de 46,4% em relação à safra 2005/06.

Como analisado na edição nº 13 de Conjuntura, a baixa remuneração dos preços na época do plantio do arroz provocará uma redução da sua área plantada. Dados do 11º Levantamento da Safra Agrícola de Grãos 2006/07 (*op. cit.*) apontam para uma redução de 1,6% na área plantada, recuando para 3 milhões de hectares. A produção, por sua vez, deverá recuar para 11,3 milhões de toneladas (3,3% inferior à safra passada). Apesar do aumento da área plantada no Nordeste para 748,9 mil hectares (aumento de 1,9%), a pro-

Tabela 25 - Arroz. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2005/2006 e 2006/2007(*)

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%
NORTE	455,4	495,9	8,9	2.228	2.250	1,0	1.014,60	1.115,80	10,0
RR	23,5	22,3	(5,1)	5.200	5.100	(1,9)	122,2	113,9	(6,8)
RO	76	71,1	(6,4)	1.930	2.060	6,7	146,7	146,4	(0,2)
AC	24,6	22,1	(10,2)	1.350	1.310	(3,0)	33,2	29	(12,7)
AM	10,9	13,4	22,9	1.912	1.500	(21,5)	20,8	20,1	(3,4)
AP	3,3	2,9	(12,1)	1.120	780	(30,4)	3,7	2,3	(37,8)
PA	211,6	207,4	(2,0)	2.000	1.913	(4,4)	423,2	396,7	(6,3)
TO	105,5	156,7	48,5	2.510	2.601	3,6	264,8	407,5	53,9
NORDESTE	734,9	748,7	1,9	1.517	1.416	(6,7)	1.115,10	1.059,90	(5,0)
MA	506,3	511,4	1,0	1.400	1.390	(0,7)	708,9	710,8	0,3
PI	148,2	153,4	3,5	1.316	908	(31,0)	195	139,3	(28,6)
CE	35,7	32,5	(9,0)	3.180	2.186	(31,3)	113,5	71,1	(37,4)
RN	1,5	1,5	0,0	2.470	2.377	(3,8)	3,7	3,6	(2,7)
PB	7,8	8,2	5,1	1.390	1.500	7,9	10,8	12,3	13,9
PE	4,8	5	4,2	4.380	5.100	16,4	21	25,5	21,4
AL	3,2	3,2	0,0	4.200	4.378	4,2	13,4	14	4,5
SE	9,8	11,5	17,3	3.370	4.630	37,4	33	53,1	60,9
BA	17,6	22	25,0	890	1.371	54,0	15,7	30,2	92,4
CENTRO-OESTE	442,2	442,7	0,1	2.576	2.667	3,5	1.139	1.180,80	3,7
MT	287,5	280,3	(2,5)	2.570	2.620	1,9	738,8	734,3	(0,6)
MS	43,4	42,1	(3,0)	4.450	5.020	12,8	193,3	211,5	9,4
GO	111,2	120,1	8,0	1.860	1.950	4,8	206,8	234,2	13,2
DF	0,1	0,2	100,0	1.000	3.653	265,3	0,1	0,8	700,0
SUDESTE	127,4	115	(9,7)	2.361	2.388	1,1	300,8	274,6	(8,7)
MG	92,5	85	(8,1)	2.150	2.200	2,3	198,9	187	(6,0)
ES	3,3	2,8	(15,2)	2.960	2.900	(2,0)	9,8	8,1	(17,3)
RJ	2,7	2,6	(3,7)	3.200	3.400	6,3	8,6	9	4,7
SP	28,9	24,6	(14,9)	2.890	2.870	(0,7)	83,5	70,5	(15,6)
SUL	1.257,90	1.167,70	(7,2)	6.481	6.593	1,7	8.152,20	7.698,10	(5,6)
PR	62,3	57,3	(8,0)	2.900	3.130	7,9	180,7	179,4	(0,7)
SC	155,9	155,9	0,0	7.050	7.050	0,0	1.099,10	1.099,10	0,0
RS	1.039,70	954,4	(8,2)	6.610	6.726	1,8	6.872,40	6.419,60	(6,6)
NORTE/NORDESTE	1.190,30	1.244,60	4,6	1.789	1.748	(2,3)	2.129,80	2.175,70	2,2
CENTRO-SUL	1.827,50	1.725,40	(5,6)	5.249	5.305	1,1	9.592	9.153,50	(4,6)
BRASIL	3.017,80	2.970	(1,6)	3.884	3.815	(1,8)	11.721,70	11.329,20	(3,3)

Fonte: (CONAB, 2007a). (*) Os dados para a safra 2006/2007 são previsões.

dução de arroz tende a cair 5%, atingindo 1,1 milhão de toneladas, em virtude da queda de produtividade nos maiores produtores regionais (Maranhão, Piauí e Ceará), ocasionada pelas condições climáticas desfavoráveis (Tabela 25).

A área destinada ao cultivo do feijão deverá sofrer uma redução de 1,3%, sendo cultivados 4,2 milhões de hectares (Tabela 26). Apesar do incremento na área destinada à primeira safra do feijão (impulsionado pelo menor custo de produção, ciclo mais curto, preços aquecidos e perspectivas negativas para soja e milho), a segunda e a terceira safra, que representam, respectivamente, 47,6% e 21,4% da área anual plantada, contribu-

íram negativamente em função da baixa cotação da leguminosa no período de plantio, do retorno ao cultivo do milho na região Centro-Sul e da insegurança quanto ao clima no Norte-Nordeste.

Como observado na Tabela 26, a produção brasileira de feijão tende a se elevar em 1,1%, atingindo 3,5 milhões de toneladas, fruto das excelentes condições climáticas verificadas na primeira safra, responsável por 44,4% do total produzido. A região Nordeste, que concentra o plantio do feijão na segunda e terceira safra, deverá permanecer com praticamente a mesma área plantada (redução de apenas 0,2% em relação à safra 2005/06), porém a queda na produtividade deverá fazer com

Tabela 26 - Feijão Total (1^a, 2^a e 3^a Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2005/2006 e 2006/2007

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%
NORTE	174,1	181,6	4,3	696	791	13,6	121,2	143,6	18,5
RR	1,5	1	(33,3)	600	700	16,7	0,9	0,7	(22,2)
RO	62,5	61,1	(2,2)	566	674	19,1	35,4	41,2	16,4
AC	15,8	15	(5,1)	551	547	(0,7)	8,7	8,2	(5,7)
AM	6,9	6,7	(2,9)	536	896	67,2	3,7	6	62,2
AP	1	1,4	40,0	600	786	31,0	0,6	1,1	83,3
PA	74	79,9	8,0	838	845	0,8	62	67,5	8,9
TO	12,4	16,5	33,1	798	1.145	43,5	9,9	18,9	90,9
NORDESTE	2.343,60	2.339,60	(0,2)	466	358	(23,2)	1.091,60	836,7	(23,4)
MA	84,7	86,8	2,5	450	450	0,0	38,1	39,1	2,6
PI	242,1	233,8	(3,4)	396	177	(55,3)	95,8	41,3	(56,9)
CE	546,6	563,2	3,0	473	221	(53,3)	258,3	124,6	(51,8)
RN	80,2	80,1	(0,1)	463	401	(13,4)	37,1	32,1	(13,5)
PB	204,1	220,4	8,0	580	312	(46,2)	118,4	68,8	(41,9)
PE	309,7	320,3	3,4	419	411	(1,9)	129,8	131,7	1,5
AL	98,5	99,6	1,1	530	478	(9,8)	52,2	47,6	(8,8)
SE	49,4	46,9	(5,1)	504	629	24,8	24,9	29,5	18,5
BA	728,3	688,5	(5,5)	463	468	1,1	337	322	(4,5)
CENTRO-OESTE	206,8	201,3	(2,7)	1.915	2.653	38,5	396	534	34,8
MT	30,5	40,4	32,5	1.502	2.998	99,6	45,8	121,1	164,4
MS	30,7	21,8	(29,0)	945	1.353	43,2	29	29,5	1,7
GO	127,6	121,2	(5,0)	2.248	2.790	24,1	286,9	338,2	17,9
DF	18	17,9	(0,6)	1.906	2.525	32,5	34,3	45,2	31,8
SUDESTE	681,3	634,3	(6,9)	1.244	1.328	6,8	847,8	842,5	(0,6)
MG	459,2	413,6	(9,9)	1.169	1.224	4,7	536,6	506,1	(5,7)
ES	24,4	21,6	(11,5)	750	773	3,1	18,3	16,7	(8,7)
RJ	6,6	6,8	3,0	879	853	(3,0)	5,8	5,8	0,0
SP	191,1	192,3	0,6	1.502	1.632	8,7	287,1	313,9	9,3
SUL	817,80	811,5	(0,8)	1.241	1.419	14,3	1.014,60	1.151,30	13,5
PR	575,3	564,5	(1,9)	1.292	1.410	9,1	743,5	796,2	7,1
SC	122,4	127,4	4,1	1.270	1.639	29,1	155,4	208,8	34,4
RS	120,10	119,6	(0,4)	963	1.223	27,0	115,7	146,3	26,4
NORTE/NORDESTE	2.517,70	2.521,20	0,1	482	389	(19,3)	1.212,80	980,3	(19,2)
CENTRO-SUL	1.705,90	1.647,10	(3,4)	1.324	1.535	15,9	2.258,40	2.527,80	11,9

Fonte: (CONAB, 2007a).

que a produção decresça 23,4%, atingindo 836,7 mil toneladas. Destaque para as perdas na produção do Ceará (51,8%), Piauí (56,9%) e Paraíba (41,9%), em decorrência da escassez de chuva que os afetou na atual safra. Segundo maior produtor, o Ceará, por exemplo, teve sua produtividade média reduzida de 473 kg/ha para 221 kg/ha. Isso faz com que Pernambuco assuma a vice-liderança na produção nordestina de feijão, atrás da Bahia, cuja produção variou -4,5%.

A área destinada ao plantio de milho para a safra 2006/07 no Brasil deverá se expandir 7,7%, fato que, associado ao recorde de produtividade verificada na primeira safra, elevará a produção

em 19,1%, atingindo 50,6 milhões de toneladas (Tabela 27).

Apesar da retração na área plantada na primeira safra, motivada pela pouca atratividade dos preços na época do plantio, o clima favorável conduziu ao recorde histórico de produtividade, com 3.851 kg/ha. A safra do milho foi marcada pelo aumento da área plantada, tendo em vista melhora nos preços internacionais, com a decisão do governo norte-americano de aumentar a produção de álcool a partir do milho.

No Nordeste, porém, aconteceu situação inversa: apesar do aumento em 3,9% da área plantada com milho, a escassez de chuva na região

Tabela 27 - Milho Total (1^a e 2^a Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2005/2006 e 2006/2007(*)

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%
NORTE	556,6	509,3	(8,5)	2.029	1.986	(2,1)	1.129,20	1.011,7	(10,4)
RR	12,2	12,2	0,0	2.000	2.000	0,0	24,4	24,4	0,0
RO	142,3	137,4	(3,4)	2.011	2.201	9,4	286,2	302,4	5,7
AC	36,6	37	1,1	1.459	1.519	4,1	53,4	56,2	5,2
AM	12,9	19,7	52,7	1.798	2.249	25,1	23,2	44,3	90,9
AP	1,5	2,1	40,0	800	857	7,1	1,2	1,8	50,0
PA	257,7	215	(16,6)	2.078	1.400	(32,6)	572,9	301	(47,5)
TO	75,4	85,9	13,9	2.227	3.278	47,2	167,9	281,6	67,7
NORDESTE	2.850,90	2.963,50	3,9	1.137	1.055	(7,2)	3.242,40	3.125,40	(3,6)
MA	362,7	367,1	1,2	1.170	1.218	4,1	424,4	447,1	5,3
PI	290,1	295,3	1,8	804	606	(24,6)	233,2	179	(23,2)
CE	638,8	673,9	5,5	1.159	498	(57,0)	740,4	335,6	(54,7)
RN	84	82,6	(1,7)	625	459	(26,6)	52,5	37,9	(27,8)
PB	187,6	197	5,0	900	278	(69,1)	168,8	54,8	(67,5)
PE	283,4	286,2	1,0	780	334	(57,2)	221,1	95,6	(56,8)
AL	83,7	83,7	0,0	630	550	(12,7)	52,7	46	(12,7)
SE	142,7	144,6	1,3	1.330	1.366	2,7	189,8	197,5	4,1
BA	777,9	833,1	7,1	1.491	2.079	39,4	1.159,50	1.731,90	49,4
CENTRO-OESTE	2.372,50	3.214,20	35,5	4.043	3.841	(5,0)	9.592,20	12.344,30	28,7
MT	1.046,80	1.546,80	47,8	3.848	3.492	(9,3)	4.028,30	5.401,20	34,1
MS	623,4	838,2	34,5	3.595	3.318	(7,7)	2.241	2.781,20	24,1
GO	662,8	785	18,4	4.660	4.932	5,8	3.088,80	3.871,60	25,3
DF	39,5	44,2	11,9	5.927	6.568	10,8	234,1	290,30	24,0
SUDESTE	2.472	2.414	(2,3)	3.904	4.306	10,3	9.651,90	10.395,50	7,7
MG	1.371,70	1.407,90	2,6	3.850	4.474	16,2	5.280,80	6.299,10	19,3
ES	39,8	37,8	(5,0)	2.101	2.399	14,2	83,6	90,70	8,5
RJ	11,1	10,7	(3,6)	2.396	2.196	(8,3)	26,6	23,50	(11,7)
SP	1.094,40	957,6	(12,5)	4.060	4.159	2,4	4.260,90	3.982,20	(6,5)
SUL	4.711,90	4.859,70	3,1	4.011	4.892	22,0	18.899,20	23.772,60	25,8
PR	2.491,10	2.767,70	11,1	4.485	5.041	12,4	11.173	13.950,60	24,9
SC	784,80	706,3	(10,0)	4.050	5.470	35,1	3.178,40	3.863,50	21,6
RS	1.436,00	1.385,70	(3,5)	3.167	4.300	35,8	4.547,80	5.958,50	31,0
NORTE/NORDESTE	3.407,50	3.472,80	1,9	1.283	1.191	(7,2)	4.371,60	4.137,10	(5,4)
CENTRO-SUL	9.556,40	10.487,90	9,7	3.991	4.435	11,1	38.143,30	46.512,40	21,9
BRASIL	12.963,90	13.960,70	7,7	3.279	3.628	10,6	42.514,90	50.649,50	19,1

Fonte: (CONAB, 2007a). (*) Os dados para a safra 2006/2007 são previsões.

provocou queda na produtividade, reduzindo a produção total para 3,1 milhões de toneladas, 3,6% inferior à safra 2005/06. Segundo maior produtor regional, o Ceará reduziu em 54,7% a sua produção, movimento acompanhado por Piauí (-23,2%), Pernambuco (-56,8%) e Paraíba (-67,5%). Essas perdas foram suavizadas pelo ganho de produtividade da Bahia, maior produtor, que, na primeira safra, aumentou em 77% sua produção, atingindo 1,2 milhão de toneladas. Quando somada à safrinha (a Bahia é o único estado nordestino que produz também na safrinha do milho), sua produção passa a 1,7 milhão de toneladas, 49,4% superior à safra passada.

Confirmando a previsão do último número de Conjuntura, a área cultivada com soja no Brasil deverá recuar 9,1%, para 20,7 milhões de hectares, fruto dos baixos preços do produto na época da implantação da cultura e do alto custo de escoamento da produção, fazendo com que os

produtores abandonassem áreas menos produtivas. Esse abandono, associado às boas condições climáticas ocorridas durante o ciclo da cultura, contribuíram para uma elevação da produtividade e, por consequência, da produção total, que deverá situar-se em 58,4 milhões de toneladas, 6,2% superior à safra 2005/06 (Tabela 28). Vale também destacar a melhoria no controle da ferrugem asiática a cada safra, que contribui para o aumento da produtividade.

O Nordeste tende a reproduzir o desempenho nacional, reduzindo em 2,2% a área destinada ao cultivo de soja, passando a 1,5 milhão de hectares, porém o ganho de produtividade, em especial da Bahia, maior produtor regional, conduzirá a uma produção de 3,9 milhões de toneladas, 8,6% superior à safra passada.

Os incentivos concedidos pelos governos federal e estaduais à produção de mamona não

Tabela 28 - Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2005/2006 e 2006/2007(*)

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%
NORTE	507,5	410,6	(19,1)	2.473	2.630	6,3	1.255,20	1.079,90	(14,0)
RR	10	5,5	(45,0)	2.800	2.800	0,0	28	15,4	(45,0)
RO	106,4	90,4	(15,0)	2.660	3.070	15,4	283	277,5	(1,9)
AM	1,9	0	(100,0)	3.000	0	-100,0	5,7	0	(100,0)
PA	79,7	47	(41,0)	2.987	2.990	0,1	238,1	140,5	(41,0)
TO	309,5	267,7	(13,5)	2.263	2.415	6,7	700,4	646,5	(7,7)
NORDESTE	1.487,10	1.454,90	(2,2)	2.395	2.658	11,0	3.560,90	3.867,20	8,6
MA	382,5	384,4	0,5	2.680	2.820	5,2	1.025,10	1.084	5,7
PI	232	219,7	(5,3)	2.347	2.212	(5,8)	544,5	486	(10,7)
BA	872,60	850,8	(2,5)	2.282	2.700	18,3	1.991,30	2.297,20	15,4
CENTRO-OESTE	10.742,60	9.105,60	(15,2)	2.590	2.910	12,4	27.824,70	26.496,60	(4,8)
MT	6.196,80	5.124,80	(17,3)	2.695	2.997	11,2	16.700,40	15.359	(8,0)
MS	1.949,60	1.737,10	(10,9)	2.280	2.810	23,2	4.445,10	4.881,30	9,8
GO	2.542,20	2.191,40	(13,8)	2.570	2.790	8,6	6.533,50	6.114	(6,4)
DF	54,00	52,3	(3,1)	2.699	2.720	0,8	145,7	142,3	(2,3)
SUDESTE	1.717,50	1.468,80	(14,5)	2.409	2.746	14,0	4.137,10	4.033,30	(2,5)
MG	1.060,90	930,4	(12,3)	2.340	2.790	19,2	2.482,50	2.595,80	4,6
SP	656,60	538,4	(18,0)	2.520	2.670	6,0	1.654,60	1.437,50	(13,1)
SUL	8.294,70	8.247,40	(0,6)	2.200	2.782	26,5	18.249,20	22.944,50	25,7
PR	3.982,50	3.978,50	(0,1)	2.422	2.995	23,7	9.645,60	11.915,60	23,5
SC	344,80	376,9	9,3	2.400	2.930	22,1	827,5	1.104,30	33,5
RS	3.967,40	3.892	(1,9)	1.960	2.550	30,1	7.776,10	9.924,60	27,6
NORTE/NORDESTE	1.994,60	1.865,50	(6,5)	2.415	2.652	9,8	4.816,10	4.947,10	2,7
CENTRO-SUL	20.754,80	18.821,80	(9,3)	2.419	2.841	17,4	50.211	53.474,40	6,5
BRASIL	22.749,40	20.687,30	(9,1)	2.419	2.824	16,7	55.027,10	58.421,50	6,2

Fonte: (CONAB, 2007a). (*) Os dados para a safra 2006/2007 são previsões.

foram capazes de impulsionar a produção da oleaginosa como esperado. A previsão feita pela Conjuntura nº 13 não se concretizou e a tendência é de aumento de apenas 11,8% da área destinada ao cultivo da mamona no Brasil, passando a 165,3 mil hectares (Tabela 29). A produtividade, porém, deverá cair 8,7%, para uma média de 642 kg/ha, o que conduz a uma produção de 106,1 mil toneladas do produto, 2,1% superior à safra 2005/06. A Bahia, maior produtor brasileiro, deverá expandir sua produção para 85 mil toneladas (incremento de 13,5%), apesar da queda de produtividade verificada. Todos os demais Estados nordestinos apresentaram declínio na área plantada, produtividade e produção, consequência das condições climáticas e da frustração dos produtores pelo atraso no repasse do subsídio concedido pelo Governo.

A CONAB divulgou no final de agosto o Terceiro Levantamento da Safra 2007/08 do café (CONAB, 2007b), segundo o qual a área cultivada deverá permanecer estável com 2,2 milhões de hectares, porém a produção deverá recuar para 32,6 milhões de sacas de café beneficiado, 23,3% inferior à safra 2006/07. Desse total, 22,5 milhões de sacas (69%) serão de café arábica e 10,1 milhões de sacas (31%) serão de conillon (robusta) (Ta-

bela 30). Alguns fatores explicam essa redução, como visto na edição anterior de Conjuntura: i) a bianualidade negativa; ii) a estiagem ocorrida entre março e setembro que afetou a floração das lavouras; e iii) o excesso de chuva entre os meses de dezembro/06 e janeiro/07, contribuindo para o aparecimento de pragas e doenças.

A Bahia, maior produtor de café no Nordeste, deverá produzir 1,8 milhão de sacas de café beneficiado (72,2% do tipo arábica e 27,8% do tipo conillon). Esse número é 18,8% inferior à safra 2006/07 que foi de 2,3 milhões de sacas. A tradicional região de plantio no Planalto de Vitória da Conquista já está com 70% da colheita concluída, devendo produzir 900 mil sacas de café arábica. As regiões do Atlântico e Oeste Baiano (cerrado) já concluíram suas colheitas, produzindo, respectivamente, 500 mil sacas de café robusta e 400 mil sacas de café arábica.

O mercado internacional apresentou notícias desfavoráveis aos produtores brasileiros em julho/2007. Uma delas diz respeito à nova estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em relação à produção norte-americana de milho, de 326,1 milhões de toneladas, contra 316,6 milhões de toneladas

Tabela 29 - Mamona. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2005/2006 e 2006/2007

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%	Safra 05/06	Safra 06/07	Var%
NORDESTE	142,2	160,9	13,2	673	617	(8,3)	95,7	99,3	3,8
PI	15,8	13,4	(15,2)	440	340	(22,7)	7	4,6	(34,3)
CE	10,1	9,6	(5,0)	825	614	(25,6)	8,3	5,9	(28,9)
RN	0,8	0,7	(12,5)	870	629	(27,7)	0,7	0,4	(42,9)
PE	7,4	6,4	(13,5)	650	530	(18,5)	4,8	3,4	(29,2)
BA	108,1	130,8	21,0	693	650	(6,2)	74,9	85	13,5
SUDESTE	5,2	4,3	(17,3)	1.442	1.535	6,4	7,5	6,6	(12,0)
MG	3,3	2,4	(27,3)	1.400	1.480	5,7	4,6	3,6	(21,7)
SP	1,9	1,9	0,0	1.500	1.576	5,1	2,9	3	3,4
SUL	0,5	0,1	(80,0)	1.400	2.000	42,9	0,7	0,2	(71,4)
PR	0,5	0,1	(80,0)	1.300	1.628	25,2	0,7	0,2	(71,4)
NORDESTE	142,2	160,9	13,2	673	617	(8,3)	95,7	99,3	3,8
CENTRO-SUL	5,7	4,4	(22,8)	1.439	1.545	7,4	8,2	6,8	(17,1)
BRASIL	147,9	165,3	11,8	703	642	(8,7)	103,9	106,1	2,1

Fonte: (CONAB, 2007a). (*) Os dados para a safra 2006/2007 são previsões.

Tabela 30 - Café Beneficiado Comparativo de Área e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008(*)

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)					
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var. %	Safra 06/07		Safra 07/08			Var. %
				Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	
Minas Gerais	1.012	1.015	0,3%	21.957	30	21.987	14.753	36	14.789 -32,7%
Sul e Centro-Oeste	507,1	505,3	-0,4%	12.043	-	12.043	6.302	-	6.302 -47,7%
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	155,0	155,3	0,2%	4.313	-	4.313	3.038	-	3.038 -29,6%
Zona da Mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce Central e Norte	349,8	354,4	1,3%	5.601	30	5.631	5.413	36	5.449 -3,2%
Espírito Santo	473,3	466,6	-1,4%	2.128	6.881	9.009	2.023	7.517	9.540 5,9%
São Paulo	212,1	145,8	-31,3%	4.470	-	4.470	2.299	-	2.299 -48,6%
Paraná	100,3	99,4	-0,9%	2.248	-	2.248	1.740	-	1.740 -22,6%
Bahia	97,8	95,0	-2,9%	1.725	526	2.251	1.319	508	1.827 -18,8%
Oeste	11,5	20,8	81,0%	449	-	449	406	-	406 -9,5%
Planalto	71,0	47,8	-32,7%	1.277	-	1.277	913	-	913 -28,5%
Atlântico	15,3	26,4	72,9%	-	526	526	-	508	508 -3,4%
Rondônia	162,6	158,6	-2,5%	-	1.263	1.263	-	1.346	1.346 6,6%
Mato Grosso	32,2	16,2	-49,7%	25	225	250	13	160	173 -30,8%
Pará	20,9	22,3	6,5%	-	280	280	-	277	277 -1,1%
Rio de Janeiro	13,8	14,0	1,8%	255	9	264	212	9	221 -16,3%
Outros	27,5	26,2	-4,5%	207	283	490	165	248	413 -15,7%
BRASIL	2.152,4	2.059,1	-4,3%	33.015	9.497	42.512	22.524	10.101	32.625 -23,3%

Fonte: (CONAB, 2007b). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Os dados para a safra 2007/2008 são previsões.

da estimativa anterior, o que projetou para cima também a produção mundial, de 777,1 milhões de toneladas, valor 1,2% superior à previsão anterior. Somado a isto, a estimativa de consumo mundial de milho reduziu-se em julho, comparativamente ao mês de junho, de 770,8 para 769,7 milhões de toneladas. Estas projeções, porém, até o momento não afetaram a evolução positiva dos preços futuros do milho na Bolsa de Chicago (CBOT), cuja variação foi de 33,5% em um ano. Estes resultados indicam que os produtores devem atentar para possíveis mudanças no cenário internacional do preço do milho, que podem vir a afetar o mercado nacional.

No mercado interno, o comportamento dos preços do milho acompanhou os resultados da última safrinha, que vem ganhando cada vez mais importância na produção total de milho brasileira. Os estados que possuem grande representatividade na produção de milho safrinha, como Paraná, tiveram reduções significativas nos preços no mês

de julho, conforme Gráfico 11. Em Cascavel (PR) e Barreiras (BA), as reduções foram de 19,4% e 37%, respectivamente. O mês de agosto foi de recuperação, com altas de preços nas praças de Fortaleza (13,6%), Barreiras (27,6%) e Cascavel (34,5%), reflexo da expectativa de aumento de consumo interno no segundo semestre do ano, do menor resultado da colheita da safrinha do que o estimado e do aumento no ritmo de exportações.

Em relação à soja, a crise observada em agosto no mercado imobiliário americano freou a recuperação dos preços desta *commodity*. O contrato futuro da soja negociado na Bolsa de Chicago (CBOT), com vencimento em setembro/07, vinha acumulando altas até julho/07. Em um ano, sua valorização foi de 36,8%, de US\$ 13,31 para US\$ 18,21 por arroba¹⁸. Porém, a partir de julho, ocorreu desvalorização de 6,04% neste contrato (CMA, 2007). A inconstância das previsões sobre as condições climáticas norte-americanas tam-

18 Valores convertidos de cents/bushel para dólar/arroba. Relação: 1@ = 2,20 bushel.

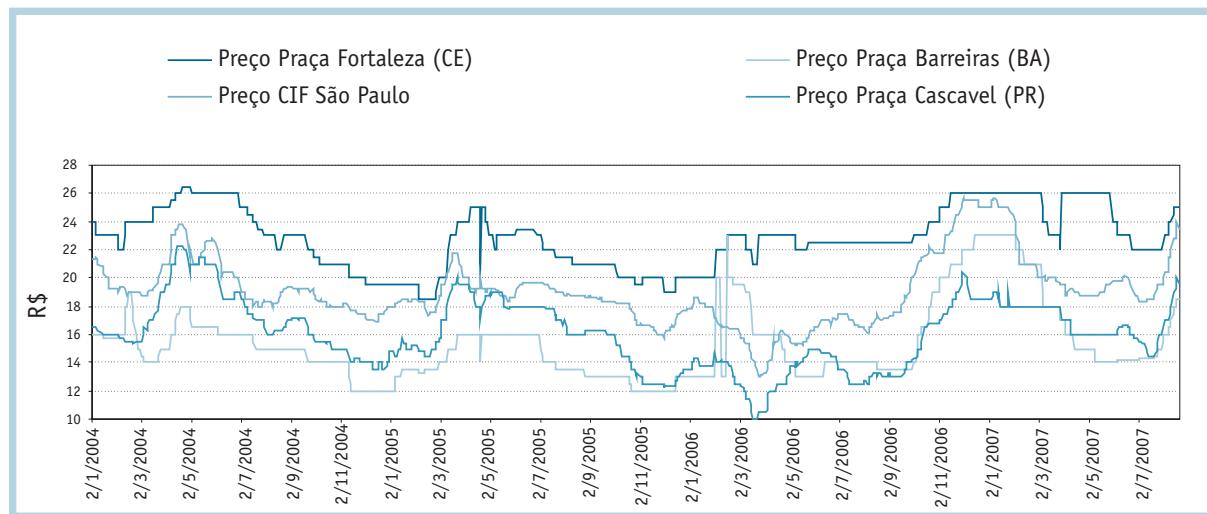


Gráfico 11 - Evolução dos Preços da Saca de 60kg de Milho em Fortaleza (CE), Barreiras (BA), Preço CIF São Paulo e Cascavel (PR), de janeiro/2004 a agosto/2007

Fonte: (CMA, 2007). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

bém contribuiu para a forte oscilação observada nas cotações da CBOT.

No mercado brasileiro, a crise norte-americana reduziu as negociações de soja, mas os preços internos continuaram em ascensão, em virtude dos preços na CBOT se encontrarem ainda altos e pela pressão da demanda externa, dada a redução da área plantada em outros países produtores. Outro fator positivo para os exportadores de soja foi a desvalorização do real frente ao dólar no período analisado, o que minimizou as perdas com as últimas reduções nos preços externos da *commodity*.

Desde o primeiro semestre de 2004, a soja vinha apresentando redução substancial em seu preço, recuperando-se somente a partir de 2006. Entre agosto/06 e agosto/07, os preços da soja se valorizaram 37,6% em Balsas (MA), 37% em Barreiras (BA), 43% em Sorriso (MT) e 27,5% pelo Índice CEPEA/ESALQ, conforme mostra o Gráfico 12. Porém, estes valores encontram-se bem abaixo do observado em 2004, antes do início da crise no setor da soja. Segundo a CMA (2007), em 20/08/07, a saca de 60kg da soja estava a R\$ 30,00 em Balsas (MA), R\$ 31,50 em Barreiras (BA) e R\$ 27,60 em Sorriso (MT) enquanto o Índice

CEPEA/ESALQ cotava a saca em R\$ 34,44. No primeiro semestre de 2004, este mesmo índice chegou a R\$ 47,50, diferença de 27,5%.

Os preços internos do algodão tiveram ligeira queda, em julho/2007, por se estar na época de colheita da cultura. Em Barreiras (BA), o preço manteve-se estável, cotado a R\$ 34,72 a arroba do algodão em pluma, conforme Gráfico 13. A redução nos preços foi segurada pela restrição da oferta do produto no mercado disponível, haja vista 71% da safra 2006/07 já ter sido negociada (CEPEA/ESALQ, 2007a). Somente em meados de agosto, observa-se pequena recuperação, acompanhando a tendência de alta dos preços no mercado internacional. Em Barreiras (BA), a variação foi de 0,95% (de R\$ 34,72 para R\$ 35,05 a arroba de pluma de algodão); em Fortaleza (CE), variação de 1,78% (de R\$ 37,04 para R\$ 37,70); em São Paulo, variação de 3,56% (de R\$ 37,04 para R\$ 38,36) e em Rondonópolis (MT), variação de 0,93% (de R\$ 35,38 para R\$ 35,71, a arroba).

Apesar da crise imobiliária no mercado norte-americano, que repercutiu com queda de preços na Bolsa de Nova York (NYBOT), este efeito deve ser de curto prazo, em virtude de se ter funda-

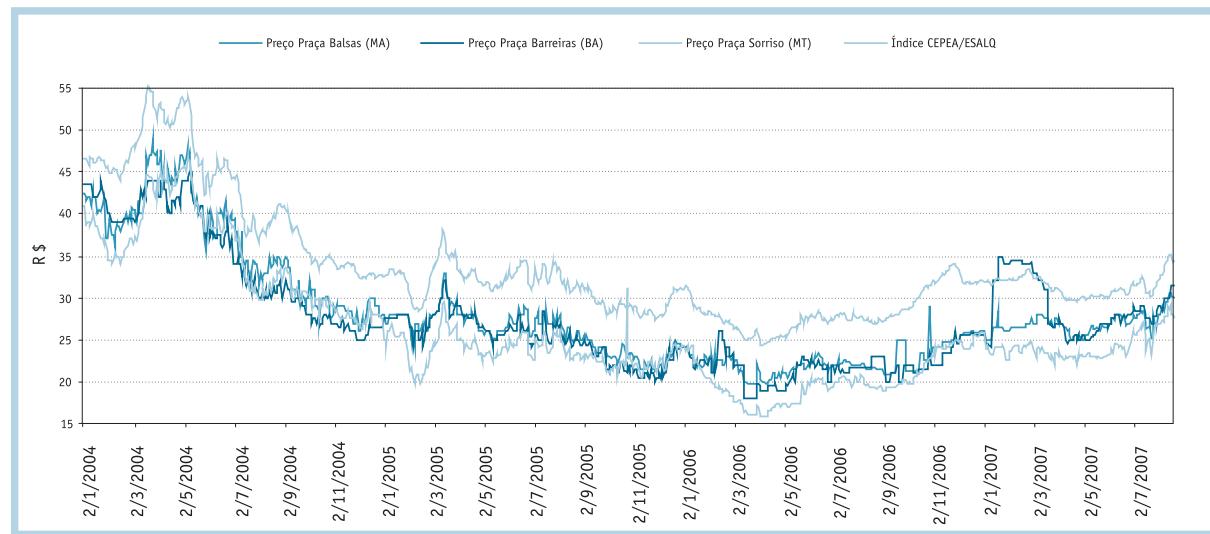


Gráfico 12 - Evolução dos Preços da Saca de 60kg de Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Índice CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2004 a Agosto/2007

Fonte: (CMA, 2007). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

mentos mais sólidos que garantem a sustentação do preço do algodão no mercado internacional, como a redução na produção e crescimento no consumo mundial, no médio prazo. A produção mundial na safra 2007/08 deverá situar-se em 25,2 milhões de toneladas, 2,2% inferior à safra 2006/07. Em compensação, o consumo mundial deverá aumentar em 4%, impulsionado pela China, que poderá consumir 8% a mais na safra 2007/08 (CEPEA/ESALQ, 2007a).

As condições climáticas, a bianualidade negativa e a previsão da safra 2007/08 vêm dando suporte para a elevação do preço do café. Condi-

ções climáticas desfavoráveis no Sudeste do País fizeram os preços dos contratos futuros do café se elevarem na Bolsa de Nova York (NYBOT). Associado a isto, tem-se a previsão para a safra 2007/08 de que o tamanho dos grãos será menor, o que reduziria o volume total colhido. No mês de agosto/07, os preços da saca de 60kg de café em Vitória da Conquista (BA) evoluíram em 8,11% para o Bica Dura T.6/7 (R\$ 240,00), 6,28% para o Bica Rio T.6/7 (R\$ 220,00) e 9,7% para o despolpado (R\$ 260,00). O Índice CEPEA/ESALQ para o café arábica também obteve evolução positiva, de 6,78%, em um mês (jul-ago.), de R\$ 240,42

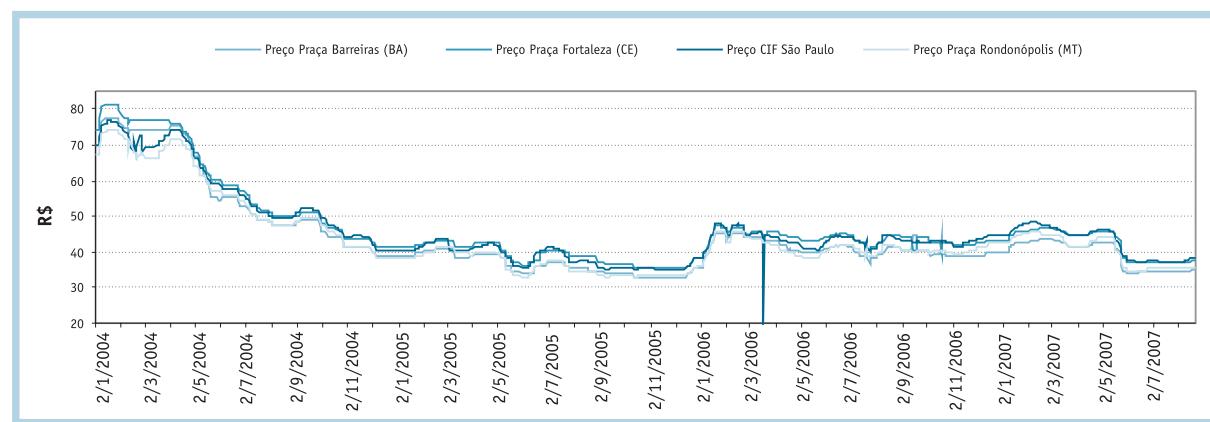


Gráfico 13 - Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), São Paulo (CIF) e Rondonópolis (MT), de Janeiro/2004 a Agosto/2007

Fonte: (CMA, 2007). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

para R\$ 256,72 a saca de 60kg, conforme se observa no Gráfico 14.

O destaque observado no período é a evolução dos preços do café connillon (robusta), que vem se aproximando do arábica. O mercado do connillon tem se mostrado mais atrativo, com margem de lucratividade alcançando patamares his-

tóricos e custos de produção relativamente mais baixos que o arábica. Comparando a evolução dos índices CEPEA/ESALQ para os cafés tipo arábica e connillon, no período de 2004 a 2007, observa-se que o índice para o café connillon valorizou 54,83%, enquanto o café arábica teve seu índice acrescido em 48,46% (CMA, 2007).

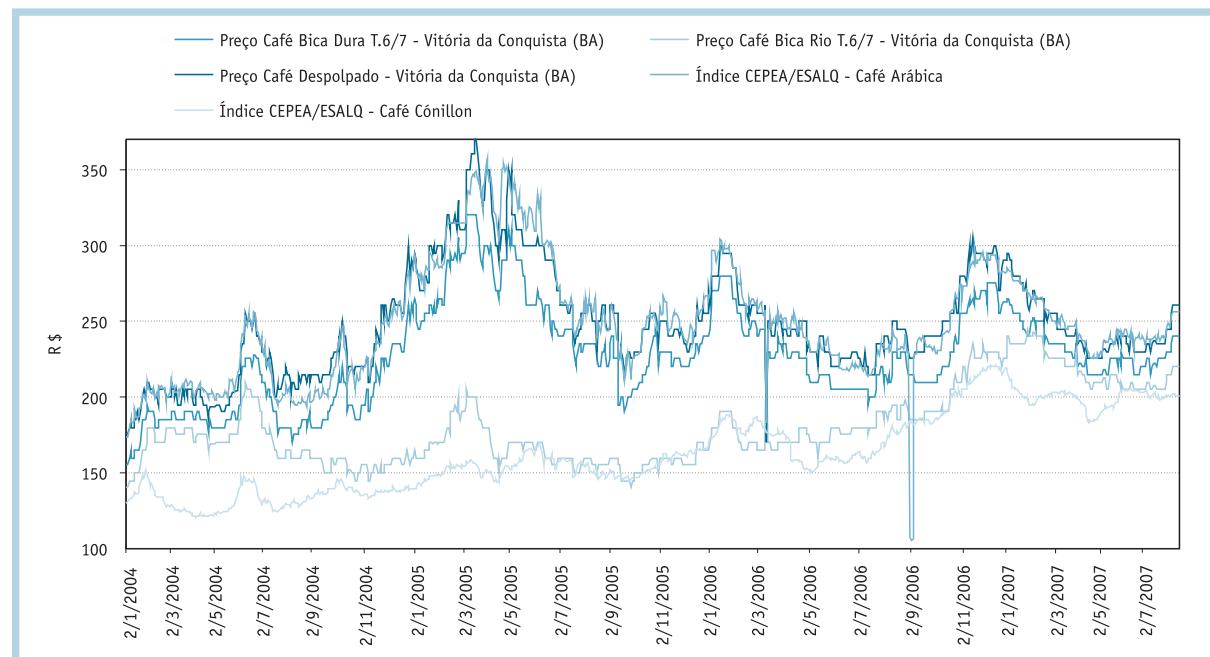


Gráfico 14 - Evolução dos Preços da Saca de 60kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T.6/7 e Despolpado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Connillon, de Janeiro/2004 a Agosto/2007

Fonte: (CMA, 2007; CEPEA/ESALQ, 2007b). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3.6.2 - Pecuária

Os países sul-americanos possuem vantagem competitiva na criação de gado, em virtude de oferecerem aos animais suplementação mineral e pastagens a baixo custo. Em pesquisa feita em 14 países produtores (CNA, 2007a), Brasil e Argentina estão entre aqueles com menores custos de alimentação do rebanho. A China também obtém baixos custos devido ao uso intensivo de tecnologia que reduz significativamente o tempo de abate dos animais.

Em países europeus, a exemplo de Espanha e Itália, os custos com alimentação chegam a 80% do total de gastos mensais dos pecuaristas contra cerca de 24% no caso dos países sul-americanos. No Brasil, o aumento do custo de oportunidade da terra aliado à desvalorização da arroba da carne ocorrida nos últimos anos vem forçando os pecuaristas a compensar suas perdas com ganhos de produtividade nas pastagens.

No que diz respeito aos preços dos insumos pecuários, levantamentos da CNA (2007a) revelam um cenário desfavorável aos produtores: no acumulado dos cinco primeiros meses do ano de 2007, os custos aumentaram mais do que o dobro do reajuste no preço da arroba do boi gordo. Enquanto esta teve elevação de apenas 2,42%, aqueles sofreram alta de não menos que 5,65%. Dentre os insumos, os que sofreram maior alta

foram os fertilizantes, chegando a um aumento de 10,15% em média no País, cujo efeito foi parcialmente compensado pela desvalorização das máquinas e implementos agrícolas, que recuaram 6,08% no ano. O aumento dos preços dos fertilizantes é especialmente preocupante devido à forte dependência da agricultura brasileira dos pastos, que precisam dos fertilizantes para repor os nutrientes do solo.

3.6.3 - Agronegócio

3.6.3.1 - Desempenho do PIB e do Faturamento

Conforme o número 77 do boletim Indicadores Rurais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2007b), no qual é divulgado o desempenho do agronegócio do País nos primeiros quatro meses do corrente ano, o crescimento registrado para o Produto Interno Bruto do agronegócio foi de 1,29%. Após dois anos de resultados desfavoráveis, o agronegócio demonstra sinais de recuperação.

As duas subdivisões básicas do agronegócio tiveram comportamentos semelhantes: enquanto a agricultura acumulou aumento de 1,07%, a pecuária, ao contrário do que vinha acontecendo no ano anterior, experimentou crescimento maior, totalizando 1,83% no acumulado do ano em seu PIB (Gráfico 15). A expectativa de aumento nos preços dos produtos, comentada na BNB Conjuntura Econômica nº 13, confirmou-se e tende a se manter elevada, principalmente no cenário internacional.

Ao se analisar estritamente as atividades típicas da agricultura e da pecuária (atividades “dentro da porteira”), o que pode ser feito colocando-

se à parte três dos quatro segmentos de análise do agronegócio (produção de insumos, indústria e distribuição), e focando a atenção apenas nas suas produções, percebe-se que a agricultura cresceu 2,27% e a pecuária 2,33% no primeiro quadrimestre do ano. O crescimento da pecuária foi puxado principalmente pelos produtos frango e leite (Gráfico 16).

A indústria de beneficiamento de produtos agrícolas, também parte integrante do agronegócio, continua seu movimento de expansão, com crescimento acumulado de 0,46% no primeiro quadrimestre do ano de 2007. Observou-se, no entanto, uma mudança significativa na indústria de açúcar, que deixou de se expandir, para amparar um recuo que já chega a 6,96% no corrente ano. Apenas no mês de abril, este setor experimentou queda de 2,59%. Felizmente, tal retrocesso não chegou a comprometer o crescimento da indústria processadora vegetal, que apesar do ocorrido, cresceu 0,36% em 2007. Por outro lado, a indústria de abate de animais acumulou crescimento de 2,76% no período, rompendo a tendência de queda observada no início do ano.

O processo de recuperação de preços dos produtos do agronegócio continuou de forma intensa. Nos primeiros quatro meses de 2007 (Tabela 33), apenas um dos preços da pecuária (suínos) e seis da agricultura (batata, cebola, feijão, mamona, mandioca e sisal) tinham diminuído. O fumo, cujo preço havia caído na última edição da BNB Conjuntura Econômica, sofreu leve crescimento (2,6%). O aumento do *quantum* e do preço da maior parte dos produtos agrícolas e pecuários permitiu acréscimo de 13,7% no Valor Bruto da Produção (VBP), se comparado a 2006, passando de R\$ 171 bilhões para R\$ 195 bilhões em 2007.

Em termos absolutos, os produtos agrícolas com maiores reduções no VBP foram o café (R\$ 2.558 milhões), o feijão (R\$ 1.066 milhões) e a batata (R\$ 483 milhões). A soja, com um aumento de produção de 8,5% de 2006 para 2007, aliado a um incremento nos preços, aumentou sua receita em 21,7%. Os destaques entre os produtos com crescimento do VBP ficaram com o milho (R\$ 5,24 bilhões), a soja (R\$ 5,03 bilhões) e a cana-de-açúcar (4,81 bilhões). Entre os produtos

pecuários, os maiores aumentos de VBP ficaram com o frango (R\$ 3,45 bilhões) e a carne bovina (R\$ 2,39 bilhões).

Em termos relativos, as maiores quedas foram registradas nos produtos agrícolas feijão (-22,8%) e café (-22,7%). Nenhum dos produtos pecuários registrou recuo em seu VBP, antes se observou taxas de crescimento que variaram de 2,06% (suínos) a 21,14% (frango).

A estimativa de Conjuntura para o Valor Bruto da Produção da agropecuária brasileira em 2007, por incorporar mais produtos que aquela feita pela CNA (Tabela 34), é de R\$ 207,5 bilhões, prevenindo uma elevação de 10,8% em relação a 2006 (R\$ 187,3 bilhões). A agricultura deverá responder pela maior parte (62,8%) desse valor (R\$ 130,3 bilhões), cabendo o restante à pecuária (R\$ 77,2 bilhões ou 37,2% do total). Em relação ao ano anterior, estima-se elevação de 13,4% no faturamento agrícola e de 6,6% no faturamento pecuário nacionais.

Acredita-se que o Valor Bruto da Produção Agropecuária do Nordeste, em 2007, alcance R\$

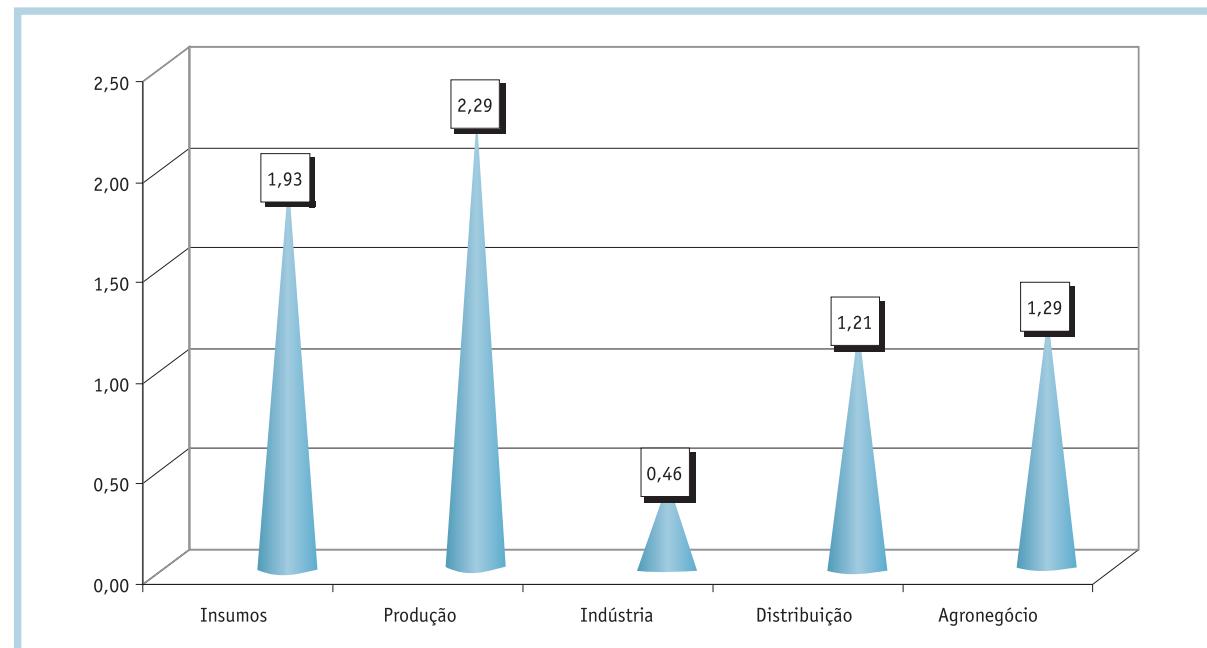


Gráfico 15 - Brasil - PIB do Agronegócio - Variação (%) Acumulada em 2007
Fonte: (CNA, 2007b).

Tabela 31 - Brasil. PIB do Agronegócio. Taxas de Crescimento Mensal, 2006-2007 (%)

AGROPECUÁRIA					
2006/2007	Insumos	Produção (A)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (B)
Maio	-0,35	-0,24	-0,07	-0,09	-0,15
Junho	-0,21	-0,20	-0,09	-0,15	-0,15
Julho	-0,28	-0,39	0,32	0,16	0,04
Agosto	-0,23	-0,07	0,24	0,13	0,08
Setembro	-0,21	0,00	0,79	0,57	0,43
Outubro	0,08	-0,02	0,53	0,46	0,33
Novembro	0,38	0,30	0,56	0,42	0,43
Dezembro	-0,07	-0,07	0,37	0,12	0,14
Janeiro	0,05	0,24	0,10	0,16	0,15
Fevereiro	0,12	0,25	0,05	0,16	0,14
Março	0,82	0,99	0,04	0,36	0,45
Abril	0,92	0,79	0,26	0,52	0,54
Acumulado em 2007	1,93	2,29	0,46	1,21	1,29

AGRICULTURA					
2006/2007	Insumos	Produção (C)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (D)
Maio	-0,36	-0,19	-0,02	0,02	-0,07
Junho	0,06	0,15	0,04	0,13	0,09
Julho	-0,04	0,02	0,48	0,58	0,38
Agosto	0,02	0,19	0,38	0,41	0,32
Setembro	-0,28	-0,30	0,92	0,71	0,52
Outubro	0,22	-0,01	0,56	0,53	0,41
Novembro	0,94	0,84	0,68	0,71	0,74
Dezembro	0,55	0,47	0,57	0,55	0,55
Janeiro	0,13	0,39	0,15	0,26	0,23
Fevereiro	0,25	0,34	0,00	0,10	0,12
Março	0,96	0,95	0,01	0,25	0,35
Abril	0,93	0,57	0,20	0,34	0,38
Acumulado em 2007	2,27	2,27	0,36	0,96	1,07

PECUÁRIA					
2006/2007	Insumos	Produção (E)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (F)
Maio	-0,33	-0,30	-0,33	-0,35	-0,32
Junho	-0,60	-0,65	-0,83	-0,79	-0,72
Julho	-0,63	-0,90	-0,69	-0,82	-0,80
Agosto	-0,60	-0,40	-0,62	-0,54	-0,51
Setembro	-0,11	0,39	0,00	0,21	0,20
Outubro	-0,13	-0,04	0,35	0,27	0,11
Novembro	-0,48	-0,38	-0,22	-0,29	-0,34
Dezembro	-1,02	-0,77	-0,91	-0,96	-0,89
Janeiro	-0,06	0,03	-0,18	-0,09	-0,06
Fevereiro	-0,07	0,13	0,34	0,31	0,20
Março	0,60	1,05	0,22	0,63	0,71
Abril	0,91	1,10	0,68	0,97	0,96
Acumulado em 2007	1,39	2,33	1,06	1,83	1,83

Fonte: (CNA, 2007b). Obs: (A) Somente o setor primário da agropecuária; (B) todo o agronegócio da agropecuária; (C) somente o setor primário da agricultura; (D) todo o agronegócio da agricultura; (E) somente o setor primário da pecuária; (F) todo o agronegócio da pecuária.

Tabela 32 - Brasil - PIB da Agropecuária e do Agronegócio em 2006 e 2007 (R\$ bilhões, a preços de 2006)

Atividades	Anos		Variação	
	2006	2007	(%)	Abs.
Agricultura	84,97	85,88	1,07	0,91
Pecuária	64,82	66,01	1,83	1,19
Agropecuária	149,80	153,23	2,29	3,43
Agronegócio	540,06	547,03	1,29	6,97
Outros Segmentos	390,26	390,26	0,00	0,00

Fonte: (CNA, 2007b). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

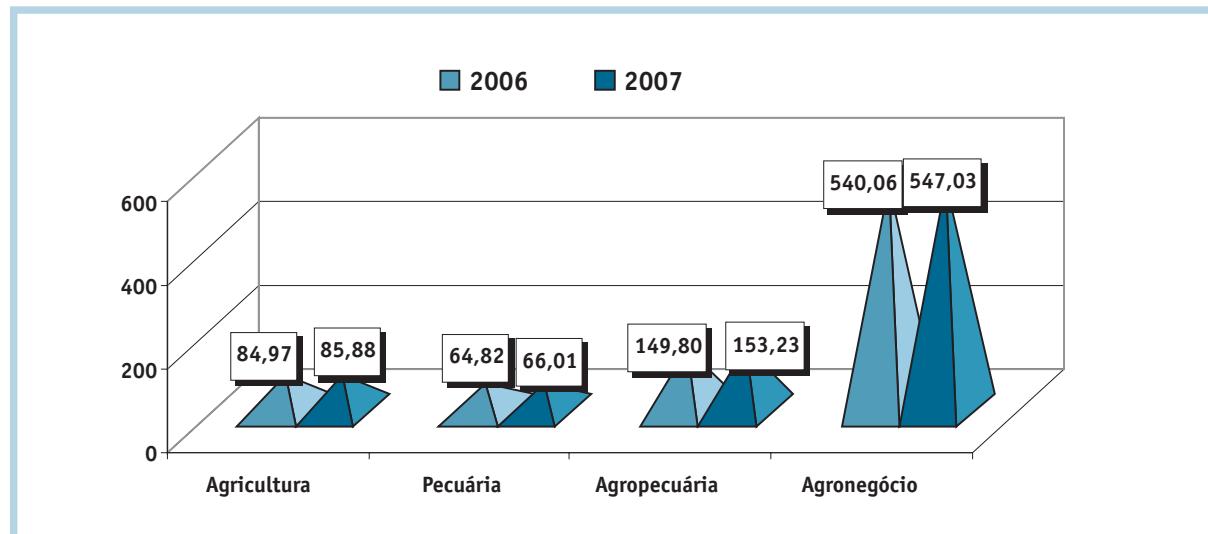


Gráfico 16 - Brasil - PIB da Agropecuária e do Agronegócio (R\$ Bilhões, a Preços de 2006)

Fonte: (CNA, 2007b).

Tabela 33 - Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) - 2006 e 2007

Produtos	Produção			Preços Médios Reais (base abril/2007, pelo IGD - DI)			Valor Bruto da Produção (VBP) R\$ Milhões		Variação	
	Unidade	2006	2007	Unidade	2006	2007	2006	2007	%	Abs.
Agrícolas										
Algodão em Caroço	Mil t	2.723,0	3.663,0	kg	0,97	0,99	2.641,3	3.619,8	37,05	978,5
Amendoim	Mil t	268,0	243,0	kg	0,98	1,10	262,4	267,4	1,91	5,0
Arroz	Mil t	11.579,0	11.203,0	kg	0,47	0,50	5.425,9	5.594,3	3,10	168,4
Banana	Mi cach de 10 dúzias	713,0	717,0	dúzia	0,66	0,69	4.705,8	4.921,8	4,59	216,0
Batata Inglesa	Mil t	3.126,0	3.340,0	kg	0,64	0,55	2.005,9	1.841,6	-8,19	-164,3
Cacau (em Amêndoas)	Mil t	204,0	195,0	15 kg	49,29	49,86	670,3	648,2	-3,30	-22,1
Café Beneficiado	Mil sacas de 60kg	41.573,0	31.708,0	60 kg	258,32	292,98	10.739,0	9.289,9	-13,49	-1.449,1
Cana-de-açúcar	Mil t	457.984,0	491.474,0	t	40,45	42,89	18.524,2	21.080,6	13,80	2.556,4
Cebola	Mil t	1.168,0	1.204,0	kg	0,50	0,35	588,9	425,9	-27,68	-163,0
Feijão	Mil t	3.472,0	3.587,0	kg	1,23	1,15	4.271,0	4.142,1	-3,02	-128,9
Fumo	Mil t	908,0	920,0	kg	4,75	4,66	4.316,2	4.287,8	-0,66	-28,4
Laranja	Milhões de caixas	442,5	438,4	cx	10,21	14,34	4.516,8	6.286,2	39,17	1.769,4
Mamona	Mil t	104,0	148,0	kg	0,57	0,54	59,1	80,1	35,53	21,0
Mandioca	Mil t	26.662,0	27.312,0	t	168,28	166,39	4.486,7	4.544,4	1,29	57,7
Milho	Mil t	42.515,0	51.050,0	kg	0,27	0,30	11.510,9	15.401,5	33,80	3.890,6
Sisal	Mil t	247,0	216,0	kg	1,07	1,07	264,9	231,5	-12,61	-33,4
Soja	Mil t	53.414,0	57.960,0	kg	0,43	0,46	23.149,0	26.530,8	14,61	3.381,8
Tomate	Mil t	3.278,0	3.279,0	kg	0,87	0,89	2.867,2	2.933,7	2,32	66,5
Trigo	Mil t	4.873,0	2.233,0	kg	0,35	0,41	1.708,7	906,0	-46,98	-802,7
Uva	Mil t	1.228,0	1.266,0	kg	0,70	0,71	856,6	895,6	4,55	39,0
Pecuários										
Carne Bovina, Eq.Cab.	Mil t	8.950	9.200	15 kg	52,15	53,50	69.506,4	74.091,9	6,60	4.585,5
Frango	Mil t	9.335	9.802	kg	1,75	1,79	16.344,6	17.539,3	7,31	1.194,7
Leite	Milhões de litros	25.062	26.065	litro	0,50	0,52	12.476,8	13.558,1	8,67	1.081,3
Ovos	mil cx de 30 dúzias	74.894	79.029	dúzia	1,40	1,38	3.488,8	3.625,7	3,92	136,9
Suínos	Mil t	2.870	2.940	15 kg	31,77	33,45	6.078,6	6.555,5	7,85	476,9
Total							173.077,2	188.021,2	8,63	14.944,0

Fonte: (CNA, 2007b).

27,7 bilhões, o que representaria crescimento de 0,5% em relação ao ano de 2006 (R\$ 125 milhões), conforme Tabela 34. Esse crescimento

viria da pecuária (+6,6% em relação ao período anterior), uma vez que a agricultura experimentou um recuo na produção (-2,2% em relação a

Tabela 34 - Nordeste - Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) - 2006 e 2007

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (Abril/2007)		VBP (Milhões de Reais)	
		2006	2007	2006	2007	2006	2007
Lavoura Temporária (a)							
Brasil							
Nordeste							
Abacaxi	Mil frutos	700.000	752.269	0,51	0,60	359,8	453,5
Algodão Herbáceo (em Caroço)	Tonelada	887.338	1.128.003	1,18	1,01	1.046,4	1.140,5
Alho	Tonelada	7.468	7.722	1,83	1,84	13,7	14,2
Amedoim (em Casca)	Tonelada	11.119	14.174	1,04	1,01	11,5	14,3
Arroz (em Casca)	Tonelada	1.109.130	1.050.424	0,66	0,63	726,7	659,3
Batata - Doce	Tonelada	190.384	190.384	0,39	0,39	74,8	74,1
Batata - Inglesa	Tonelada	169.596	259.540	1,01	0,96	170,9	248,4
Cana-de-açúcar	Tonelada	64.417.583	66.877.690	0,04	0,04	2.597,1	2.580,1
Cebola	Tonelada	251.966	261.553	1,09	0,83	274,3	216,3
Fava (em Grão)	Tonelada	12.345	12.345	1,37	1,38	16,9	17,0
Feijão (em Grão)	Tonelada	1.027.464	741.377	1,46	1,40	1.501,6	1.040,6
Fumo (em Folha)	Tonelada	33.310	34.122	2,93	3,46	97,7	118,1
Mamona (Baga)	Tonelada	85.817	89.252	0,84	0,57	71,8	50,9
Mandioqua	Tonelada	9.676.228	10.229.338	0,18	0,18	1.755,5	1.833,1
Melançoa	Tonelada	455.225	455.225	0,27	0,27	123,9	124,0
Melão	Tonelada	332.879	332.879	0,70	0,72	231,5	238,0
Milho (em Grão)	Tonelada	3.159.586	3.315.736	0,43	0,32	1.369,4	1.068,3
Soja (em Grão)	Tonelada	3.466.628	3.908.416	0,45	0,45	1.572,4	1.758,8
Sorgo Granífero (em Grão)	Tonelada	127.510	142.831	0,28	0,28	36,0	40,7
Tomate	Tonelada	517.784	553.174	1,15	1,19	595,0	658,3
Trigo (em Grão)	Tonelada	1.915	1.915	0,35	0,41	0,7	0,8
Lavoura Permanente (b)							
Brasil							
Nordeste							
Abacate	Tonelada	11.571	11.571	0,85	0,81	9,8	9,3
Algodão Arbóreo (em Caroço)	Tonelada	675	1	1,12	1,11	0,8	0,0
Banana	Tonelada	2.833.638	2.747.691	0,42	0,51	1.199,6	1.394,5
Borracha (látex Coagulado)	Tonelada	30.916	30.916	1,63	1,63	50,5	50,4
Cacau (em Amêndoas)	Tonelada	135.925	158.319	3,82	3,67	519,2	580,8
Café (Beneficiado)	Tonelada	181.164	141.493	4,38	1,81	794,3	256,3
Caqui	Tonelada	60	60	2,42	2,42	0,1	0,1
Castanha-de-caju	Tonelada	236.140	271.355	1,13	1,12	266,6	305,2
Côco-da-baía	Mil frutos	1.295.982	1.332.984	0,42	0,62	548,6	822,5
Dendê (Côco)	Tonelada	155.651	155.651	0,17	0,17	26,7	26,8
Figo	Tonelada	84	84	2,62	2,63	0,2	0,2
Goiaba	Tonelada	156.886	156.886	0,47	0,48	74,3	74,6
Guaraná (Semente)	Tonelada	1.405	1.725	1,29	1,29	1,8	2,2
Laranja	Tonelada	1.786.009	1.664.075	0,31	0,38	558,1	637,7
Limão	Tonelada	66.191	66.191	0,85	0,90	56,0	59,5
Mamão	Tonelada	879.288	879.288	0,77	0,72	673,6	630,7
Manga	Tonelada	702.925	702.925	0,74	0,72	517,2	503,6
Maracujá	Tonelada	244.343	244.343	1,05	0,99	256,1	241,1
Marmelo	Tonelada	70	70	3,54	3,54	0,2	0,2
Palmito	Tonelada	3.911	3.911	1,67	1,67	6,5	6,5
Pimenta-do-reino	Tonelada	3.988	4.354	5,03	3,89	20,1	16,9
Sisal ou Agave (Fibra)	Tonelada	247.558	248.639	0,97	0,97	239,5	240,5
Tangerina	Tonelada	44.338	44.338	0,65	1,14	28,6	50,7
Urucum (Semente)	Tonelada	3.071	3.071	1,58	1,58	4,9	4,9
Uva	Tonelada	245.521	279.855	2,75	1,77	675,6	494,0
Agricultura (c)							
Brasil							
Nordeste							
						114.852,0	130.250,3
						19.177,0	18.758,8
Pecuária (d)							
Brasil							
Nordeste							
Carne Bovina	Tonelada	1.142.915	1.174.840	3,57	3,59	72.424,0	77.201,7
Frango	Tonelada	702.926	738.091	1,80	2,03	8.398,0	8.941,6
Leite	milhões de litros	3.025	3.146	0,51	0,53	4.005,3	4.223,5
Ovos	mil cx. De 30 dúzias	12.283	12.961	1,43	1,50	1.397,8	1.499,9
Suínos	Tonelada	401.800	411.600	2,17	2,21	1.528,7	1.661,2
Agropecuária							
Brasil							
Nordeste							
						187.276,0	207.452,0
						27.575,0	27.700,4
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura Temporária (a)						14,09	11,94
Lavoura Permanente (b)						26,03	23,87
Agricultura (c)						16,70	14,40
Pecuária (d)						11,60	11,58
Agropecuária (c + d)						14,72	13,35

Fontes: (CNA, 2007b; IBGE, 2007e, 2007y; FNP, 2006). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Obs: (1) As quantidades foram obtidas do LSPA (07/2007) e de CNA (2007b). Para os produtos não contemplados no LSPA utilizou-se a PAM-2005.

(2) Os preços foram obtidos de CNA (2007b), SIGMAN (2007) e PAM (2005), corrigidos para jul/2007.

(3) As quantidades de leite e ovos produzidas no NE foram calculadas com base na participação regional em 2005, cfe. a PAM-2005.

(4) As quantidades de carne de bovinos, aves e suínos do NE foram calculadas com base na participação regional estimada por FNP-2006.

2006). Com esses desempenhos, o faturamento das atividades agropecuárias nordestinas passaria a representar 13,4% do total estimado para o Brasil (R\$ 207,5 bilhões).

O faturamento de 14 lavouras temporárias e 11 permanentes, assim como o de todos os produtos pecuários deverão aumentar. Nas lavouras temporárias, os destaques positivos, em termos relativos, são a batata-inglesa, o abacaxi, o amendoim e o fumo, todos com variação do VBP acima de 20%. Em termos absolutos destacam-se a soja, o abacaxi e o algodão herbáceo. A queda de 2,4% do VBP das lavouras temporárias deve-se principalmente à redução dos preços (média de 3,7%), uma vez que as quantidades produzidas aumentaram.

Nas lavouras permanentes, os destaques relativos positivos são a tangerina (+77,4%), o coco-da-baía (+50%) e o guaraná (+22,3%); em termos absolutos, destacam-se o coco-da-baía, a banana e a laranja que, juntos, terão um aumento de VBP de R\$ 548,4 milhões. Esse resultado, no entanto, é anulado pela queda de VBP de dez lavouras.

Houve queda dos preços (média de 1,7%), porém o resultado final foi impactado principalmente devido à queda das quantidades produzidas, que caíram em média 21,4%. Dentre os produtos das lavouras permanentes de maior peso no VBP, o café (queda de 67,7%) e a uva (queda de 26,9%) foram os que experimentaram maiores reduções no faturamento.

Todos os produtos pecuários apresentaram aumento nas quantidades e nos preços entre 2006 e 2007. Em termos relativos, o maior acréscimo no faturamento é o do leite: 8,7%; mas, em termos absolutos, a maior contribuição é dada pela produção de carne bovina: 40,1% do aumento do VBP da pecuária.

Os estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Ceará, conjuntamente, respondem por 76% do faturamento agropecuário regional, alcançando R\$ 21 bilhões (Tabela 35). A Bahia apresenta, isoladamente, a maior participação (43,3%) no VBP ou em qualquer um dos seus segmentos (lavouras ou pecuária).

Tabela 35 - Nordeste - Estimativa da Participação de Estados Selecionados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2007

Estados	Lavouras		%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%	milhões de reais	
	Temporárias	%									
AL	1.156,7	9,37	94,6	1,48	1.251,3	6,67	413,5	4,62	1.664,8	6,01	
BA	5.239,5	42,42	3.701,6	57,75	8.941,1	47,66	3.060,0	34,22	12.001,2	43,32	
CE	687,4	5,57	654,2	10,21	1.341,7	7,15	1.175,2	13,14	2.516,9	9,09	
MA	1.604,8	12,99	87,7	1,37	1.692,5	9,02	1.031,5	11,54	2.724,0	9,83	
PB	731,6	5,92	247,3	3,86	978,9	5,22	443,3	4,96	1.422,2	5,13	
PE	1.418,7	11,49	774,7	12,09	2.193,4	11,69	1.529,3	17,10	3.722,7	13,44	
PI	602,1	4,88	112,0	1,75	714,1	3,81	548,4	6,13	1.262,4	4,56	
RN	540,2	4,37	259,8	4,05	800,0	4,26	384,4	4,30	1.184,4	4,28	
SE	369,2	2,99	477,9	7,46	847,1	4,52	356,0	3,98	1.203,1	4,34	
BA+CE+MA+PE	8.950,4	72,47	5.218,3	81,41	14.168,7	75,53	6.796,0	76,00	20.964,7	75,68	
Demais	3.399,7	27,53	1.191,5	18,59	4.591,3	24,47	2.145,6	24,00	6.736,9	24,32	
Nordeste	12.350,2	100,00	6.409,8	100,00	18.760,0	100,00	8.941,6	100,00	27.701,6	100,00	

Fontes: (CNA, 2007b; IBGE, 2007e; FNP, 2006). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Obs: No cálculo do VBP dos estados foram considerados, para os produtos, os mesmos preços do Nordeste e não os preços estaduais.

3.6.3.2 - Balança Comercial do Agronegócio

O saldo da balança comercial do agronegócio nordestino, de janeiro a julho de 2007, alcançou US\$ 1.973 milhões, determinado por exportações de US\$ 2.664,9 milhões e importações de US\$ 692 milhões (Tabela 36). Com esses resultados, reduziu-se a participação nordestina no saldo do agronegócio nacional, entre os mesmos períodos de 2006 e 2007 (de 9,3% para 7,2%), principalmente porque as importações do agronegócio regional cresceram significativamente mais (45,6%) do que as do agronegócio nacional (32,9%).

Os produtos do agronegócio continuam dando uma contribuição positiva para o resultado final da balança comercial brasileira: enquanto os saldos das balanças comerciais totais do Brasil e do Nordeste registraram quedas (4,2% para o Brasil e 27,3% para o Nordeste) os saldos das balanças comerciais dos agronegócios cresceram 18,6% para o Brasil e 10,7% para o Nordeste. No primeiro semestre de 2007, as exportações do agronegócio do Brasil e do Nordeste evoluíram mais do que as exportações totais respectivas, quando comparadas com o mesmo período do ano anterior. De igual

modo, as importações de ambos cresceram mais do que as importações totais.

O saldo comercial do agronegócio de seis dos nove estados nordestinos apresentou crescimento, com destaque para a evolução do saldo de Sergipe (+ 267,1%), que também foi o estado cujas exportações mais cresceram no período (102%). Em Sergipe, o destaque nas exportações foram os “*Sucos de Laranja*” e os “*Demais Sucos de Fruta*”; conjuntamente, esses “setores”¹⁹ representaram 92% do valor exportado pelo agronegócio do Estado.

Já o Piauí foi o estado que apresentou maior aumento nas importações do agronegócio (124,6%), devido totalmente às importações do “setor” “*Outros Produtos de Origem Vegetal*”, mas também chamou a atenção os números da Paraíba (+94,7%).

Esses desempenhos não alteraram significativamente a ordem de importância dos principais estados nos três indicadores: exportações, importações e saldo. Bahia, Ceará e Alagoas se destacam pela participação nas exportações e no saldo e Pernambuco, Bahia e Ceará nas importações.

19 São 25 os setores utilizados pelo Ministério da Agricultura na base de dados Agroestat: Animais vivos; Bebidas; Cacau e seus produtos; Café; Carnes; Cereais, farinhas e preparações; Chá mate e especiarias; Complexo soja; Complexo sucroalcooleiro; Couros, produtos de couro e peleteria; Demais produtos de origem animal; Demais produtos de origem vegetal; Fibras e produtos têxteis; Frutas inclusive nozes e castanhas; Fumo e seus produtos; Lácteos; Pescados; Plantas vivas e produtos de floricultura; Produtos apícolas; Produtos alimentícios diversos; Produtos florestais; Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos; Produtos oleaginosos exclusive soja; Rações para animais; Sucos de fruta.

Tabela 36 - Nordeste Balança Comercial do Agronegócio, por Estado 2006 e 2007. Dados de Janeiro a Julho de Cada Ano (US\$ mil)

Região/Estado	2006			2007		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil Total (a)	74.521.851	49.492.647	25.029.204	87.333.413	63.354.773	23.978.641
Brasil Agroneg.(b)	26.591.643	3.514.207	23.077.436	32.034.609	4.672.057	27.362.552
Nordeste Total (c)	6.303.326	4.751.505	1.551.821	7.264.686	6.136.410	1.128.275
Nordeste Agroneg. (d)	2.282.142	475.304	1.781.903	2.664.895	691.976	1.972.918
Alagoas	399.976	11.083	371.244	453.799	15.789	438.010
Bahia	883.994	115.161	768.833	1.105.926	183.223	922.703
Ceará	401.602	112.424	289.178	416.406	187.278	229.127
Maranhão	119.077	8.935	110.142	159.053	12.710	146.343
Paraíba	71.359	31.873	39.486	86.208	62.049	24.159
Pernambuco	203.311	151.545	51.766	208.935	187.629	21.305
Piauí	20.088	1.320	18.768	25.853	2.966	22.887
Rio Grande do Norte	155.283	26.177	121.820	153.216	23.992	129.224
Sergipe	27.453	16.785	10.667	55.500	16.340	39.161
VARIAÇÕES 2006/2007						
Brasil Total				17,2	28,0	-4,2
Brasil Agroneg.				20,5	32,9	18,6
Nordeste Total				15,3	29,1	-27,3
Nordeste Agroneg.				16,8	45,6	10,7
Alagoas				13,5	42,5	18,0
Bahia				25,1	59,1	20,0
Ceará				3,7	66,6	-20,8
Maranhão				33,6	42,2	32,9
Paraíba				20,8	94,7	-38,8
Pernambuco				2,8	23,8	-58,8
Piauí				28,7	124,6	22,0
Rio Grande do Norte				-1,3	-8,3	6,1
Sergipe				102,2	-2,7	267,1
RELAÇÕES						
b/a	35,7	7,1	92,2	36,7	7,4	114,1
d/c	36,2	10,0	114,8	36,7	11,3	174,9

Fonte: (BRASIL, 2007b). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

4.1 - Emprego

A A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE (IBGE, 2007y) estimou em 9,7% a taxa de desocupação²⁰ referente a junho de 2007 no agregado das regiões metropolitanas pesquisadas²¹, o que representou a primeira redução mensal da taxa em 2007, tendo sido atingido o pico nos meses de março, abril e maio, em 10,1%. Na comparação com junho de 2006, quando a taxa ficou em 10,4%, também houve redução. O número de

pessoas desocupadas, relativamente a junho de 2007, foi calculado em 2,2 milhões, observando-se estabilidade anual.

O Gráfico 17 mostra a evolução da taxa de desocupação, desde janeiro de 2004, para o conjunto das regiões pesquisadas pelo IBGE, indicando que vêm sendo mantidos níveis de desocupação relativamente estáveis, mês a mês, nos últimos

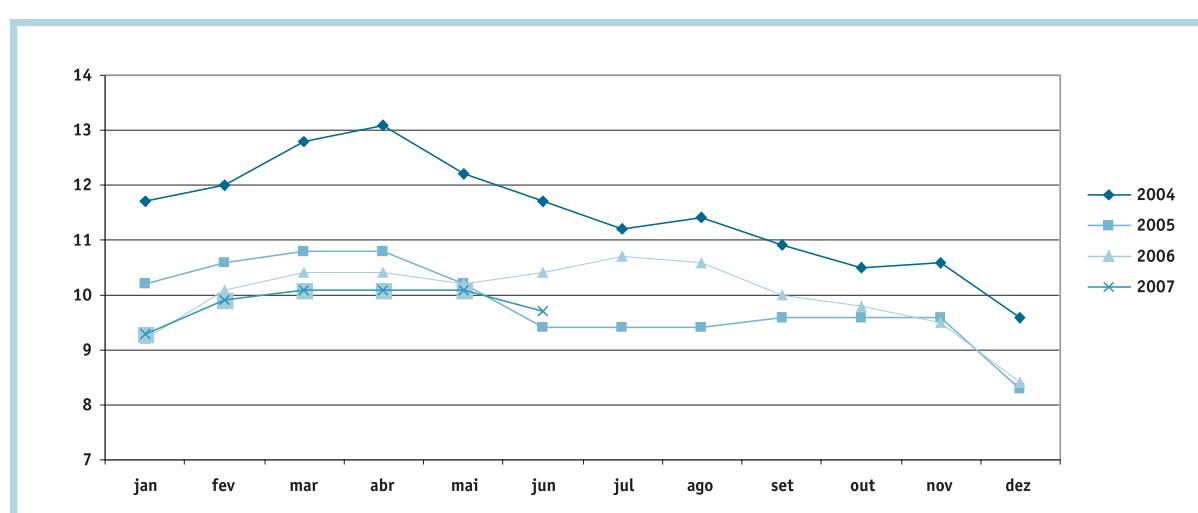


Gráfico 17 - Taxa de Desocupação, Conjunto das Regiões Metropolitanas Pesquisadas na PME, 2004-2007

Fonte: (IBGE, 2007x). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

20 Relação entre desocupados procurando trabalho e população economicamente ativa. Foram classificadas, pelo IBGE, como desocupadas as pessoas que não estavam trabalhando e permaneciam disponíveis para trabalhar na semana de referência e tinham tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores à semana em que responderam à pesquisa. A população economicamente ativa (PEA) compreende as pessoas ocupadas, com trabalho remunerado ou não, e as desocupadas que procuravam trabalho na semana de referência. A PEA é o contingente de pessoas na força de trabalho. Vale destacar que os valores apresentados para cada uma das categorias acima indicadas levam em conta pessoas com 10 anos ou mais de idade, que são consideradas pelo IBGE pessoas em idade ativa, ou PIA.

21 Regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

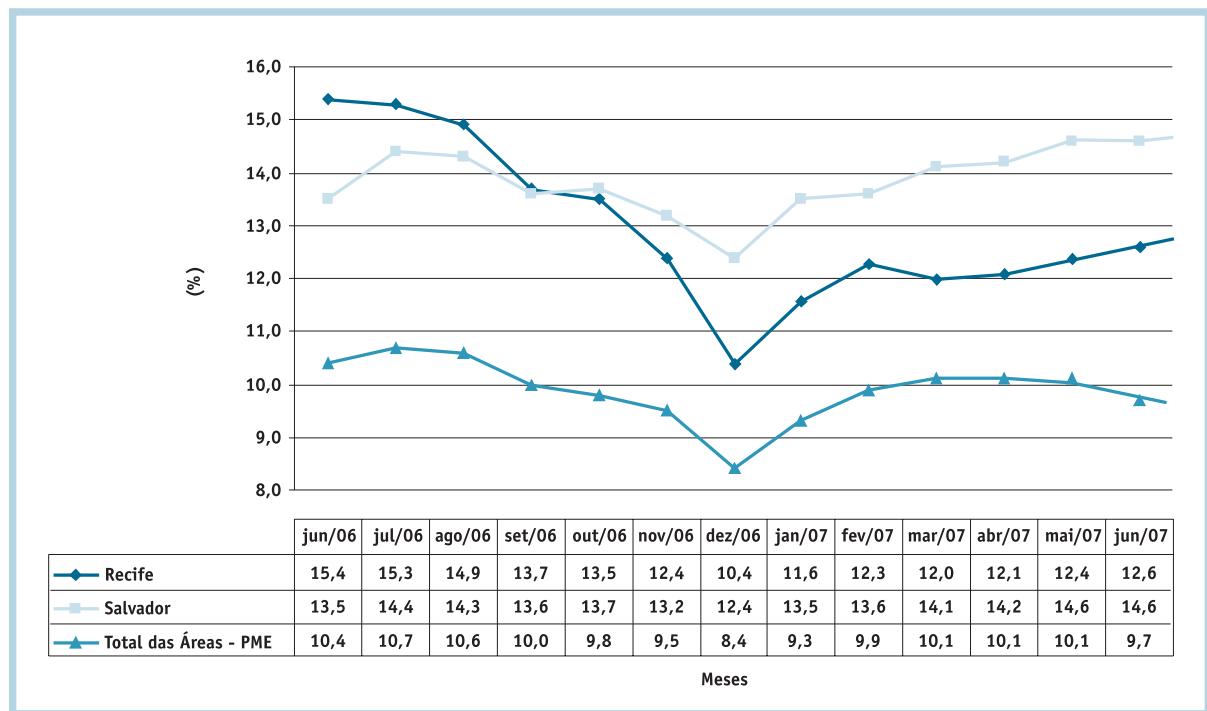


Gráfico 18 - Taxa de Desocupação para o Total das Áreas Cobertas pela PME, Recife, Salvador (Jun./06 - Jun./07) (%)

Fonte: (IBGE, 2007x). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

três anos, porém, visivelmente menores do que os níveis de 2004.

No Gráfico 18, tem-se a evolução, nos últimos 12 meses, da taxa de desocupação nas regiões metropolitanas nordestinas abrangidas pela PME, Recife e Salvador, além da taxa para o conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas. O gráfico ilustra bem o comportamento sazonal da taxa de desocupação. Em Recife, com taxa de 12,6% em junho de 2007, houve queda na comparação anual, sendo de 15,4% a taxa em junho de 2006. Por outro lado, em Salvador, com taxa de 14,6% em junho de 2007, houve elevação anual, sendo de 13,5% a taxa neste mesmo mês do ano anterior. O gráfico também mostra que as regiões metropolitanas nordestinas apresentam, mês a mês, taxas de desocupação maiores do que aquela para o conjunto das regiões pesquisadas pelo IBGE.

Para a região metropolitana (RM) do Recife, em termos do contingente de desocupados, que em junho de 2007 ficou em 189 mil pessoas, vale

destacar pessoas com idade entre 18 e 24 anos (36,8%) e pessoas com 11 anos ou mais de estudo (46,5%). A taxa de desocupação para pessoas com 11 anos ou mais de estudo é ligeiramente menor do que a taxa para o conjunto da PEA na RM de Recife, 11,2% contra 12,6%. Dos desocupados, 16% tinham tempo de procura por emprego há mais de seis meses, em junho de 2007; sendo que este percentual era de 51,1% em junho de 2002.

Para a RM de Salvador, o contingente de desocupados, referente a junho de 2007, foi estimado em 256 mil pessoas, destacando-se pessoas com idade entre 18 e 24 anos (37,4%) e pessoas com 11 anos ou mais de estudo (49,9%). A taxa de desocupação para pessoas com 11 anos ou mais de estudo na RM de Salvador é de 13,3%, um pouco menor do que a taxa para o conjunto da PEA nesta região metropolitana, que é de 14,6%. Dos desocupados em Salvador, 27,4% tinham tempo de procura por emprego há mais de seis meses,

em junho de 2007; sendo que esse percentual era de 8,9% em junho de 2002.

A Tabela 37 indica quais elementos foram mais diretamente responsáveis pelo comportamento da taxa de desocupação, para o conjunto das regiões metropolitanas e para as regiões metropolitanas do Nordeste abrangidas pela PME. Quanto aos números apresentados, vale destacar que: i) no caso do conjunto das regiões pesquisadas, o contingente de desocupados, que caiu 4,92% em 12 meses, já apresenta uma elevação de 17,51% nos seis primeiros meses de 2007, em parte devido ao efeito da sazonalidade sobre o emprego, já que a população desocupada é menor nos meses de dezembro e janeiro, conforme a série histórica da PME; ii) no caso da região metropolitana de Recife, a taxa de desocupação caiu em grande parte devido a uma acentuada redução no contingente de desocupados (-20,98%), nos últimos 12 meses; iii) ainda no caso da RM de Recife, merece destaque a redução de 3,25% ocorrida na força de trabalho (PEA), talvez por desestímulo quanto ao mercado de trabalho (o chamado desemprego oculto por desalento), devido às altas taxas de desocupação verificadas nos últimos anos, e/ou por busca por qualificação, já que a população em idade ativa (PIA), isto é, pessoas com 10 anos ou mais, tem crescido a taxas relativamente normais, o que permite descartar a hipótese de emigração; e iii) no caso da região metropolitana de Salvador,

a taxa de desocupação aumentou na comparação anual. No entanto, o contingente de ocupados cresceu 6,22%, quase o dobro do observado para o Brasil em 12 meses (3,21%), o que indica um cenário positivo do mercado de trabalho.

As regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas, Recife e Salvador, vêm apresentando as duas maiores taxas de desocupação entre as regiões pesquisadas, considerando os últimos cinco anos, em quase todo o período (Gráfico 19).

Algumas características da população ocupada que podem representar reflexos de características estruturais do mercado de trabalho, nas principais regiões metropolitanas do Nordeste, Recife e Salvador, referentes a junho de 2007, podem explicar em parte os mais altos índices de desocupação verificados nestas regiões. Por exemplo, considerando o percentual dos ocupados com baixa escolaridade (até três anos de estudo), Recife (8,3%) e Salvador (7,6%) apresentam percentuais acima da média das seis principais regiões metropolitanas brasileiras (6,9%). Com relação ao percentual da população ocupada empregada em empreendimentos de menor porte (até 10 pessoas), e considerando que empreendimentos de menor porte são mais vulneráveis a oscilações do mercado, Recife (51,5%) e Salvador (51,3%) apresentam percentuais acima da média de seis das principais regiões metropolitanas (43,3%). Por fim, considerando que a precariedade torna

Tabela 37 - Evolução da População Desocupada (PD), População Ocupada (PO), População Economicamente Ativa (PEA) e População em Idade Ativa (PIA) (%)

Variáveis	Brasil	Recife	Salvador
PD	17,51	19,37	20,94
	-4,92	-20,98	16,58
PO	0,15	-3,75	0,34
	3,21	-0,03	6,22
PEA	1,60	-1,35	2,90
	2,36	-3,25	7,62
PIA	1,19	1,47	1,60
	2,39	2,56	2,88

Fonte: (IBGE, 2007z). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: Brasil, Recife, Salvador (regiões metropolitanas pesquisadas).

(1) Acumulado do Ano. Base: Média 1996 = 100.

(2) Índice Acumulado. Base: Igual Período do Ano Anterior.

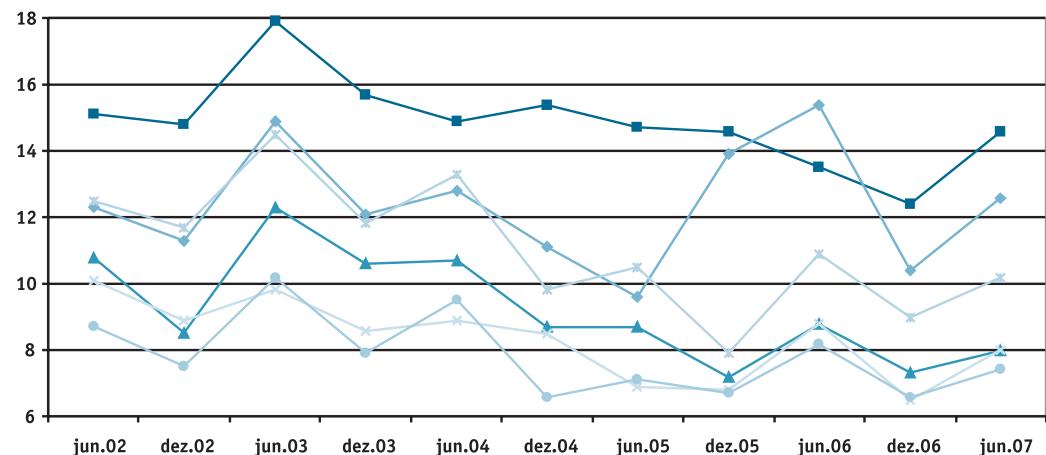


Gráfico 19 - Taxa de Desocupação, Regiões Metropolitanas Pesquisadas na PME, 2002-2007

Fonte: (IBGE, 2007x). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

a ocupação mais instável, verifica-se que o percentual da população ocupada empregada com carteira de trabalho assinada no setor privado em Recife (35,7%) e Salvador (36,3%) está abaixo da média de seis das principais regiões metropolitanas do Brasil (41,9%).

No conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas, o contingente da população ocupada, estimado em 20,8 milhões, cresceu 3,2% em junho de 2007 em relação a junho de 2006, cerca de 646 mil pessoas. A população ocupada

estimada em Recife, em junho de 2007, foi de 1.314 mil pessoas, apresentando estabilidade na comparação com junho de 2006. Já a população ocupada na região metropolitana de Salvador, foi estimada em 1.498 mil pessoas, no mês de junho de 2007, o que significou crescimento na comparação anual (6,2%).

O Gráfico 20 mostra a evolução da população ocupada desde 2004 na RM de Recife. O comportamento tem sido de crescimento da ocupação.

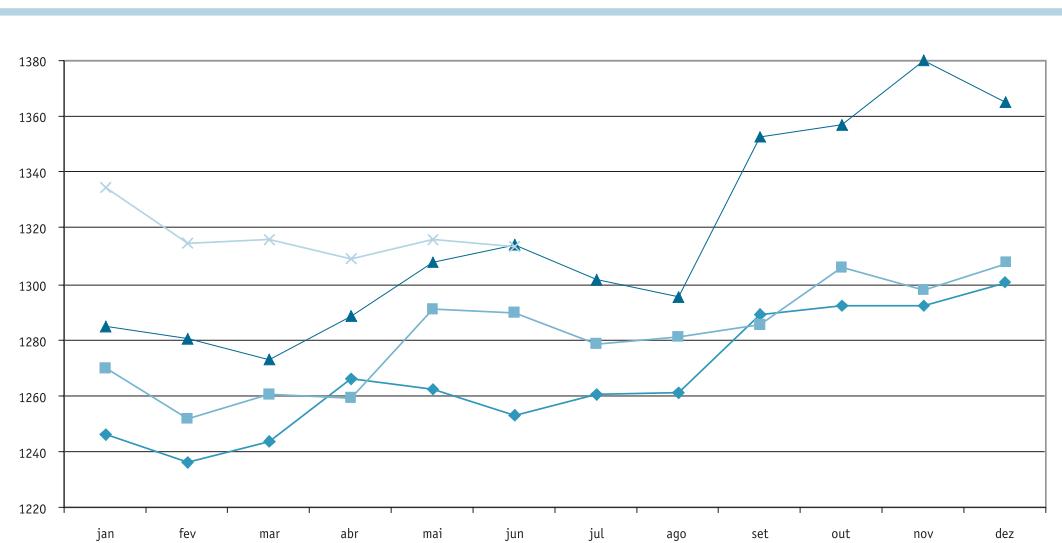


Gráfico 20 - Evolução da População Ocupada na RM de Recife, 2004-2007 (Mil Pessoas)

Fonte: (IBGE, 2007x). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

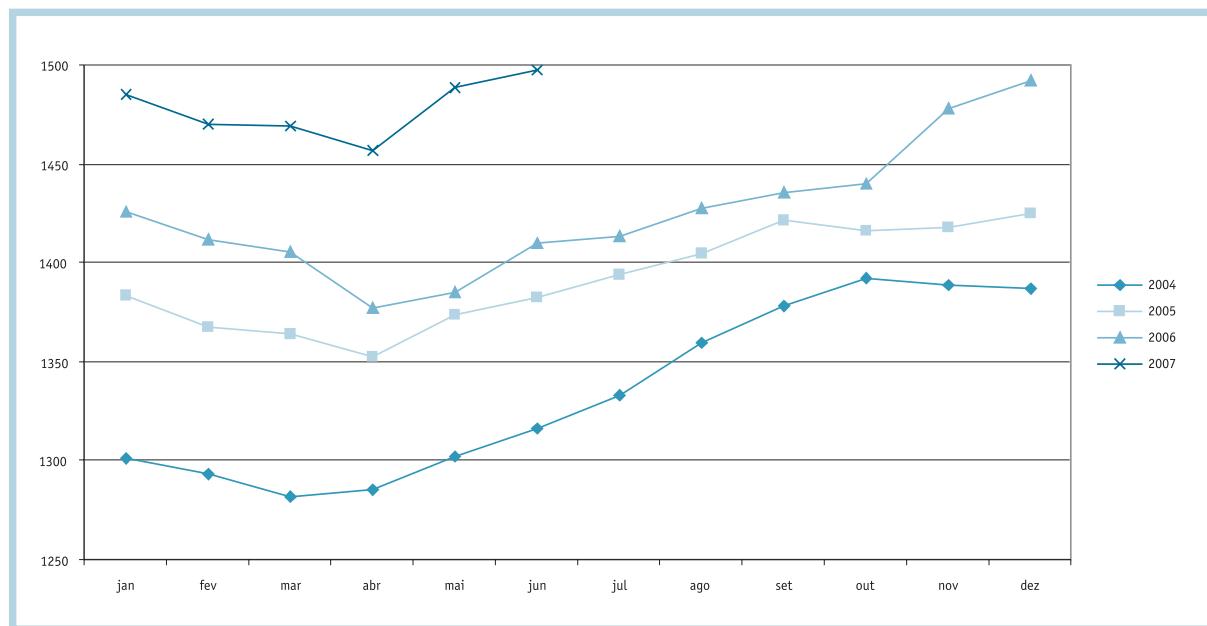


Gráfico 21 - Evolução da População Ocupada na RM de Salvador, 2004-2007 (Mil Pessoas)

Fonte: (IBGE, 2007x). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

O Gráfico 21 mostra a evolução da população ocupada desde 2004 na RM de Salvador. O comportamento também tem sido de crescimento da ocupação, com o destaque positivo de que, mês a mês, o contingente de ocupados é maior do que nos anos anteriores.

Além da taxa de desocupação, outro indicador de crucial relevância na análise do mercado de trabalho é a taxa de crescimento da população ocupada, porque evidencia a capacidade de absorção de mão-de-obra pela economia da região pesquisada. A Tabela 38 indica o crescimento, entre 2002 e 2007, da população ocupada nas regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. São apontados os números da população

ocupada em junho de 2002 e em junho de 2007, além da variação anual média observada para o período. Observa-se que, nos últimos cinco anos, foi na RM de Belo Horizonte onde a população ocupada mais cresceu (4,8%), seguida pela RM de Salvador (4%). O crescimento foi menor na RM de Recife (2,5%).

O contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, que responde por 41,9% da população ocupada no conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, elevou-se em 4,4% frente a junho de 2006. No Nordeste, os trabalhadores com carteira assinada representam 35,5% e 36,6% da população ocupada nas regiões metropolitanas de Recife e

Tabela 38 - População Ocupada, em Milhões de Pessoas, e seu Crescimento Anual Médio no Período 2002-2007

	2002	2007	Δ(%)
Recife	1.164	1.314	2,5
Salvador	1.231	1.498	4,0
Belo Horizonte	1.794	2.273	4,8
Rio de Janeiro	4.598	5.087	2,0
São Paulo	7.293	8.840	3,9
Porto Alegre	1.568	1.779	2,6
Total	17.647	20.790	3,3

Fonte: (IBGE, 2007v).

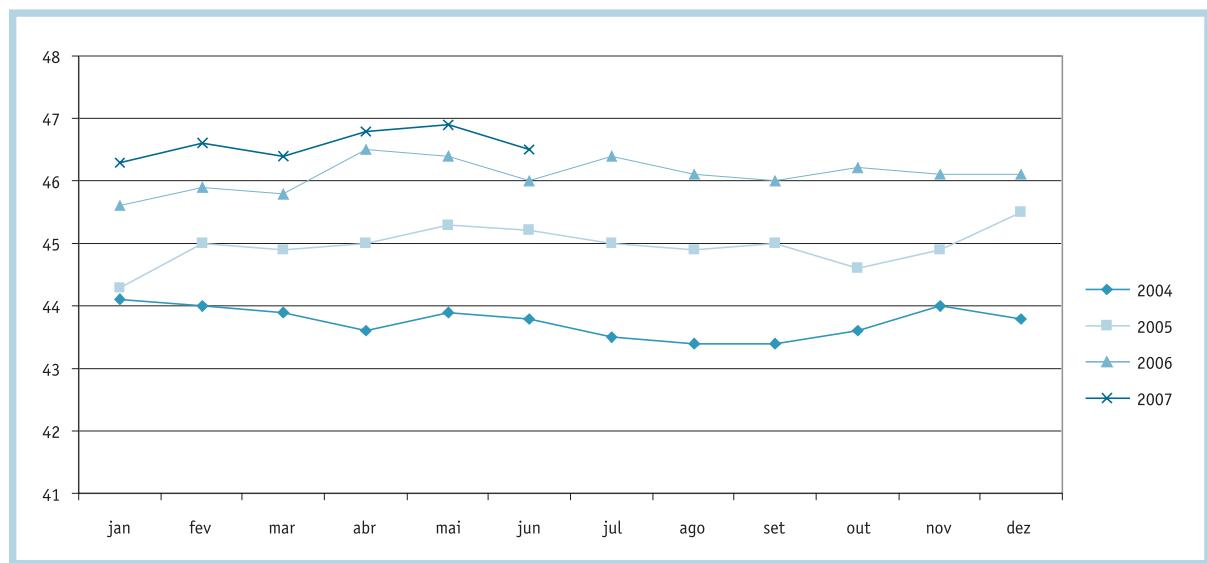


Gráfico 22 - Evolução da Taxa de Formalização da Ocupação no Conjunto das Regiões Metropolitanas Pesquisadas, 2004-2007 (%)

Fonte: (IBGE, 2007v). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Salvador, respectivamente. Em Recife, o contingente de trabalhadores “com carteira” apresentou elevação de 6,1% na comparação com junho de 2006. Em Salvador, houve elevação de 11% na comparação anual. Depreende-se, a partir disso, que a formalização do trabalho aumentou no período de um ano nestas duas regiões metropolitanas, já que a população ocupada apresentou estabilidade em Recife e crescimento menor do que os empregos formais em Salvador. O Gráfico 26 mostra como a participação das ocupações formais no total das ocupações vem se elevando nos últimos anos, indicando a geração de empregos com menos precariedade.

Na cidade de Fortaleza, destaca-se a pesquisa denominada *Ocupação e Desemprego em Fortaleza* (IDT, 2007b), realizada pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, entidade cuja atribuição, estabelecida pelo Poder Executivo estadual, é executar políticas públicas nas áreas do trabalho e empreendedorismo. Tal pesquisa é uma importante fonte de dados para investigação do em-

prego e rendimento em uma das três principais capitais do Nordeste, tendo em vista que o IBGE, por meio de sua PME, não inclui a RM de Fortaleza em sua abrangência. As diferenças metodológicas das duas pesquisas impedem quaisquer comparações teoricamente consistentes entre os números estimados para a RM de Fortaleza e aqueles apresentados pelo IBGE para as RMs de Recife e Salvador, até mesmo porque a pesquisa refere-se à cidade de Fortaleza, e não à RM de Fortaleza. Mas, em termos de comparação temporal, a análise de evolução do emprego na cidade de Fortaleza é de grande valia.

Dessa forma, os números apresentados na pesquisa *Ocupação e Desemprego em Fortaleza* mostram que a taxa de desemprego aberto²² atingiu 13,8% em junho de 2007, ou 146 mil pessoas, representando uma redução em relação a junho de 2006, que apresentou taxa de 16,6%. Da população desocupada em Fortaleza, 8,2% tinham mais alto grau de instrução (curso superior completo), 50,9% eram jovens (de 15 a 24 anos) e

²² Desemprego Aberto refere-se a pessoas que, no período de referência da pesquisa, não estavam exercendo nenhuma atividade, isto é, não tinham nenhuma ocupação e se encontravam pressionando o mercado de trabalho, através de medidas concretas de procura.

45,8% procuravam por emprego há mais de seis meses. No caso da população ocupada, estimada em 909 mil pessoas, 63,4% tinham curso superior

completo e 69,1% tinham carteira de trabalho assinada, com referência a março de 2007.

4.2 - Rendimento

Nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores alcançou R\$ 1.119,20 em junho de 2007, tendo atingido o maior valor do ano no mês de maio, R\$ 1.124,69. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o rendimento real teve um incremento de 2,7%. Os benefícios mostraram-se maiores para trabalhadores por conta própria, cuja renda média cresceu 10,1%. Vale destacar ainda que, na comparação anual, o comportamento do rendimento foi de redução apenas nas regiões metropolitanas de Recife e São Paulo.

A região metropolitana de Recife apresentou redução (-4,1%) no rendimento médio real em

relação a junho de 2006, alcançando R\$ 779,80, destacando-se a elevação dos rendimentos dos trabalhadores “sem carteira” (6,9%). Para a RM de Salvador, houve elevação na comparação com junho de 2006 (7,3%), alcançando R\$ 866,00, merecendo destaque a elevação dos rendimentos dos trabalhadores por conta própria, 7,1%.

A massa de rendimento real efetivo da população ocupada, ou seja, a soma dos rendimentos efetivamente recebidos em todos os trabalhos, com referência a junho de 2007, foi estimada em R\$ 22,8 bilhões, tendo crescido 4,1% em relação a junho de 2006. O Gráfico 24 mostra que a massa de rendimentos vem crescendo continuamente desde 2003.

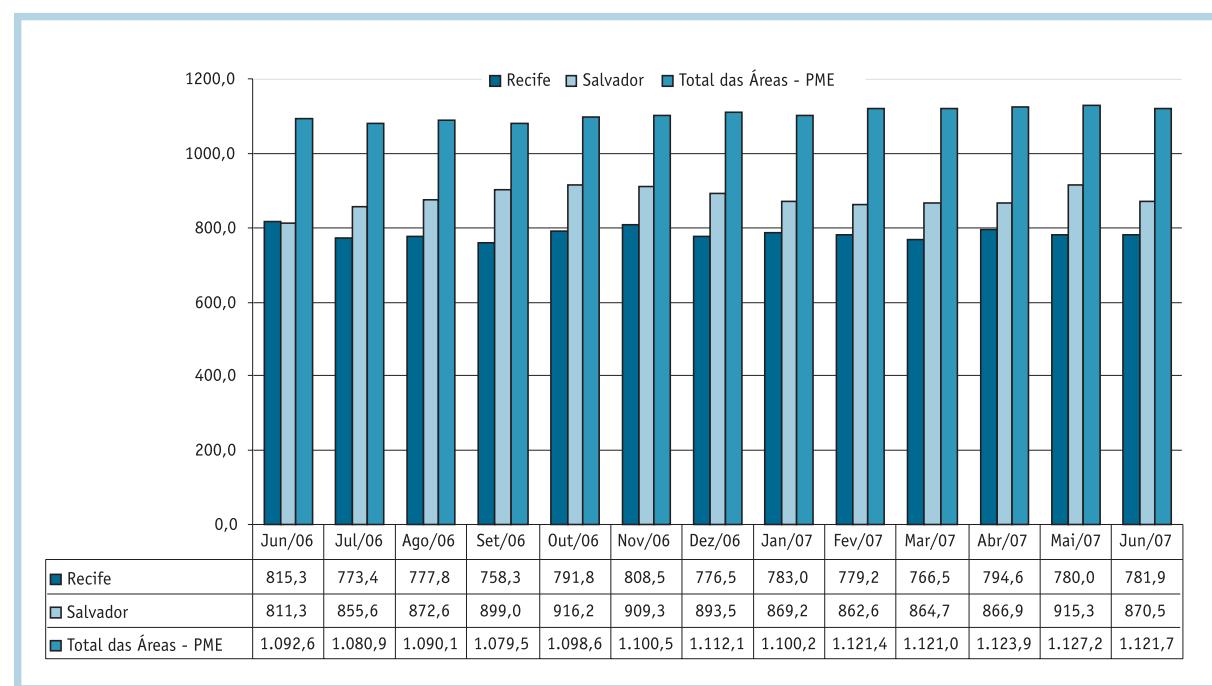


Gráfico 23 - Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido para o Total das Áreas Cobertas pela PME, Recife e Salvador (Jun. 06/ Jun. 07)

Fonte: (IBGE, 2007x). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

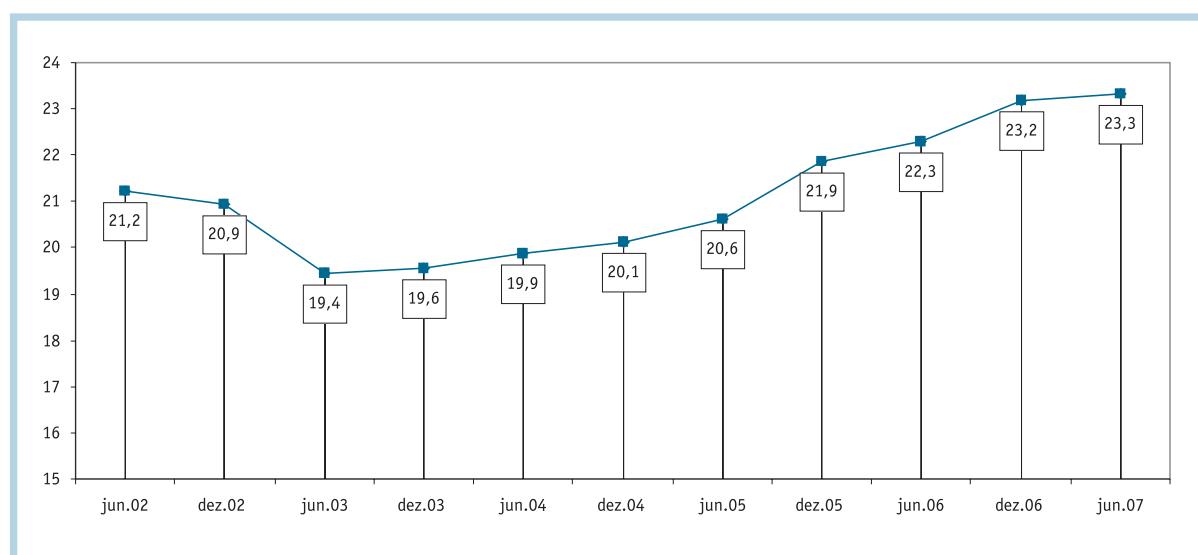


Gráfico 24 - Massa de Rendimentos Reais, 2002-2007, em R\$ Bilhões

Fonte: (IBGE, 2007w). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Os resultados relativamente promissores com relação ao mercado de trabalho, mostrados acima, podem ser justificados pelo aquecimento da atividade econômica, e pela perspectiva de permanência deste cenário, a despeito das recentes turbulências na economia mundial, originadas no mercado imobiliário norte-americano. O crescimento de 3,2% da população ocupada no conjunto de seis das principais regiões metropolitanas do Brasil e elevação da massa salarial de 4,1% são em grande parte efeitos (e também causas) dos bons números da economia. A atividade da indústria, mensurada pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, que pode ser considerada um indicativo importante da atividade econômica nas regiões metropolitanas, mostrou que a produção industrial cresceu 3,9% nos últimos 12 meses, cabendo destaque para a categoria de *bens de capital* (+11,5%), o que indica a perspectiva de permanência do crescimento da produção. Adicionalmente, outro resultado que reforça o cenário de aquecimento da economia são os números do comércio apresentados pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, referentes ao mês de junho de 2007, que indicam crescimento do volume de vendas no varejo de 9,9%, nos últimos 12 meses.

No caso das regiões metropolitanas nordestinas, há situações contrapostas entre Recife e Salvador.

Em Recife, houve queda na taxa de desocupação, mas o contingente da população ocupada se manteve estável. Isso ocorreu porque parte da população desocupada deixou de procurar emprego. Isso se mostra na medida em que o contingente de pessoas na população não economicamente ativa (PNEA) que não gostaria de trabalhar aumentou 21,4% em Recife, enquanto que, para o conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas, aumentou apenas 5,6%, e em Salvador reduziu 1,6%. A situação atual é tal que a taxa de atividade, ou seja, o percentual da PEA na PIA é de apenas 48,8% em Recife, enquanto que em Salvador é de 59,5%, e, no conjunto das regiões pesquisadas, de 56,8%. Além disso, Recife foi a única região metropolitana pesquisada que apresentou redução anual da massa de rendimentos da população ocupada (-3,2%), nos últimos 12 meses.

Contrariando este cenário aparentemente crítico no mercado de trabalho da RM de Recife, a produção industrial em Pernambuco cresceu 5,6% em 12 meses, enquanto que no Brasil cresceu 3,9%, e no Nordeste apenas 2,8%. Já as vendas do comércio, cresceram 12,1% em volume, acima da média brasileira, que foi de 10,9%. Destaque-se também que não há, segundo a PME, alteração significativa quanto aos setores da economia em que está

distribuída a população ocupada na RM de Recife, quais sejam, indústria, construção, comércio e serviços. Na tentativa de compreender a dinâmica que vem ocorrendo no mercado de trabalho da RM de Recife, vale observar que a população com mais de 11 anos de estudo aumentou 17,1% na PNEA, enquanto que na média das regiões pesquisadas aumentou apenas 6,2%, tendo permanecido estável em Salvador. Além disso, na PNEA, aqueles que têm de 18 a 24 anos aumentaram seu contingente em 16,7%, enquanto houve redução em Salvador e no conjunto das regiões pesquisadas de 22,5% e 2,5%, respectivamente. Isso pode significar, associando-se com os dados que não anunciam qualquer arrefecimento da produção ou do comércio, que uma parte da população da RM de Recife, provavelmente os mais jovens, está bus-

cando qualificação, talvez por conta dos grandes projetos estruturantes que prometem alavancar a economia pernambucana, como uma refinaria de petróleo, um estaleiro, a ferrovia transnordestina, um gasoduto, novos investimentos no porto de Suape, o pólo fármaco-químico, o pólo de poliéster e outros de menor porte. São investimentos que ultrapassam os R\$ 17 bilhões. Estima-se que a economia de Pernambuco seja três vezes maior nos próximos 25 anos, crescendo com uma taxa média de 5% ao ano. Quando à RM de Salvador, a taxa de desemprego cresceu na comparação anual, no entanto, a ocupação vem crescendo mais do que a média nacional. Por outro lado, a produção industrial cresceu apenas 0,5% em 12 meses, enquanto que o volume de vendas no comércio cresceu 12,3% no mesmo período.

4.3 - Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (BRASIL, 2007f) do Ministério do Trabalho e Emprego revelam que o primeiro semestre de 2007 apresentou um saldo de 1.095.503 – sendo o saldo a diferença entre o total de admissões e demissões no período. Destaque-se que este é o melhor resultado da série do Caged desde 1999, considerando-se os meses de janeiro a junho. Na comparação com o primeiro semestre do ano anterior, houve incremento de 18% no saldo de empregos formais no Brasil.

Todos os setores apresentaram saldo positivo no fluxo de empregos formais nos primeiros seis meses do ano. Contudo, os que apresentaram maior elevação de 2006 para 2007 foram: Indústria de Transformação (39,4%), Comércio (35,3%), Agricultura (24,4%) e Construção Civil (23,6%). Três dos oito setores pesquisados apresentaram

saldo inferior ao alcançado em 2006: Serviços Industriais de Utilidade Pública (-29,5%), Indústria Extrativa (-13,5%) e Administração Pública (-12%). Uma questão que merece menção é que, no caso da Administração Pública, no que tange ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, entram nas estatísticas para esse setor apenas os empregos formais celetistas (ou seja, aqueles que são regidos pela CLT), mas como grande parte dos empregos públicos, especialmente no Nordeste, são de caráter estatutário, o dado apresentando não expressa fielmente a evolução do saldo das ocupações realizadas pelo setor²³.

Considerando a participação dos setores da economia no saldo de empregos celetistas do país em 2007, o setor de Serviços é o que apresenta o maior destaque, com 327.563 empregos gerados, o que re-

23 Para uma melhor análise do setor Administração Pública, o leitor deve considerar os dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais do próprio Ministério do Trabalho e Emprego.

presenta 30% do total. Indústria de Transformação e Agricultura são os próximos na lista dos setores que mais empregaram no ano, com saldos de 299.509 e 238.437 empregos formais, respectivamente.

A região Nordeste comumente apresenta resultado pouco expressivo da geração de empregos formais, no acumulado de janeiro a junho de 2007, frente aos valores observados para o país, sendo de apenas 1,5% a participação da Região no cenário nacional. No entanto, o saldo para o período foi de 16.165 postos de trabalho, variação de 149% com relação ao mesmo período de 2006. Junho foi o primeiro mês em 2007 a registrar saldo positivo (26.728 postos de trabalho) no Nordeste. Vale salientar ainda que, historicamente, o segundo semestre do ano é o período de recuperação, quando setores importantes como Serviços, Agropecuária e Indústria de Transformação elevam os números do emprego formal no Nordeste. O Gráfico 25 mostra a evolução do saldo anual de empregos formais no Brasil e na região Nordeste desde 1999. O valor para 2007 cobre apenas o período de janeiro a junho. O gráfico indica uma baixa participação do Nordeste no emprego formal do Brasil. Além

disso, também é ilustrado que o emprego formal no Nordeste tende a acompanhar a evolução do emprego formal no Brasil.

Entre os setores da economia nordestina, Serviços apresentou o maior saldo no ano, com 29.567 novos postos de trabalho (incremento de 25,3% em relação a 2006). A Construção Civil também apresentou saldo relevante no acumulado do ano (11.155). No entanto, esse valor foi inferior ao obtido em 2006, sendo registrada queda de 32%. Vale destacar ainda a recuperação do Setor Agropecuário, que pelo terceiro mês consecutivo registra saldo positivo, sendo de 10.264 os novos postos de trabalho criados no mês de junho (incremento de 39,3% frente a junho do ano anterior).

O destaque negativo no ano ficou por conta da Indústria de Transformação, que apesar de ter demonstrado uma reação nos três últimos meses, ainda não saiu do saldo negativo (41.959 desligamentos em 2007). O responsável direto é o segmento de Produtos Alimentícios e Bebidas alagoano, que sozinho dispensou 34.961 empregos formais no ano. Esse fato é explicado pela sazonalidade causada pelo ciclo da cana-de-açúcar. A expectativa é que

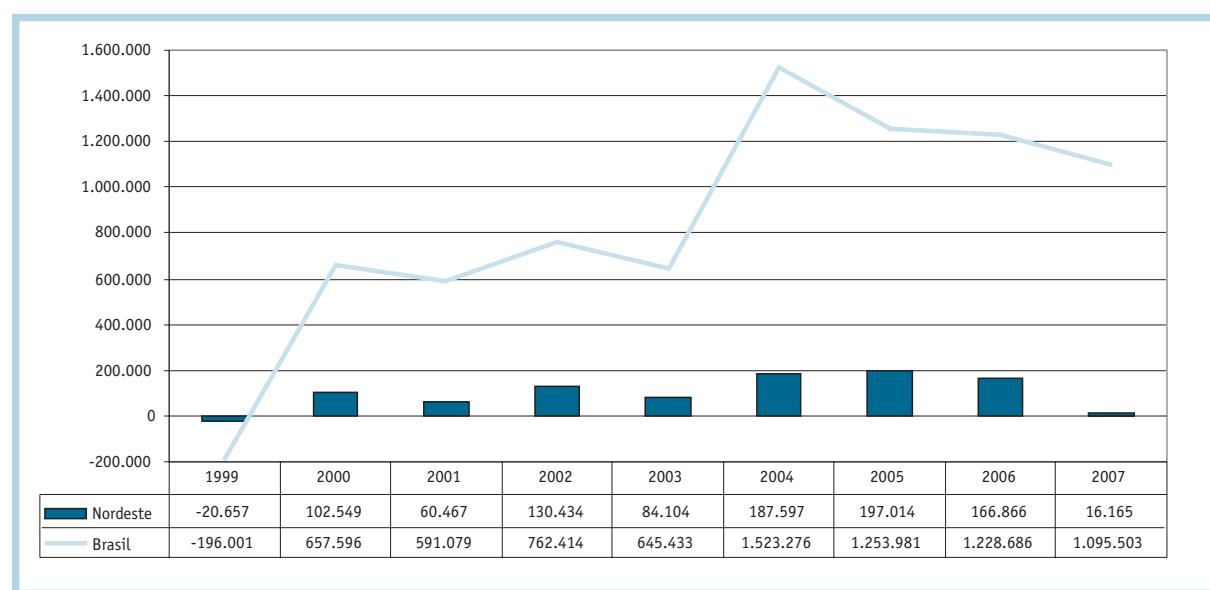


Gráfico 25 - Brasil e Nordeste: Variação Absoluta do Emprego Formal - Total das Atividades (1999 - Junho de 2007)

Fonte: (BRASIL, 2007f). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

para os próximos meses haja uma inversão desta tendência tendo em vista o início da safra na Região. O Gráfico 26 ilustra a evolução dos principais setores empregadores da economia do Nordeste nos últimos 12 meses, indicando claramente a sazonalidade característica, especialmente da agropecuária e da indústria de transformação.

Dos nove estados da Região, cinco registram saldo positivo no acumulado do ano: Bahia (39.641), Maranhão (9.672), Ceará (4.391), Piauí (2.439) e Sergipe (1.895). Embora quatro dos nove estados (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) tenham apresentado saldo negativo no acumulado do ano, os dados do Caged demonstram que, nos últimos três meses, todos os estados apresentaram saldo positivo no seu fluxo de empregos celetistas – o que demonstra a tendência de recuperação da Região, e uma característica típica da sazonalidade, em especial da cultura da cana-de-açúcar na zona da mata nordestina e atividades industriais associadas. Assim, dos quatro estados que apresentam saldo negativo no ano, apenas

dois setores foram responsáveis pelo retrospecto negativo em 2007, Indústria de Transformação para Alagoas e Pernambuco e Agropecuária para Paraíba e Rio Grande do Norte. (Tabela 39).

Outra fonte de informações sobre a geração de emprego formal no Brasil é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do próprio Ministério do Trabalho (Tabela 40). A abrangência do RAIS é maior do que o Caged; neste estão os registros de emprego formal de celetistas enquanto no RAIS, além dos empregos celetistas, estão englobados os empregos formais estatutários e temporários, dentre outros. A maior dificuldade em trabalhar com esses dados está no calendário de divulgação. Os dados utilizados aqui são de 2005, pois até a data de encerramento desta edição o MTE ainda não havia divulgado as informações referentes a 2006.

Se considerado apenas o estoque de empregos formais (celetistas e estatutários), o principal setor empregador no Nordeste é a administração pública (34,9%), seguido do setor de Serviços

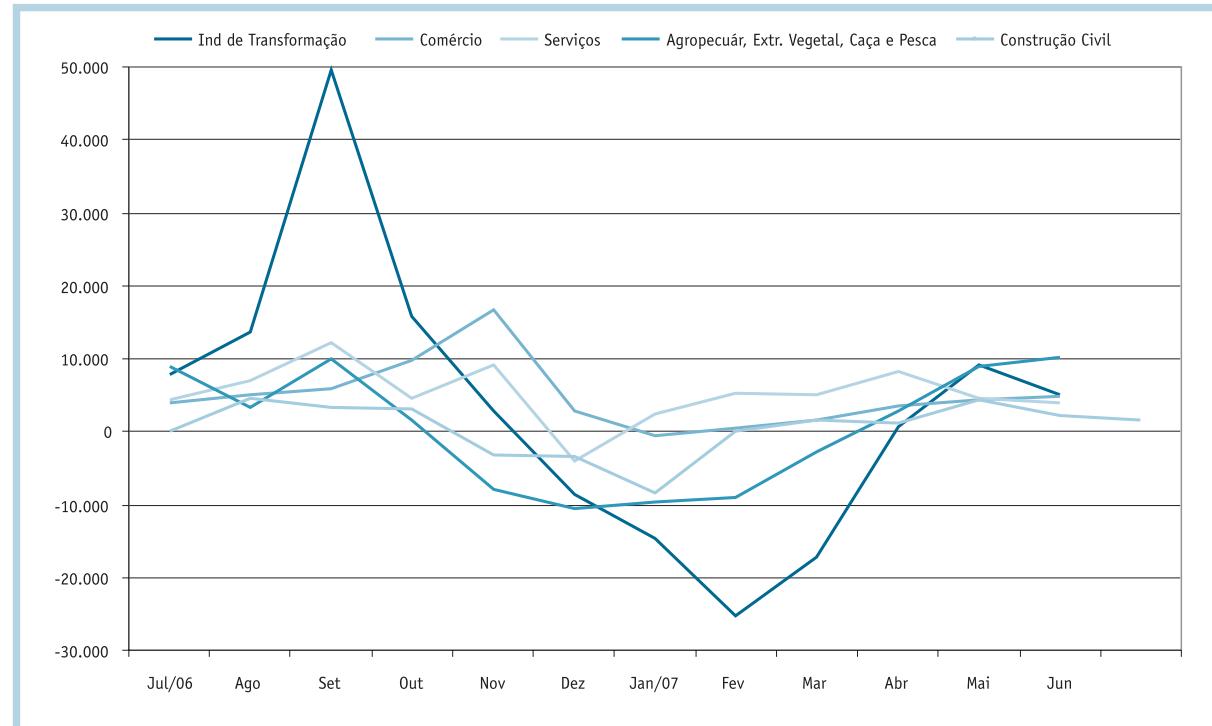


Gráfico 26 - Nordeste. Evolução do Emprego Formal por Setores da Atividade Econômica (Saldo)

Fonte: (BRASIL, 2007g).

Tabela 39 - Brasil e Nordeste. Evolução do Emprego Formal por Estado em 2007 - Saldo (Contratações menos Desligamentos)

Estado	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	Serv.Ind. Util. Pub	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Alagoas	-25	-34.759	234	-204	-6	952	-31	-1.131	-34.970
Bahia	364	8.388	284	6.316	5.763	7.508	469	10.549	39.641
Ceará	11	-414	-94	1.610	1.686	5.600	52	-4.060	4.391
Maranhão	65	1.598	113	644	1.082	2.937	17	3.216	9.672
Paraíba	15	-3.452	387	1.109	1.179	1.467	-13	-4.548	-3.856
Pernambuco	7	-14.542	32	1.020	2.618	7.337	-77	1.445	-2.160
Piauí	50	1.234	218	-1.365	369	1.792	89	52	2.439
Rio Grande do Norte	46	-239	471	1.011	799	1.198	50	-4.220	-884
Sergipe	-18	227	-103	1.014	677	776	14	-695	1.892
Nordeste	515	-41.959	1.542	11.155	14.167	29.567	570	608	16.165
Brasil	6.244	299.509	5.514	97.571	97.051	327.563	23.614	238.437	1.095.503

Fonte: (BRASIL, 2007g).

(26,6%). Em termos nacionais, a ordem se inverte: o principal setor empregador é o de Serviços (31,6%), seguido pela Administração Pública (22,7%). Com relação aos estados do Nordeste, a administração pública é a maior empregadora nos nove estados. Nos entanto, os percentuais de participação variam de 29,8%, em Pernambuco, a 46,1%, na Paraíba. Um dado que merece destaque é que a participação dos empregos da indústria de transformação no emprego total no Estado da Bahia é um dos menores do Nordeste, com apenas 9,7%, a despeito de ser a Bahia o estado de maior industrialização da Região. Esse resultado provavelmente é devido ser a indústria da Bahia de capital intensivo.

Vale mencionar, por fim, que os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) relativos a 2005 indicam que o número de pes-

soas ocupadas no Brasil em 2005 foi de mais de 87 milhões. No Nordeste eram aproximadamente 23,2 milhões de pessoas ocupadas. Nesse caso, em que se considera pessoas ocupadas em empregos formais ou na informalidade, a Administração Pública responde por apenas 4,9% das pessoas ocupadas no Brasil, e 4,7% no Nordeste. O principal setor empregador no Nordeste é a agricultura com 36% da população ocupada, enquanto que no Brasil o setor agrícola responde por 20,5% do total. A Indústria de Transformação, setor que agrega mais valor na produção, tem participação de apenas 9% no número de pessoas ocupadas no Nordeste, sendo este o menor percentual na comparação com as outras grandes regiões do Brasil. No Sudeste 16,7% das pessoas ocupadas estão nesse segmento.

Tabela 40 - Brasil e Nordeste. Estoque de Emprego Formal em 2005 - Dados da RAIS

Estado	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	Serv.Ind. Util. Pub	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Alagoas	560	95.978	3.713	12.689	47.063	69.446	126.999	10.668	367.116
Bahia	8.875	154.908	14.490	73.517	269.760	487.068	504.003	84.369	1.596.990
Ceará	1.816	181.265	6.946	28.372	133.354	263.041	284.380	20.987	920.161
Maranhão	489	24.375	5.449	17.401	69.217	98.085	173.713	11.425	400.154
Paraíba	1.407	55.229	8.576	12.533	50.983	82.357	194.168	15.582	420.835
Pernambuco	1.703	160.353	14.512	42.469	176.930	316.689	326.590	56.305	1.095.551
Piauí	843	21.198	3.988	12.997	45.297	60.727	130.120	4.028	279.198
Rio Grande do Norte	6.017	52.562	4.416	19.939	68.772	103.198	174.369	21.524	450.797
Sergipe	2.054	31.273	4.706	13.484	39.496	66.401	112.806	7.568	277.788
Nordeste	23.764	777.141	66.796	233.401	900.872	1.547.012	2.027.148	232.456	5.808.590
Brasil	147.560	6.133.461	341.991	1.245.395	6.005.189	10.510.762	7.543.939	1.310.320	33.238.617

Fonte: (BRASIL, 2005h). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

5 - SETOR EXTERNO

5.1 - Balança Comercial Brasileira

Em julho deste ano, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 14,1 bilhões, valor recorde histórico mensal, ultrapassando agosto de 2006 (US\$ 13,6 bilhões). Esse resultado significou incremento de 7,6% sobre o mês imediatamente anterior e de 3,7% sobre julho de 2006. Já as importações do Brasil totalizaram US\$ 10,8 bilhões em julho de 2007, representando crescimento de 15,8% sobre junho de 2007 e de 34,8% sobre o mesmo mês do ano passado. Esse resultado foi valor recorde mensal, superando maio de 2006 (US\$ 9,8 bilhões).

A corrente de comércio (exportações mais importações) somou US\$ 24,9 bilhões em julho deste ano, também cifra recorde mensal, ultrapassando maio de 2007 (US\$ 23,4 bilhões). Esse resultado expressou incremento de 11,1% sobre junho de 2007 e de 15,2% sobre igual mês de 2006. Por outro lado, o saldo da balança comercial brasileira (exportações menos importações) de julho de 2007 (superávit de US\$ 3,3 bilhões) não teve desempenho satisfatório na comparação com junho de 2007 e com julho de 2006, apresentando retração de 12,3% e 40,6%, respectivamente. Contudo, essa comparação é distorcida nesse mês porque julho do ano passado teve números acima da média em razão do retorno ao trabalho de fiscais da Receita que estavam em greve (NAKAGAWA, 2007).

No acumulado de janeiro a julho de 2007, as exportações brasileiras totalizaram US\$ 87,3 bilhões, o maior valor já registrado para o período em análise, com crescimento de 17,2% sobre o mesmo período de 2006. Já as importações cresceram em ritmo superior (28,1%), somando US\$ 63,4 bilhões, também valor recorde. Dessa forma, a corrente de comércio brasileira (exportações mais importações) apresentou desempenho positivo com incremento de 21,5%, alcançando US\$ 150,7 bilhões. Por outro lado, o saldo da balança comercial brasileira (exportações menos importações) totalizou US\$ 24 bilhões, com retração de 4% — esse resultado negativo do saldo interrompe o crescimento iniciado em 2002 (Gráfico 27).

Após os resultados de julho, o governo apresentou revisão da meta de exportações para este ano. Ela foi elevada de US\$ 152 bilhões para US\$ 155 bilhões, tendo como base um aumento médio de 12,5% para as vendas externas neste ano. Antes disso, a expectativa oficial era de 10,9% (GALVÃO, 2007). Isso porque, em julho, o total das exportações no acumulado dos últimos doze meses já ultrapassou US\$ 150 bilhões.

A tendência continua sendo de um saldo comercial inferior ao do ano passado. Em 2006, o superávit total foi de US\$ 46,1 bilhões. A previsão do mercado financeiro é de um saldo comercial de US\$ 43,8 bilhões este ano (PIRES, 2007).

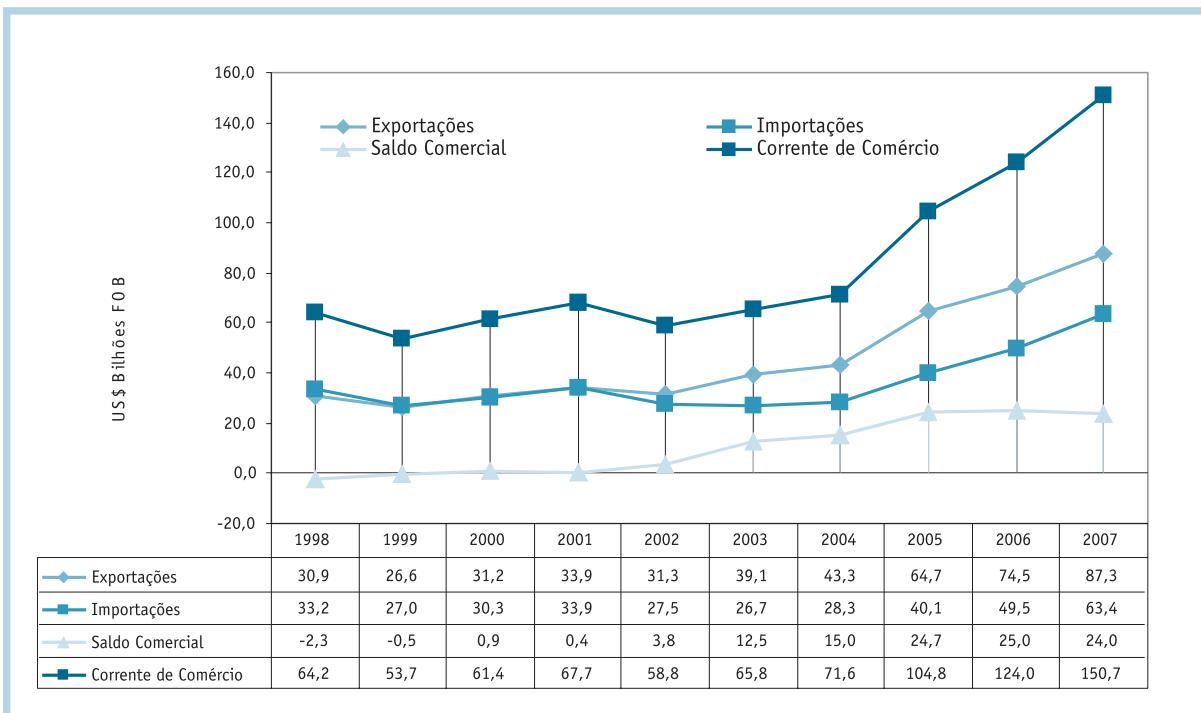


Gráfico 27 - Brasil. Balança Comercial Brasileira. Acumulado Jan.-Jul. (1998 a 2007)

Fonte: (MDIC, 2007d). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Já o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) dá previsão menos otimista: o saldo comercial de 2007 poderá chegar a US\$ 39 bilhões. De acordo com a análise da entidade, a gradativa redução da taxa de crescimento das exportações, ocorrida nos últimos três anos, deve ser aprofundada neste ano. Segundo estudo da entidade, pela primeira vez, desde o ano 2000, o resultado comercial declinará com relação ao saldo verificado no ano anterior.

De acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC) (CHADE, 2007a), as turbulências

nos mercados financeiro e imobiliário poderão ter impacto negativo no ritmo de crescimento das exportações e da economia mundial em 2008. A entidade ressalta que a onda de volatilidade está aumentando as incertezas para a economia mundial neste ano. Na avaliação da OMC, se a crise imobiliária se confirmar nos Estados Unidos, os países que destinam uma importante parcela de seu comércio ao mercado americano devem ser os que mais sofrerão. O relatório da entidade destaca que o comércio mundial deverá crescer 6% (ante 8% de 2006).

5.1.1 - Exportações

Na comparação de janeiro-julho/2007 com o mesmo período de 2006, as exportações brasileiras elevaram-se 17,2%. Segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o crescimento das exportações brasileiras nesse período

foi puxado pelo incremento de 9% dos preços, contra 7,6% de elevação do *quantum*. Com relação aos preços, destaca-se o bom desempenho dos semi-manufaturados, que tiveram alta de 14,8%.

Tabela 41 - Brasil. Variação (%) dos Índices de Preço e Quantum das Exportações (Jan.-Jul. 2007/ 2006)

	Preço	Quantum
Exportação Total	9,0	7,6
Básicos	9,5	15,0
Semimanufaturados	14,8	3,0
Manufaturados	7,7	5,2

Fonte: (FUNCEX, 2007c).

Com relação à quantidade exportada, o incremento foi puxado pela expansão de 15% na categoria dos produtos básicos (Tabela 41).

Nos últimos anos, as exportações brasileiras têm crescido mais por conta da variação de preços e cotações do que pelo aumento dos volumes. Em 2006, as vendas externas cresceram 16%, sendo 12,5% de expansão nos preços dos produtos exportados e 3,3% de aumento nas quantidades. Neste ano, o cenário pode mudar, com os preços ficando abaixo do inicialmente previsto, podendo em 2008 chegar ao nível de preços de 2004. A Funcex (CHIARA, 2007) projetou que as exportações cresceriam 15%, sendo 10% em preços e 5% em volume. Contudo, essa previsão pode ser afetada, dependendo dos impactos mais imediatos da crise imobiliária nos EUA.

A análise das exportações brasileiras por fator agregado revela que todas as categorias de produtos apresentaram aumento das suas vendas externas, no acumulado de janeiro a julho de 2007, pela média diária, comparativamente a igual período de 2006, sendo o maior crescimento registrado pela categoria dos produtos básicos

(25,6%), seguido de semimanufaturados (18,1%) e manufaturados (12,8%), conforme mostrado na Tabela 42.

No que tange à participação desses produtos na pauta de exportação brasileira, os produtos básicos foram os únicos que aumentaram sua participação relativa, passando de 29,1%, em 2006, para 31,2%, em 2007, considerando-se o período de janeiro a julho.

O incremento nas exportações de produtos básicos entre janeiro e julho deste ano, quando comparado ao mesmo período de 2006, deu-se principalmente aos acréscimos nas vendas de: milho em grão (210,1%); minérios de cobre (145,4%); bovinos vivos (73,6%) miúdos de bovinos congelados (63,1%); tripas e buchos de animais, frescos, salgados ou secos (57,3%); e carne de frango congelada, fresca ou refrigerada, incluindo miúdos (49,6%). Os destaques negativos ficam por conta de: algodão em bruto (-17,3%) e mármores, granitos em bruto ou desbastados (-2,2%).

Tabela 42 - Brasil: Exportação por Fator Agregado, em US\$ Milhões FOB (Jan.-Jul.2007/2006)

Exportações	Jan.-Jul./07	Jan.-Jul./06	Var. (%) 2007/2006 p/Média Diária	Part. (%)	
				2007	2006
Básicos	27.257	21.705	25,6	31,2	29,1
Industrializados	58.341	51.251	13,8	66,8	68,6
Semimanufaturados	12.090	10.235	18,1	13,8	13,7
Manufaturados	46.251	41.016	12,8	53,0	54,9
Operações Especiais	1.736	1.752	-0,9	2,0	2,3
Total	87.334	74.708	16,9	100,0	100,0

Fonte: (SECEX/MDIC, 2007). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

O desempenho expressivo nas exportações de milho em grão é consequência do aumento da produção do etanol de milho nos Estados Unidos. A demanda naquele país reduziu a oferta em outros mercados, abrindo espaço para o produto brasileiro (OTTA, 2007). Em meio ao aquecimento do mercado internacional de milho, o Brasil tem fechado negócios de exportação do cereal com embarques previstos para março de 2008. Além disso, o fato do milho brasileiro não ser transgênico colabora nas vendas, uma vez que países europeus exigem o produto convencional para a alimentação humana. As vendas antecipadas para embarques em 2008 são consideradas um bom começo para o próximo ano, podendo significar continuidade das expressivas exportações desse produto em 2007.

O bom desempenho das exportações de frango é reflexo da maior abertura dos mercados internacionais ao produto desde 2005, quando o temor da gripe aviária prejudicou fortemente o comércio (PIRES, 2007). As exportações brasileiras de carne de frango registraram o melhor momento, de todos os tempos no período de janeiro a julho. Entre janeiro e julho deste ano, os embarques de carne de frango totalizaram 1,8 milhão de toneladas, volume 28,1% superior ao registrado em igual intervalo de 2006 e 13% acima do verificado em 2005 (BOUÇAS, 2007).

Em relação às exportações de carnes, o Brasil foi, e deve continuar sendo beneficiado por problemas em outros países, como a redução das vendas por parte da Argentina, para atender a demanda interna e controlar a inflação, bem assim pela forte demanda mundial por alimentos, a menos que seja afetado por uma desaceleração da economia mundial (LAMUCCI, 2007). Além disso, as exportações de carne bovina podem ser favorecidas após a descoberta de foco de aftosa no Reino Unido, anunciada no início de agosto. A consequente proibição de exportações de gado

britânico para os Estados Unidos e União Européia pode aumentar a demanda pela carne brasileira.

Quanto aos semimanufaturados, sublinham-se os desempenhos nas vendas externas de: estanho em bruto (183,8%); mates de níquel (163,8%); catodos de níquel (118,9%); catodos de cobre (89,8%); óleo de soja em bruto (53,3%) e ferro-ligas (52,3%). Por outro lado, as exportações dos seguintes itens apresentaram decréscimo: zinco em bruto (-14,2%); açúcar de cana em bruto (-11,9%); borracha sintética e borracha artificial (-7,6%); e manteiga, gordura e óleo de cacau (-2,3%).

Estudo da Organização Internacional do Açúcar (CHADE, 2007b) prevê que o Brasil perderá o posto de maior produtor mundial de açúcar, mesmo que tenha produção recorde de cana na safra 2007/2008. A entidade aponta que o Brasil será superado pela Índia, diante da decisão de muitos produtores brasileiros de destinar parcela cada vez maior de sua produção para o etanol e de uma certa desaceleração da indústria brasileira em 2008. Segundo a análise da entidade, o mundo deve ter uma produção inédita de açúcar, com 169 milhões de toneladas, 4 milhões a mais que na safra anterior. Com isso, a previsão é de um excedente recorde de açúcar no mercado internacional: 10,8 milhões de toneladas vão ficar no estoque, o que deverá provocar uma queda no preço internacional da *commodity*. A tendência é de queda no ritmo de crescimento do setor de açúcar no Brasil em 2008.

Com relação às exportações de *commodities* metálicas, acredita-se que os preços de exportação, que subiram com força neste ano, podem cair em 2008, num cenário de demanda global um pouco menor. O setor de construção civil nos EUA, consumidor desses insumos, passa por uma fase de desaceleração, devido à crise no seu mercado imobiliário. Além disso, a China, forte demandante desses produtos brasileiros,

deverá ser afetada pela crise imobiliária dos EUA (importante comprador dos produtos chineses). De qualquer forma, o ritmo de crescimento global é determinante no que tange ao nível das cotações desses produtos. Com o agravamento da situação externa, a partir do fim de julho, os preços de alguns deles, como aço, níquel e alumínio, sofreram quedas expressivas, seguidas por alguma recuperação (LAMUCCI, 2007).

Dentre os principais produtos manufaturados exportados destacam-se: suco de laranja não congelado (74,6%) suco de laranja congelado (73,5%); preparações e conservas de carne de frango (72,2%); hidrocarbonetos e seus derivados halogenados (43,8%) e gasolina (42,2%). Quanto aos destaques negativos, sublinham-se as retrações nas exportações de: aparelhos transmissores ou receptores e componentes (-20,9%); óleos combustíveis (-19%); motores para veículos automóveis e suas partes (-11,6%); chassis com motor e carroçarias para veículos automóveis (-4,7%); madeira compensada ou contraplacada e semelhantes (-3,3%); e automóveis de passageiros (-2,7%).

No que tange às exportações de suco de laranja, o Brasil está apostando na alta do consumo de sucos na China, principalmente do de laranja, o que poderá beneficiar as exportações nacionais. Mas dois fatores podem interferir nas possíveis exportações brasileiras. Primeiro, é que os chineses estão aumentando a produção; o segundo é que Israel faz um grande esforço para ganhar espaço no mercado chinês, o que pode inibir a presença brasileira na China.

O mau desempenho das exportações do setor de veículos está relacionado à valorização do câmbio, que torna os automóveis produzidos no Brasil menos competitivos no exterior. Além disso, o aquecimento do mercado interno faz com que as montadoras concentrem suas vendas no país. O setor aguarda do Governo um pacote de

incentivos à produção, com programas de investimentos especiais, como forma de ampliar sua capacidade produtiva atual de 3,5 milhões de veículos para 5 milhões (SILVA, 2007). O projeto, que está sendo elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (DIOGO, 2007), vai incentivar a produção, o desenvolvimento de novos produtos e a expansão da capacidade produtiva. Atualmente, o setor vem operando praticamente a plena capacidade, que é de 3,5 milhões de veículos, total que deverá subir para 5,5 milhões de veículos até 2010. Com isso, as exportações da indústria devem crescer para US\$ 20 bilhões/ano.

Segundo análise setorial da Funcex, o saldo comercial dos principais setores da economia ficou positivo em apenas 13 dos 31 segmentos analisados, entre janeiro e julho de 2007 em comparação com igual período de 2006. Segundo a entidade, os setores com maiores crescimentos no superávit foram os de abate de animais (US\$ 1,6 bilhão), extrativa mineral (US\$ 1,3 bilhão) e agropecuária (US\$ 1 bilhão). Entre os maiores déficits, estão: químicos diversos (US\$ 1,5 bilhão) e refino e petroquímica (US\$ 1 bilhão) (PETRY, 2007).

Todos os principais blocos econômicos ampliaram suas compras de produtos brasileiros no acumulado de janeiro a julho de 2007, com relação ao intervalo equivalente de 2006. O maior crescimento relativo se deu nas exportações para o Oriente Médio (28,9%), que aumentou sua participação de 3,8%, em 2006, para 4,2%, em 2007. As exportações para a União Européia tiveram o segundo maior incremento (24,6%), elevando sua participação de 22,3%, em 2006, para 24,6%, em 2007. Em seguida, aparecem as exportações para a África, com a terceira maior expansão (22,3%). A Ásia elevou suas compras de produtos brasileiros em 20%, com ligeiro aumento de participação (de 15,4%, em 2006, para 15,9%, em 2007). A China, principal compradora de produtos do Brasil

**Tabela 43 - Brasil. Exportação Principais Blocos Econômicos. Jan. - Jul-2007/2006
(Em US\$ milhões FOB)**

	Janeiro/ Dezembro		Var.% 2007/06 p/Média Diária	Part. (%)	
	2007	2006		2007	2006
União Europeia	21.480	16.648	28,1	24,6	22,3
Aladi	19.544	17.031	14,0	22,4	22,8
- Mercosul	9.208	7.632	19,8	10,5	10,2
- Argentina	7.625	6.452	17,4	8,7	8,6
- Demais da Aladi	10.336	9.399	9,2	11,8	12,6
EUA*	14.134	13.693	2,5	16,2	18,3
Ásia	13.885	11.487	20,0	15,9	15,4
- China	6.064	4.728	27,4	6,9	6,3
África	4.806	3.903	22,3	5,5	5,2
Oriente Médio	3.654	2.816	28,9	4,2	3,8
Europa Oriental	2.268	1.981	13,7	2,6	2,7
Demais	7.562	7.149	5,1	8,7	9,6
Total	87.333	74.708	16,1	100,0	100,0

Fonte: (SECEX/MDIC, 2007). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (*) Inclui Porto Rico.

dentro da região elevou suas compras em 27,4%, segundo observado na Tabela 43.

Já as exportações para o Mercosul cresceram 19,8% no acumulado de janeiro a julho de 2007, comparado ao mesmo período de 2006, ao passo que a Argentina, principal parceiro comercial do Brasil dentro do bloco (participação de 8,7% no total das exportações brasileiras) realizou compras que implicaram a elevação de 17,4% das exportações do Brasil para esse país. Em julho deste, pelo segundo mês consecutivo, as vendas de produtos brasileiros à Argentina cresceram menos do que as vendas dos argentinos ao mercado brasileiro, colaborando para reduzir o superávit acumulado pelos brasileiros com o país vizinho, que alcançou US\$ 3,7 bilhões em 2006, e assim, contribuindo para diminuir as tensões no comércio bilateral.

As exportações para os Estados Unidos, inclusive Porto Rico, elevaram-se apenas 2,5%, levando a uma queda da participação desse mercado nas exportações brasileiras de 18,3%, em 2006, para 16,2%, em 2007.

A ampliação dos negócios com os parceiros em desenvolvimento foi prioridade internacional do governo logo no início do primeiro mandato (DANTAS, 2007). Os números comprovam: de 2002 a 2006, o superávit do Brasil com os parceiros emergentes cresceu 311%, contra aumento de 203% nos saldos mantidos com economias avançadas. A participação dos emergentes no superávit da balança comercial brasileira já ultrapassa 50%. Essa estratégia pode ser favorável no curto prazo, porque torna o País menos vulnerável a turbulências econômicas, uma vez que ele deixa de ser dependente de poucos mercados.

5.1.2 - Importações

Comparando-se o período janeiro-julho/2007 com igual intervalo de 2006, houve crescimento de 28,1% das importações. De acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Fun-

cex), o crescimento das importações brasileiras no acumulado dos sete primeiros meses deste ano, foi puxado pelo incremento de 23,2% do *quantum*, contra apenas 3,9% de elevação dos preços.

Tabela 44 - Brasil. Variação (%) dos Índices de Preço e Quantum das Importações (Jan.-Jul. 2007/ 2006)

	Preço	Quantum
Importação Total	3,9	23,2
Bens de Capital	-1,7	30,3
Intermediários	4,6	21,5
Bens de Consumo Duráveis	-0,3	46,1
Bens de Consumo Não-Duráveis	13,0	20,0
Combustíveis	2,9	20,1

Fonte: (FUNCEX, 2007e).

Com relação à quantidade exportada, todas as categorias de produtos apresentaram elevação. Contudo, os bens de consumo duráveis se destacaram dentre os demais, com expansão de 46,1%. No que tange aos preços, os bens de consumo não-duráveis e os bens intermediários apresentaram desempenho positivo, com elevação de 13% e 4,6%, respectivamente. Por outro lado, os bens de capital e os bens de consumo duráveis tiveram desempenho negativo, com retração de 1,7% e 0,3% nos preços, respectivamente (Tabela 44).

No período, todas as categorias aumentaram suas importações, tendo sido registrado os maiores incrementos nas de bens de consumo (32,8%), matérias-primas e bens intermediários (28%), bens de capital (24,9%) e combustíveis e lubrificantes (22,7%).

No que tange à participação das categorias nas importações brasileiras deve-se ressaltar que as importações de bens de capital e de combustíveis e lubrificantes apresentaram retração em sua participação na pauta importadora, no período em análise (Tabela 45).

O aumento dos gastos com bens de consumo esteve relacionado ao incremento de 35,6% nas importações de bens não-duráveis e de 30,1% de bens duráveis. Dentre os bens não-duráveis, destacam-se as importações de: vestuários e outras confecções têxteis (70,7%); produtos de toucador (44,1%); produtos farmacêuticos (42,3%); bebidas e tabacos (37,8%); e produtos alimentícios (18,9%). No rol dos bens duráveis, sublinham-se os acréscimos nas importações de: utensílios domésticos (73,1%); móveis e outros equipamentos para casa (50,5%); veículos automóveis de passageiros (49,2%); objetos de adorno, de uso pessoal e outros (34,4%) e máquinas e aparelhos de uso doméstico (17,6%).

Com relação à importação de automóveis, o crescimento registrado foi de 49,5% pela média diária, entre janeiro e julho de 2007, comparado a igual período de 2006, influenciado pelo dólar favorável, queda de alíquotas de importação e aquecimento do mercado interno (OLIVEIRA, 2007). As vendas de modelos fabricados em outros países subiram 104% nos primeiros sete meses do

Tabela 45 - Nordeste. Importação por Categoria de Uso. Jan./ Jul. - 2007/2006. (US\$ Mil FOB)

	Janeiro/ Julho		Var. (%) 2007/2006	Part. (%)	
	2007	2006		2007	2006
Bens de Capital	1.059.869	832.451	27,3	17,3	17,5
Matérias-primas e Intermediários	2.814.272	2.062.997	36,4	45,9	43,3
Bens de Consumo					
- Não-duráveis	473.924	350.284	35,3	7,7	7,4
- Duráveis	307.621	236.412	30,1	5,0	5,0
Combustíveis e Lubrificantes	1.788.345	1.516.265	17,9	29,1	31,8
- Demais	-	-	-	-	-
Total	6.136.410	4.761.997	28,9	100,0	100,0

Fonte: (MDIC, 2007c). Elaboração: BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

ano, contra 21,5% de vendas de nacionais e alta de 11,2% na produção de veículos. O setor estima importar 230 mil veículos este ano. Se confirmado, será o melhor desempenho desde 1998. A participação dos carros importados nas vendas totais, que no ano passado estava em 5,9%, quase dobrou (9,8%) (TOKARSKI, 2007). Das 230 mil unidades previstas para este ano, cerca de um terço virá da Europa, EUA e Japão. As demais virão de países onde há acordos comerciais com o Brasil com alíquota zero de importação.

Relativamente a matérias-primas e intermediários, categoria mais relevante da pauta de importações brasileira, ampliaram-se as vendas de: outras matérias-primas para agricultura (127,7%); produtos alimentícios (58,2%); materiais de construção (48,4%); partes e peças para equipamentos de transporte (38,4%); alimentos para animais (36,4%); e produtos químicos e farmacêuticos (28,3%).

No caso de às importações de bens de capital, destacaram-se os incrementos nas importações de: máquinas e ferramentas (139,7%); partes

e peças para bens de capital para agricultura (127%); partes e peças para bens de capital para indústria (93,9%); ferramentas (39,7%); equipamento móvel de transporte (31,6%) e outros bens ou equipamentos para agricultura (29,1%).

O aumento das importações de combustíveis e lubrificantes decorreu da elevação na aquisição de petróleo (20,6%), além de expansão nos gastos com a aquisição de gás natural (9,8%) e nas compras de carvão (50,1%).

Na análise dos mercados fornecedores verifica-se que houve acréscimo nas importações de todos os principais blocos econômicos, com exceção das importações do Oriente Médio, que tiveram retração de 9,1%, no acumulado de janeiro a julho de 2007, relativamente a igual período de 2006. O maior incremento registrado ocorreu nas importações oriundas da Europa Oriental (133%). As importações do Mercosul cresceram 30,6%, superior às exportações, portanto, no mesmo período. A Argentina, principal parceiro comercial do Brasil dentro desse bloco, aumentou suas vendas para o Brasil em 30%.

5.2 - Balança Comercial Nordestina

Em julho de 2007, as exportações do Nordeste totalizaram US\$ 1.055,3 milhões, representando crescimento de 3,1% sobre o mês imediatamente anterior — não acompanhando o desempenho das exportações nacionais, que cresceram mais que o dobro no mesmo período. Com isso, a participação do Nordeste nas exportações nacionais, em julho de 2007, ficou em 7,5%, a menor participação do ano. Já em comparação com julho de 2006, as exportações nordestinas cresceram 4,5%, um pouco acima do crescimento das exportações nacionais, nesta mesma base de comparação.

Já as importações da Região, que somaram US\$ 1.171 milhões em julho deste ano, tiveram expansão de 25,9%, sobre junho de 2007, e de 37,6% sobre igual mês do ano anterior — a taxa de crescimento das importações do Nordeste foi superior à taxa de crescimento das importações nacionais, de acordo com as duas bases de comparação. Dessa forma, em julho de 2007, a participação das importações nordestinas no total importado pelo Brasil ficou em 10,9%, a maior participação do ano.

A corrente de comércio do Nordeste alcançou US\$ 2.226,3 milhões em julho de 2007, com expansão de 14% sobre junho de 2007 e de 19,6% sobre igual mês de 2006. Por outro lado, o saldo comercial do Nordeste não apresentou desempenho satisfatório, ficando negativo em US\$ 115,7 milhões, em julho de 2007.

No acumulado de janeiro a julho de 2007, as exportações nordestinas somaram US\$ 7.264,7 milhões, significando crescimento de 15,3% em relação a igual período de 2006. Por outro lado, as importações regionais elevaram-se 29,1%, alcançando US\$ 6.136,4 milhões. Essa expansão superior das importações afetou o saldo da balança comercial do Nordeste (US\$ 1.128,3 milhões) que teve retração de 27,3%, quando comparado ao mesmo período de 2006. A corrente de comércio nordestina, por sua vez, alcançou US\$ 13.401,1 milhões, representando 21,2% de elevação (Gráfico 28).

Nos sete primeiros meses do ano, comparativamente ao mesmo período de 2006, a balança comercial nordestina seguiu duas tendências da balança comercial nacional: em primeiro lugar, tanto exportações quanto importações cresceram; segundo, as importações elevaram-se mais que as exportações. Contudo, deve-se ressaltar que as vendas externas do Nordeste cresceram em ritmo inferior às exportações nacionais (15,3% contra 17,2%), ao passo que as importações regionais apresentaram maior incremento que as importações totais (29,1% contra 28,1%). Dessa forma, o saldo comercial do Nordeste registrou retração muito superior à do saldo da balança comercial nacional (-27,3% contra -4%). Entre os estados da Região, os únicos a apresentarem saldo comercial negativo no período foram Pernambuco e Paraíba.

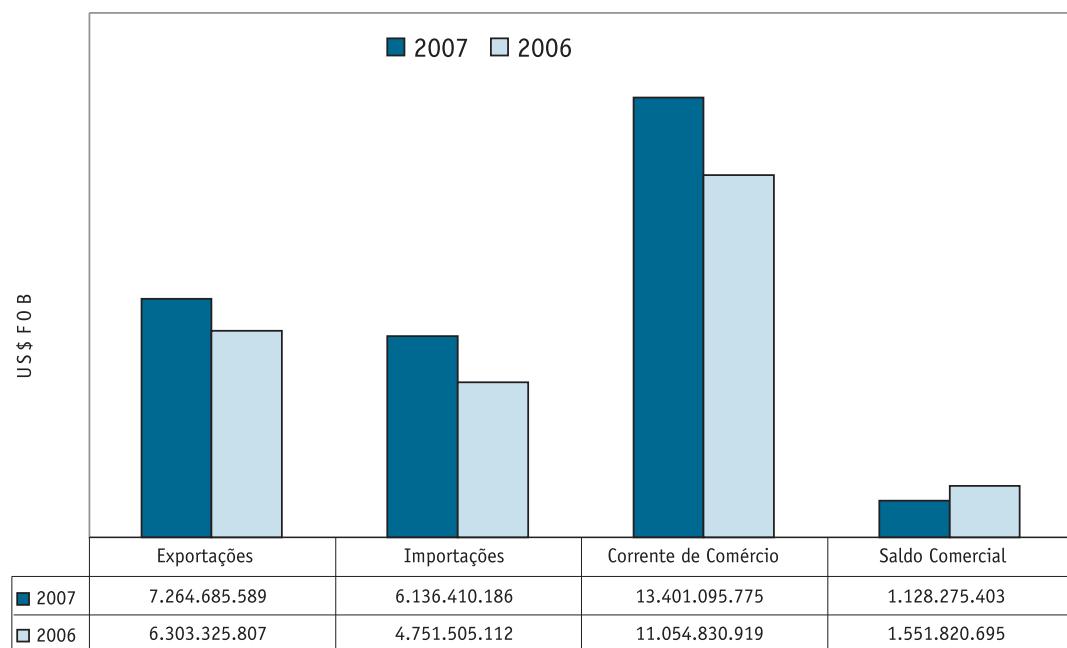


Gráfico 28 - Nordeste. Balança Comercial - Jan.-Jul. (2007/2006)

Fonte: (MDIC, 2007d). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

5.2.1 - Exportações

As exportações nordestinas elevaram-se 15,3% no período acumulado de janeiro a julho de 2007, em relação a igual período de 2006. A análise das exportações nordestinas por fator agregado revela que todas as categorias de produtos apresentaram incremento nas exportações no período considerado, com destaque para as exportações de produtos básicos, que cresceram 25,6%, além de semimanufaturados (19,4%) e manufaturados (8,2%). Todos tiveram aumento na sua participação relativa, com exceção dos produtos manufaturados (Tabela 46).

Todos os estados da Região apresentaram desempenho satisfatório com expansão das exportações no período considerado, com exceção do Rio Grande do Norte (-6%). As maiores expansões ocorreram nas exportações de Sergipe (156%), seguido do Maranhão (45,9%) e Piauí (25,9%).

Analizando a participação estadual nas exportações nordestinas no mesmo período, verifica-se que os principais exportadores, em termos de participação relativa, foram: Bahia (54,5%), Maranhão (17,5%), Ceará (8,5%), Alagoas (6,8%) e Pernambuco (6,1%). Contudo, os únicos que

aumentaram sua participação relativa na pauta exportadora nordestina, com relação a igual período de 2006, foram Maranhão e Sergipe. Por outro lado, Bahia e Rio Grande do Norte diminuíram suas participações (Gráfico 29).

Analizando a pauta de exportações da região Nordeste, de acordo com os capítulos da NCM²⁴, para o período de janeiro a julho de 2007, verifica-se que os capítulos mais significativos em termos de valor foram: produtos químicos orgânicos; cobre e suas obras; combustíveis, óleos e ceras minerais etc.; açúcares e produtos de confeitoria; alumínio e suas obras; veículos automóveis, tratores e ciclos etc.; ferro fundido, ferro e aço; pastas de madeira ou outras matérias fibrosas etc.; plásticos e suas obras; minérios, escórias e cinzas; calçados, polainas etc. e suas partes; sementes e frutos oleaginosos, grãos etc.; frutas, cascas de cítricos e de melões. Conjuntamente, esses treze capítulos representaram 71,9% da pauta das exportações regionais (Gráfico 30).

Todos os principais capítulos exportados pelo Nordeste apresentaram crescimento entre janeiro e julho deste ano, em termos de valor, na

Tabela 46 - Nordeste: Exportações por Fator Agregado, em US\$ Mil FOB (Jan.-Jul.2007/2006)

Exportações	Jan.-Jul./07	Jan.-Jul./06	Var.% 2007/2006	Part. (%)	
				2007	2006
Básicos	1.219.618	971.125	25,6	16,9	15,4
Industrializados	5.915.159	5.268.714	12,3	81,8	83,5
Semimanufaturados	2.293.936	1.921.851	19,4	31,7	30,5
Manufaturados	3.621.224	3.346.863	8,2	50,1	53,1
Operações Especiais	96.717	68.424	41,3	1,3	1,1
Total	7.231.494	6.308.263	14,6	100,0	100,0

Fonte: (SECEX/MDIC, 2007). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

²⁴ A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma lista de produtos do mercado interno e/ou externo, ordenados segundo convenção internacional. Possui oito dígitos e uma estrutura de classificação que contém até seis níveis de agregação: capítulo, posição, subposição simples, subposição composta, item e subitem.

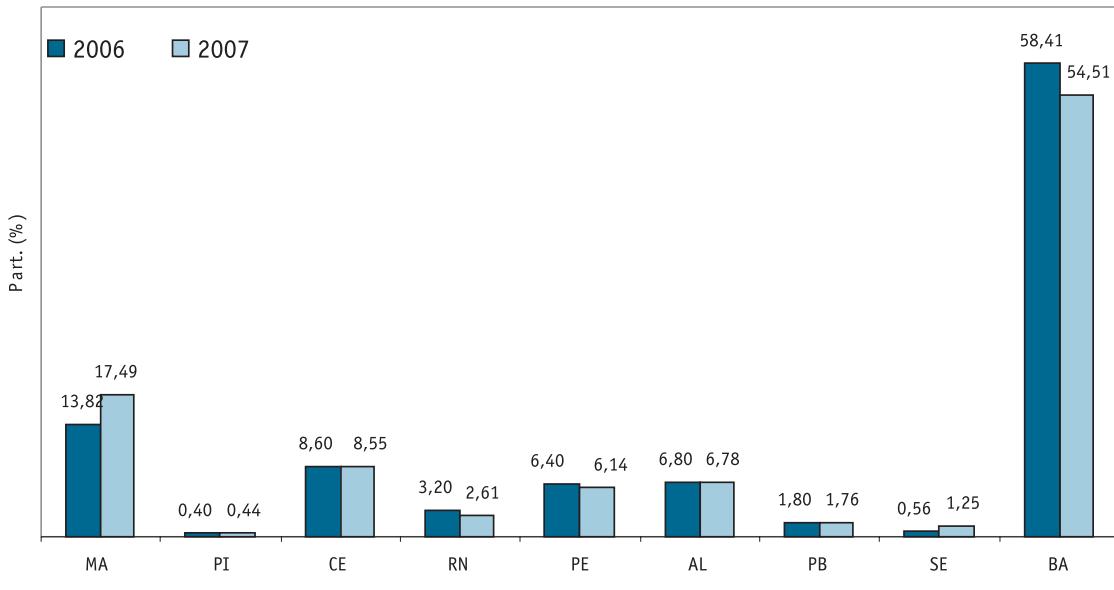


Gráfico 29 - Nordeste. Participação dos Estados Nordestinos nas Exportações da Região (Jan.-Jul.2007/2006)

Fonte: (MDIC, 2007d) Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

comparação com igual período do ano anterior, com exceção de: combustíveis, óleos e ceras minerais etc. (-27,3%) e veículos automóveis,

tratores, ciclos etc. (-14,6%). O aumento mais expressivo ocorreu nos capítulos: sementes e frutos oleaginosos grãos, etc. (50,1%); alumí-

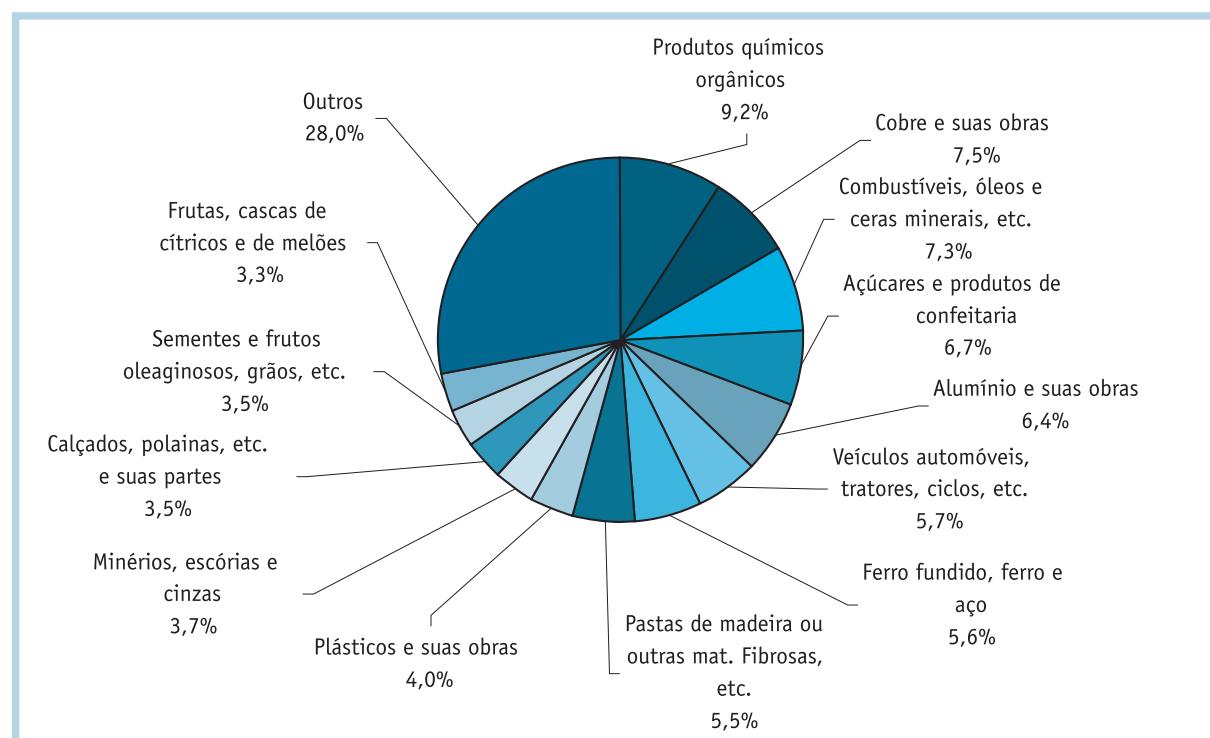


Gráfico 30 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste (Jan./Jul. 2007)

Fonte: (MDIC, 2007a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

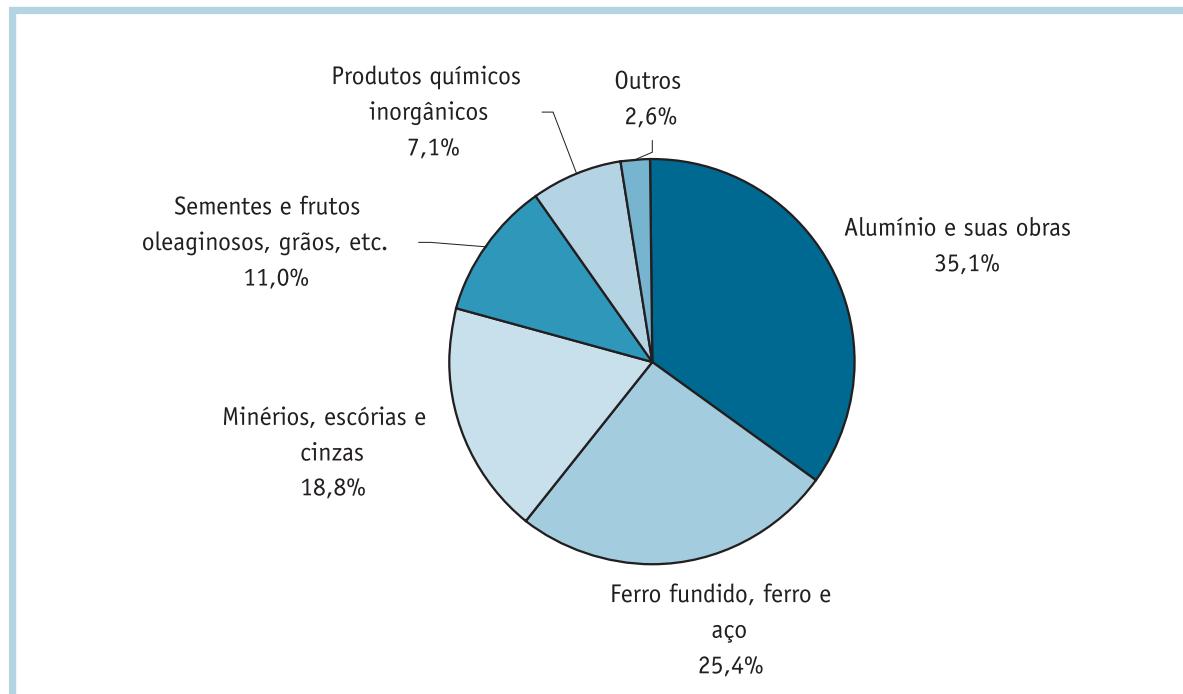


Gráfico 31 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão (Jan./Jul. 2007)

Fonte: (MDIC, 2007a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

nio e suas obras (34,9%); e produtos químicos orgânicos (30,6%).

A retração nas exportações do capítulo veículos automóveis, tratores e ciclos está relacionada à perda de competitividade desses produtos em função da valorização cambial. Já o setor calçadista, um dos principais setores afetados pela valorização cambial, mostrou recuperação na Região, com crescimento nas vendas externas do capítulo calçados, polainas e suas partes, de 24,8%.

As exportações do Maranhão alcançaram US\$ 1.270,8 milhões, entre janeiro e julho de 2007, com crescimento de 45,9% sobre o mesmo período de 2006 — o segundo maior crescimento dentre os demais estados da Região. Esse bom desempenho elevou sua participação nas exportações regionais de 13,8% para 17,5%. Sua pauta de exportações nesse período concentrou-se em cinco capítulos da NCM: alumínio e suas obras; ferro fundido, ferro e aço; minérios, escórias e

cinzas; sementes e frutos oleaginosos, grãos etc; e produtos químicos orgânicos (Gráfico 31).

Todos os principais capítulos exportados tiveram elevação das suas exportações, com exceção de produtos químicos orgânicos (retração de 10,1%). O maior incremento ocorreu nas exportações de minérios, escórias e cinzas (170,7%). Conjuntamente, esses cinco capítulos representaram 97,4% da pauta exportadora do Maranhão.

O crescimento das exportações de minérios de ferro, entre janeiro e julho de 2007, foi puxado principalmente pela elevação nas compras da China e do Japão. Juntos importaram um total de US\$ 167,5 milhões em minérios de ferro, contra os US\$ 36,4 milhões, entre janeiro e julho de 2006.

O Estado do Piauí exportou US\$ 31,8 milhões, significando aumento de 25,9%. Sua participação nas exportações da Região, no entanto, permaneceu estável (0,4%). As vendas externas desse Estado concentraram-se basicamente em

cinco capítulos da NCM, os quais corresponderam a 85,6% da pauta exportadora do Estado: gorduras, óleos e ceras animais e vegetais; produtos químicos orgânicos; frutas, cascas de cítricos e de melões; peles (exceto peleteria) e couros; sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento (Gráfico 32).

Constata-se que houve uma mudança na pauta de exportações desse Estado, comparando-se janeiro-julho de 2007 a janeiro-julho de 2006: o capítulo peixes e crustáceos e moluscos deixou de figurar entre os cinco mais significativos, sendo ultrapassado pelo capítulo sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento. Dentre os principais capítulos exportados, o único a apresentar retração nas vendas externas foi: frutas, cascas de cítricos e de melões (-28,7%).

A maior expansão entre os principais capítulos exportados ocorreu no capítulo gorduras, óleos e ceras animais e vegetais (73,1%). Esse aumento se deu, essencialmente, em função da elevação

nas exportações de ceras vegetais, representada pela cera da carnaúba, o principal produto do extrativismo vegetal e o principal produto de exportação do Piauí. Juntamente com o Ceará, o Estado do Piauí responde atualmente por 87% da produção brasileira desse produto. Embora o Piauí seja o maior produtor nacional de cera de carnaúba, ele é o segundo em volume de exportações (PANORAMA, 2007). No período de janeiro a julho de 2007, os maiores compradores da cera vegetal do Piauí foram Japão e Estados Unidos.

As exportações do Ceará somaram US\$ 620,9 milhões entre janeiro e julho deste ano, com elevação de 14,5% sobre janeiro-julho/2006. Contudo, sua participação permaneceu estável (8,5%). Os capítulos mais expressivos da sua pauta de exportações, nesse período, segundo a NCM, foram: calçados, polainas e suas partes; frutas, cascas de cítricos e de melões; peles (exceto peleteria), e couros; algodão; e peixes, crustáceos e moluscos. Juntos, esses cinco capítulos significaram

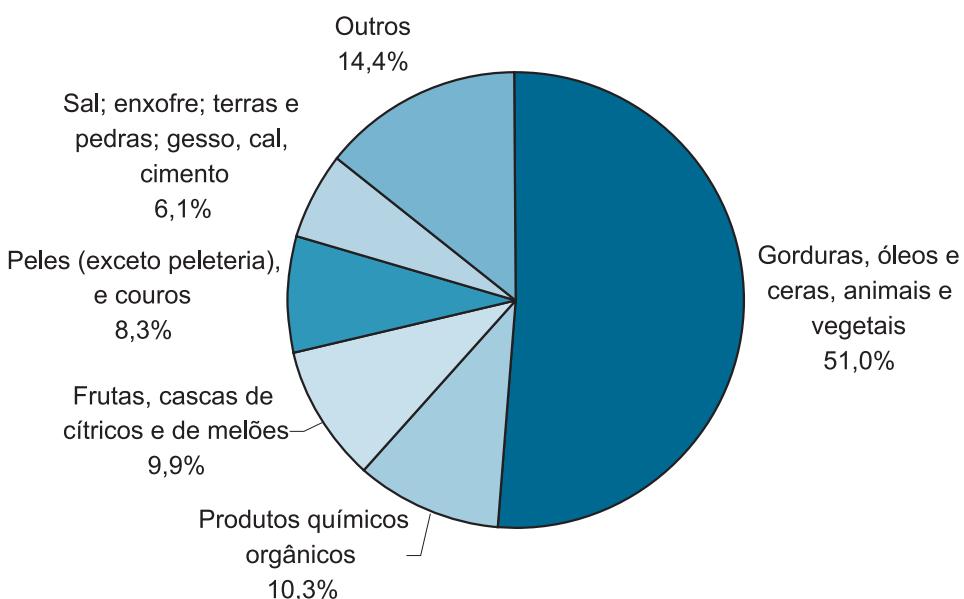


Gráfico 32 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí (Jan./Jul. 2007)

Fonte: (MDIC, 2007a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

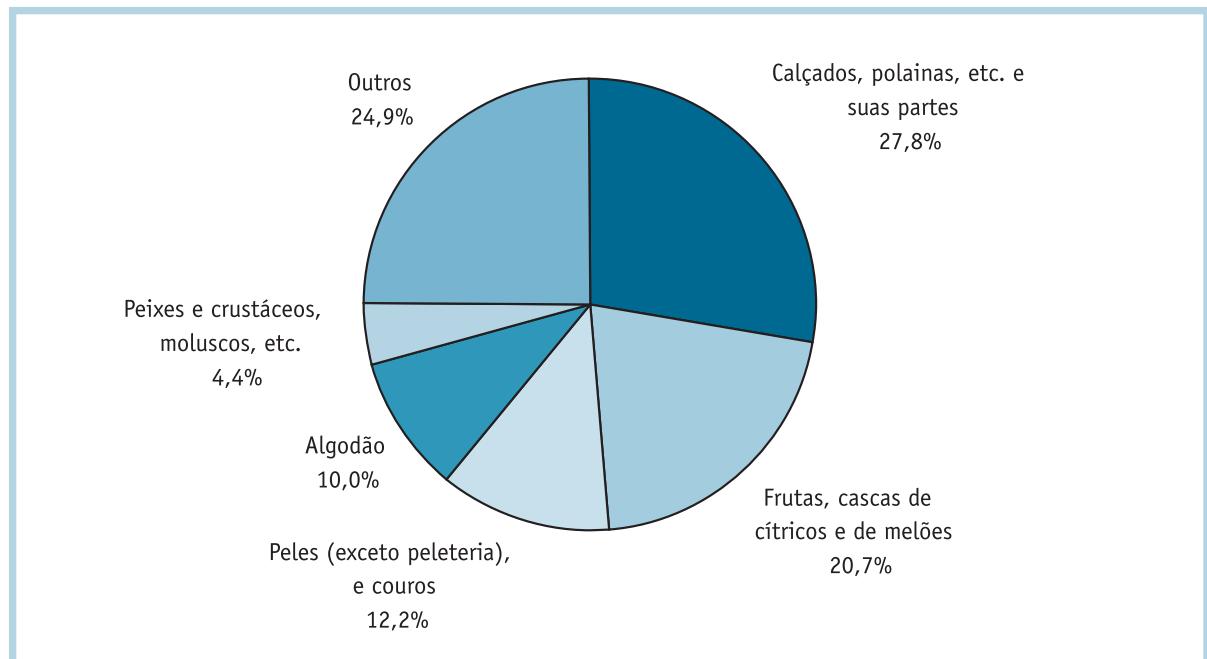


Gráfico 33 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará (Jan./Jul. 2007)

Fonte: (MDIC, 2007a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

75,1% do total exportado pelo Estado. Dentre os principais capítulos exportados pelo Ceará, dois apresentaram queda em relação ao valor exportado: peixes, crustáceos e moluscos (-51,8%); e algodão (-9,2%) (Gráfico 33).

Após atingir o auge em 2003, a carcinicultura vive, desde então, um declínio que já causou fechamento de empresas e desemprego. Em apenas três anos, as exportações caíram de US\$ 244,5 milhões, em 2003, para US\$ 154,4 milhões e 34 mil toneladas no ano passado: queda de 36,9%. Uma das maiores empresas do setor no País, a Compescal, de Aracati (CE), chegou a faturar mais de US\$ 22 milhões em um ano. Com a crise, a empresa desativou metade dos viveiros de sua sede e demitiu 1.200 funcionários. A empresa deixou de exportar camarão e está voltando a produção restante para o mercado interno.

Segundo a Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC), o setor vem enfrentando dificuldades com a política cambial, porque estava completamente voltado para exportação. Com

a valorização do real frente ao dólar, o produto brasileiro ficou mais caro e passou a enfrentar forte concorrência dos produtos asiáticos e do Equador. Já os ambientalistas alegam que doenças causadas pelos descuidos dos carcinicultores com o ambiente afetaram a produção (FERNANDES, 2007).

No que tange ao capítulo algodão, enquanto as exportações apresentaram retração quanto ao valor exportado, as importações tiveram aumento de 58,2%. Essa elevação das importações está relacionada à demanda da indústria têxtil, que se integra verticalmente à cadeia produtiva do algodão - o Ceará tem o terceiro maior pólo têxtil do País, segundo a Federação das Indústrias do Ceará (CEARÁ, 2007a). Entre alguns dos principais fornecedores de algodão para o Ceará, no período de janeiro a julho de 2007, aparecem Estados Unidos, Argentina, Paraguai, Índia e China.

O Rio Grande do Norte apresentou retração das suas exportações de 6%, totalizando US\$ 189,8 milhões. Esse resultado implicou a diminuição

de sua participação nas exportações do Nordeste, que passaram de 3,2%, em 2006, para 2,6%, em 2007, considerando-se o acumulado de janeiro a julho. Dentre os principais capítulos exportados, de acordo com a NCM, destacam-se quatro: frutas, cascas de cítricos e de melões; peixes e crustáceos, moluscos; açúcares e produtos de confeitoria e outros artefatos têxteis confeccionados. Conjuntamente, esses quatro capítulos representaram 78,1% do total exportado pelo Rio Grande do Norte.

O capítulo peixes, crustáceos e moluscos apresentou retração de 15,1% no valor exportado, no período de janeiro a julho de 2007, seguindo tendência nacional de crise do setor em função da valorização cambial. Já o capítulo outros artefatos têxteis confeccionados passou a figurar entre os cinco mais importantes da pauta exportadora do Rio Grande do Norte, no mesmo período. O crescimento nas vendas externas desse capítulo está relacionado às exportações de cobertores e mantas; roupas de cama e mesa; colchas de al-

godão; e etc. — principais produtos da empresa Coteminas S.A, a terceira principal empresa exportadora do Estado, no período considerado. Por outro lado, dois capítulos deixaram de constar entre os mais exportados: combustíveis, óleos e ceras minerais; e bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (Gráfico 34).

As vendas externas de Pernambuco acumularam US\$ 446,3 milhões entre janeiro e julho de 2007, com expansão de 10,6% sobre igual período de 2006. No entanto, sua participação relativa nas exportações totais do Nordeste caiu de 6,4%, em 2006, para 6,1%, em 2007. Sua pauta de exportações nesse período concentrou-se em sete capítulos da NCM, totalizando 69,8% da pauta de exportações: açúcares e produtos de confeitoria; plásticos e suas obras; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; borracha e suas obras; peixes, crustáceos e moluscos; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; e frutas, cascas de cítricos e de melões.

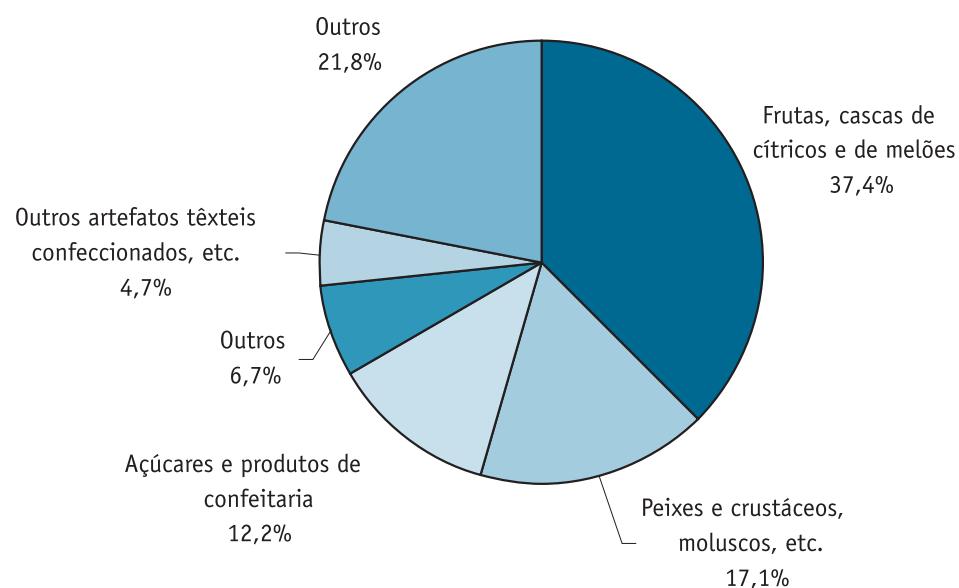


Gráfico 34 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte (Jan./Jul. 2007)

Fonte: (MDIC, 2007a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Quase todos os principais capítulos exportados tiveram retração com relação ao valor exportado, com exceção de: açúcares e produtos de confeitoraria (37,5%); e plásticos e suas obras (182%). A maior queda foi verificada nas exportações de bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (-48,1%) (Gráfico 35).

As exportações de Alagoas totalizaram US\$ 492,5 milhões no período janeiro-julho/2007, significando expansão de 15% sobre o mesmo período de 2006. Contudo, esse crescimento não foi suficiente para aumentar a participação desse estado nas vendas externas da Região, permanecendo em 6,8%. Os capítulos mais expressivos, em termos de valor, da sua pauta de exportações foram: açúcares e produtos de confeitoraria; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; produtos químicos orgânicos; plásticos e suas obras; e sal, enxofre, terras, pedras, gesso, cal e cimento. Esse cinco capítulos significaram 98,3% das exportações totais do Estado. Todos esses capítulos aumentaram suas exportações em valor, sendo a

elevação mais expressiva nas vendas externas de sal, enxofre, terras, pedras, gesso, cal e cimento (73%) (Gráfico 36).

A Paraíba exportou US\$ 128,2 milhões no acumulado dos sete primeiros meses do ano, representando elevação de 12,9% sobre os sete primeiros meses de 2006, enquanto que sua participação relativa nas vendas externas da Região permaneceu constante em 1,8%. Analisando a pauta de exportações paraibana, de acordo com os capítulos da NCM, destacam-se: outros artefatos têxteis confeccionados; tecidos especiais, rendas e tapeçarias; calçados, polainas e suas partes; sal, enxofre, terras, pedras, gesso, cal e cimento; e açúcares e produtos de confeitoraria. Esses cinco capítulos representaram conjuntamente 83,5% das exportações paraibanas.

Dentre os principais produtos exportados nesse período, apenas o capítulo sal, enxofre, terras, pedras, gesso, cal e cimento apresentou decréscimo em suas exportações (-21,4%). Dois dos

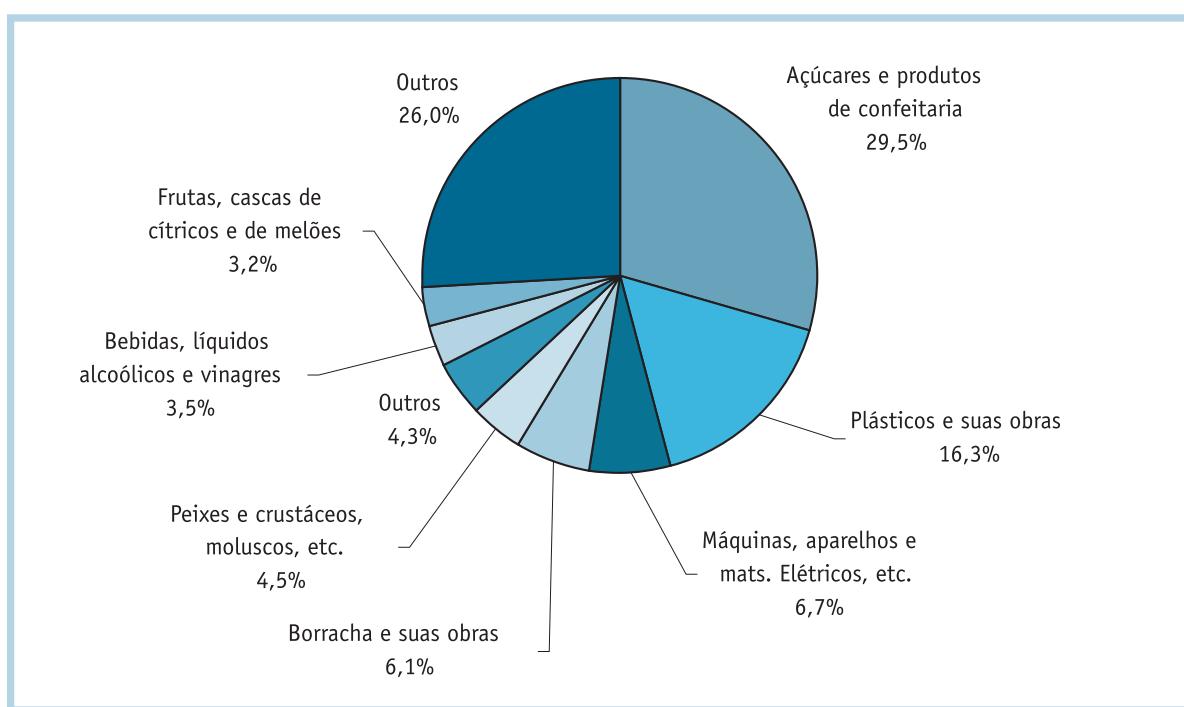


Gráfico 35 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Pernambuco (Jan./Jul. 2007)

Fonte: (MDIC, 2007a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

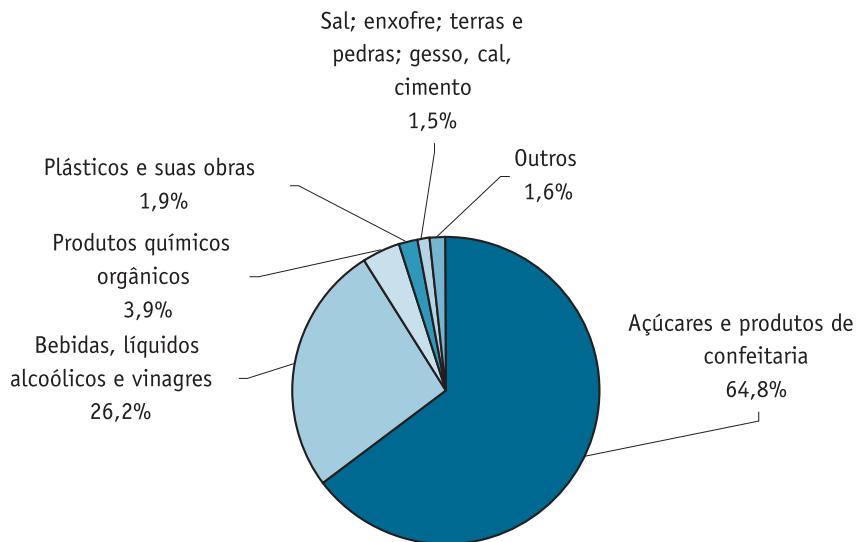


Gráfico 36 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas (Jan./Jul. 2007)

Fonte: (MDIC, 2007a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

principais capítulos exportados, entre janeiro e julho de 2007, não constavam entre os principais capítulos exportados pelo Estado, entre janeiro e julho de 2006: tecidos especiais, rendas e tapeçarias; e açúcares e produtos de confeitoria. Por outro lado, outros dois deixaram de figurar entre

os mais exportados: algodão; e bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (Gráfico 37).

As vendas externas de Sergipe alcançaram US\$ 91,1 milhões no período de janeiro a julho de 2007, representando o maior crescimento dentre

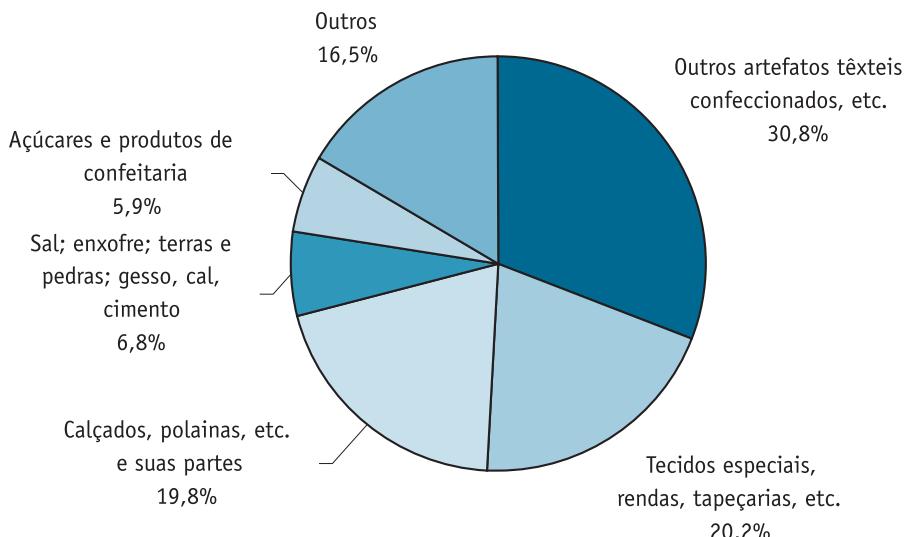


Gráfico 37 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Paraíba (Jan./Jul. 2007)

Fonte: (MDIC, 2007a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

os estados do Nordeste (156%). Esse resultado influenciou a participação de Sergipe nas exportações da Região, passando de 0,6% para 1,3%. As exportações estaduais concentraram-se em cinco capítulos, que juntos significaram 97,1% da pauta de exportações: preparações de produtos hortícolas e frutas; sal, enxofre, terras, pedras, gesso, cal e cimento; calçados, polainas e suas partes; algodão; e óleos essenciais e resinóides.

Todos os principais capítulos exportados por Sergipe apresentaram incremento nas suas vendas externas, com exceção do capítulo algodão, que apresentou retração de 66,9% — seguindo tendência nacional de queda das exportações desse produto (Gráfico 38).

A Bahia, maior exportador do Nordeste, totalizou US\$ 3.960,2 milhões em exportações, com expansão de 7,6% no período de janeiro a julho de 2007, com relação a igual período do ano anterior. Contudo, sua participação relativa nesse

período diminuiu de 58,4% (2006) para 54,5% (2007). A pauta de exportações da Bahia revela-se como a mais diversificada dentre os demais estados da Região, concentrando-se em oito capítulos, que juntos totalizaram 74,5% das exportações baianas: produtos químicos orgânicos; cobre e suas obras; combustíveis, óleos e ceras minerais; veículos automóveis, tratores e ciclos; pastas de madeira ou outras matérias fibrosas; plásticos e suas obras; cacau e suas preparações e borracha e suas obras.

Dois dos principais capítulos exportados pela Bahia apresentaram queda no valor exportado: combustíveis, óleos e ceras minerais (-23,6%); veículos automóveis, tratores e ciclos (-14,7%) — impactando diretamente a pauta de exportações da Região. Por outro lado, dois novos capítulos passaram a figurar entre os principais exportados pelo Estado: cacau e suas preparações e borracha e suas obras (Gráfico 39).

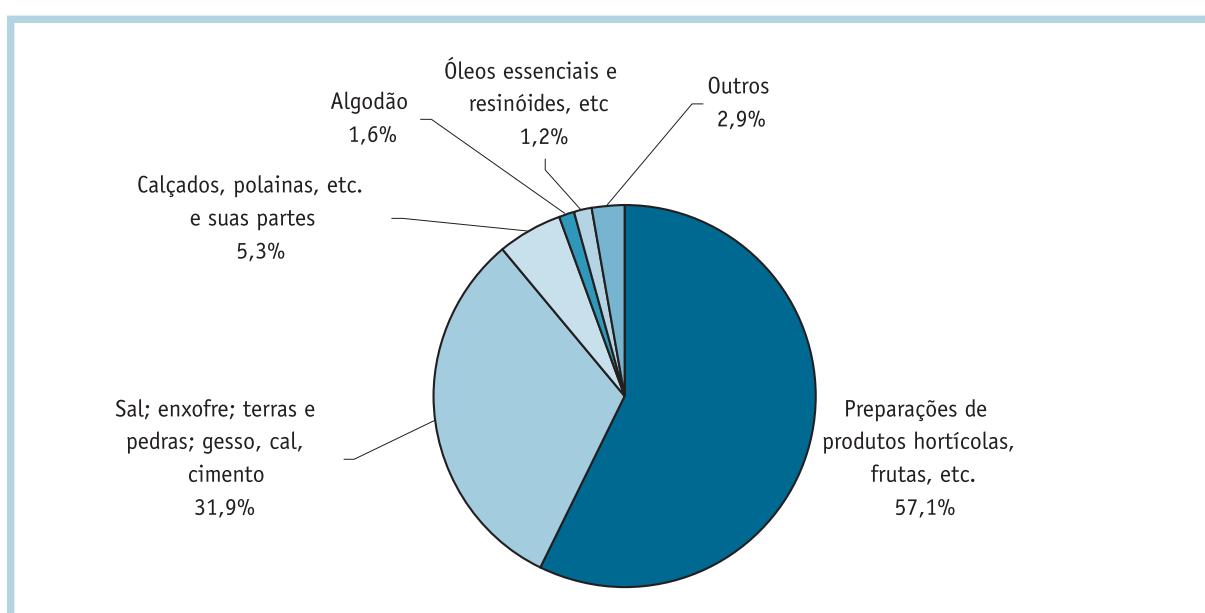


Gráfico 38 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Sergipe (Jan./Jul. 2007)

Fonte: (MDIC, 2007a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

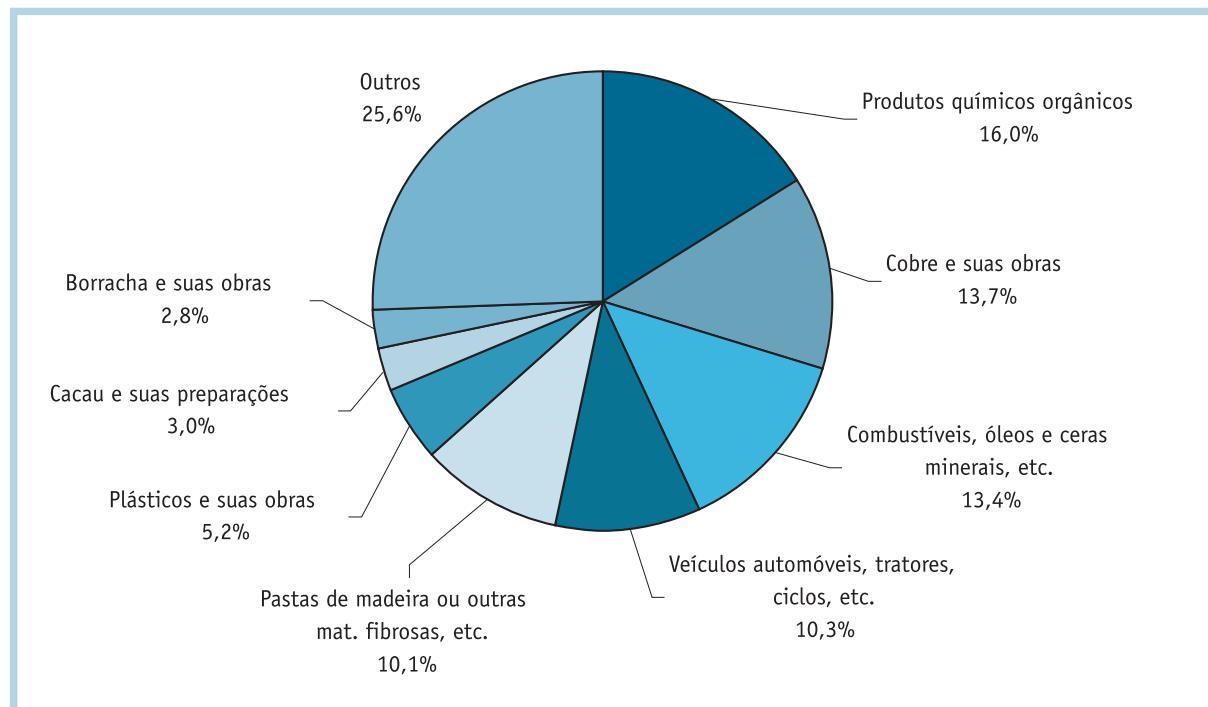


Gráfico 39 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia (Jan./Jul. 2007)

Fonte: (MDIC, 2007a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

5.2.2 - Importações

As importações do Nordeste elevaram-se 29,1%, entre janeiro e julho deste ano, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. A análise das importações da Região por categoria de uso, nesse período, revela que o principal item importado pela Região, os bens intermediários (participação de 45,9%), apresentou o maior incremento

(36,4%). Em seguida aparecem as importações de bens de consumo, que se elevaram 35,3%; bens de capital (27,3%); e por último, combustíveis e lubrificantes (17,9%). Os únicos a apresentarem ganho de participação relativa foram os bens intermediários e os bens de consumo, comparando janeiro-julho/07 a janeiro-julho/06 (Tabela 47).

Tabela 47- Nordeste. Importação por Categoria de Uso. Jan./ Jul. - 2007/2006. (US\$ Mil FOB)

	Janeiro/ Julho		Var. (%) 2007/2006	Part. (%)	
	2007	2006		2007	2006
Bens de Capital	1.059.869	832.451	27,3	17,3	17,5
Matérias-primas e Intermediários	2.814.272	2.062.997	36,4	45,9	43,3
Bens de Consumo					
- Não-duráveis	473.924	350.284	35,3	7,7	7,4
- Duráveis	307.621	236.412	30,1	5,0	5,0
Combustíveis e Lubrificantes	1.788.345	1.516.265	17,9	29,1	31,8
- Demais	-	-	-	-	-
Total	6.136.410	4.761.997	28,9	100,0	100,0

Fonte: (MDIC, 2007c). Elaboração: BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

Todos os Estados da Região apresentaram incremento nas suas importações nesse período. A maior variação ocorreu nas importações de Alagoas (95,8%). Em seguida aparecem Paraíba (87,5%), Piauí (67,5%), Pernambuco (51%) e Maranhão (40,3%). A menor variação ocorreu nas importações do Rio Grande do Norte (3,7%).

Quanto à participação dos Estados nas importações da Região, verifica-se que os prin-

ciais importadores, entre janeiro e julho de 2007, foram: Bahia (48,9%), Maranhão (19,9%), Pernambuco (14,9%) e Ceará (8,9%), por ordem de importância. Entre os Estados que apresentaram incremento de participação nas importações nordestinas entre janeiro e julho de 2007, comparado ao período de janeiro a julho de 2006, estão: Maranhão, Pernambuco, Alagoas e Paraíba. (Gráfico 40).

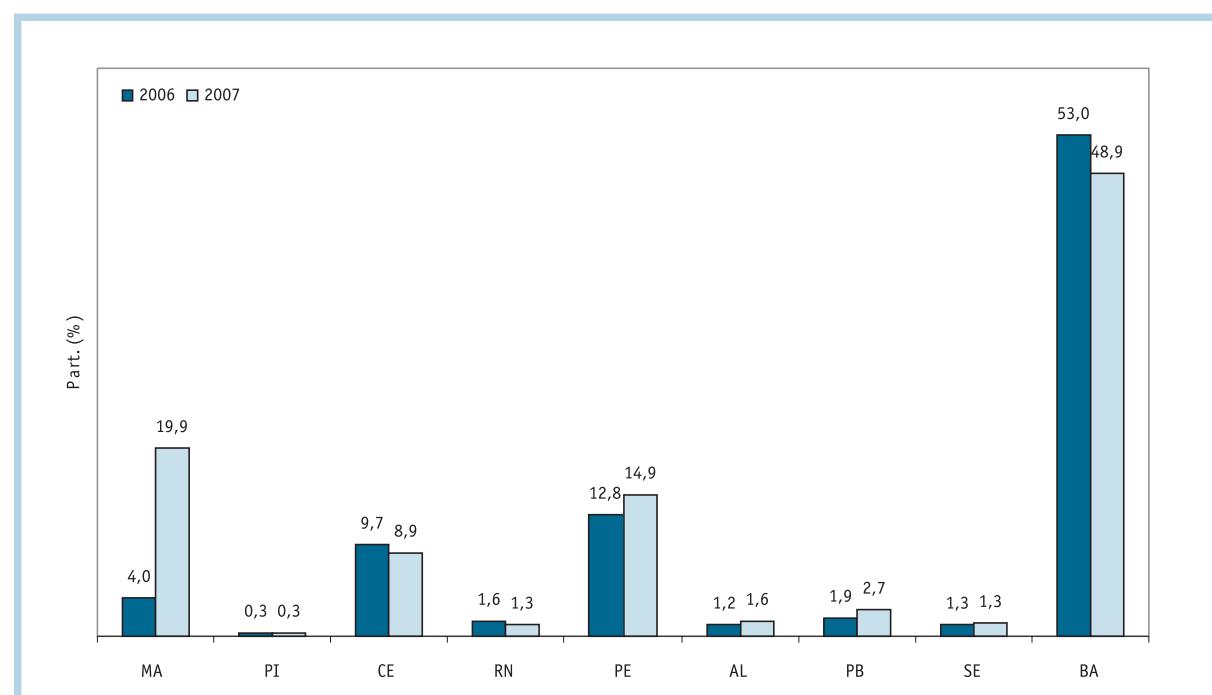


Gráfico 40 - Nordeste. Participação dos Estados Nordestinos nas Importações da Região (Jan.-Jul.2007/2006) (%)

Fonte: (MDIC, 2007b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

5. 3 - Balanço de Pagamentos

No primeiro semestre do ano, a conta corrente do balanço de pagamentos registrou superávit de US\$ 4,3 bilhões, valor superior aos US\$ 2,7 bilhões verificados nos seis primeiros meses do ano de 2006. Esse crescimento resulta, sobretudo, da expansão do superávit na balança comercial que alcançou US\$ 20,6 bilhões no período janeiro-ju-

nho de 2007 – valor 5,6% superior aos US\$19,5 bilhões do mesmo período de 2006 (Tabela 48).

Como explicar a manutenção de superávits na balança comercial elevados num contexto de apreciação cambial? Os resultados favoráveis da balança comercial resultam da combinação de

Tabela 48 - Brasil. Balanço de Pagamentos (US\$ Milhões)

Discriminação	2006		2007	
	Jun	Jan-Jun	Jun	Jan-Jun
Balança Comercial (FOB)	4.098	19.533	3.815	20.638
Serviços e Rendas	-3.825	-18.805	-3.446	-18.251
Transações Correntes	632	2.764	696	4.383
Contas Capital e Financeira	-950	5.767	10.910	59.812
Variação de Reserva	614	-8.160	-10.746	-61.610
Resultado Global do Balanço	-614	8.160	10.746	61.610

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007h).

dinamismo da demanda externa com o esforço exportador das empresas brasileiras buscando ampliar suas fatias de mercado.

Com relação ao primeiro ponto, os dados da Funcex (FUNCEX, 2007a) revelam que os preços internacionais vêm sendo cruciais para o incremento das vendas externas, com crescimento de 9,2% no primeiro semestre de 2007. Por classe de produtos, destaque para as categorias bens de semimanufaturados e básicos que registraram acréscimos de, respectivamente, 16% e 9,1%.

Entretanto, a sustentação das exportações deve-se também à expansão do *quantum*, a despeito da valorização cambial. De fato, a quantidade exportada teve um aumento de 10,1% no período janeiro-junho de 2007, com ênfase para básicos (20,4%) e manufaturados (6,4%).

Um indicador que retrata o dinamismo da economia internacional é o índice de demanda externa efetiva²⁵ calculado pela Funcex. Nos cinco primeiros meses do ano, esse índice assinalou alta de 18,1%, superando o crescimento de 14,8% do índice de valor da importação mundial²⁶.

O crescimento da demanda mundial não expllica totalmente a elevação das exportações, já que se observa um incremento das exportações brasileiras acima da expansão do comércio mundial. Dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), reproduzidos pela SOBEET (SOBEET, 2007b), revelam que as exportações brasileiras aumentaram a taxa em 16,6% no período 2000/05 – valor superior à taxa anual de 10,5% das exportações mundiais. Assim, a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais passou de 0,9% para 1,1%.

Diante disso, levanta-se a hipótese de que o crescimento das exportações resulta também da reação positiva das empresas brasileiras buscando melhorar suas vantagens comparativas. Utilizando o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR)²⁷, a Sobeet constatou que dos vinte e oito setores investigados, quatorze assinalaram vantagem comparativa em seus produtos nos primeiros cinco meses de 2007. Ademais, em relação ao ano de 1999, sete dos quatorze setores que registraram desvantagem comparativa apresentaram aumento do IVCR (Tabela 49).

25 “O índice de demanda externa é calculado pela Funcex utilizando a média ponderada das variações mensais das importações dos principais países de destino das exportações brasileiras. No cálculo dos índices de cada ano são considerados os países cuja participação conjunta no total da pauta, na média dos três anos anteriores, seja de, no mínimo, 75%”.

26 “O índice de valor da importação mundial é calculado pela Funcex a partir da série mensal de valor das importações mundiais fornecidas pelo *International Financial Statistics* do FMI”.

27 Este índice, desenvolvido por Bela Balassa, analisa se o país já possui vantagens comparativas na produção do bem i. De acordo com esse índice, a vantagem comparativa somente se revela quando o peso total das exportações desse produto é superior ao peso total das importações.

Tabela 49 - Índice de Vantagens Comparativas Reveladas - IVCR

		1999	2007 (Jan-Maio)
Setores com Vantagens Comparativas	Café	3,28	2,96
	Açúcar	4,11	2,83
	Abate de Animais	1,14	1,54
	Madeira e Mobiliário	0,99	0,92
	Calçados, Couros e Peles	0,95	0,79
	Óleos e Vegetais	0,98	0,78
	Agropecuária	0,35	0,67
	Extrativa Mineral	0,85	0,64
	Siderurgia	0,76	0,5
	Celulose, Papel e Gráfica	0,35	0,35
	Veículos Automotores	0,05	0,22
	Beneficiamento de Produtos Vegetais	0,27	0,12
	Metalurgia Não Ferrosos	0,28	0,05
	Metalurgia Não Metálicos	0,13	0,04
	Peças e Outros Veículos	0,01	-0,1
Setores com Desvantagens Comparativas	Têxtil	-0,04	-0,16
	Material Elétrico	-0,28	-0,19
	Elementos Químicos	-0,42	-0,21
	Borracha	0,05	-0,23
	Laticínios	-1,78	-0,24
	Outros Produtos Metalúrgicos	-0,05	-0,25
	Máquinas e Tratores	-0,49	-0,3
	Petróleo e Carvão	-3,3	-0,38
	Refino de Petróleo e Petroquímicos	-0,48	-0,41
	Plástica	-0,43	-0,41
	Artigos de Vestuário	-0,3	-0,61
	Equipamentos Eletrônicos	-0,68	-0,73
	Farmacêutica e Perfumaria	-0,71	-0,74

Fonte: (SOBEET, 2007a).

A conta capital e financeira alcançou um superávit de US\$ 59,8 bilhões nos primeiros seis meses do ano, em contrapartida aos US\$ 5,7 bilhões relativos ao primeiro semestre de 2006 – incremento de 937,1%. Esse dinamismo decorre, principalmente, do forte influxo de investimento direto estrangeiro (IDE), que atingiu o valor de US\$ 27,1 bilhões, quase o dobro do montante verificado no mesmo período de 2006 (US\$ 14,1 bilhões). Desse total, US\$ 18,2 bilhões estão relacionados a investimentos na forma de participação no capital e US\$ 5,6 bilhões a empréstimos intercompanhias.

Vale mencionar que uma parcela cada vez mais significativa desses investimentos diretos origina-se de países emergentes. De fato, a participação do IDE de países emergentes no total dos fluxos de IDE para o Brasil passou de 0,9% em 2000 para 9,7% em 2006. Desse total, 81% são provenientes de países da América Latina, com destaque para os IDE do Chile e do México. Em

contrapartida, apenas 19% vieram de economias asiáticas (SOBEET, 2007a).

Do ponto de vista setorial, o principal destino dos investimentos diretos foi o setor serviços que recebeu no primeiro semestre do ano 52,5% (US\$ 9,6 bilhões) do total de IDE. Os maiores receptores de IDE no setor de serviços foram Intermediação Financeira, Serviços Prestados a Empresas e Comércio (Tabela 50).

Já os investimentos direcionados para o setor industrial assinalaram uma expansão de 108,4% nos primeiros seis meses do ano comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Essas inversões continuam fortemente concentradas no setor de bens intermediários, com destaque para Metalurgia Básica, Produtos Químicos e Coque, Petróleo, Combustíveis e Álcool.

O setor agropecuário e extrativista absorveu 6,1% do total de IDE no período janeiro-junho

Tabela 50 - Ingressos de Investimento Estrangeiros Diretos - Participações no Capital - US\$ Milhões

Exportações	2006 Junho	2006 (Jan - Jun)	2006 (Jan - Jun) %	2007 Junho	2007 (Jan - Jun)	2007 (Jan - Jun) %	Variação 07/06	
							Junho	Jan - Jun
Total	2.426	9.326	100,0	7.553	18.228	100,0	211,4	95,5
Agricultura	140	666	7,1	139	1.108	6,1	-0,4	66,4
Principais								
Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados	14	83	0,9	28	118	0,6	94,4	41,8
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	51	357	3,8	39	382	2,1	-24,3	6,9
Indústria	506	3.624	38,9	3.604	7.552	41,4	612,3	108,4
Principais								
Fabricação e Montagem de Veículos								
Automotores	27	223	2,4	66	436	2,4	142,1	96,1
Produtos Químicos	173	453	4,9	84	1.512	8,3	-51,3	233,7
Serviços	1.780	5.036	54,0	3.810	9.569	52,5	114,0	90,0
Principais								
Comércio	42	769	8,2	223	1.693	9,3	430,3	120,1
Correio e Telecomunicações	169	270	2,9	161	444	2,4	-4,8	64,1

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007e).

de 2007 – significando um aumento de 66,4% em relação ao mesmo período do 2006. O principal destaque ficou com o segmento de Extração de Minerais Metálicos.

No tocante aos investimentos estrangeiros em carteira, constatam-se ingressos líquidos de US\$ 24 bilhões no primeiro semestre de 2007, ante saídas líquidas de US\$ 1,7 bilhão no mesmo período do ano anterior. Os investimentos estrangeiros líquidos em ações somaram US\$ 7,5 bilhões, fortemente influenciados pela valorização das ações brasileiras na Bovespa. Vale destacar que a queda recente nos valores das ações negociadas no país e no exterior, em função da instabilidade financeira internacional causada pela crise do setor imobiliário americano, tem provocado uma retração dos investimentos nesse mercado.

Já os investimentos líquidos em títulos de renda fixa assinalaram saldo positivo de US\$ 16,4 bilhões. Entre os fatores determinantes da expansão dessa modalidade de investimento de portfolio, se destacam a queda do risco-país nos mercados internacionais e o diferencial ainda significativo entre os juros internos e externos, apesar do ciclo de queda da Selic.

Esse último determinante também tem sido decisivo para o incremento dos fluxos de capitais de curto prazo contabilizados na conta Outros Investimentos Estrangeiros. Na primeira metade do ano, os créditos comerciais de curto prazo de fornecedores totalizaram US\$ 14,9 bilhões, ante saldo positivo de US\$ 8,4 bilhões no período janeiro-junho de 2006. Já os empréstimos de curto prazo pelos bancos alcançaram o montante de US\$ 26 bilhões nos seis primeiros meses de 2007, contra saídas líquidas de US\$ 3,1 bilhões no mesmo período do ano anterior (Gráfico 42).

Finalmente, vale destacar que a entrada substancial de recursos externos no Brasil está fortemente vinculada à conjuntura internacional favorável nos últimos quatro anos, como demonstra o Relatório do Banco Mundial *Global Development Finance* (RELATÓRIO, 2007a). De acordo com o Relatório, os fluxos de capitais para os países em desenvolvimento cresceram de US\$ 425 bilhões em média no período 2003/2006, valor superior aos US\$ 151 bilhões em média do período 1999/2002.

Essa expansão foi acompanhada por mudanças relevantes na composição dos fluxos de capitais. Observa-se atualmente uma predominância das modalidades de participação acionária compara-

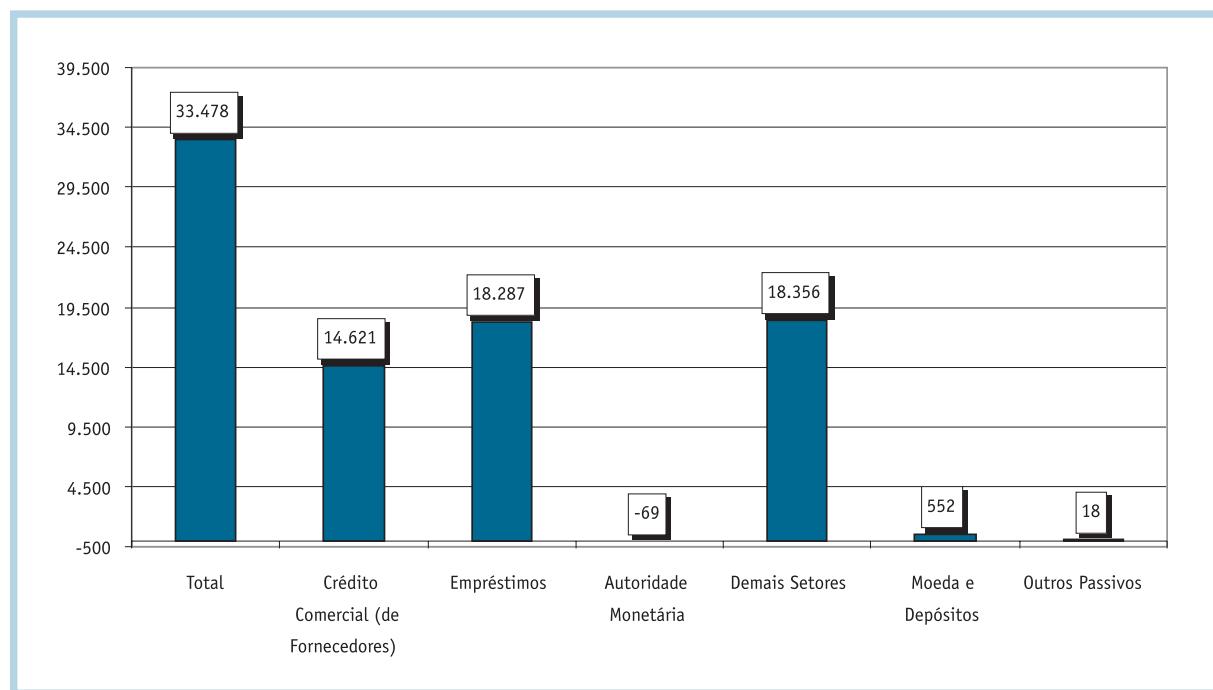


Gráfico 41 - Brasil. Outros Investimentos Estrangeiros

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007i).

tivamente aos fluxos de dívida. A valorização nas bolsas dos principais mercados emergentes assim como a conjuntura de crescimento econômico vem contribuindo para essas mudanças.

Ademais, vale destacar o crescimento de 13,1% em 2002 para 30% em 2006 da participação de empresas de países emergentes no total das empresas que listaram suas ações nos principais mercados acionários globais.

Os resultados divulgados pelo Banco Mundial chamam também atenção para a forte concentração dos influxos de capitais para países em desenvolvimento. De fato, empresas sediadas em apenas vinte países em desenvolvimento considerados de renda média são responsáveis por 95% das emissões de bônus, 95% da oferta de ações

e 85% dos empréstimos bancários captados em 2006 pelos países em desenvolvimento.

Finalmente, vale destacar a melhoria significativa de alguns indicadores de endividamento externo do Brasil no período janeiro-março de 2007. Apesar do crescimento da dívida externa de curto prazo a partir de 2006, a expansão do Produto Interno Bruto e das reservas internacionais permitiu uma queda dos indicadores que vinculam o estoque da dívida externa com o PIB (Dívida Total Líquida/PIB, Dívida Total/PIB, e Serviço da Dívida/PIB) e com as reservas cambiais do País (Reservas Liquidez Internacional/Dívida Total, Reservas Liquidez Internacional/Serviço da Dívida, Reservas Liquidez Internacional/Juros) (Tabela 51).

Tabela 51 - Indicadores de Endividamento Externo¹ (US\$ milhões)

Discriminação	2004	2005	2006		2007
			Set	Dez	Mar
Serviço da Dívida/Exportações (%)	53,7	55,8	51,1	41,4	41,8
Serviço da Dívida/PIB (%)	7,8	7,5	6,6	5,3	5,4
Juros/Exportações (%)	14,8	12,2	11,2	10,8	10,6
Dívida Total/PIB (%)	30,3	19,2	15,7	16,2	16,5
Dívida Total do Setor Público/Dívida Total (%)	65,7	59,2	55,2	51,7	48,5
Dívida Total Líquida/PIB (%)	20,4	11,5	7,0	7,0	5,4
Reservas (Liquidez)/Dívida Total (%)	26,3	31,7	46,0	49,7	60,2
Dívida Total/Exportações	2,1	1,4	1,2	1,3	1,3
Dívida Total Líquida/Exportações	1,4	0,9	0,5	0,5	0,4
Reservas (Liquidez)/Serviço da Dívida	1,0	0,8	1,1	1,5	1,8
Reservas (Liquidez)/Juros	3,7	3,7	4,9	5,8	7,3

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007b).

(1) Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.

6 - FINANÇAS PÚBLICAS



6.1 - Governo Federal



6.1.1 - Resultado Fiscal do Governo Central

O resultado primário do Governo Federal alcançou R\$ 43.785,1 milhões no primeiro semestre de 2007 (BRASIL, 2007c), representando 3,6% do PIB e um aumento de 13,1%, comparativamente a igual período do ano anterior (Tabela 52). Cumple ressaltar que o governo projeta, como meta para o ano de 2007, superávit primário do setor público não financeiro da ordem de 4,25% e, até junho, este acumula resultado positivo de 5,9% do PIB (BRASIL, 2007e).

No período em análise, as receitas do Tesouro somaram R\$ 232.080,7 milhões. Em termos brutos, sem deduções de restituições e incentivos fiscais, as receitas de impostos, contribuições e demais itens (BRASIL, 2007c)²⁸ do Tesouro Nacional alcançaram R\$ 235.585,4 milhões. Em termos de sua participação como percentual do PIB, tanto impostos (8,4%) como contribuições (8,5%) alcançaram incrementos de 0,4 e 0,09 pontos percentuais, relativamente a igual período de 2007.

Os impostos arrecadados tiveram seu aumento explicado pelo crescimento da arrecadação dos principais tributos: 17,3% de Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica; 9,4% de Imposto de Renda sobre Pessoa Física e 16,4% de Imposto sobre Produtos Industrializados.

No que concerne às contribuições, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido apresentou incremento de 16%, em relação aos seis meses iniciais de 2006, em função da maior arrecadação relativa à Declaração de Ajuste nos meses de janeiro a março, do maior volume de depósitos administrativos e judiciais e da retomada do recolhimento regular por parte de empresas do setor financeiro.

Na análise das despesas totais do Governo Central, constata-se que os maiores incrementos foram registrados em Custo e Capital (13%). Este item abrange as despesas do FAT²⁹, subsídios e subvenções e benefícios assistenciais como o LOAS³⁰/RMV³¹.

28 Refere-se a menos de 2,5% do PIB, nos seis meses iniciais de 2007.

29 Fundo de Amparo ao Trabalhador. O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial de natureza contábil-financeira vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Destina-se ao custeio do seguro-desemprego, abono salarial e financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

30 Lei Orgânica de Assistência Social.

31 Renda Mensal Vitalícia.

Tabela 52 - Resultado Primário do Governo Central (*) . Brasil, Janeiro - Junho 2006 e 2007 (R\$ milhões)

Discriminação do Resultado	Janeiro - Junho		Variação (%) 2007/2006
	2006	2007	
I. RECEITA TOTAL	261.189,9	295.533,1	13,1
I.1. Receitas do Tesouro	205.245,6	232.080,7	13,1
I.2. Receitas da Previdência Social	55.225,9	62.836,4	13,8
I.3. Receitas do Banco Central	718,3	616,0	-14,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	45.727,0	52.347,2	14,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	215.462,9	243.185,9	12,9
IV. DESPESA TOTAL	176.864,9	199.400,8	12,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	48.543,3	54.744,1	12,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	74.201,2	83.620,2	12,7
IV.3. Custeio e Capital	53.013,4	59.892,2	13,0
IV.4. Transferências do Tesouro Nacional ao Banco Central	297,4	226,5	-23,8
IV.5. Despesas do Banco Central	809,6	917,8	13,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	38.597,9	43.785,1	13,4
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	3,49%	3,60%	-

Fonte: (TESOURO NACIONAL, [2007]d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº110/2001.

As despesas do FAT passaram de 0,52% do PIB, no primeiro semestre de 2006, para 0,54% do PIB no mesmo período de 2007. Já os subsídios e subvenções que englobam, dentre outras, despesas de custeio agropecuário, de investimento rural, da política de preços agrícolas e do Proex³², reduziram-se de 0,36% para 0,25% do PIB de janeiro a junho de 2007.

Os benefícios assistenciais LOAS/RMV aumentaram expressivamente (19,2%), comparativamente ao acumulado até junho de 2006. Este aumento decorreu do reajuste do salário mínimo e da expansão de 8% da quantidade média do semestre de benefícios pagos (2,5 milhões de assistidos).

O Regime Geral de Previdência Social permanece registrando déficit de 1,7% do PIB, apesar

do crescimento da arrecadação líquida que apresentou aumento de 0,18 ponto percentual do PIB, relativamente ao primeiro semestre de 2006. A persistência do déficit pode ser explicada pelo comportamento dos benefícios previdenciários. Desde 2003, constata-se avanço persistente dos benefícios como proporção do PIB, que passaram de 5,5% do PIB no acumulado de janeiro a junho daquele ano, para 6,8%, em 2007. Este incremento resultou tanto do maior valor médio dos benefícios decorrentes, em parte pelo reajuste do salário mínimo, como na expansão da quantidade média mensal de benefícios pagos.

Desta maneira, a situação da Previdência permanece como importante tema a ser discutido e equacionado pelo Governo e sociedade.

32 PROEX - Programa de Financiamento às Exportações. É a modalidade de financiamento ao exportador ou ao importador de bens e serviços brasileiros, realizado exclusivamente pelo Banco do Brasil, com recursos do Tesouro Nacional.

6.1.2 - Dívida Pública Federal

Conforme relatado nas duas últimas edições de BNB Conjuntura Econômica, o Tesouro Nacional vem implementando mudanças qualitativas na dívida pública federal. Evidencia-se, no campo externo e interno, a suavização do perfil de endividamento do setor público, com expansão do prazo médio e mudança na composição dos indexadores. Esta ação reduziu a vulnerabilidade do setor público a choques externos, como o que se verificou a partir de julho deste ano.

A participação de títulos federais indexados ao câmbio vem diminuindo nos meses de dezembro de cada ano: 28,6%, em 2001; 22,4%, em 2002; 10,8%, em 2003; 5,2 %, em 2004; 2,7%, em 2005 e 1,3%, em 2006.

Ao mesmo tempo, percebe-se uma trajetória ascendente na participação dos títulos pré-fixados, como se pode depreender da Tabela 53.

A vida média³³ da dívida pública federal expandiu-se entre dezembro/06 e junho/07, de 59,3 meses para 62,5 meses em junho de 2007. Este comportamento tem sido provocado pela ampliação da vida média dos títulos indexados a índice de preços e *Selic*.

Até junho de 2007, o estoque da dívida pública federal em poder do público atingiu R\$ 1,32 trilhão, sendo 9,54% deste total de dívida pública federal externa (DPFe). No caso da DPFe sua composição é predominantemente de títulos emitidos em dólar (78,2%), euro (11,8%) e em real (8,6%).

Conforme registrado na última edição da Conjuntura observa-se a expansão dos títulos de DPFe emitidos em reais como o Global BRL 2028 – que tem servido como referência para eventuais captações do setor privado no mercado internacional.

Tabela 53 - Brasil - Títulos Públicos Federais - Participação por Indexador - 2001 a 2007

Fim de Período		Dívida Fora do Bacen (R\$ milhões)	Índice de correção							Participação %
			Câmbio	TR	Indices de Preço	Over/Selic	Préfixado	TJLP	Outros	
2001	Dez	624.084	28,6	3,8	7,0	52,8	7,8	0,0	0,0	100,0
2002	Dez	623.191	22,4	2,1	12,5	60,8	2,2	0,0	0,0	100,0
2003	Dez	731.858	10,8	1,8	13,5	61,4	12,5	0,0	0,0	100,0
2004	Dez	810.264	5,2	2,7	14,9	57,1	20,1	0,0	0,0	100,0
2005	Dez	979.662	2,7	2,1	15,5	51,8	27,9	0,0	0,0	100,0
2006	Jun	1.016.100	2,3	2,0	21,7	42,5	31,5	0,0	0,0	100,0
	Dez	1.093.495	1,3	2,2	22,5	37,8	36,1	0,0	0,0	100,0
2007	Jun*	1.198.904	1,1	2,3	23,9	34,1	38,7	0,0	0,0	100,0

Fonte: STN e Bacen.

* Dados preliminares.

33 A vida média indica o prazo remanescente do principal da dívida pública.

6.1.3 - Necessidade de Financiamento do Setor Público

A A necessidade de financiamento do setor público (NFSP) – conceito primário – reflete a variação líquida da dívida pública em um determinado período de tempo, descontando-se os empréstimos concedidos ao setor privado e as receitas e despesas financeiras. Já o resultado fiscal tem sinal oposto ao da necessidade de financiamento do setor público. Desta forma, quando o resultado fiscal é deficitário, a NFSP é positiva. Por analogia, se há superávit fiscal, a NFSP será negativa, indicando que o setor público não precisa de financiamento para seus gastos.

Conforme constatado na análise do Resultado Fiscal do Governo Central, a necessidade primária de financiamento do Governo Central foi negativa em 3,6% do PIB, no primeiro semestre de 2007. Quando são agregados os resultados dos governos regionais (estaduais e municipais) e das empresas estatais, observa-se que a NFSP chegou a -5,9% do PIB, o melhor resultado obtido no período de janeiro a junho dos últimos dois anos. Em 2005,

a referida estatística foi de -5,8% e, nos mesmos meses de 2006, chegou a -5,2%.

Este resultado teria sido menos significativo se houvesse sido liberada uma parcela maior da meta prevista no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para 2007.

Até julho, apenas um terço dos gastos federais previstos no PAC saíram dos cofres da União (INVESTIMENTO, 2007).

Se prosseguir o comportamento registrado no primeiro semestre de 2007, quando o setor público teve resultado nominal de -0,59% do PIB, a meta de resultado nominal do setor público (déficit de 2,07% para o ano de 2007) será cumprida (BRASIL, 2007e). A continuidade do declínio das taxas básicas de juros, fato verificado desde setembro de 2005 e antecipado pelo mercado financeiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007c) como cenário provável até o fim deste ano, também favorece o alcance da meta e a redução de sua vulnerabilidade financeira.

6.2 - Estados e Municípios do Nordeste

6.2.1 - Transferências Constitucionais

A As transferências constitucionais representaram cerca de 66% das transferências constitucionais e legais enviadas pela União para os estados e municípios do País entre janeiro e julho de 2007. Desse total, a maior parte está relacionada com o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que

são importantes instrumentos de redistribuição de recursos, utilizados para compensar em termos de receitas as unidades com baixa capacidade de arrecadação tributária própria. Essas transferências constitucionais, juntamente com o ICMS, constituem as principais fontes de recursos dos estados e municípios, sendo esses procedimentos

Tabela 54 - Fundo de Participação dos Municípios dos Estados do Nordeste (R\$ Correntes)

UF	FPM(a)			
	Jan.-Jul.2006		Jan.-Jul.2007	
	Valor	Nordeste%	Valor	Nordeste%
Alagoas	355.950.679,6	6,8	390.049.797,6	6,7
Bahia	1.329.590.130,4	25,3	1.474.767.763,4	25,4
Ceará	770.027.844,9	14,7	856.314.245,9	14,8
Maranhão	625.170.833,2	11,9	682.160.313,4	11,8
Paraíba	478.077.289,2	9,1	529.253.585,1	9,1
Pernambuco	725.918.799,4	13,8	791.358.489,5	13,7
Piauí	386.673.538,7	7,4	434.326.891,2	7,5
Rio Grande do Norte	368.979.033,7	7,0	406.386.101,7	7,0
Sergipe	210.062.761,6	4,0	232.122.008,1	4,0
Nordeste	5.250.450.910,7	100,0	5.796.739.195,8	100,0

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2007a). Elaboração BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (a) Para fins de comparação, foi excluído o mês de abril/2006, tendo em vista a inexistência da informação para o mesmo mês de 2007.

legais muito mais representativos nas unidades do Nordeste.

Do montante total dos recursos constitucionais transferíveis enviadas através do FPE e FPM, no período de janeiro a julho de 2007, as maiores dotações foram para a Bahia (21%), Ceará (14,3%) e Pernambuco (13,4%), o que representou praticamente a metade do que foi remetido através desse tipo de transferência para o Nordeste. O mesmo perfil distributivo se observa quando se considera apenas o FPM, com os municípios desses três estados recebendo a maior parcela dos recursos. Ceará e Piauí apresentaram o maior crescimento nominal do FPM, quando comparado com o mesmo período de 2006 (Tabela 54).

Com relação ao FPE, a Bahia foi o maior beneficiário desse tipo de transferência no período de janeiro a julho de 2007, recebendo cerca de 18% do total de recursos remetidos pela União. Em seguida vêm os estados do Ceará (14%) e Maranhão (13,8%) (Tabela 55).

Essas transferências constitucionais representam uma importante fonte de recursos para os estados do Nordeste, tendo em vista que a limitada base econômica da maior parte dessas unidades compromete o nível de arrecadação local, sendo insuficiente para gerar as receitas necessárias para financiar as políticas públicas de desenvolvimento. Como alternativa, a maior parte dos estados nordestinos tem recorrido ao endividamento como forma de viabilizar o financiamento de suas

Tabela 55 - Fundo de Participação dos Estados do Nordeste (R\$ Correntes)

UF	FPM(a)			
	Jan.-Jul.2006		Jan.-Jul.2007	
	Valor	Nordeste (%)	Valor	Nordeste (%)
Alagoas	592.837.445,2	7,9	650.433.723,0	7,9
Bahia	1.339.010.889,5	17,9	1.469.100.586,0	17,9
Ceará	1.045.549.157,7	14,0	1.147.127.997,4	14,0
Maranhão	1.028.633.745,8	13,8	1.128.569.192,8	13,8
Paraíba	682.444.951,1	9,1	748.746.918,6	9,1
Pernambuco	983.316.972,8	13,2	1.078.849.733,3	13,2
Piauí	615.823.594,5	8,2	676.341.930,7	8,2
Rio Grande do Norte	595.374.044,4	8,0	653.216.762,0	8,0
Sergipe	592.153.418,4	7,9	649.683.240,6	7,9
Nordeste	7.475.144.219,4	100,0	8.202.070.084,4	100,0

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2007a). Elaboração BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (a) Para fins de comparação, foi excluído o mês de abril/2006, tendo em vista a inexistência da informação para o mesmo mês de 2007.

atividades, razão porque se torna importante avaliar a relação da dívida consolidada líquida com a receita corrente líquida.

De acordo com a tabela a seguir, verifica-se que ao final de abril de 2007, os estados do Rio Grande do Norte, Sergipe e Ceará estavam em condições financeiras mais favoráveis, uma vez que a dívida líquida representava menos da metade da receita corrente líquida, reflexo do esforço

de saneamento das finanças públicas que os seus governos empreendem há vários anos. Por outro lado, Alagoas mostra-se numa situação mais vulnerável, com uma relação dívida líquida/receita corrente líquida comparável à dos estados mais ricos. Como possui baixa capacidade arrecadatória, o quadro tende a ser bem mais preocupante, caso não haja uma política mais agressiva do governo estadual para saneamento de suas finanças.

**Tabela 56 - Indicador de Vulnerabilidade Financeira do Brasil e dos Estados do Nordeste
Relação Dívida Corrente Líquida-DCL / Receita Corrente Líquida-RCL (2000-2007)**

UF	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	30/04/07
AL	2,23	1,78	2,36	2,77	2,64	2,25	2,22	2,09
BA	1,64	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,97
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,49
MA	2,58	2,10	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	0,95
PB	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,63
PE	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,83	0,67	0,55
PI	1,73	1,74	1,64	1,52	1,42	1,09	0,85	0,54
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32	0,26	0,19
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45	0,57	0,46
BRASIL	13,03	11,81	13,78	12,75	11,29	9,06	8,10	6,87

Fontes: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2007b).

Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados.

Relação DCL / RCL por unidade da Federação.

Atualizado: 21/06/2007.

6.2.2 - Transferências Voluntárias

As transferências voluntárias a Estados, Distrito Federal e Municípios, representaram 14% das transferências globais da União ocorridas no primeiro semestre de 2007, ficando a maior parcela com as Constitucionais e Legais, as quais corresponderam a 66% do total. Os municípios foram os mais beneficiados por essa partilha de recursos da União, sendo contemplados com 60% do total, ou R\$ 5.162,2 milhões, enquanto os 40% restantes (R\$ 3.441,2 milhões) foram remetidos para os Estados e o Distrito Federal.

De acordo com as informações disponíveis no endereço eletrônico do Tesouro Nacional,

desse total remetido para os governos estaduais, o Nordeste ficou com uma parcela de 25%, percentual ligeiramente inferior ao registrado para a região Sudeste (26%). Considerando as transferências voluntárias da União para os municípios, o Nordeste absorveu quase a metade dos recursos transferidos (46%), denotando a enorme carência de recursos dos governos municipais da região para financiar as políticas públicas necessárias para suprir a demanda de seus habitantes (Tabela 57).

Dentre os estados nordestinos, as maiores parcelas foram transferidas para os municípios baianos, 23% do FPM destinado ao Nordeste, seguido

Tabela 57 - Distribuição Regional das Transferências Voluntárias da União - 2007 (Valores em R\$ mil)

Região	Estados e Distrito Federal	(%) do Total	Municípios	(%) do Total
Centro-Oeste	272.169	7,9	281.449	5,5
Nordeste	867.351	25,2	2.377.617	46,1
Norte	938.626	27,3	948.052	18,4
Sudeste	891.719	25,9	1.033.385	20,0
Sul	471.365	13,7	521.680	10,1
Total	3.441.230	100,0	5.162.184	100,0

Fonte: (TESOURO NACIONAL, 2007a).

dos municípios do Ceará (16%) e Maranhão (14%). Conjuntamente, esses três estados absorveram mais da metade (53%) das transferências voluntárias da União para os municípios da Região.

Com relação à distribuição dos recursos por programas executados nos vários ministérios se-

toriais, grande parte das dotações para os municípios nordestinos teve origem nos ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, os quais responderam pela maior parte das transferências voluntárias remetidas.

6.2.3 - Arrecadação de ICMS

Na estrutura atual do sistema tributário brasileiro, o ICMS constitui, ao lado do IPI, o mais importante imposto sobre valor agregado do Brasil, além de representar um importante instrumento das políticas estaduais para atração de investimentos. Como é um imposto cujo fato gerador está diretamente relacionado com o potencial econômico do Estado, ele tende naturalmente a ser mais representativo para as unidades federativas mais ricas. É o caso, por exemplo, de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, três estados do Sudeste que respondem por mais da metade (52%) da arrecadação nacional de ICMS. Apenas dez estados, dos quais no Nordeste somente a Bahia e Pernambuco estão incluídos, respondem por 80% da arrecadação de ICMS. Certamente, essa situação reflete a elevada concentração espacial da produção, o que na falta de uma política mais efetiva do Governo Federal no combate à desigualdade, termina por estimular a adoção de políticas de incentivos fis-

cais pelos estados mais pobres, como única forma de atrair investimentos privados, gerando o que se convencionou chamar de guerra fiscal.

As duas principais fontes de arrecadação dos estados e municípios são o ICMS e as transferências da União, sendo estas últimas muito mais significativas para os estados do Nordeste. Na relação percentual do ICMS no agregado deste imposto com as transferências da União, o Nordeste detém participação relativa de 45%, enquanto no Sudeste essa mesma relação acresce para 85%. Já nos estados do Piauí, Maranhão, Paraíba, Alagoas e Sergipe, a participação relativa das transferências da União é bem mais significativa do que a do ICMS, representando mais de 60% quando comparadas à soma dessas duas importantes fontes de recursos.

O desempenho da arrecadação do ICMS no Nordeste registrou crescimento de 7,7% no primeiro semestre de 2007, relativamente ao mesmo pe-

Tabela 58 - Nordeste. Arrecadação do ICMS (valores em R\$ mil)

Discriminação	Jan.- Jun.		Jan.- Jun.		Var. (%)
	2006	%	2007	%	
Maranhão	863.142	1,06	966.938	1,10	12,03%
Piauí	502.047	0,62	555.008	0,63	10,55%
Ceará	1.674.439	2,06	1.804.832	2,05	7,79%
Rio Grande do Norte	892.564	1,10	950.340	1,08	6,47%
Paraíba	741.535	0,91	799.670	0,91	7,84%
Permambuco	2.358.669	2,90	2.566.017	2,92	8,79%
Alagoas	617.185	0,76	637.170	0,73	3,24%
Sergipe*	529.397	0,65	570.609	0,65	7,78%
Bahia	3.978.829	4,90	4.237.757	4,82	6,51%
Nordeste	12.157.807	14,97	13.088.341	14,90	7,65%
Brasil	81.241.242	100,00	87.830.703	100,00	8,11%

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Informações extraídas do relatório resumido da execução orçamentário-Anexo III - Demonstrativo da receita corrente líquida/30.Bimestre de 2007, do Governo estadual. Disponível em www.sefaz.se.gov.br. Acesso em 17/08/2007.

íodo do ano anterior. Por outro lado, em termos nacionais, a arrecadação registrou um crescimento nominal de 8,1%, significando que o desempenho econômico da região foi ligeiramente abaixo da média da economia nacional. Os estados do Maranhão e Piauí registraram as maiores taxas de crescimento das receitas provenientes desse imposto, com variações acima da média nacional (Tabela 58).

Devido à variação positiva na arrecadação desse tributo em todos os estados da Região, a participação relativa do Nordeste no total de impostos recolhidos em âmbito nacional registrou um pequeno aumento no período, chegando a representar, em junho deste ano, 14,9% do total desse imposto recolhido no País. Vale ressaltar que em janeiro/ 2007, o Nordeste respondeu por

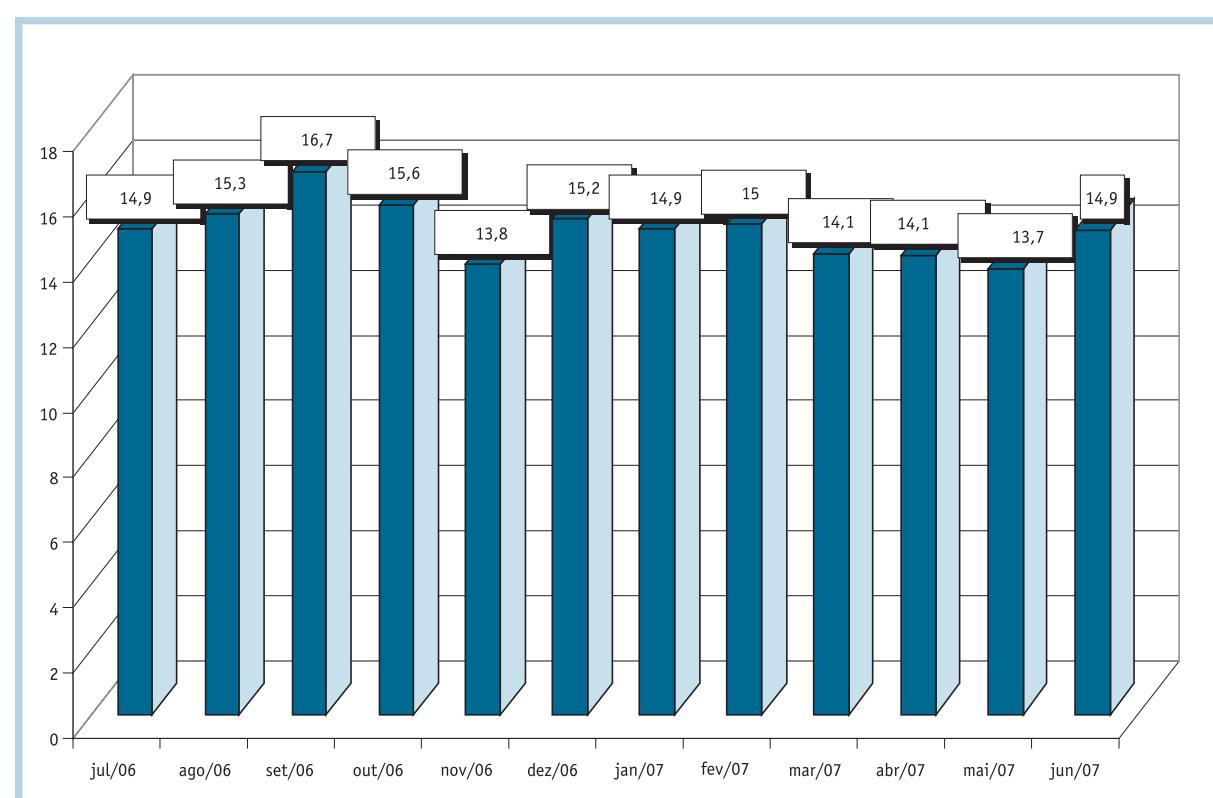


Gráfico 42- Participação do Nordeste na Arrecadação de ICMS no Brasil - 2007 (%)

Fonte: (BRASIL, 2007d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

quase 15% das receitas de ICMS recolhido no Brasil (Gráfico 42).

Considerando as reiteradas reclamações de vários segmentos representativos da sociedade quanto ao atual perfil do sistema tributário nacional, caracterizado pela multiplicidade de tributos, formas de apuração e regimes tributários diferenciados entre as três esferas de Governo, a União está propondo para discussão no Congresso Nacional uma nova reforma tributária, com vistas a simplificar o sistema, elevando sua eficiência, bem como eliminando a guerra fiscal. Uma das principais modificações está relacionada com os impostos indiretos, em que o Governo propõe a substituição dos tributos sobre bens e serviços – quatro tributos federais (PIS, COFINS,

IPI e CIDE-Combustíveis) e um estadual (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços-ICMS) -, por dois impostos sobre valor adicionado, sendo um estadual (IVA-E) e um federal (IVA-F).

Essa iniciativa do governo teria importante impacto nas finanças dos estados, uma vez que a principal fonte de arrecadação estadual seria substituída por esse novo imposto sobre o valor agregado. De acordo com o governo, as eventuais perdas com as mudanças seriam compensadas pela União. A criação desse novo IVA acabaria com a cumulatividade e com a guerra fiscal que, sem dúvida, tem prejudicado a arrecadação dos estados.

7 - REFERÊNCIAS

ABIT. Importação freia emprego industrial. Disponível em: <<http://www.abit.org.br>>. Acesso em: 23 jul. 2007.

ANFAVEA. Carta da Anfavea. Disponível em: <<http://www.anfavea.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 07.

ASSISTENCAL. Argentina aumenta cota de entrada de calçado brasileiro. Disponível em: <<http://www.assistencal.org.br>>. Acesso em: 15 ago. 2007a.

_____. **Indicadores setoriais.** Disponível em: <<http://www.assistencal.org.br>>. Acesso em: 15 ago. 2007b.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim do Banco Central. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2007a.

_____. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 27 ago. 2007b.

_____. **Focus:** relatório de mercado. Brasília: BCB, 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 16 ago. 2007c.

_____. **Focus:** relatório de mercado. Brasília: BCB, 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 out. 2007d.

_____. In.: IEDI. **Análise IEDI**, 23 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007e.

_____. **Indicadores econômicos consolidados.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2007f.

_____. **Indicadores econômicos consolidados.**

Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 06 set. 2007g.

_____. **Indicadores econômicos consolidados.**

Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 27 ago. 2007h.

_____. **Indicadores econômicos consolidados.**

Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2007i.

_____. **Política monetária e operações de crédito do sistema financeiro:** notas para a imprensa, 27 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2007j.

BCE mantém taxas de juros para a zona do euro em 4%. **Folha Online**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u333785.shtml>>. Acesso em: 01 out. 2007.

BEA. Disponível em: <<http://www.bea.com.br>>. Acesso em: 01 out. 2007.

BNB. Revista Conjuntura Econômica. Fortaleza, n. 13, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 16 ago. 2007a.

_____. **Revista Conjuntura Econômica.** Fortaleza, n. 13, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2007b.

BNB-ETENE. Sistema de gerenciamento de mercados agropecuários – SIGMAN. Fortaleza: BNB, 2007. Acesso em: 11 maio 2007. Banco de dados.

BNDES. Crédito privado pode chegar a 41% do PIB até 2009. **Visão do Desenvolvimento**, n. 37. Disponível em: <<http://www.bnmes.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2007.

BNP Paribas vai reabrir fundos suspensos por problema de crédito subprime. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u318819.shtml>>. Acesso em: 01 out. 2007.

BRASIL. Constituição. Emenda constitucional nº 55, de 22 de setembro de 2007a. Alterando o art. 159 da Constituição Federal.

_____. Ministério da Agricultura. **Agrostat**: banco de dados sobre o agronegócio do Brasil. Brasília: Ministério da Agricultura, 2007. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agoestat>>. Acesso em: 16 ago. 2007b.

_____. Ministério da Fazenda. **Resultado do tesouro nacional**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2007. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/resultado/2007/Nimmar2007.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2007c.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/Valores.asp>>. Acesso em: 10 ago. 2007d.

_____. Ministério do Planejamento. **Anexo IV.1**: anexo das metas anuais: lei de diretrizes orçamentárias 2007. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/sof/lei/ldo_11439_061229_anexos/LD0_11439_061229_AnexoIV.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2007e.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Caged. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2007f.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Caged. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2007g.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS**. 2005h. (1 CD-ROM)

BOUÇAS, Cibelle. **Exportação de frango bate recordes no ano, mas crise nos EUA preocupa**. [S.l.]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06. set. 2007.

CARVALHO, Rodrigo A. P. de L. F. In: FENACAM, 2007, Natal. **Palestra...** Natal: [s.n], 2007.

CEARÁ é o terceiro maior pólo. Disponível em: <<http://www.fiec.org.br/publicacoes/jornalfiec/edicoes/1202/default.asp?URL=14>>. Acesso em: 26 set. 2007a.

_____. reage em julho e cria 6.364 vagas. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 ago. 2007. p. 8. Negócios. b

CEPEA/ESALQ. **Indicador de algodão**. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/07_julho/Algodoao.htm>. Acesso em: 17 ago. 2007a.

_____. **Indicador de café**. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/07_julho/Cafe.htm>. Acesso em: 17 ago. 2007b.

_____. **Indicador de milho**. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/07_julho/Milho.htm>. Acesso em: 17 ago. 2007c.

_____. **Indicador de soja**. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/07_julho/Soja.htm>. Acesso em: 17 ago. 2007d.

CHADE, Jamil. **Crise pode afetar comércio mundial, alerta OMC**. [S.l.]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06 set. 2007a.

_____. **Índia vai superar Brasil na produção de açúcar**. [S.l.]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06 set. 2007b.

CHIARA, Márcia de; BRANDÃO JR., Nilson. **Preço de commodities volta ao nível de 2004 e afeta balança comercial.** [S.l.]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06 set. 2007.

CMA. **Trading Analysis Information.** São Paulo: CMA, 2007.

CNA. **Indicadores pecuários**, n.48, jul. 2007. Brasília: CNA, 2007. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 27 ago. 2007a.

_____. **Indicadores rurais**, n.77, jun. 2007. Brasília: CNA, 2007. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 27 ago. 2007b.

CONAB. **Décimo-primeiro levantamento de avaliação da safra 2006/2007:** ago./2007. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/11levsafra.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2007a.

_____. **Terceiro levantamento da safra de café 2007/2008.** Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3_levantamento_200708.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2007b.

CRESCE crédito para construtoras. **Valor econômico**, São Paulo, 03 set. 2007. Caderno C1.

CRISE imobiliária faz BCE injetar 156 bi de euros em dois dias. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ulnot/economia/2007/08/10/ul35u54492.jhtm>>. Acesso em: 01 out. 2007.

DANTAS, Iuri. **Emergentes sustentam saldo comercial.** [S.l.]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06 set. 2007.

DIEESE. **Estudos e pesquisas:** balanço das negociações dos reajustes salariais no primeiro semestre de 2007. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 17 set. 2007a.

_____. **Pesquisa de emprego e desemprego:** região metropolitana de Recife (jun./07). Dispo-

nível em: <<http://www.dieese.org.br/pedrecife/pedr0607.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2007b.

DIOGO, Walter. **Automóveis.** [S.l.]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06 set. 2007.

FAO. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 08 ago. 2007.

FELDSTEIN, Martin. **Housing, housing finance and monetary policy.** Disponível em: <<http://www.kansascityfed.org/publicat/sympos/2007/PDF/2007.09.05.Feldstein.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2007.

FERNANDES, Kamila. **Após auge em 2003, criação de camarão declina no país.** [S.l.]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06 jul. 2007.

FGV. **Preços agropecuários.** Disponível em: <<http://www.fgvdados.com.br>>. Acesso em: 22 ago. 2007a.

_____. **Sondagem conjuntural da indústria de transformação:** índice de confiança da indústria, jun. 2007b.

_____. **Sondagem conjuntural da indústria de transformação:** quesitos especiais, ano 40, 18 maio 2007c.

FGV/IBRE. **Sondagem conjuntural da indústria de transformação:** quesitos especiais, maio 2007. Disponível em: <<http://www.ibre.fgv.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007a.

_____. **Sondagem conjuntural da indústria de transformação:** quesitos especiais, maio 2007. Disponível em: <<http://www.ibre.fgv.br>>. Acesso em: 23 ago. 2007b.

_____. **Sondagem da indústria de transformação:** índice de confiança da indústria (jul/07). Disponível em: <<http://www.ibre.fgv.br>>. Acesso em: 22 ago. 2007c.

FIEC/INDI. **Nordeste:** indicadores industriais (maio/07). Fortaleza: [s.n], 2007a.

_____. **Nordeste:** indicadores industriais (jun./07). Fortaleza: [s.n], 2007b.

FNP. **Anualpec 2006.** São Paulo: Instituto FNP, 2006.

FOLHA ONLINE, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u116933.shtml>>. Acesso em: 28 set. 2007.

FUNCEX. **Boletim de comércio exterior**, ano XI, n. 7, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 24 ago. 2007a.

_____. **Boletim de comércio exterior**, ano XI, n. 8, ago. 2007b.

_____. **Boletim de comércio exterior**, ano XI, n. 8, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 05 set. 2007c.

_____. **Boletim do comércio exterior**, ano XI, n. 8, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 17 set. 2007d.

_____. **Boletim de comércio exterior**, ano XI, n. 8, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 24 ago. 2007e.

GALVÃO, Arnaldo. **Meta de exportação passa a US\$ 155 bi.** [S.l]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06 set. 2007.

GLOBAL 21. **Eles são brasileiros e sócios de múltis.** Disponível em: <http://www.global21.com.br>. Acesso em: 08 ago. 2007a.

_____. **Empresas de alimentos faturam mais no semestre.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 10 ago. 2007b.

_____. **Fabricante da Reebok no Brasil oficializa compra da Azaléia.** Disponível em:

<<http://www.global21.com.br>>. Acesso em 15 ago. 2007c.

_____. **Setor de máquinas fatura 10% mais.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 06 ago. 2007d.

_____. **Vulcabrás investirá US\$ 60 milhões em planta industrial na Argentina.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 10 ago. 2007e.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais:** abril a junho de 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2007a.

_____. In.: IEDI. Emprego e rendimento: a expectativa para a massa de rendimentos. **Análise IEDI**, 23 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 17 set. 2007b.

_____. **Indicadores IBGE:** pesquisa industrial mensal: produção física regional (jun./07). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 ago. 2007c.

_____. **Índices conjunturais da indústria:** Brasil (jun./06). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2007d.

_____. **Levantamento sistemático da produção agrícola.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 14 ago. 2007e.

_____. **Pesquisa de inovação tecnológica.** 2005f.

_____. **Pesquisa de inovação tecnológica.** 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007g.

_____. **Pesquisa de inovação tecnológica.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2007h.

_____. **Pesquisa de inovação tecnológica.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2007i.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física: Brasil (jun./07). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2007j.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física: Brasil (jun./07). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2007k.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física (jul./07). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 ago. 2007l.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física (jun./07). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2007m.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física (jul./07). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 ago. 2007n.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física regional (jul./07). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 ago. 2007o.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física regional (jul./07). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 set. 2007p.

_____. **Pesquisa industrial mensal (jun./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/default.shtm>>. Acesso em: 20 ago. 2007q.

_____. **Pesquisa industrial mensal (jun/07).** In: IEDI. O Crescimento industrial e a intensidade tecnológica. Análise IEDI, 06 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 16 ago. 2007r.

_____. **Pesquisa mensal do comércio (jun./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: [2007]s

_____. **Pesquisa mensal do comércio (jun./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 ago. 2007t.

_____. **Pesquisa mensal do comércio (jun./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/default.shtm>>. Acesso em: 20 de ago. 2007u.

_____. **Pesquisa mensal de emprego (jun./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 set. 2007v.

_____. **Pesquisa mensal de emprego (jun./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007w.

_____. **Pesquisa mensal de emprego (jun./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2007x.

_____. **Pesquisa mensal de emprego (jun./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2007y.

_____. **Pesquisa mensal de emprego (jun./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 ago, 2007z.

_____. **Pesquisa nacional por amostra em domicílios 2006:** trabalhadores que ganham menos recuperam o rendimento que tinham há dez anos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2007aa.

_____. **Produção agrícola municipal.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 15 ago. 2007ab.

_____. **Produção industrial mensal:** produção física (jul./07). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2007ac.

_____. **SIDRA:** base de dados agregados: jan./07 a jul./07. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2007ad.

IDT. Ocupação e desemprego em Fortaleza (dez./06). Disponível em: <<http://www.idt.org.br/institucional.asp#>>. Acesso em: 20 ago. 2007a.

_____. **Ocupação e desemprego em Fortaleza (jun./07).** Disponível em: <<http://www.idt.org.br/institucional.asp#>>. Acesso em: 20 ago. 2007b.

IDV. Conjuntura e comércio varejista: ago./07. Disponível em: <<http://www.idv.org.br/Site/Page/Quote.aspx?CC=9a335729-c9c2-4820-b23a-5e572e0d58d4>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

IEDI. O Crescimento industrial e a intensidade tecnológica. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 07 ago. 2007.

IFEPD. Taxas de endividamento do consumidor de Maceió: ago. 2006a.

_____. **Taxas de endividamento do consumidor de Maceió:** ago. 2007. Disponível em: <<http://www.fecomercio-al.com.br/legba/bancodemidia/arquivos/Relat%3Frio%20Endividamento%20Maceio-%20Agosto%202007.doc>>. Acesso em: 20 ago. 2007b.

_____. **Pesquisa do consumidor de Maceió:** ago./07. Disponível em: <<http://www.fecomercio-al.com.br/legba/bancodemidia/arquivos/Pesquisa%20do%20Consumidor%20de%20Maceio-%20Agosto%202007.doc>>. Acesso em: 24 ago. 2007c.

INVESTIMENTO do PAC fica abaixo do previsto. **Correio da Bahia**, 29 ago. 2007. p. 10. Caderno de Economia.

IPDC. Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza: ago./06. Disponível em: <http://www.fecomercio-ce.org.br/content/aplicacao/ipdc-ce2/2005-conteudo/endividamento/2006_08_analise_endividamento.zip>. Acesso em: 20 ago. 2007a.

_____. **Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza:** ago./07. Disponível em: <<http://www.fecomercio-ce.org.br/content/aplicacao/ipdc-ce2/2005-conteudo/endividamen->>.

to/08_Relatorio_endividamento_Fortaleza_2007.zip>. Acesso em: 20 ago. 2007b.

LAMUCCI, Sérgio. Preço ainda sustenta exportação em 2007. [S.l.]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06 set. 2007.

LEAMER, Edward E. Housing and business cycle. Disponível em: <<http://blog.inman.com/LeamerHousingandBusinessCycle.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2007.

MDIC. Alice Web. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2007a.

_____. **Alice Web.** Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007b.

_____. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2007c.

_____. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007d.

NAKAGAWA, Fernando. Importações superam US\$ 10 bilhões. [S.l.]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06 set. 2007.

OLIVEIRA, Wagner. Sinal verde para os carros importados. [S.l.]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06 set. 2007.

OTTA, Lu Aiko. Quantidade exportada cresce mais do que preço. [S.l.]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06 set. 2007.

PANORAMA do agronegócio da carnaúba no estado do Piauí. Disponível em: <http://www5.pros-siga.br/arranjos/vortais/carnauba_pi_panorama.html>. Acesso em: 26 set. 2007.

PATROCÍNIO, A. **Inadimplência cai 24% na Bahia.** 13 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.correiodabahia.com.br/economia/noticia.asp?codigo=132096>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

PETRY, Rodrigo. **Em 31 setores, só 13 tiveram saldo positivo.** [S.l.]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06 set. 2007.

PIRES, Luciano. **Superávit cai para US\$ 3 bi.** [S.l.]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06 set. 2007.

RELATÓRIO do Banco Mundial: resenha. In: IEDI. **Economia global:** os fluxos de capitais para países em desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 22 ago. 2007a.

_____ resumido da execução orçamentário: anexo III: demonstrativo da receita corrente líquida/3o. Bimestre de 2007, do Governo estadual. Disponível em: <<http://www.sefaz.se.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2007b.

ROCHA, Itamar de P. In: FENACAM, 2007, Natal. **Palestra...** Natal: [s.n], 2007.

RUIVO, Uilians E. In: FENACAM, 2007, Natal. **Palestra...** Natal: [s.n], 2007.

SCHILLER. **Irrational exuberance.** Disponível em: <<http://www.irrationalexuberance.com/>>. Acesso em: 01 out. 2007.

SECEX/MDIC. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2007a.

_____. **Relatórios fiscais homologados no SIS-TN em cumprimento à Portaria STN n º 109/02.** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2007b.

SEI. **Pesquisa de emprego e desemprego:** região metropolitana de Salvador (jun./07). Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/conjuntura/index_conj_ped.php>. Acesso em: 23 ago. 2007.

SILVA, Cleide. **Após recordes, montadoras vêm ritmo menor de vendas em 2008.** [S.l.]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06 set. 2007.

SOBEET. **A caminho do grau de investimento:** fluxos de investimento direto estrangeiro superaram em 2007 recorde histórico. Disponível em: <<http://www.sobeet.com.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007a.

_____. **Reação das empresas brasileiras sustenta exportações em meio à apreciação cambial.** Disponível em: <<http://www.sobeet.com.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007b.

TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2007a.

_____. **Relatório anual da dívida pública mobiliária federal 2006.** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2007b.

_____. **Relatório mensal da dívida pública federal:** agosto 2007. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2007c.

_____. **Resultado do tesouro nacional (jul./2007),** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: [2007]d.

TOKARSKI, Marcelo. **Cresce venda de importados.** [S.l.]: FUNCEX, 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 06 set. 2007.



ÁREA DE LOGÍSTICA

Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística

Célula de Produção Gráfica

OS 2007-11/2.496 - Tiragem: 1.400

ISSN 1807883-4



9 771807 883004



O nosso negócio é o desenvolvimento